

Racismo e literatura negra

Leo Gilson Ribeiro

Volume 1 dos Textos Reunidos de Leo Gilson Ribeiro

Racismo e literatura negra

Transcrito e organizado por

Fernando Rey Puente

ferey99@yahoo.com.br

 0000-0001-8862-4077



Editado por

Bernardo C. D. A. Vasconcelos

bernardovasconcelos@gmail.com

 0000-0002-3357-1710

Digital Object Identifier (DOI)

 10.5281/zenodo.8368806 

Versão

2024-06-10-12-45

Licença



Creative Commons Attribution-ShareAlike 4.0 International

Apresentação aos textos reunidos de Leo Gilson Ribeiro

Há muitos anos eu estava guardando um material que eu obtive de Leo Gilson Ribeiro. Tratava-se de inúmeros recortes de jornal e de revistas, bem como um bom número de textos datilografados que ele preservava, mas de modo bastante desordenado, amontoados em prateleiras em um pequeno quarto nos fundos de sua casa. Nestes últimos anos de colapso cultural que estamos vivendo com recorrentes ataques do governo às universidades e aos centros de pesquisa, nada mais importante para um professor universitário do que procurar resgatar parte de nosso passado cultural do esquecimento e torná-lo público.

Foi por ocasião da pandemia e em função da decorrente paralização das universidades que eu tive finalmente algum tempo livre para ordenar esse vasto, rico, mas caótico material. Um dia espalhei-o no chão de minha biblioteca e fui separando dia após dia pilhas e pilhas de recortes amarelados de jornais e de revistas procurando organizar tematicamente esse riquíssimo acervo de quase cinco décadas de produção cultural que, infelizmente, como sói acontecer no Brasil, é tão frequentemente perdido.

Devido ao fato de que, ao longo de diversos anos de amizade, Leo e eu conversávamos sempre sobre a publicação em forma de livros de seus inúmeros textos dispersos em jornais e revistas, acreditei que poderia levar adiante esse projeto com um espírito próximo ao dele e, em alguns casos, até mesmo seguindo algumas indicações que ele próprio havia feito oralmente em nossas inúmeras tertúlias ou deixado em anotações em papéis avulsos ou nos próprios recortes de jornal. Foram somente dois livros que Leo Gilson Ribeiro publicou em vida – *Os Cronistas do Absurdo* (José Álvaro editor, Rio de Janeiro, 1964) e *O Continente Submerso* (Editora Nova Cultural, São Paulo, 1988) – pois se recusou a publicar outros livros durante a ditadura militar. Pude verificar com o apoio dos textos que tinha em mãos, que ambos esses livros foram constituídos precisamente com os artigos que ele havia redigido, com as entrevistas que ele havia feito e, por fim, com os depoimentos que havia colhido junto a escritoras e escritores para os diversos veículos de imprensa nos quais trabalhava. Isso me animou a prosseguir com esse projeto, pois vi que minha interferência nesse imenso acervo literário seria mínima e, mais importante, que esses textos não estariam simplesmente fadados ao esquecimento, o que estava acontecendo desde a morte de Leo Gilson Ribeiro em 2007.

Todavia, um grande obstáculo com que me deparei então era o fato de que muitos desses textos de jornal estavam recortados sem a anotação exata da data em que foram publicados. Tentei recorrer aos arquivos digitais, mas infelizmente o arquivo do *Jornal da Tarde*, um dos veículos para o qual Leo Gilson Ribeiro mais escreveu, não está digitalizado, razão pela qual alguns dos textos extraídos desse jornal e aproveitados nos livros aqui reunidos não possuem datas precisas ou em casos mais raros não possuem datas. O mesmo ocorre com muitos artigos extraídos de diversas revistas que não pude datar corretamente ou aos quais pura e simplesmente não pude ter acesso. A ausência de uma digitalização da revista *Caros Amigos* constitui igualmente um caso parecido. Consegui adquirir diversos exemplares dessa revista em sebos, e tive o apoio do escritor Guilherme Scalzilli que me enviou fotografias de vários números da revista *Caros Amigos* onde foi publicada a seção “Janelas Abertas” de autoria de nosso crítico, mas continuei sem acesso a alguns números da *Caros Amigos*.

Para levar a cabo esse projeto eu infelizmente não contei com o apoio de mais ninguém, de modo que eu mesmo comecei a transcrever esse vasto material e consegui produzir até agora seis livros que organizei com uma parte desse acervo. Os artigos e ensaios remanescentes já foram por mim ordenados em distintas pastas temáticas, mas isso significa dizer também que ainda resta um imenso trabalho de transcrição pela frente (não foi possível fazer uma transcrição direta para o Word a partir de uma digitalização prévia de artigos amarelados de jornais). O retorno às atividades acadêmicas, primeiro em modo remoto e depois em modo presencial, que consome a maior parte do meu tempo dedicado à pesquisa em minha própria área de trabalho que não é a literatura, mas sim a filosofia, dificulta e atrasa ainda mais esse empreendimento, mas ele segue em curso.

Tendo organizado seis livros pensei então que finalmente poderia me dirigir às editoras com esse representativo material e que conseguiria certamente despertar o interesse de alguma editora disposta a publicar esses livros. Qual não foi minha surpresa ao constatar que das inúmeras editoras para as quais eu escrevi pouquíssimas foram aquelas que tiveram ao menos a delicadeza de me responderem dizendo não estarem interessadas na publicação dos livros. Todavia, com a ajuda de um jovem amigo, recém-doutor em filosofia e com um ótimo conhecimento em informática, Bernardo Vasconcelos, consegui realizar meu desejo de manter viva a palavra aliciante de meu pranteado amigo Leo Gilson Ribeiro, que fez da literatura a sua vida. Uma palavra que será capaz, creio eu, de fecundar por esse meio digital aberto e democrático novos corações e mentes desejosos de se enveredarem nessa arte tão fascinante que é a arte da escrita e sobre a qual Leo Gilson Ribeiro refletiu e produziu durante toda a sua vida procurando sempre colmar o hiato entre essas obras, às vezes difíceis e complexas, e o público leigo, porém, interessado em adentrar no universo dessas escritoras e desses escritores do Brasil e do mundo.

Talvez seja útil dizer ainda, nessa breve introdução ao projeto que aqui se apresenta materializado virtualmente, qual a razão de eu ter organizado esses seis livros para iniciar o processo de resgate desses inúmeros textos de Leo Gilson Ribeiro.

Em alguns casos, deveu-se a uma surpresa que eu mesmo tive com a grande quantidade de textos sobre um determinado assunto cuja atualidade é crescente. Isso ocorreu, por exemplo, com o primeiro livro, *Racismo e a Literatura Negra*. Sabia do interesse de nosso crítico pelo assunto, pois eu mesmo o havia escutado em conferências tratando desse tema nos anos oitenta em São Paulo, mas ignorava a imensa quantidade de textos que ele já havia escrito sobre o tema desde os anos sessenta. Isso somado ao esquecimento que o nome de nosso crítico padece hodiernamente tanto nas editoras quanto nos grupos de pesquisa que publicam sobre e pesquisam esse tema me fizeram perceber a urgência de publicizar esse material tão variegado e abundante e que aborda com antecipação de décadas um assunto tão importante e atual para todos nós brasileiros e brasileiras.

No caso do segundo volume, *Os Escritores Aquém e Além da Literatura*, a sua organização foi devida à somatória do meu interesse pessoal (afinal acabei falando com Leo Gilson Ribeiro, pois nos anos oitenta quis encontrar a escritora Hilda Hilst que, obviamente, conheci por uma bela resenha de nosso crítico sobre a autora então quase desconhecida e hoje justamente tornada célebre), da importância que ele mesmo conferia a esses três autores com os quais conviveu (Guimarães Rosa, Clarice Lispector e Hilda Hilst) e da constatação de outra injustiça feita em relação ao nosso crítico, a saber: nas raras e ocasionais referências a ele, o mesmo era quase sempre visto como

sendo apenas aquele crítico que desde o início da carreira de Hilda Hilst chamou a atenção para a sua obra. Diante do grande volume de textos que estavam sob meus olhos senti igualmente a urgência de mostrar ao público que a obra dele não se resumia de modo algum apenas a isso, mas que ele havia escrito por décadas, e com muita competência e discernimento, sobre inúmeros outros autores e temas. Além disso, uma entrevista inédita com Guimarães Rosa, um depoimento que ele fez sobre Clarice Lispector em uma carta a e as várias entrevistas e depoimentos com Hilda Hilst que ele realizou não me parecia que merecessem continuar ignorados ou de difícil acesso.

O terceiro livro que organizei foi uma total surpresa para mim mesmo, pois descobri em meio ao volumoso material que guardava uma pasta com indicações sobre um curso, “Testemunhos Literários do século XX”, que nosso crítico ofertou nos anos sessenta no Rio de Janeiro e decidi então reconstruir esse material com o acréscimo de outros textos sobre os autores por ele ali estudados. Pareceu-me uma bela introdução à literatura contemporânea que valeria à pena apresentar às jovens e aos jovens leitores de nossos dias.

Os artigos de Leo Gilson Ribeiro sobre a poesia brasileira chamaram a minha atenção pela sua clareza, abrangência e profundidade e me pareceram compor um painel bastante rico e interessante sobre diversos poetas brasileiros, alguns já consagrados e outros menos conhecidos na época, e ainda hoje, e resolvi assim compor com esse material o quarto volume deste projeto.

Tendo ouvido Leo Gilson Ribeiro falar durante o ano de 1992 com entusiasmo do curso que estava ministrando em algumas unidades do SESC no Estado de São Paulo sobre a Semana de Arte de 1922, foi com alegria que encontrei entre seus papéis ao menos as anotações da parte de seu curso relativa a Mário de Andrade. Descobrimos igualmente entre seus papéis entrevistas com artistas envolvidos na Semana de Arte de 1922 e alguns artigos prévios de nosso crítico para a grande imprensa sobre esse evento - divisor de águas em nossa cultura - achei que dada a coincidência do centenário de comemoração desse evento seria importante tornar esse material público ainda neste ano.

O sexto e último livro que eu escolhi organizar foi dedicado à relação literária entre Portugal e o Brasil, um assunto pelo qual Leo Gilson Ribeiro sempre se interessou e sobre o qual escreveu muitos textos e realizou diversas entrevistas importantes. Nunca é demais chamar a atenção dos brasileiros para Portugal, não o país que agora parece ser o destino preferencial das viagens da classe média abastada brasileira, mas sim o imorredouro Portugal da tradição literária plurissecular, particularmente poética, que fundou nosso idioma e a cuja riquíssima tradição nós temos acesso direto sem ter de passar pela mediação tantas vezes deveras problemática das traduções.

Desejo então que as leitoras e os leitores desses livros virtuais por mim organizados e aqui reunidos digitalmente possam usufruir da escrita aliciante e envolvente de Leo Gilson Ribeiro que, espero eu, possa conduzir a todas e todos pelo universo labiríntico, mágico e encantado que nos é desvelado pelas literaturas de vários países, e em especial do Brasil, em suas inúmeras formas e manifestações ao longo do tempo.

Boa leitura.

Índice

Racismo e literatura negra	ix
1. Racismo, ideologia, propostas. E o artista?	1
2. Perfil da Literatura Negra	3
I. Literatura Brasileira	12
3. O negro na literatura brasileira	13
4. Entrevista - León Damas e a Negritude brasileira	18
5. Invenções e algemas de Castro Alves	21
6. O mulato Raimundo faz cem anos	23
7. Resenha de LGR vetada e não publicada no JT sobre Adolfo Caminha	29
8. A revolta de um precursor	35
9. Lima Barreto - altamente inovador. E quase desconhecido	37
10. Lima Barreto - doce, feroz, iluminado. E esquecido	44
11. Policarpo Quaresma, uma obra-prima envolta em doce amargura	48
12. A Mãe Coragem negra de Canindé. Sobre os diários de Carolina Maria de Jesus	53
13. O negro nos livros, poemas e teses	58
14. Poesia. Uma obra reunindo poetas negros de várias épocas	66
15. Nossa poesia negra, tentando falar alemão	70
16. O Evangelho da Solidão de Eduardo de Oliveira	74
17. Prefácio ao livro de Paulo Colina	77

Índice

18. Paulo Colina - o poeta das cinzas	80
II. Literatura Norte-Americana	85
19. Literatura negra nos Estados Unidos - James Baldwin	86
20. James Baldwin e o negro nos EUA	89
21. O negro Baldwin luta pelos seus	92
22. James Baldwin (necrológio)	96
23. Resenha do livro O Mensageiro de Charles Wright (Editora Nova Crítica, 1969)	99
24. A influência decisiva de Richard Wright	100
25. Entrevista - Toni Morrison e os negros da América	102
26. Nota sobre o livro O Olho mais Azul de Toni Morrison	106
III. Literatura Africana	107
27. A África em lendas e contos. Lembrando nossa História	108
28. A Negritude - Transfiguração Poética do Rosto Africano	115
29. Angola escreve. Uma arte mágica e sofrida vinda de onde não se sabe	119
30. Angola Escreve. Alguns grandes autores do romance ao conto	127
31. A África e a liberdade. Entrevista com Luandino Vieira	134
32. Angola, num momento de reflexões e mudanças - Entrevista com o escritor angolano Agostinho Mendes	142
33. A última denúncia de Soromenho	145
34. Senghor, o Orfeu negro	148
35. Resenha sobre Poemas de Senghor	150
36. A poesia não deve morrer. Senão, que esperança restaria ao mundo?	152
37. Sebène Ousmane do Senegal. Um importante momento da literatura africana. Mas a tradução	155
38. A África, hoje. Em dois bons livros - LGR comenta as obras de Chinua Achebe e Cyprian Ekwensi	159

Índice

39. O negro e a cultura de Moçambique não merecem romance tão ruim quanto este	164
40. Resenha do livro - Um fuzil na mão um poema no bolso de Emmanuel Dongala	168
41. Um Nobel para a África - Wole Soyinka	170
42. Nota sobre o livro A Arma da Casa de Nadine Gordimer	174
43. Nota sobre o livro Desonra de J. M. Coetzee	175

Racismo e literatura negra

Leo Gilson Ribeiro foi certamente um dos intelectuais e críticos de literatura mais engajados em denunciar o racismo, bem como especialmente em divulgar a literatura negra - do Brasil, da América Latina, dos EUA e da África - em nosso país, mas cuja memória, infelizmente, foi acometida da mesma invisibilidade denunciada pelo personagem central de Ralph Ellison em sua importante novela *The Invisible Man*, relato este utilizado sagazmente pelo próprio Leo Gilson Ribeiro no início de uma conferência sobre a literatura negra em 1985 proferida no Centro Cultural São Paulo.

Assim, tanto no que diz respeito à literatura brasileira, quanto em relação à literatura caribenha, norte-americana ou africana raramente encontramos hodiernamente alguma menção ao crítico que tanto fez para colocar em evidência nos principais veículos de imprensa nacional nos quais trabalhou a importância de alguns autores negros sobre os quais ele havia escrito quase sempre em tom elogioso chamando a atenção do grande público para os mesmos em décadas passadas nas quais quase ninguém na grande imprensa fazia algo similar.

Desde 1959, isto é, logo após retornar de sua formação acadêmica na Europa (1953-1958 nas universidades de Hamburgo e de Heidelberg), o jovem professor (pois antes mesmo de concluir seu doutorado na Universidade de Hamburgo sobre Teixeira de Pascoaes (*Die Saudade als Form des Pantheismus veranschaulicht am Werke von Teixeira de Pascoaes/ A saudade como forma do panteísmo ilustrada na obra de Teixeira e Pascoaes*) Leo Gilson Ribeiro já atuava em Heidelberg como *Lektor* de Literatura Brasileira (o que fez de 1956 até 1958) quando então teve de regressar à primeira universidade na qual havia iniciado seus estudos na Alemanha - a Universidade de Hamburgo - para realizar a defesa de sua tese de Doutorado. No Brasil, contudo, ele não pôde ingressar na vida acadêmica nacional porque para isso ele teria de ter enviado para Brasília o seu diploma original de Doutorado obtido em fevereiro de 1958 junto à Universidade de Hamburgo com a possibilidade, segundo relato pessoal do próprio autor, de perdê-lo, algo que ocorria com frequência naquela época.

O retorno ao Brasil, dada à dificuldade enfrentada para o reconhecimento de seu diploma de Doutorado, leva então o jovem professor a atuar no campo do jornalismo cultural. Isso se deu inicialmente no Rio de Janeiro, onde ele residia, por meio de sua contribuição a diversos jornais (*Diário de Notícias*, *Correio da Manhã*, *Jornal de Letras* e *Jornal do Brasil*), periódicos (*Comentário* e *Chuvisco*) e revistas (*Manchete* e *Cruzeiro Internacional*), mas especialmente, cabe destacar aqui, a sua atuação junto ao jornal *Diário de Notícias*, veículo no qual criou uma importante coluna cultural intitulada *Caminhos da Cultura*.

No *Correio da Manhã* publica de julho a setembro de 1965 uma série de cinco reportagens voltadas ao tema do racismo e da literatura negra sob o título geral de “Discriminação racial” (“O problema

crucial do século XX”, “O que significa ser negro”, “*Apartheid* - a legalização da paranóia”, “África do Sul - um vasto campo de *Displaced Persons*” e “A África do Sul - a convivência adia a solução”). Em anotações pessoais datadas de 1966, encontramos um plano exposto pelo autor de lançar um livro ainda naquele ano que seria denominado “Três desafios do século XX” e que seria subdividido em três partes, a primeira focada no tema da opressão cultural do artista na União Soviética, a segunda na discriminação racial nos EUA e na África do Sul e a última dedicada à explosão demográfica nos países subdesenvolvidos. Nessas notas manuscritas, Leo Gilson Ribeiro menciona que já havia escrito sobre vários tópicos relacionados ao racismo, tais como: origens da discriminação racial, Gabineau e a deformação do darwinismo, origens psicológicas do preconceito racial, a vulnerabilidade do Sul e a Guerra Civil, a Ku Klux Klan, dentre vários outros. De fato, encontramos entre seus papéis setenta páginas datilografadas e inéditas que discutem esses e outros temas relativos ao racismo dentro de uma pasta contendo na sua capa o título do livro que pretendia publicar “Três desafios do século XX”.

Já em São Paulo, para onde se muda em 1966, a fim de trabalhar, a convite de Mino Carta, no recém criado *Jornal da Tarde*, Leo Gilson Ribeiro publica uma extensa e muito elogiada reportagem para a revista *Status* em novembro de 1976 intitulada “Hitler está vivo: na África do Sul”.

Durante 47 anos de produção em jornais e revistas, isto é, desde o seu retorno ao Brasil até a sua morte ocorrida em 2007 Leo Gilson Ribeiro se esforçou sempre para tornar mais conhecida a literatura negra escrita no Brasil (Carolina Maria de Jesus, Lima Barreto e Paulo Colina dentre outros), na América do Sul (Léon Damas e Aimé Césaire), nos EUA (Richard Wright, James Baldwin, Charles Wright, Ralph Ellison e Toni Morrison) e na África (Léopold Senghor, Castro Soromenho, Wole Soyinka, José Luandino Vieira, Uanhenga Xitu e Chinua Achebe dentre outros).

A recolha desse material, injustamente esquecido, me parece um importante documento para evidenciar como Leo Gilson Ribeiro procurou no inteiro percurso de sua longa carreira difundir a literatura negra em nosso país nos principais meios de comunicação (além dos já citados cabe destacar os principais veículos nos quais trabalhou desde a sua ida a São Paulo, a saber, o *Jornal da Tarde*, o semanário *Veja* e, por fim, a revista *Caros Amigos*) a que teve acesso como crítico literário. Cabe mencionar igualmente que ele participou, sempre que possível, dos eventos - acadêmicos ou não - organizados sobre a literatura negra, entrevistou escritores negros do Brasil e do exterior, e realizou perfis ou necrológicos sobre autores negros, bem como produziu diversos artigos sobre distintos escritores e escritoras negras e especialmente, é claro, sobre seus livros.

A escolha de textos de autoria de Leo Gilson Ribeiro que compõem esse volume sobre o racismo e a literatura negra evidentemente não pretende exaurir toda a produção dele sobre o tema, mas procura oferecer ao leitor interessado um roteiro de leituras vasto e diversificado pela literatura negra - positiva ou negativamente avaliada por nosso crítico. Uma literatura que Leo Gilson Ribeiro claramente previu, já em meados dos anos 80 do século passado, que por meio de seus autores poderia trazer “a inovação indispensável e especificamente negra para a Literatura Brasileira”.

Percebe-se da leitura atenta desses textos, evidentemente circunstanciais como são os textos destinados à imprensa cotidiana, que o foco de nosso crítico sempre foi a figura do artista - negro ou não - que escreve sobre a situação do negro frente a uma sociedade racista e preconceituosa na qual se encontra. Mais ainda, podemos perceber sempre a importância extrema que tem

para o nosso crítico a dimensão ética de um autor. O escritor para ele deve, portanto, estar profundamente ancorado em sua sociedade e refletir criticamente sobre ela não se deixando levar por uma literatura de teses (como ele demonstra ter sido o caso do primeiro romance de Aluísio de Azevedo) ou por um mero conteúdo panfletário. Note-se bem que para o nosso crítico a literatura, qualquer que seja a posição ideológica de uma autora ou autor, deve sobretudo revelar uma excelência formal e imaginativa não cedendo em hipótese alguma a uma verborragia pomposa, mas vazia ou a meras fórmulas dogmáticas e panfletárias.

Outro aspecto que chama a atenção e que evidencia a formação acadêmica do autor é seu pendor comparativista. Em diversos artigos, escritores e escritoras de outras literaturas são mencionados para podermos pensar melhor determinados aspectos da obra de um autor ou autora que está sob análise. Deste modo, mas sem perder a singularidade de cada artista ou sem deixar de acentuar a imensa dificuldade hermenêutica de mergulhar em outros universos literários distantes do ocidental, Leo Gilson Ribeiro procura sempre inserir uma escritora ou um escritor em um universo literário mais amplo e com isso, obviamente, somos nós, leitores de seus textos - notas, resenhas, perfis ou entrevistas - que ganhamos novas intuições e pistas que poderão - caso alguém se dê ao trabalho de segui-las e de se aprofundar nelas - de nos levar a descobrir novos horizontes literários, bem como novas áreas de pesquisa em literatura comparada.

Um sinal interessante e ao mesmo tempo triste de nossa memória cultural é que muitos dos livros comentados por Leo Gilson Ribeiro de autores africanos, e que mais recentemente foram reeditados ou traduzidos pela primeira vez, infelizmente, não fazem nenhuma menção ao nosso crítico em suas respectivas introduções. Por outro lado, muitos autores por ele citados, ainda continuam inéditos esperando alguma editora que os disponibilize em boas traduções para o público leitor brasileiro.

Fernando Rey Puente

1. Racismo, ideologia, propostas. E o artista?

Jornal da Tarde, 1990/03/16. Aguardando revisão.

A complexidade francamente indescritível das relações inter-raciais nos Estados Unidos, na África do Sul do nazista *apartheid*, no Brasil e agora na Europa Ocidental, sem esquecer que os povos eslavos também são sobejamente conhecidos tanto por seu antissemitismo quanto por seu ódio aos negros e orientais -, essa complexidade não foi liquidada pelas conjecturas de um Sartre, nem de um Malcolm X, nem de Nabokov - que achava indecente haver o próprio conceito de racismo.

Agora, grupos radicais nos Estados Unidos reivindicam para os negros o Sul do país, enquanto os radicais brancos querem fazer do Noroeste a América branca, vizinha do Canadá. O excelente novelista negro Ralph Ellison, em seu magistral livro de ácido humor, *The Invisible Man*, postulou que o negro é, em si, *o homem invisível* nos Estados Unidos, um ectoplasma transparente deliberadamente *não visto* pelos brancos que o odeiam. Alguns dos meus mais inteligentes amigos (brancos) norte-americanos, simpáticos à causa negra e à extinção do racismo, estão atônitos, perplexos e deprimidos: “Creio que o problema do racismo aqui no meu país é insolúvel”, escreve-me a mais arguta delas.

E finalmente para a novelista prolífica negra norte-americana Joyce Carol Oates o negro deve superar o tema obsessivo da discriminação racial de que é vítima. Um escritor homossexual tem que escrever apenas sobre o homossexualismo e não sobre toda a humanidade?, parece indagar pertinentemente.

Esses múltiplos aspectos desembocam na pergunta formulada por uma excelente poetisa norte-americana, de cor negra (estas eternas explicações soam idiotas!) que indagou, sem nenhuma leviandade: “Como ressarcir uma raça do fardo incalculável que sofreu ao ser escravizada?” Deveria haver uma compensação, como a que a Alemanha Ocidental fez aos judeus no Estado de Israel? Deveria haver oportunidades excelentes para os negros estudarem, aprenderem profissões, restaurar-lhes a dignidade aviltada?

Alguns legisladores, sabe-se lá se bem intencionados, propuseram - não sei se com ingenuidade ou cinismo - que *todos* os negros norte-americanos fossem para a Libéria, um Estado artificial, na África, comprado com dinheiro dos americanos brancos, para que lá os negros voltassem ao solo pátrio africano e não se falava mais do assunto; ah, não, claro que haveria um miniplano Marshall para a Libéria: ajuda em dinheiro, em tecnologia, para que os liberianos, descendentes dos escravos estadunidenses, instaurassem na África Negra um Estado próspero e modelar. A ideia fracassou retumbantemente.

1. Racismo, ideologia, propostas. E o artista?

O pequeno, mas eloquente livro de Clóvis Moura, recém-publicado pela Editora Ática, *História do Negro Brasileiro*, traz mais um ponto de vista forçosamente ideológico e, portanto, debatível, mas é preciso reconhecer que o racismo e a ideologia que subjaz a ele *são inseparáveis*.

Também é preciso não esquecer que os russos, os poloneses, os tchecos e os franceses, ingleses, holandeses, espanhóis, árabes e outros povos da Europa e da Ásia são decididamente *contra* o negro. O preconceito não é um privilégio dos EUA, da África do Sul, do Brasil etc., *de forma alguma*.

Sobra então o que deve soar como uma blasfêmia aos ouvidos dos militares e de grande parte da população brasileira: a diluição da noção de Nação-Estado, desmembrando-se o Brasil, por exemplo, em territórios africanos, áreas exclusivamente indígenas, outras brancas, outras de mestiço? Afinal, a Itália e a Alemanha se uniram como Nações-Estado no século passado: fracioná-las não seria impossível e por tudo que os alemães orientais dizem, eles se recusam a ser “digeridos” pelo capitalismo consumista da Alemanha Ocidental.

Um intelectual russo de grande renome, Afanasyev, argumenta *a favor* da liquidação da Nação-Estado soviética que é também um Império de mais de 100 nacionalidades diferentes: será, crê, uma forma de solucionar os entrechoques étnicos e impedir o colapso e o caos da “Desunião Soviética”.

E nesse *maelstrom* de ideias em conflito, o poeta, o artista, o escritor de raça negra e dos dois sexos: que devem fazer?

2. Perfil da Literatura Negra

Mostra Internacional de São Paulo, 1985/05/20-26. Aguardando revisão.

“Eu sou invisível.

Não, não sou um fantasma como os que perseguiram Edgar Allan Poe. Nem sou um daqueles ectoplasmas feitos nos filmes de Holywood. Sou um ser humano feito de substância de carne e osso, fibras e líquidos – e talvez se pudesse até dizer de mim que tenho um cérebro. Sou invisível, compreendem, apenas porque as pessoas se recusam a me ver...

Nem a minha invisibilidade é uma questão de algum acidente bioquímico que tenha acontecido com a minha epiderme. A invisibilidade a que me refiro acontece devido a uma insólita disposição dos olhos daqueles com quem entro em contato. Trata-se de uma construção de seus olhos interiores, aqueles que as pessoas usam para ver, através de seus olhos físicos, para ver a realidade... Você se contorce de dor, ansioso para se convencer de que você *existe* no mundo real, de que você faz parte dos sons da angústia circundante, e você passa a usar os punhos, amaldiçoa sua condição e jura que conseguirá fazer os outros te reconhecerem. Qual o quê! Raramente se consegue..”

Quem está falando assim? Um judeu em plena Alemanha nazista? Um homossexual? Um índio? Um velho? Uma mulher discriminada em todas as áreas de seus direitos humanos? Um velho, mero ferro velho hoje imprestável depois que foi usado até o fim? Um índio de terras, família e cultura roubados impunemente e que reclama diante de autoridades como que voluntariamente surdas?

Não: a voz do Homem Invisível – ou da Mulher Invisível – é a de um negro ou negra. É a voz do extraordinário escritor norte-americano Ralph Ellison em seu livro-chave *The Invisible Man*. Ele percorre nesta narrativa fantástica todos os registros da experiência pela qual passa *quem não é visto* pelos outros. Haverá estratégias, modos de comportar-me que mudem essa situação? Quem sabe se eu for obediente, humilde, até mesmo subserviente, *os outros* me verão e responderão, mesmo que seja fracamente, a meus acenos para ser reconhecido como um ser humano? Eu devo rebelar-me, usar a violência, arrebentar todos os códigos? *Eles e elas* me circundam, são infinitamente mais fortes do que eu, eu quase diria que são todo poderosos.

2. Perfil da Literatura Negra

E se eu usar a inteligência – será que serei visto? Ou devo isolar-me num canto, exatamente como eles e elas querem, tornando-me uma figura baça, apagada, quase inexistente, sem causar o transtorno da minha presença-trambolho e me tornar invisível no meio de um gueto de outros invisíveis como eu? Ou devo agir, desafiando a injustiça que me é feita pelo preconceito, pela insensibilidade, pela inveja, pela crueldade, pela deliberada intenção de me usarem e de fazerem de mim a polpa amorfa de suas ordens e caprichos?

Não precisamos descer à banalidade histórica de mencionar que os negros foram arrancados da África e transferidos à força para as Américas como escravos, pois esse – é óbvio – é o nosso ponto de partida. Como, porém, o marginal, o excluído antes de qualquer julgamento, o condenado sem comparecer previamente diante de tribunal algum reage dentro de um mundo que da escravidão o transformou num mero animal sem alma nem identidade. O negro passou a ser, conforme o caso, uma minoria diante de uma sociedade branca, como nos Estados Unidos, ou de uma sociedade que mal emergiu do colonialismo imposto pelo europeu, como tantos países da África Negra. Ou finalmente ele é ainda aquele em quem todos pisam, como no regime racista do monstruoso *apartheid* da África do Sul?

Recodificar pode parecer uma palavra pedante para tentarmos interpretar como os poetas, artistas plásticos dançarinos, os compositores musicais, os romancistas, poetas e dramaturgos negros *viram* quem sempre se recusou teimosamente a vê-los. Recodificar, com o significado de criar um novo código é uma expressão difícil, hermética, por isso digamos mais simplesmente: como o negro pôde sobreviver e achar o seu nicho nestas sociedades: uma mais, outras menos intolerantes, uma mais hipócrita do que outras em reconhecer seu preconceito racial contra ele?

O primeiro obstáculo, que reforça o desprezo aviltante que os racistas demonstram pelos “inferiores” é, sem dúvida, o estereótipo, a caricatura. O negro? Ora, é preguiçoso, cheio de superstições, pai ou mãe de santo, lixeiro, prostituta disfarçada que desfila nua nas escolas de samba, arrombador de casas, presidiário, no máximo jogador de futebol ou corredor esportivo. Além, é lógico, de um gananhão insaciável, sempre pronto para maratonas sexuais lendárias. Assim, cem milhões de indivíduos arrancados à força e com engano do seu *habitat* na África Negra de seus ancestrais e trazido para as Américas como gado humano simplesmente, *ça va sans dire*, simplesmente NÃO TÊM CULTURA. No máximo, são crianças supersticiosas e dóceis. Usam-se dois critérios simultaneamente. Assim, quando se trata da Europa e partindo da visão sacrossanta de que a Europa é o ÚNICO centro de civilização e cultura do mundo, a literatura oral de Homero, na Grécia Antiga, é louvada como tradição transmitida de geração em geração com seus versos imortais da *Iliada* e da *Odisseia*. Ignora-se, portanto, criminosamente, dolorosamente, a riquíssima tradição oral da cultura e da civilização autóctones da África Negra. Partindo de Benin, de Daomé, do Quênia, do Senegal, da Nigéria e de dezenas de outras nações ao sul do Saara que nos legaram testemunhos importantes como os códigos penais, a genealogia das tribos, sobre as fábulas e apólogos de cada grupo e sobretudo se joga no lixo o acervo riquíssimo dos rituais religiosos do culto do sagrado que inflama o devoto coração negro. Sacudiam os ombros os racistas dos colonizadores Impérios colonialistas, zombeteiros: é inútil aprender línguas arrevesadas como o Wolof, o Bambara, o Peule, o Bamileke, o Ewondo, o Kikongo, o Yoruba, o Hauoussa, o Kishauili ou o Suahili. Aconteceu exatamente o que aconteceu no Zaire, ex Congo Belga, onde os dominadores belgas só saíram apressados, quando da independência de sua imensa e riquíssima

2. Perfil da Literatura Negra

colônia, e deixaram para trás apenas quatorze africanos com diplomas universitários para tomar conta de um enorme país emergente. Como os belgas, os demais colonizadores brancos – com raríssimas exceções – ignoravam, arrogantemente, que toda aquela tradição oral tão rica *era também*, legitimamente, Literatura, era História, era Sociologia; era Psicologia, eram os Mitos multisseculares de povos inteiros! E como nas noites em que “a negrada” se reunia em torno das fogueiras, nas clareiras da mata, exausta de cavar diamantes para os patrõesinhos louros de Bruxelas ou Antuérpia na realidade cantavam em coro zombando dos “sinhozinhos” e suas mentiras, com aquela risonha ironia ferina do humor negro!

Depois, pouco a pouco, como uma neblina, desfez-se gradualmente a invisibilidade. Grandes artistas europeus, grandes escritores e filósofos brancos começaram a levantar o véu e a verificar que, como diria Descartes, o negro pensa, logo existe! O quadro de Picasso *Les Femmes d'Alger* testemunhava clara e conscientemente influências das admiráveis máscaras negras, da escultura negra. Sartre proclamava que o negro afrontado, subjugado, erguia do chão a pedra que o branco arremessara contra ele com ódio e nojo que mal escondiam a sua insegurança o seu medo e a sua inveja do “Negro”, o negro passava a usar as mesmas armas dos brancos. O negro começava a sua literatura escrita, conforme os padrões ditados pelos brancos, por volta de 1900. Mas não só a literatura escrita: nos Estados Unidos os *spirituals* (muito mais tarde o *jazz*, o *blues*) com seu conteúdo bíblico, cantado nas igrejas protestantes ou no trabalho do campo, os *spirituals* se adaptavam perfeitamente ao sofrimento que no Velho Testamento falava dos judeus, exilados de sua terra natal escravizados no Egito, tangidos numa diáspora semelhante ao doloroso e involuntário périplo do negro. Moisés estendia a visão paradisíaca da Terra Prometida a todos os subjugados e expulsos de sua terra original. Os negros, escravizados nos Estados Unidos, estavam no mesmo deserto espiritual, as plantações de algodão do Sul rivalizando com o branco de suas carapinhas e a religião de um homem que morreu na Cruz a lhes prometer a libertação do cativeiro, quem sabe até a volta mítica à África de seus antepassados?

Aqui também havia uma modificação do código que os brancos seguiam. Para os negros a Terra Prometida, a Canaã, não era Israel, era a liberdade, a justiça, a democracia, o reconhecimento de seus direitos humanos que lhes dessem a possibilidade concreta, cotidiana, de serem considerados adultos livres e pensantes, independentes e responsáveis. Assim como teriam que gozar da plenitude de seus direitos humanos inalienáveis porque vinham junto com sua imersão na água batismal. A Bíblia passava a ser o livro da esperança e da promessa, não só judaica, não só cristã, mas também negra. Não podemos, dolorosamente, deixar de reconhecer que as Américas também neste ponto como em tantos outros, serviram de ambiente para *pogroms* e para a destruição dos negros, assim como ocorreu, por exemplo, com o Quilombo de Palmares.

As Américas nasceram de dois holocaustos: o das tribos indígenas e o holocausto: dos negros chicoteados de seu habitat natural rumo a países, povos e línguas estrangeiras, como diz a esplêndida escritora inglesa, Doris Lessing: a arrogância, a falta de humildade, de curiosidade por um ser humano diferente, mas nunca inferior

A Liberdade tinha sido conquistada com a vitória das tropas de Lincoln? A liberdade era boa para os brancos? Ela tinha que ser boa também para aos negros. Ao grito de Marcus Gavey “*Come back to Africa!*” (“Voltem para a África!”) quando os Estados Unidos fundaram a Libéria justamente para se descartar daquela massa de trabalhadores gratuitos, agora que eles tinham se tornado um

2. Perfil da Literatura Negra

estorvo pago e renitente, ele lucidamente respondia que não, o lugar dos ex-escravos é aqui, na América. O que nos pode servir de lição: W. E. Dubois precedeu os movimentos de libertação de vários países africanos negros e suas obras serviram de livro de cabeceira ou Bíblia para líderes africanos como Kwame Nkruman e Jomo Kenyata entre outros. Em 1903 ele já tinha a audácia de proclamar: será inútil a batalha dos negros pelos seus direitos? Estará o negro condenado como os heróis punidos gregos, Sísifo, Tântalo – a ver sempre seus esforços baldados? Os racistas do Sul se organizaram em sinistros grupos fanáticos e violentos: o Ku Klux Klan, apavorantes encapuzados, brandindo tochas de fogo e procurando “justiça e divertimento”: sair à caça de negros e católicos para enforcar ou linchar e depois incendiar suas míseras casas. Sereno em sua combatividade, Dubois fez o que para os brancos e para muitos negros que queriam “esquecer” a África que consideravam simiesca e selvagem, (conforme o chavão distorcedor da verdade repetido mil vezes): Dubois pensou profundamente, conscientemente e proclamou, sem se abalar, e de suas meditações surgiu o primeiro raio de luz que rompia aquela total invisibilidade negra. Em primeiro lugar, dizia, o negro *tem que ser ele mesmo*. Vencer a degradação social que lhe é imposta. Vencer a miséria, a ignorância, a inércia. Vencer a imitação servil e infecunda dos modelos brancos. Não está aí, inteira, a semente da futura *Négritude* de Senghor e de Aimé Césaire, aquele movimento de valorização total do mundo negro que genialmente Lima Barreto vira entre nós, muitos anos antes do ilustre poeta-Presidente do Senegal e do poeta das Antilhas com seu movimento da *negrice*?

Chicoteados para fora de sua paisagem natural rumo a países desconhecidos em fétidos navios negreiros, rumo a países e povos de línguas e costumes estrangeiros o negro deparou com características dos brancos dominantes que a magnífica escritora inglesa Doris Lessing foi cáustica mas justa ao denunciar: a arrogância vazia, a falta de humildade, de mera curiosidade por um ser humano diferente, mas nunca inferior, levou o branco a destruir, sem cuidados impérios inteiros: civilizações e culturas antiquíssimas da África, dos astecas, maias e toltecas no México e Guatemala, dos Incas no Peru e Bolívia – todos caíram arrasados pela soberba branca – mercantilista e protestante na América do Norte, hipocritamente conivente por meio da Igreja Católica que se diz seguidora do “amai o próximo” pregado por Cristo e que fazia vista grossa com relação à escravidão e ao massacre dos negros e índios no Brasil. Como a mesma Igreja, dita Católica, mais tarde abençoaria o fascismo de Mussolini, os trens de Hitler que despachavam soldados para a Segunda Guerra Mundial e calava seus púlpitos diante do genocídio de judeus, eslavos, homossexuais, ciganos aos milhões nos campos de concentração...

Mas se uma parte crescentemente influente e importante da intelectualidade branca se aliara, eloquente, à causa da abolição da escravatura – no Brasil o poeta baiano Castro Alves, o pensador da aristocracia pernambucana, Joaquim Nabuco, nos Estados Unidos a romancista Harriet Beecher Stowe e seu romance *A cabana do pai Tomás* – persistia outro problema crucial. Como manter fielmente os valores ancestrais africanos usando-se de uma língua estrangeira? O português, no Brasil, em Angola, em Moçambique, em Cabo Verde e em Guiné-Bissau; o espanhol, em Cuba, na Colômbia, no Peru, na Venezuela; o inglês nos Estados Unidos, o francês nas Antilhas tinham outras sonoridades, diferentes da estrutura e das sonoridades originais das línguas e dos dialetos da África Negra. Foi uma escolha difícil, decisiva mesmo, mas que brotou simultaneamente em todos os países: o negro contornou essa dificuldade. Apoderou-se da língua dos dominadores, da maioria branca. Não sei se cometo uma injustiça e se for o caso penitencio-me dela desde aqui e agora, mas tudo leva a crer que foi nos Estados Unidos que primeiro explodiu o orgulho

2. Perfil da Literatura Negra

de ser negro, a recusa de macaquear os modos de vestir, de falar, de ser do homem branco. W. E. Dubois, em 1890 – quando a União nacional quase se esfacelara por causa, principalmente, da abolição da escravidão nos EUA, nos Estados Confederados do Sul agrário e escravagista – Dubois atreveu-se a proclamar o “Movimento do Niágara”. O que queria esse negro assanhado, que se formara em filosofia em Harvard e Berlim? Assediar a consciência norte-americana até que os negros, afrontados em seus mínimos direitos, lesados, sem direito a voto, pessimamente alojados, pessimamente remunerados, sem acesso à instrução: cumpria torná-los cidadãos iguais aos outros como rezava, formalmente, a Constituição.

Ao mesmo tempo que ele clamava por boas escolas (mas não de samba), pelo voto que não fosse fraudado nas urnas controladas por brancos inescrupulosos. Ele aconselhava o enriquecimento dos negros para poderem competir em pé de igualdade com os ricos de pele clara, professava sem nenhum fanatismo uma fé profunda e comovedoramente democrata: Liberdade individual e de escolha de trabalho. Liberdade de associação. Liberdade de pensamento e de opinião. Liberdade de culto e de educação. E generoso, ultrapassando as falsas barreiras da cor da pele, acrescentava, convincente:

“De tudo isso nós precisamos, não separados dos demais, mas sim todos combatendo pelo mesmo ideal: o ideal da fraternidade humana. Sem oposição nem desprezo pelas outras raças que constituem a República norte-americana”.

Poeta, ao contrário de Dubois, que fundou a Associação para a Defesa das Pessoas de Cor e lutou de 1910 a 1945 pela independência dos países da África Negra subjugados pelos colonizadores ingleses, franceses, holandeses, belgas, portugueses, alemães, o poeta Langston Hughes lança a semente de um sentimento de exílio negro em meio à neve nos Estados Unidos. E como o nosso poeta Jorge de Lima ao falar do ‘*banzo*’, da saudade triste que se apodera do negro no Brasil longe de seu meio ambiente natural, na África longínqua; do negro que teme a civilização materialista, melancólica, cinzenta, dos arranha-céus. Ele anseia pelo sol, pelas palmeiras, pelos tambores nativos e espera algum dia não ter vergonha de se sentar à mesa dos brancos: “pois eu também sou a América”.

Essa reação do negro transplantado para outros países se divide em vertentes diferentes, naturalmente. De um lado, há os que anseiam por voltar à África, à aldeia tribal, ao ambiente primevo dos avós e bisavós: em sua busca de readquirir uma identidade perdida. De outro, a aceitação consciente de que “agora somos parte integrante e inalienável do mosaico das Américas”. Esta aceitação de seu americanismo – afinal há mais ou menos 400 anos os negros aculturados no Novo Mundo são dos mais antigos e básicos “americanos”, do Sul, do Centro ou do Norte da América – não deixa de ter uma subdivisão amarga, cheia de ódio e ironia, em que se emprega a mais ácida ironia contra o branco opressor. Demonstra essa reação um dos poetas brasileiros mais talentosos dentre os que Paulo Clina judiciosamente coligiu em sua pioneira coletânea de poetas negros brasileiros contemporâneos, denominada *Axé*, pela qual lutei denodadamente e com razão na reunião da Associação Paulista de Críticos de Arte que lhe atribuiu um prêmio justíssimo e até então outorgado somente a autores brancos ou mestiços. O poeta Cuti exemplifica essa atitude em seu poema intitulado “Palavra”:

Palavra

2. Perfil da Literatura Negra

Que sai da violência, do sarcasmo
Dos bêbados felizes
Deitados na rede da ilusão dum Brasil branco
Arrotando a vergonha-sobremesa do nosso olho
Hesitante em olhar para trás
Dos partidários de Rui Barbosa hoje
Na queima da “mancha negra da escravidão”
Do esquecimento das feridas que escorrem pus
Na carne de milhões de brasileiros
Nós
Que sai do cheiro podre de favela
Onde a cor das pessoas
É seta é meta direta da mentalidade escravagista
Em branco processo disfarçado
Palavra
Arrancada da angústia que se torce no meio dos medos
Do povo doente de não querer parentesco de escravo
Palavra
Fustigada : “Racista!”
Porque picha verdades cruas na cara da compostura
Maquiada de sonhos europeizantes
Palavra
Cuspe de escravo na cara do amo
Do amo-bibelô-vovô guardado
Nas estrofes do poema encomendado pelo cofre
Nos talheres da inconsciência
No útero estéril da nobreza
Palavra com olho d’água
Com choro censurado

2. Perfil da Literatura Negra

Orvalho de tristezas sobre folhas de cafezal
Em farpas de canavial
No sórdido riso dourado da terra
Palavra com palavra que se embola
Mar de bolhas que fervilha
Pela estrada dessa História de nós povo aqui
Trazido
Aqui sugado
Aqui bagaço
Cuspido
Palavra-cobrança na porta emperrada da consciência
Nacional
Sinal do sentimento nosso
Nessa língua estrangeira
Por enquanto

Nas Antilhas, Aimé Césaire e depois o senegalês Léopold Senghor extrapolam a celebração do ser negro com a *Négritude*, uma tendência que o grande escritor brasileiro negro, Lima Barreto já antecipara, como dissemos anteriormente, com seu conceito revolucionário de celebração da “negrice” brasileira, que ele tentava articular em verdadeiro movimento literário. O estopim desse Renascimento Negro parte da revista criada por intelectuais da Martinica intitulada *Légitime Défense*. Os antilhanos de cultura francesa, empanturrados do Parnasianismo quando Paris já tinha Rimbaud, Baudelaire, Verlaine e os surrealistas se rebelam, com razão. A nota de autenticidade africana é confirmada pela revista fundada em Paris subsequentemente, em 1934: *L'Étudiant Noir* (*O Estudante Preto*). Aí Aimé Césaire avança a tese de que nem o surrealismo nem o marxismo podem servir de modelos para a *Négritude*, pois são movimentos que partem da Europa, dirigidos a europeus: ora, a África Negra, demonstrava o etnólogo alemão Frobenius, de maneira irresponsável, é civilizada até à medula dos ossos. Antes da chegada dos brancos colonialistas à África, os negros indígenas nada tinham de subdesenvolvidos no plano das artes, da literatura, das religiões, das relações familiares, no plano jurídico, moral e político:

“A ideia do negro bárbaro não passa de uma invenção europeia”, afirma Frobenius, dispondo de dados arqueológicos irrefutáveis, convincentes na mão. Theodore Monot também denuncia a imbecilidade europeia de tomar a experiência do homem branco como a única. No máximo, os europeus poderiam ter um avanço *tecnológico* – o que hoje nos levou a Hiroshima, aos mísseis SS-2L russos e aos mísseis Pershing e Cruise norte-americanos.

2. Perfil da Literatura Negra

A tecnologia que os índios astecas confundiam com a vinda dos deuses ou com a magia ao vislumbrarem Hernán Cortés e seus soldados descenderem de navios montados a cavalo e com pedaços de madeira que cuspiam fogo e matavam alvos ao longe. Um poeta e ensaísta dos Estados Unidos com quem conversei hoje, durante esse frutífero congresso, o norte-americano Don Lee, assumiu conscientemente e voluntariamente uma dupla personalidade: é Don Lee por batismo na América anglo-saxônica e é também por eleição própria Haki Madhubuti. Ele retoma a frase célebre de Aimé Césaire que ainda considera válida hoje em dia:

“Nous autres nègres n'avons rien inventé » (Nós, negros, nada inventamos) para exortar a comunidade negra a apoderar-se dos conhecimentos, vitais hoje em dia para qualquer raça, da era tecnológica branca, na Rússia ou nos Estados Unidos ou do *know-how* japonês com sua nipônica coesão nacional e sua supremacia eletrônica alcançada hoje em dia já em termos mundiais de competição com os EUA. Don Lee pede a altos brados: menos televisão e mais estudo. Mais livros para os negros, mais conhecimentos para os negros: este é o desafio para os negros hoje em dia mais urgente, crê.” Não sou contra os brancos nem tenho objetivos absurdos de querer tomar para os negros, como compensação pela escravidão, os territórios dos Estados do Sul dos Estados Unidos, a Geórgia, o Alabama, o Tennessee, o Texas etc., como advogam, sem pensar, certos grupos fanáticos negros. O que eu quero é a participação integral do negro na malha de informações e eficiência do mundo moderno, porque mais do que nunca hoje em dia a informação, saber é poder”

O negro encarou o código que lhe impunha o branco dominante e o modificou estruturalmente, creio. O calor humano, a solidariedade, a fraternidade, a criatividade artística, a reflexão serena em todas as áreas da ação e do pensamento vieram dar vida às estátuas do Museu de Cera em que se estão transformando as sociedades brancas racistas que se idolatram a si mesmas, alijadas voluntariamente do espaço e do tempo.

A integração pacífica das raças, a miscigenação serão utopias a que recorreremos para ocultar a hipocrisia do preconceito generalizado? A África do Sul, esse enclave hitlerista em pleno final do século XX, “liberou” recentemente o amor e a união matrimonial entre pessoas de raças diferentes – quanta magnanimidade! Isso embora marido e mulher de cores diferentes ou amasiados terem que continuar a se sentar em bancos de jardins públicos diferentes, a viajar em trens diferentes e tomar água em bebedouros diferentes, além de outras restrições.

E não é sem propósito a menção específica à África do Sul. Eu lhes pedi licença para iniciar esse apressado esboço homenageando as organizadoras deste importante encontro inicial. Permitam que o encerre com uma nota dupla: primeiro, uma nota de esperança, a fim de que a educação, o respeito mútuo tragam uma contribuição recíproca cada vez maior a todas as raças, visando ao objetivo maior da humanização de nosso convívio. A segunda nota seria o reconhecimento, a homenagem sincera a todos os que forjaram a libertação plural da África Negra, muitos deles autores brancos como Alan Patton, Doris Lessing, Nadine Gordimer e os grandes líderes atuantes hoje em dia: Dom Desmond Tutu, Nelson Mandela, sem esquecer os corajosos predecessores, o Reverendo Martin Luther King, o Mahatma Gandhi. Todos nos legam e legaram uma lição imorredoura no coração e no espírito do ser humano, não importa a sua raça: a noção superior do *ahimsa*, o princípio-bússola da não-violência, o amor e o respeito pelo nosso próximo. Sem esquecer aquela anônima Rose, uma faxineira preta norte-americana que certa vez se recusou a

2. Perfil da Literatura Negra

ceder, num ônibus do Sul dos Estados Unidos, o seu lugar, na parte detrás do veículo em que viajava a um passageiro branco e com isso deflagrou todo o processo de mudança em prol dos direitos civis dos negros naquele país. Desde aí ecoaram até nós as estrofes do hino da esperança cantado por multidões de todas as raças, sexos e religiões ao invadir Washington, diante do Monumento à Memória de Lincoln:

“We shall overcome!”

“Venceremos!”

O esplêndido escritor irlandês George Bernard Shaw exprimiu esse mesmo anseio ao anotar lucidamente”

“Você vê como estão as coisas e diz: Por quê? Mas eu sonho com coisas que nunca existiram e então eu digo: Por que não?”

É o sonho visionário da grande alma de Martin Luther King exclamando: “*I have a dream!*” (“Eu tenho um sonho!”): o sonho da justiça, da liberdade, do respeito mútuo, da pacífica e fecunda convivência de todos os seres humanos no mundo: não é chegado o momento de começarmos a realizar concretamente o que sonhamos?

Parte I.

Literatura Brasileira

3. O negro na literatura brasileira

Anais do Seminários de Literatura brasileira: ensaios, 1990. Aguardando revisão.

Talvez a primeira observação que seria pertinente fazer com referência ao tema do negro na Literatura Brasileira seria naturalmente a manifestação mais óbvia, qual seja a de que a Literatura Negra está completamente à margem da marginalidade. Enquanto alguns grupos de reivindicações feministas conseguem publicar algumas coisas que falam de seus problemas específicos e principalmente dos seus direitos civis pisoteados por uma classe dominante, machista e que não reconhece nenhum direito a uma minoria dentro do que eles chamam de “uma democracia”, isto é, a predominância absoluta de uma minoria, já o negro, por exemplo, tem os seus cadernos – *Cadernos negros*, *Cadernos do canto negro* – que são mais ou menos clandestinos e só circulam através de um certo gueto brasileiro. Durante as pesquisas que fiz para este seminário não consegui detectar, em nenhum autor brasileiro específico, a não ser nos autores negros, evidentemente, uma consciência do que fosse esse problema sociológico tão sério num país como o Brasil.

Em seguida gostaria de me referir ao fato de que a literatura, quando trata do negro, quando ela não é, de forma clandestina, senha de mensagem entre grupos negros e poetas e escritores negros, ela é feita pela parte *soi disant* branca do Brasil, de uma maneira bastante paternalista. Tanto por parte da crítica como também por parte do público, notamos que não existe um estudo específico sobre a produção literária especificadamente negra no Brasil ou que focaliza o negro, desde Gregório de Matos Guerra até hoje, no decurso de nossa literatura. Não só todos os propósitos das reivindicações negras como também as suas contribuições importantes estão mais ou menos relegadas a um terceiro plano. A noção de diferença de epiderme, de diferença de pigmentação surge muito cedo no Brasil, já no Brasil de Gregório de Matos Guerra. Podemos citar, entre seus versos satíricos, alguns versos em que ele zomba da sociedade baiana em 1700, na sua própria época. Num trecho de seu poema ele diz:

Muitos mulatos desavergonhados trazidos sob os pés
Os homens nobres postos nas palhas,
Estupendas usuras nos mercados;
Todos os que não furtam, muito pobres
E eis aqui a cidade da Bahia.

3. O negro na literatura brasileira

Ele também se ri de todos os descendentes de índios, em outros versos famosos, quando diz:

Aqui é fidalgo nos ossos, cremos nós,

Pois nisso consistia o maior brasão

Daqueles que comiam seus avós

Não é, porém, apenas a tina vitriólica dos sarcasmos de parte da obra de Gregório de Matos Guerra que precocemente instaura o racismo como critério de julgamento *a priori* no Brasil. À medida que o tempo avança, um autor como Bernardo Guimarães, por exemplo, em meados de 1800, escreve a famosa, hoje famosa até na China, *A Escrava Isaura*. E baste um trecho de louvação da escrava Isaura, que passava por branca, para sabermos como é que o autor a descrevia:

“A sua tez é como o marfim do teclado, alva, que não deslumbra, embaçada por uma nuança delicada que não saberei dizer se é leve palidez ou cor de rosa desmaiada. Na fronte calma e lisa como um mármore polido, a luz do ocaso batia um róseo e suave reflexo. Di-la-eis, à luz do ocaso, misteriosa lâmpada de alabastro guardando no seio diáfano o fogo celeste da inspiração”.

Em outro romance, chamado *Rosaura, a enjeitada*, Bernardo Guimarães duvida que exista um brasileiro apenas cujos ascendentes não tenham puxado flecha ou tocado marimba.

Mas possivelmente haja um *parti pris* meu aqui. A grande explosão se daria com o Adolfo Caminha e seus romances extraordinários. Interessa-nos aqui principalmente *O Bom Crioulo* em que ele enfrentou a Marinha brasileira e seus mitos e tabus, como a chibata, que era usada contra violações mínimas nas castas inferiores aos oficiais, e, mais ainda, ele ousou, para um escândalo inimaginável na época, colocar, no mesmo romance, dois problemas absolutamente inéditos no Brasil - o racismo e o homossexualismo. Dois grumetes, um branco e o outro negro, têm uma relação passional. Quando o louro, inconstante, belo, afeminado, tendendo ao bissexual é morto pelo negro que por ele estava apaixonado, atinge-se um clima passional digno de Eugene O'Neill. Expulso da Marinha o escritor cearense, de meados a fim do século passado, é saudado hoje, até nos EUA como um genial precursor da literatura em que o *black power* e o *gay power* se afirmam como correntes poderosas que se opõem aos diversos preconceitos que deformam a sociedade norte-americana em sua contemporânea rebelião contra o cativo e a omissão a que são sujeitos esses dois segmentos da população norte-americana.

Com grande propriedade, Adolfo Caminha exprime em seu livro, o que ele chama de “esse acervo de mentiras galantes e torpezas dissimuladas”, esse “cortiço de vespas que se denomina sociedade”. A corrente racista continuava apenas os éditos da coroa portuguesa, que, já em 1726, proibia aos mulatos e homens de cor o acesso a qualquer cargo municipal em Minas Gerais até a quarta geração, medida também aplicada aos homens brancos casados com mulheres de cor. Há notícias de que jesuítas baianos comerciavam com escravos negros como se fossem moeda corrente na época, o que dá uma ideia das mudanças que cada século traz, lentamente, à posição do negro na nossa literatura e na nossa vivência diária.

3. O negro na literatura brasileira

Não é no período propriamente contemporâneo e sim no período moderno que nós encontraremos personagens negros, aqui e ali, em autores tão dispares quanto Coelho Neto, José Américo de Almeida, José Lins do Rego e Jorge de Lima. O racismo do historiador Oliveira Viana imperava quase que soberano, reforçado pela obra do francês Lapouge, *Les sélections sociales*. Oliveira Viana afirmava a superioridade intrínseca da raça branca sobre a negra e todas as demais, ao passo que, anteriormente, o Conde de Gobineau, no qual, se diz que Hitler e Himmler teriam se inspirado para criar a sua teoria nazista da *Herrenrasse*, a raça superior, ariana e alemã, proclama aos quatro ventos, no seu livro famoso *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*, a predominância da raça loura, de olhos azuis, logo seguida pela raça latina e, em último, a raça eslava, considerada o lixo da raça branca. Quem já teve algum contato com fotografias de guerra já viu, por exemplo, mulheres russas, grávidas, amarradas com correntes à neve, num ritual macabro dirigido por Hitler, enquanto os tanques nazistas passavam em cima dessas infelizes. Das raças de cor, nem falar! O Conde Gobineau era um comensal frequente nos banquetes de Pedro II, achando que o Brasil só progrediria quando trouxesse milhões de imigrantes europeus para cá.

Com a proclamação da República, um autor prolixo e talvez desprovido de outro talento que não o de se enamorar de suas próprias palavras, Coelho Neto, escreve um estranho e confuso romance, *O Rei Negro*. Nesse romance, os pretos Macambira e Balbina, no meio rural do Estado do Rio, evocam o cativo e o autor dá uma nota feminista às mulheres, que já eram meros objetos de fecundação, sem maiores direitos. Coelho Neto tenta repetir as deturpações da língua portuguesa pelos negros; a alteração da pronúncia de palavras - “raio de roda”, “tá in cima”, “dèssi”, “dexa”, “tá” e “Deus é grandí”. Mas os negros são mostrados aí como no realismo mágico da literatura hispano-americana, como sabedores de rituais secretos, de superstições primitivas que os levam à loucura, até que o negro Macambira, príncipe em sua terra de origem, se embrenha pela floresta incompreendido pelos que se opunham à escravidão e rechaçado pelos brancos.

Nós nos lembramos sempre quando lemos os poemas de Manuel Bandeira, que ele tinha acolhido a preta Irene como digna de entrar no céu. A boa preta Irene não precisa nem pedir licença para entrar no paraíso. Já José Américo de Almeida, no conto “A baiana”, fala de uma empregada que salva uma criança frágil.

“Generosamente a patroa de Irene ficou tocada de gratidão. Chegou a termos de pespegar um beijo no focinho úmido da Baiana. É verdade, assim a batizaram, desde que chegara, não sei se por causa da cor ou porque era ama de leite. Beijou só uma vez, mas beijou. Depois cuspiu muito e esfregou sabão nos beiços, o que a fez cuspir ainda mais”.

Com Jorge de Lima temos a primeira incursão moderna na poesia de um autor francamente a favor dos negros. É verdade que Olavo Bilac, na sua poesia a respeito do banzo, se referia à saudade do negro da sua África original, mas se trata de um exercício parnasiano estético, sem maior profundidade psicológica. Nós não precisamos nos referir ao famoso “Essa negra fulô”, de Jorge de Lima, em que o poeta subverte o encanto da bela escrava e a coloca em primeiro plano pelo amor do patrão, em detrimento da patroa branca e que leva uma vida parasita. Jorge de Lima, católico militante, saúda o negro com sentimentalismo, é verdade, mas com uma veemência inusitada na Literatura Brasileira. Ele canta o negro como sendo o advento não só da libertação

3. O negro na literatura brasileira

do cativo como também como a primeira raça que traz para o Brasil uma doçura desconhecida da raça branca, na Europa.

Finalmente chegamos, dentro dessa rapidíssima análise de algumas personagens negras da Literatura Brasileira, às personagens de Jorge Amado, que muita gente compara às mulatas de Sargentelli. Seriam as personagens de Jorge Amado simplesmente mulheres de cor, usadas como mero chamariz lascivo para o seu livro, como Gabriela e outras personagens? Eu não creio. Na sua vontade de prestar homenagem à mulher voluptuosa e de cor, o autor baiano retratou o protótipo do uso que delas fazem os homens, os donos da sociedade machista brasileira, que se limitam a querer apenas usar a mulher sexualmente. Gabriela possui, na realidade, toda uma carga anárquica da preguiça, de ruptura de tabus sexuais e, com a inocência de quem não sofre a limitação de outros tabus, busca o prazer. Se ele exige casamento ou não, não lhe importa. Se ele inclui o adultério e algum dinheiro para se manter, que diferença faz?

Ultimamente, a *Antologia dos poetas negros brasileiros contemporâneos*, sobre a qual eu chamei a atenção da APCA (Associação Paulista dos Críticos de Arte) de São Paulo, coloca alguns excelentes poemas ao lado de outros execráveis, mas talvez seja possível terminarmos com a citação de Paulo Lima:

Até quando as estrelas
Encravadas nas gretas,
No céu aberto
Nas palmas das minhas mãos,
Chorarão as ninhadas
Deste destino de ratos?

Ou, como diz Semog:

De repente, assim, assim
Num passe de mágica,
Como uma fonte atávica,
Comera todas as palavras
Ou será que nós já éramos mudos?

Restam as duas grandes figuras negras da Literatura Brasileira: Lima Barreto e Cruz e Souza. Com relação a Cruz e Souza, é engraçado observarmos que certos escritores norte-americanos que muitas vezes não compreendem bem o português, alguns dos nossos brasilianistas que não deram certo, veem no Cruz e Souza os atabaques da África original. Eu, até hoje, nem mesmo com um metrônomo, não consegui descobrir os atabaques de Cruz e Souza na sua obra simbolista. Ao contrário, eu creia que Cruz e Souza simbolista procurou em símbolos místicos e no uso de maiúsculas, muito comum nos textos místicos, no seu rebuscamento de palavras e na sua busca

3. *O negro na literatura brasileira*

de mundos etéreos, com virgens louras, buscou justamente um alívio para a sua vida feita de racismo, de desconhecimento e de miséria.

Já Lima Barreto teria um destino bastante mais trágico. Não só a miséria e o racismo o perseguiram, como também a loucura do pai, que esteve ao seu cargo, e também, mais tarde, a loucura dele próprio e a frustração de todos aqueles que, no Brasil, e em outros lugares, denotam sinais de genialidade, desde Baudelaire até Lima Barreto. Com um pai louco e seu problema de alcoolismo agravado, ele foi escorraçado da sociedade dita “de moral e bons costumes” do Rio de Janeiro e nada o conseguiu salvar. Quem quiser ter uma impressão realmente comovente do final de sua vida, basta ler a biografia que dele fez a Editora José Olympio, com Francisco de Assis Barbosa. Lima Barreto não só se depara com o preconceito de raça, como também, como todo artista, ele questiona as ideias que lhe são dadas como aceitas e, quando titubeia ao receber essas ideias sem questioná-las, morre cedo e incompreendido. Talvez, como no sonho do grande líder norte-americano Martin Luther King, não haja, amanhã, justificativa para as palavras do estudioso do negro, Haroldo Costa, em epígrafe no seu livro, que nos sirvam de lembrança de um passado ultrapassado:

“É preciso não carregar a pele como um fardo”

Estas anotações, na realidade, sinto-as como prematuras. Amanhã, tenho certeza, o negro fará parte decisiva da Literatura Brasileira. Trará à criação nacional toda a brandura e sabedoria que falta aos rígidos gêneros dos brancos desprovidos de fantasia, darão facetas novas da literatura que não se enquadram no museu de formol da literatura cartesiana europeia, natimorta hoje. Afinal é da África, é da América Latina mestiça que nos vêm hoje as vozes mais importantes da metamorfose que Mallarmé queria: “da vida estuante na sua complexidade quase indecifrável de um poema, de um romance, a vida vista pelo prisma de um indivíduo e transformada naquele material de criação humana perene: o livro”. Seja qual for a sua cor e a sua origem, o negro, quem sabe, será amanhã a inovação indispensável e especificamente negra para a Literatura Brasileira e deixará de ser, de certa forma, sinônima com ela. Quem sabe o negro será amanhã a própria Literatura Brasileira, em sua parte decisiva. Assim seja.

4. Entrevista - León Damas e a Negritude brasileira

Correio da Manhã, 1965/04/03. Aguardando revisão.

O poeta León Damas, da Guiana Francesa, que constituía com Césaire, da Martinica e Senghor, hoje presidente do Senegal, o triângulo sobre o qual se baseia o movimento da *Négritude*, encontra-se pela segunda vez no Brasil. Na sua sala de estudos de um apartamento em Copacabana ele nos recebe com grande afabilidade, cercado de livros brasileiros e, bem à mão, um dicionário francês-português. Veio pesquisar, com uma bolsa de estudos, a contribuição do homem de cor à literatura brasileira e faz questão de ressaltar, logo de início, a cooperação que vem tendo do diretor da Biblioteca Nacional e o valor da obra de Antônio Olinto sobre os *Brasileiros na África*. A busca de uma identidade autônoma por parte dos negros, que assume características de um movimento de reivindicações civis nos Estados Unidos adquiriu entre os intelectuais negros de formação francesa uma diretriz nitidamente cultural. Entre nós, o poeta Damas reconheceu imediatamente que a contribuição do negro não se limitava à literatura, extravasando-se na música, no *folklore*, na linguagem.

“Eu percebi imediatamente que no Brasil a integração do negro não é um *cliché*, pois ela foi preparada desde a abolição e talvez mesmo antes, incutindo no negro sentimentos patrióticos e a certeza de pertencer a um novo país, a uma nova nacionalidade, que sintetiza pessoas de todas as cores e proveniências. Esta *largesse* aliás o Brasil herda já de Portugal, que sempre admitiu negros em sua sociedade, antes mesmo da escravatura nas Américas.”

“O Brasil já tinha a sua negritude antes mesmo que nós a estruturássemos. Constituem os seus primeiros sinais os cantos de trabalho, que correspondem aos *spirituals* dos Estados Unidos, depois as lendas europeias alteradas nas suas versões africanas, preservando-se integralmente o legado da África Negra nos rituais religiosos de candomblé da Bahia, no *folklore* estudado por Câmara Cascudo e Gilberto Freyre, estudando-se atualmente a contribuição do negro à literatura de cordel do Nordeste, ao bumba-meu-boi e aos desafios de trovadores”.

“A *négritude* explode no carnaval brasileiro, esse espetáculo único de uma total fusão de raças. Em grande parte essa ausência de violência e de constrangimento que distingue a integração do negro brasileiro de todos os países do mundo se deve à ação lúcida de intelectuais brancos brasileiros. De forma unânime e continua, através dos séculos, ele vem defendendo o homem de cor, até hoje em dia chegarmos a

4. Entrevista - León Damas e a Negritude brasileira

Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade e outros. A única coisa que me surpreende é que as associações já existentes (sobretudo em São Paulo), destinadas ao estudo da contribuição negra e ao progresso desse segmento da população brasileira, não comemorem datas importantes como a morte de José do Patrocínio, para citar somente uma, que no dia 20 de janeiro passou quase inteiramente despercebida no Brasil”.

“O Brasil inspirou-me um poema, que já iniciei, denominado *Les Derniers Escales*. Ele refletirá, posso adiantar, a *fisionomia humana do Brasil*, que não é só uma frase de efeito, ninguém melhor do que eu para comprovar como ela existe e como se confirma, na realidade, a visão que deu deste extraordinário país Stefan Zweig na sua obra. Eu provenho da Guiana Francesa, que tem tido uma contribuição literária que supera de muito as suas modestas dimensões geográficas e a sua escassa população; no entanto, e de Caiena um importante poeta jovem, Serge Passiau, que em *Le Mal du Pays* fala do sentimento de exílio dentro do seu próprio país de que sofrem tantos intelectuais guianenses. Esse exílio é fruto de uma alienação cultural, pois os universitários da Guiana Francesa são forçados a estudar latim e grego e ter uma formação claramente francesa, quando, na minha opinião, seria muito mais útil e profícuo se estudassem no Brasil. Aqui, embora as universidades tenham surgido tardiamente, atingiram em certos casos excelentes níveis, sobretudo no setor da medicina tropical, dos estudos técnicos e sociológicos, sem falar na afinidade cultural que existe entre os nossos países do continente americano, de formação étnica parecida, em parte.”

Para o poeta, que já foi deputado, há uma estreita vinculação entre movimento poético e a ação política, citando como exemplos a poesia da *Résistance* francesa como fator na liberação da França dos invasores nazistas, a *Négritude* que influiu na elaboração da Constituição da França de 1946, abrindo as portas do Parlamento aos diferentes países africanos de língua francesa e ainda a ação de Langston Hughes, de Richard Wright e James Baldwin nos Estados Unidos, que complementam as “marchas da liberdade” do reverendo Martin Luther King e unem, assim, *le cœur et l'intelligence*.

“É ardilosa e absurda a afirmação dos marxistas que acusam a *Négritude* de ser um movimento afrancesado, que não reflete os desejos e a personalidade do negro africano. A *Négritude* não lhes deve agradar porque é essencialmente democrática e não incita ódios de classes nem inter-raciais e a prova disso está em que Sartre, que certamente não pode ser acusado de fascista, saudou a *Négritude* um dos mais decisivos movimentos culturais do pós-guerra. Digo mais ainda: a influência desse movimento se espalha pelos países africanos de língua inglesa, como a Nigéria, cujos principais poetas admitem publicamente sua inspiração. O que os detratores da *Négritude* não compreendem é que podemos ser diferentes sendo semelhantes, isto é: através de nossa expressão poética em língua francesa trazemos uma aportação inteiramente nova e inédita sea à poesia francesa, seja à articulação de uma poesia negra, fiel aos seus anseios raciais ancestrais. Os que nela veem uma forma de racismo negro desconhecem também o seu conteúdo inteiramente pacífico e sobretudo se esquecem da dolorosa história do homem de cor que certamente não será racista

4. Entrevista - León Damas e a *Négritude* brasileira

porque conheceu o racismo e tendo conhecido o ódio não o abrigará. A *Négritude* antecipa a era do diálogo universal entre todos os componentes da espécie humana, inclusive através das trocas culturais e das confrontações artísticas entre os povos.

“Quando digo que os negros são a raça que menos se poder acusar de ódio não vejo uma contradição a essa afirmação na existência dos” muçulmanos negros” (*black Muslims*) dos Estados Unidos, que pregam a destruição violenta da raça branca. Nos EUA a situação do negro é *sui generis*. Se os Estados Unidos tivessem tido colônias africanas como a França, a Inglaterra, Portugal, teriam resolvido de forma diferente o seu problema. Mas lá o que acontece é que o negro cria, dentro da própria metrópole, não na África distante, uma concorrência econômica e sexual ao homem branco. Esta concorrência, creio, é acentuada no Sul dos Estados Unidos (que defende uma situação que foi alterada com uma Guerra de Secessão) e também entre os imigrantes europeus. Segundo eu vejo a situação americana, são os imigrantes de recente integração americana que fazem mais oposição ao negro, ao passo que aqui no Brasil a lei que limitou severamente a imigração, no período de Getúlio Vargas, veio acelerar a formação de uma nacionalidade homogênea e compacta, eliminando o preconceito racial e permitindo a formação de uma sociedade multi-racial harmônica.”

Despedimo-nos do poeta artífice do movimento da *Négritude* enquanto ele se volta para os microfilmes tirados, na Biblioteca Nacional, dos escritores brasileiros e de seus antepassados. Sua atenção se detinha justamente na mãe de Castro Alves, na qual ele crê reconhecer traços de uma mestiça, justificando assim a eloquência veemente do “Navio Negreiro”, oriunda de uma revolta emocional e intensamente pessoal. León Damas elabora uma obra sobre a contribuição do negro à cultura brasileira, focalizando um aspecto ainda não explorado da cultura que é do nosso País e dos seus ancestrais.

5. Invenções e algemas de Castro Alves

Veja, 1971/07/14. Aguardando revisão.

Nem sempre o crítico e o leitor falam do mesmo Castro Alves. Existe a imagem “oficial” do poeta romântico que se inflama na descrição épica do “Navio Negreiro”. E uma visão mais rigorosa, que peneira versos esplêndidos da ganda volumosa de seu Amazonas poético. Os 24 anos de sua vida intensa foram breves demais para disciplinar sua inspiração desenfreada. Não lhe foi concedida a dilatação de prazo que pedira na véspera de sua morte, há cem anos: “Ai, o Quilombo dos Palmares! Seria minha obra-prima... Dai-me, meu Deus, mais dois anos de vida!”

Atualmente, perderam a validade a crítica excessivamente severa de Jamil Almansur Haddad (“Castro Alves é o orgulho elevado ao auge”) quanto a excessivamente entusiasta de Mário de Andrade (“Teve a maior glória, de discernir, entregando-se a ela, a causa dos escravos”). Que visão do poeta baiano se tem depois que a poesia brasileira recuperou sua poesia social (com João Cabral de Melo Neto), sua poesia de inspiração nativista, principalmente baseada no negro (com Jorge de Lima, e apresentou um poeta de grandeza universal que expressa uma temática brasileira complexa e profunda (Carlos Drummond de Andrade)?

Para a sensibilidade moderna, Castro Alves perdeu em renome retórico o que ganhou em verdadeiro pioneirismo. Lidos cem anos depois, nota-se que seus poemas intimistas, de aguda percepção da natureza tropical, ampliam o itinerário esboçado por Casimiro de Abreu. Os sociais mantêm a força de sua sinceridade e, sobretudo, Castro Alves precede o culto parnasiano da imagem poética ousada. Mas não podava com devido rigor a linguagem.

A própria denúncia de uma situação de exploração humana aviltante – a escravidão – exige dele um estilo heroico, cheio de interjeições e metáforas eruditas que um poeta consagrado pelo povo não consegue domar. Cauteloso ao tratar com o maior desafio para a poesia romântica – o adjetivo –, Castro Alves cai no lugar-comum inexpressivo (“o rir calmo da turba”, “guerreiros ousados”, “areias infindas”). A poesia de exortação cívica e moral, próxima demais da oratória, arrebatava o ouvido de uma multidão empolgada pelo entusiasmo do momento. Mas na página impressa a mediocridade de versos gratuitos sustenta o fluxo poético com estrofes meditativas e de rimas fracas e insossas: “Do Espanhol as cantilenas/ Requebradas de langor/ Lembram as moças morenas/ As andaluzas em flor”. A impressão que fica é a de um voo poético arrastado, preso às algemas da retórica como o albatroz preso à terra.

Fruto de uma época que se empolgava com a palavra altissonante, numa Bahia ainda acostumada à pirotécnica verbal de um padre Vieira, a sonoridade esmaga momentos de autêntica identificação

5. Invenções e algemas de Castro Alves

entre o poeta e sua legítima indignação moral. Assim, a coragem e a vibração de versos como “E existe um povo que a bandeira empresta/ Para cobrir tanta infâmia e cobardia!”, ou a musicalidade rítmica de “Auriverde pendão da minha terra,/ Que a brisa do Brasil beija e balança”, são anuladas pelos versos seguintes, desprovidos de força e de seguimento lógico: “E deixa-a transformar-se nessa festa/ Em manto impuro de bacante fria!”, ou “Estandarte que a luz o sol encerra,/ E as promessas divinas da esperança..”

Cultuado nas palavras do poeta senegalês Léopold Senghor como “o poeta dos continentes” (A América e a África), Castro Alves, examinado depois do estudo da cultura da África negra e das reivindicações da poesia da *Négritude*, revelaria, ao contrário, uma visão estereotipada do negro como um caçador indolente, puro, bom e tanto quanto os selvagens de José de Alencar, dotado de virtudes dos heróis clássicos da Grécia antiga. Sua poesia amorosa – inspirada por uma bela judia que morava diante de sua casa em Salvador, por sua paixão pela atriz portuguesa Eugênia Câmara, por Sinhá Lopes dos Anjos a quem dedicou seus versos num baile em São Paulo, e pela jovem italiana Agnese Trinci – também decepçiona pela artificialidade “literária” no sentido pejorativo do termo. Ligadas a uma sensualidade sempre faminta, suas imagens libidinosas eram ousadas para uma época que considerava pouco pudicos versos que diziam “Teu seio é vaga dourada/ Ao túbio clarão da lua/ Que ao murmúrio das volúpias/ Arqueja, palpita, nua”. Essa erotização da paisagem chegaria ao cúmulo de comparar o rio São Francisco a um corcel fogoso que, ao banhá-las, possui as terras de suas margens.

Mas, se a perspectiva do presente emagrece seu perfil qualitativo, aumenta a importância de suas inovações. Castro Alves não hesita em chocar os ouvidos afinados por uma gramática e uma paisagem rigidamente importadas de Portugal. Utiliza a contração “pra” em vez de “para” e integra uma geografia brasileira em versos que falam de “picadas” na floresta, “gerais” e “capinzais” – embora se limite a só ver borboletas azuis forçado pela rima e cego à variedade de colorido de nossa fauna. Nessa descrição intimista de estados da natureza – alegria, melancolia, morte, esperança – que refletem as emoções humanas diante da paisagem, ele cria pequenas joias de perfeita adequação de linguagem onomatopaica e frescor inventivo: “Em músico estalo rangia o coqueiro”, ou “a surdina da tarde ao sol, que morre lento”, entre dezenas de outros achados à procura de um garimpador paciente.

Ao formular sua poesia social – em parte deslocada no tempo, pois alude ao tráfico negreiro abolido quase vinte anos antes de seu nascimento – ele se aproximaria da definição de poesia que Shelley formulou: “O poeta é o desconhecido legislador da humanidade”. Seus versos aceleraram a proclamação da lei de 13 de Maio e apressaram indiretamente a proclamação da República por sua arrebatadora comunicabilidade popular. No continente americano, só Whitman teria, em sua época, um impacto e uma grandeza democrática tão profundos.

6. O mulato Raimundo faz cem anos

Jornal da Tarde, 1981/5/23. Aguardando revisão.

Felizmente para a nossa literatura, em geral é péssima a aclimação no Brasil dos “ismos” europeus para cá importados. O romantismo deu algum sinal de vitalidade no lirismo chopiniano de um Casimiro de Abreu, na veemência arrebatada e na sincera eloquência dos versos abolicionistas de Castro Alves. Mas depois desse primeiro tímido transplante, houve uma série de rejeições do corpo orgânico brasileiro desses enxertos vindos de lá com grande atraso. O simbolismo, que teve como um de seus máximos expoentes o catarinense Cruz e Souza, evaporou-se nos sonhos racistas e empolados do vate negro que sonhava com loiras celestes e usava termos alambicados para cantar sua Beatriz alvíssima a que não podia ter acesso, preso ao inferno do preconceito contra qualquer epiderme escura. O parnasianismo apresentou até elementos humorísticos inesperados quando cultuados por nossos imitadores da frieza escultórica, marmoreamente impassível de um gélido Lecomte Lisle ou de um estático Heredia: excelente cultor da língua, Olavo Bilac deu ao impávido parnasianismo uma vibração erótica tropical, não prevista no roteiro que nos foi enviado da França.

Depois de “ismos” importados a granel pelos inventores da Semana (que durou três noites) de Arte de Moderna de 1922 no Teatro Municipal de São Paulo revelaram-se já devorados por teias de aranha – cubismo, expressionismo – já quando desembalados dos caixotes *made in Europe* ou ao espalharem pelo ar o vírus fascista do canto ao futurismo de um Marinetti.

Um destino semelhante estaria reservado ao naturalismo, mandado vir de cambulhada com um positivismo mal digerido de Auguste Comte e os romances hoje ilegíveis de Émile Zola. Felizmente, sempre o Brasil soube desviar-se, mas suas obras perenes, dos tentáculos dos “ismos” e quando não o fez os resultados foram – quase sem exceções – desastrosos. É o caso de *O Mulato*, romance inseguro, dramalhão mexicano vazado em vernáculo... do maranhense Aluísio de Azevedo. As efemérides obrigam a comentar esse romance apenas porque neste ano se completam 100 anos da sua publicação, ou seja, em 1881. Melhor teria sido esperar a comemoração do centenário de *O Cortiço* (1890) obviamente a obra mais madura e mais pujante deste polêmico e corajoso autor do Norte do Brasil. Sem dúvida, Aluísio de Azevedo teve que reconhecer – fato que o acabrunhou para o resto da vida – que o Brasil já desde então não permitia a autor algum viver apenas, como se dizia, “da sua pena”. Caricaturista mordaz, jornalista de afogadilho, autor de folhetins mal cosidos e instantaneamente perecíveis como qualidade de escritura ou feitura literária, Aluísio de Azevedo, irmão do divertido e satírico comediógrafo Arthur de Azevedo, fez concurso para ingressar na carreira diplomática e abandonou a literatura aos 37 anos de idade, desgostoso com

6. *O mulato Raimundo faz cem anos*

a lentidão de um país no qual um milhar de exemplares levava anos para se esgotar. Foi uma decisão lamentável, peremptória, que privou o Brasil de um dos seus mais vivazes talentos. Há um certo exagero na aferição bonachona de José Lins do Rego ao atribuir a Aluísio de Azevedo a entrada no palco da literatura brasileira do povo, da raia miúda. Afinal, Taunay já captara de maneira palpavelmente vívida o povo na sua prosa dinâmica e de grande beleza estilística e José de Alencar, Euclides da Cunha, Lima Barreto e Adolfo Caminha distanciam-se poucos anos antes ou depois do aparecimento de *O Mulato*, colocando vários setores do povo em cena. E Castro Alves, ao denunciar a escravidão, estaria falando quiçá da aristocracia social do Brasil da sua época?

Aluísio de Azevedo não se revela com todo o vigor do seu talento em *O Mulato*. *O Mulato* é uma obra absolutamente imatura, de estreia “nas letras” de um rapaz de apenas 20 anos, que comete vários erros de português e espalha por páginas inteiras descrições da natureza de São Luís do Maranhão, sua cidade natal, e diálogos hoje totalmente inverossímeis, reminiscentes da radiofonização de *Direito de Nascer* de tão pateticamente ridículos.

O romance em torno do qual se solta um foguetório meramente ditado pela cronologia existe, felizmente, numa edição que constitui uma absoluta raridade entre nós, publicada pela Editora Ática, de São Paulo, é vendida ao preço irrisório de cem cruzeiros, com abundância de notas explicativas, uma boa capa e grande cuidado de preservação do texto original (a segunda versão, isto é, a que dela fez o autor). Outra vantagem que o leitor adquire quando prefere esta edição se refere à objetividade didática das notas informativas e do Suplemento de Trabalho, que facultam ao aluno captar bem a essência da obra e as intenções de Aluísio de Azevedo. Que alívio para os que adquirem, por exemplo, a monografia dedicada a Dalton Trevisan, publicada pela Editora Abril, na qual os, digamos, comentadores, ao invés de se cingirem a explicitar o texto para o aluno principiante, não: querem à força transformar o magnífico contista paranaense num “alienado” e incutir ao leitor a noção de que só a Libertadora das Gentes, a Revolução Panacéia, é que trará autores “engajados” com a realidade brasileira, provavelmente os aprovados por um futuro e onipotente Sindicato de Escritores de modelo soviético...

Mas se esta edição que respeita a inteligência do leitor, sem querer catequizá-lo nem deturpá-lo, é digna de elogios, já o livro em si é um amontoado de arrematadas tolices que não sensibilizam mais os leitores que no Brasil já leram um J. J. Veiga, um João Antônio, um Alcântara Machado, um Marcos Rey, um Rubem da Fonseca. Porque *O Mulato* não é um romance, no sentido estrito do termo: é um panfleto inchado de palavrório artificialmente teatral, com episódios grotescos de tão implausíveis e que, portanto, não existe – a não ser em raros trechos – como obra literária de valor permanente.

Tinha plena razão o excelente romancista peruano, Mario Vargas-Llosa, ao afirmar, em seu esplêndido ensaio sobre Flaubert, que o naturalismo, como escola literária, se revelara um fracasso irrecuperável. Infelizmente, *O Mulato* está atado a essa escola iniciada por Émile Zola na França, e a uma crença rígida do autor maranhense no positivismo de Auguste Comte e sua implícita “interpretação definitiva e imutável, tanto quanto inquestionável” da vida humana como o produto apenas de leis científicas que o homem descobrira, colocando a sociedade sob a lupa do Saber e explicitando TODOS OS FENÔMENOS culturais, sociais, políticos etc. sob esse prisma único. Aluísio de Azevedo pagou um tributo altíssimo, à custa do seu próprio talento: *O Mulato* é ilegível como “romance” hoje em dia. As ideias, as doutrinas raramente são boas fontes de inspiração

6. *O mulato Raimundo faz cem anos*

para romances inesquecíveis. De fato, a fórmula panfletária produz quase sem exceção textos indigestos, indeglutíveis, enfadonhos, risíveis ao extremo.

Que julgue o leitor por si próprio:

Nesta história rocambolesca em que Ana Rosa, branca é obrigada a não se casar com Raimundo, um mulato $\frac{3}{4}$ branco, formado na Europa, culto, refinado e dotado de todas as virtudes heroicas dos mitos da Grécia Antiga, há dois temas fundamentais e, um secundário. Os temas forçados, que obcecaram o autor e maçaram o leitor indescritivelmente são: o terrível racismo que, segundo o escritor, paralisava a vida social no seu Maranhão natal, mantendo as etnias em castas estanques: os brancos no topo da pirâmide, os mulatos desprezados e os negros enxovalhados como se fossem um lixo ou dejetos humanos. Segundo tema: o anticlericalismo ferrenho do autor, desgostoso com a lassidão e a hipocrisia de amplos setores do clero maranhense – logo no Maranhão, onde um dos insuperáveis Mestres do idioma e do pensamento em português, o Padre Vieira, por tantas vezes pronunciou sermões que são parte inalienável do melhor que a língua portuguesa já formulou!... O terceiro tema é a descrição muito adocicada da paisagem tropical brasileira, com a evocação dos seus traços populares e trovas, modinhas, cenas de as vezes grande vivacidade plástica, traíndo as origens do autor, que no princípio queria seguir a carreira de pintor e só tarde veio a descobrir a sua vocação literária. Uma vocação literária que salta à vista na sua obra-prima, *O Cortiço*, mas que aqui descamba em retratos românticos – nada afeitos à pretensa linha naturalista do autor – do ambiente topográfico de São Luís do Maranhão.

Com essas três pilastras o que Aluísio de Azevedo obtém?

Um teatro de fantoches falantes – pois o que mais poderá ser este *O Mulato* de retas e nobilíssimas intenções e péssima execução?

Não há personagens críveis: há caricaturas de traços rápidos.

O cônego Diogo é, maniqueistamente, o arquétipo do Mal, da Mentira, da Sordidez, da Cupidez, até o autor intelectual do crime que tira a vida do incômodo mulato que dá título ao livro. Sempre, indefectivelmente, o sacerdote é apresentado usando frases latinas, dessas que se tiram de almanaques de citações latinas e algibeira, não sendo obviamente compreendido pelos seus interlocutores, pasmados com tanta e tão impenetrável e onnipresente erudição. Quando, por exemplo, o pai de Ana Rosa, um português bonachão que não dá a mão da filha ao *colored* premido pelo preconceito que o circunda, elogia a beleza da filha, o cônego incontinenti abre sua caixa de ditos latinos aptos para qualquer momento e qualquer circunstância da vida:

“Manoel (o pai de Ana Rosa) bateu no ombro do cônego.

- Meto-lhe inveja, heim, compadre?... Olhe como o diacho da pequena está faceira, não é?
- *Ne insultes miseris!*”

O que, misericordiosamente, o editor explica em útil nota de pé de página quer dizer: Não insultes os miseráveis!

6. O mulato Raimundo faz cem anos

Trata-se do futuro casamento de Ana Rosa? O perverso cônego não tarda em admoestar misteriosamente: “*Cui fidas vides!*” (Vê em quem confias!). O mulato que a tantos incomoda com a sua presença (exceto sua amada-amante inacessível diante do altar, Ana Rosa), quando pede explicações sobre uma sua propriedade ao barroquíssimo padre, este responde com trejeitos: “*Horresco referens!*” (Horrorizo-me ao contá-lo). E assim por diante.

Além dessa estereotipação que é má literatura e não convence, Aluísio Azevedo tem cenas e diálogos de um ridículo involuntário e impagável, que superam as maiores expectativas dos que cultuam o *kitsch*. Quando Ana Rosa vê passar diante de sua janela o caixão com o cadáver do seu amor, o mulato a quem se entregou fisicamente e que a engravidou, reage da seguinte maneira:

“Era com efeito, ele.

O povo olhou todo para cima e viu uma coisa horrível, Ana Rosa, convulsa doida, firmando no patamar da janela as mãos, como duas garras, entranhava as unhas na madeira do balcão, com os olhos a rolar sinistramente e com um riso medonho a escancarar-lhe a boca, as ventas dilatadas, os membros hirtos.”

As incongruências se sucedem quase que de página em página. É totalmente inacreditável, por exemplo, que Ana Rosa fique sozinha em casa e consiga praticamente violentar Raimundo, seu amado, que antes de sua pretensa partida para o Rio de Janeiro, a vapor, viera despedir-se...do pai dela, depois de ter enviado à filha uma carta de amor e renúncia estoica. É um folhetim da pior espécie com lances em que Ana Rosa se arroja aos pés do amado e este, que na frase anterior a tratara de “minha senhora”, agora exclama este primor de romance de capa e espada:

“Antes assim (nota da redação: Ana Rosa julgara-o um impostor), juro-te que o desejava! Mas supõe que eu seria capaz porventura de sacrificar-te ao meu amor? Que eu seria capaz de condenar-te ao ódio de teu pai, ao desprezo dos teus amigos e aos comentários ridículos desta província estúpida? Não, deixe-me ir, Ana Rosa! É muito melhor que eu vá!...E tu, minha estrela querida, fica, fica tranquila ao lado de tua família; segue o teu caminho honesto; és virtuosa, serás a casta mulher de um branco que te mereça!...Não penses mais em mim. Adeus.”

O que se atribui de naturalismo a Aluísio de Azevedo se reduz a descrições cruas de vômitos podres, de mendigos macilentos de fome e é na parte coral, coletiva, do seu livro seguinte, *O Cortiço*, que deparamos realmente com um romancista plenamente apto a descrever, comovedora e contagiantemente um ambiente social que equivale ao inferno. Ao contrário dos naturalistas franceses, porém, ele é pudico. Até a cena em que Ana Rosa força Raimundo a compartilhar do seu “delírio carnal” é toda cheia de reticências, sem nada que pudesse fazer corar um leitor de 100 anos atrás, fora as beatas ignorantes de que ele escarnece justamente em seu livro-libelo.

Aluísio de Azevedo mudou o final do seu romance-dramalhão. Na primeira versão, era Ana Rosa que morria, nesta segunda e Raimundo que é abatido a tiros, pelo caixeiro de seu tio, o Dias, que no final vem a casar-se justamente com...Ana Rosa. É óbvio que quem arquiteta, aos olhos da sociedade e de Deus, o crime, armando o criminoso Dias, o assassino anônimo do mulato Raimundo, é o sacerdote. Que distância astronômica entre este padre untuoso e o

6. *O mulato Raimundo faz cem anos*

Tartufo de Molière... e quantos anos-luz separarão esta Ana da Ana Karenina de Tolstoi? São dados incomparáveis: Molière tinha uma sutileza e um domínio da psicologia humana e do vocabulário a que o autor maranhense não tem acesso nem remotamente e Tolstoi, felizmente, não dogmatizou sua candente crítica social de *Ana Karenina* pautando-a pelo rígido catecismo de Auguste Comte e seu missal positivista.

O leitor que achar que este centenário é apenas uma coincidência de datas tem todos os motivos para buscar refúgio e refrigério rápidos para a maçada quase inútil de ter lido *O Mulato* correndo a retirar da estante *O Cortiço*. Ali, sim, achará cenas excelentes, mas como a própria literatura alemã, além da francesa, comprova de sobejo, o naturalismo nasceu morto: quem hoje, na Alemanha, lê espontaneamente e com algum proveito as peças naturalistas de Gerhart Hauptmann? Que grande renascença tivera jamais, depois de publicados, os romances de Zola como *L'Assomoir* e *Germinal*?

Deixemos de lado o restante da criação literária de Aluísio de Azevedo (com exceção de *O Coruja* e *Casa de Pensão*), pois são escritos apressados, em forma de folhetim, enviados celeremente para os jornais e consumidos por um público nada exigente em matéria de literatura. A não ser que se queira ler essa série de textos com veia cômico-satírica: aí, sim, Aluísio de Azevedo consegue até superar o talento cômico de seu célebre irmão comediógrafo Arthur de Azevedo.

Consul do Brasil no Japão, na Itália, na Argentina, Aluísio de Azevedo separou-se da literatura definitivamente. É lastimável que ele não tenha seguido o exemplo de Eça de Queiroz – cuja influência ele assimilou tão mal, ao basear *O Mulato* em *O Crime do Padre Amaro* e sua vitriólica veia anticlerical – e não tenha aproveitado os lares da carreira diplomática do início deste século para escrever, já que tinha o sustento assegurado. Certamente seu estilo se aperfeiçoaria e essa obra tão gritantemente imperfeita, da sua juventude literariamente imberbe, *O Mulato*, possivelmente teria sido refundida ou quem sabe até esquecida? Não se perderia muita coisa.

O Mulato realmente só é importante pelo desassombro com que descreve as múltiplas tiranias odiosas que persistem, atenuadas, até hoje, no Brasil: a inferiorização da mulher, que não tem escolha a não ser o casamento com alguém escolhido pelos pais, a mulher como um elemento ornamental, de todo parasitário na sociedade brasileira; o monstruoso preconceito racial que impedia a miscigenação no nível das classes médias da então Província do Maranhão; a ignorância geral que fazia do Brasil um Império de analfabetos, a inexistência de eficazes ministérios da saúde, da educação; o desamparo do proletariado e dos habitantes das zonas rurais; o obscurantismo de parte da Igreja... Aluísio de Azevedo é um defensor de teses fantasiadas de romance, pelo menos neste duplamente infeliz *O Mulato*. Mesmo quando cintilam faíscas do seu real talento literário ao delinear a hipocrisia de alguns personagens marginais, o escritor se sobressai, porém, pelo tom didático do livro, que prega as coisas certas com um tom de sermão enfadonho. E afinal a República com todas as suas mazelas, corrupções e mordomias, não provou ser a panaceia que ele dela esperava, idealista impertérito: “Mas, como quer que o povo seja instruído num país cuja riqueza se baseia na escravidão e com um sistema de governo que tira a sua vida justamente da ignorância das massas?... Por tal forma, nunca sairemos deste círculo vicioso! Não haverá república enquanto o povo for ignorante; ora, enquanto o governo for monárquico, conservará, por conveniência própria, a ignorância do povo; logo... nunca haverá república!”

6. *O mulato Raimundo faz cem anos*

O saldo é óbvio:

Tardiamente aboliu-se a escravidão: proclamou-se a República: mas a ignorância das massas, comprova-se hoje, não é privilégio da inépcia monárquica. Este é o defeito dos romances-teoremas: passados os tempos, as teses ruíram e nada resta do seu arcabouço. Pois só arroubos bairristas maranhenses poderiam dar a um livro cheio de defeitos notórios a classificação de “obra-prima”: esse raciocínio só é válido para os que não admitem nenhuma jocosidade ao descrever São Luís do Maranhão como “a Atenas brasileira”... Seria, contudo, igualmente infamante e impensável aceitar a crítica rasteira e sem base que um setor da Igreja lhe moveu na época, através de seu órgão de imprensa, *Civilização*. Mais interessante do que o romance é a batalha verbal que se trava entre um padre, por coincidência chamado Raimundo (como *O Mulato* que é o personagem central do livro) Alves da Fonseca, a atacar com as invectivas mais baixas o autor em artigos mentirosos e pusilânimes e, do outro lado, Aluísio de Azevedo, no jornal *Pensamento* a responder e a querer substituir a crença na religião pela adesão ao pensar, hábito não aclimatado no Brasil, como se vê, até os dias que correm.

É um centenário um tanto embaraçoso dos 100 anos da publicação de *O Mulato*, pois muito pouco há para se celebrar e literariamente há mais para se calar. Zola dizia, ele mesmo fazendo o diagnóstico-epitáfio de seus romances naturalistas, que ao escrever queria proceder a “uma autópsia cirúrgica no corpo da sociedade”. Como *O Mulato* infelizmente comprova, para se fazer uma autópsia é preciso primeiro que exista um cadáver e este é de belíssimas feições idealistas mas corroído por uma enfermidade insanável: a verborragia a serviço da pregação de ideias, doença que a História da Literatura demonstra ser fatal para o autor, o indefeso leitor e as estropiadas ideias atingidas pelo cancro crescente de uma retórica oca e balofa.

7. Resenha de LGR vetada e não publicada no JT sobre Adolfo Caminha

In 'O Bom Crioulo', 1983. Aguardando revisão.

“Esse acervo de mentiras galantes e torpezas dissimuladas, esse cortiço de vespas que se denomina – sociedade” Adolfo Caminha

A Editora Ática, que já se vinha distinguindo por revelar, entre nós, coerente e corajosamente, os autores africanos, alguns dos melhores de Angola (como José Luandino Vieira), recupera agora aquele que é talvez o mais injustiçado de todos os romancistas brasileiros: Adolfo Caminha (1867-1897). É, atualmente, quase impossível encontrar as obras do escritor cearense que morreu com 29 anos de idade e que, no entanto, pela sua rebeldia de espírito, pela sua visão lúcida e profunda do ser humano, de sua luta apaixonada e teimosa contra os tabus de uma sociedade hipócrita, deixou dois testemunhos incendiários de sua precocidade. Zola, Flaubert e Eça de Queiroz já tinham abordado o adultério, a Igreja, o meio provinciano, a exploração das classes operárias, os bordeis e as fábricas massacrantes da moderna Revolução Industrial do século passado. Mas haverá em toda a literatura ocidental, na qual o Brasil se insere, o exemplo de um autor que tenha tão destemidamente focalizado temas tão polêmicos quanto Adolfo Caminha?

É de se duvidar que sim. Adolfo Caminha esmiuçou desassombradamente o feminismo em *A Normalista* (publicado em 1893), simultaneamente com os mitos da virgindade violada por um reles sedutor, o aborto forçado pelas circunstâncias do meio e o desamparo da mãe solteira, além de pinceladas de atração sexual de uma branca por machões negros, idealizados em sua potência sexual como garanhões ao mesmo tempo assustadores e cobiçados em sonhos – ou pesadelos de sentimento de culpa?

Em *O Bom Crioulo* (de 1895!), o autor inconformista que nos é tão oportunamente restituído pela Editora Ática, envereda, ao mesmo tempo, por assuntos proibidos, em parte, até hoje, pelo menos na literatura brasileira: o homossexualismo, o preconceito racial de uma superestrutura branca contra os negros, o horror do castigos corporais (chibatadas, prisão, obediência cega às ordens) e a injustiça social que alija os pobres numa casta quase comparável à dos escravos ou dos párias, os intocáveis da Índia onde predomina o Hinduísmo.

Adolfo Caminha, infelizmente, nunca teve críticos à sua altura. Os de sua época, Veríssimo e Romero, no mínimo o ignoraram ou o mencionaram com o desprezo de uma nota apressada.

7. Resenha de LGR vetada e não publicada no JT sobre Adolfo Caminha

Em seu livro *O Realismo* (Editora Cultrix), João Pacheco resume, felizmente para os leitores, sua apreciação a uma série de palavras ocas:

“... Se não chegou a desenvolver plenamente os seus dotes – faleceu aos trinta anos (corrijamos: aos 29) – tinha todo o estofo de um romancista, pois sabia manejar cenas e personagens com naturalidade. Enquanto *O Bom Crioulo* tem *fabulação mais segura* (grifo de espanto meu) e nele *se recortam mais firmemente os caracteres* (idem!), *A Normalista* põe em ação um mundo mais amplo, a desdobrar-se num cenário mais vasto – por isso menos realizado em partes, porém mais rico em perspectivas”. É a arte do escrever sem dizer absolutamente nada...

Também em duas páginas e meia M. Cavalcanti Proença em seus *Estudos Literários* (Editora José Olympio) “termina” com o autor, frisando que “em arte não há assuntos proibidos” e atribui a Adolfo Caminha o que certamente o autor republicano e abolicionista recusaria com um sorriso sutil de comiseração: “Um submundo erroneamente estruturado determina a convergência de vícios (sic!) e os homens, afinal, são produto do meio, vítimas do meio muitas vezes!” É uma perspectiva crítica que não se sustenta nem mesmo quando se lê ou relê *O Bom Crioulo* sob a ótica estreita de um pretenso cientificismo pretensamente naturalista.

Caminha tem, ao contrário, um estilo que começa incerto, influenciado por um romantismo a extrair da terra um lirismo estuante, vitalizante: em *A Normalista* seu canto, influenciado por José de Alencar, celebra a pureza e o vigor da natureza sertaneja. Depois, passa a magistral em *O Bom Crioulo*. Absolutamente nada no livro confirma que o autor estivesse, como moralista falso, hipoteticamente desvendando taras, aberrações, perversões. Vários integrantes da tripulação do navio – incluindo oficiais - bordo do qual serve o Bom Crioulo participam, dissimuladamente, de relações que vem, no Ocidente, do tempo das esquadras e batalhões de Esparta, na Grécia Antiga. Nem o autor se propõe, em momento algum, a *julgar* tais relações: a tragédia de *O Bom Crioulo* está muito mais enraizada na repulsa vivíssima que Adolfo Caminha sente pelos castigos corporais brutais impostos caprichosa e arbitrariamente pelos oficiais da Marinha de então e no choque de temperamentos de Amaro e Aleixo. Enquanto Aleixo, branco, catarinense, é descrito, no início, como de formas e atitudes que convencionalmente se chamam de “femininas”, Amaro, negro ou mulato escuro, é a sua antítese em tudo: másculo mas sensível, íntegro e corajoso, passional e, no final, alucinado pela sua paixão. Evidentemente que o livro todo alude, frequentemente, ao preconceito que segrega os negros à escala mais baixa ou imóvel dos estereótipos: “inferior”, “selvagem”, “incapaz de controlar seus instintos mais baixos”, “indolente”, “emotivo”, “irracional” etc.

O Bom Crioulo surpreende não só pela quase inacreditável precocidade do romance, um romance tão complexo, escrito por um jovem de menos de 30 anos, no Rio de Janeiro, em 1895. Essa audácia talvez faça dele, até prova em contrário, o primeiro romancista das Américas e da Europa eminentemente *moderno* e até mesmo *contemporâneo*: não é só hoje que Gore Vidal focalizou o homossexualismo em seu ruidoso *The City and the Pillar*? Não é só hoje que assomaram com livros candentes e bandeiras do E.R.A. (*Equal Rights Amendment* ou Emenda (constitucional) por Direitos Iguais na sociedade norte-americana para mulheres e homens), feministas como Kate Millet, Betty Friedan, as três Marias portuguesas, Germaine Grier, Rose Marie Muraro? E finalmente não é de

hoje apenas a eclosão do movimento negro, iniciado por Martin Luther King e retomado pela *Négritude* dos poetas das Antilhas e da África Negra (Aimé Césaire, Senghor), simultaneamente com os estudos africanos nas universidades norte-americanas e o *black is beautiful* lançado pelo *Black Power* nos Estados Unidos?

O autor cearense distingue-se porém pela sua abrangência. Jamais – cremos – lhe passou pela cabeça escrever um romance de tese: agora vou *provar* que na Marinha brasileira há discriminação racial; agora vou *provar* que nela, em todos os escalões, a prática do homossexualismo está camuflada mas inequivocamente difundida. Erraria também redondamente quem quisesse, apressadamente, equiparar esse bom crioulo a um Otelo em ambiente da Corte Imperial, no Rio de Janeiro pré-republicano e pré-abolicionista. Estranhamente, Caminha não faz sermão, não prega isto ou aquilo. Quase sempre com total isenção, limita-se a descrever situações, a captar perfis psicológicos desenhado não com rótulos esterelizantes mas, como os de Balzac, exemplos vivos da riqueza da fauna humana, com suas virtudes e abjeções. Mesmo quando usa a nomenclatura convencional da época quanto ao negro ou quanto ao “vício nefando”, nota-se que ele põe em dúvida tais classificações *a priori* e como que se indaga, remetendo a pergunta ao leitor: Tal premissa está certa eticamente? Corresponde aos fatos?, deve ser modificada ou aceita? Sem se prender à mentirosa moral de seu tempo, Adolfo Caminha é muito mais autenticamente “moralista” no sentido exemplar do termo: ele questiona a “moral” passageira vigente por considerá-la um monte de vilezas, e comodismos, de preconceitos, de injustiças, de covardias. Terá mudado a “moral”?

Causa impressão extraordinária, ao contrário, a pudicícia sincera com que meramente *insinua* cenas de outro modo escabrosas como a cena em que o personagem principal se atormenta com sua inesperada reviravolta de sentimentos em relação ao rapazinho catarinense. Lembra o Riobaldo durante quase todo o longo romance de Guimarães Rosa, *Grande Sertão Veredas*, que quase enlouquecerá por sua obsessão pelo misterioso Diadorim, sem companheiro de lutas e jagunço, como ele:

“E agora, como é que não tinha forças para resistir aos impulsos do sangue? Como é que se compreendia o amor, o desejo da possa animal entre duas pessoas do mesmo sexo, entre dois homens? Tudo isto fazia-lhe confusão no espírito, baralhando ideias, repugnando os sentidos, revivendo escrúpulos. – É certo que ele não seria o primeiro a dar o exemplo, caso o pequeno se resolvesse a consentir... – Mas – instinto ou falta de hábito – alguma coisa dentro de si revoltava-se contra semelhante imoralidade que outros de categoria superior praticavam quase todas as noites ali mesmo sobre o convés..”

Adolfo Caminha trata com sutileza e bom gosto qualquer cena que em outras mãos seria luxuriosa, doentia, chocante. Assim, quando Aleixo concorda com o primeiro encontro com Amaro, o bom crioulo; é uma cena que hoje em dia talvez uma ginásiana pudesse ler sem enrubescer, uma descrição tão sóbria, pudica mesmo:

“Depois de um silêncio cauteloso e rápido, Bom-Crioulo, conchegando-se ao grumete, disse-lhe qualquer coisa no ouvido. Aleixo conservou-se imóvel, sem respirar, encolhido, as pálpebras cerrando-se instintivamente de sono, ouvindo, com o ouvido

7. *Resenha de LGR vetada e não publicada no JT sobre Adolfo Caminha*

pegado ao convés, o marulhar das ondas na proa, não tece ânimo de murmurar uma palavra. Viu passarem, como em sonho, as mil e uma promessas de Bom-Crioulo: o quartinho da Rua da Misericórdia no Rio de Janeiro, os teatros, os passeios... ; lembrou-se do castigo que o negro sofrera por sua causa; mas não disse nada. Uma sensação de ventura infinita espalhava-se-lhe em todo o corpo. Começava a sentir no próprio sangue impulsos nunca experimentados, uma como vontade ingênita de ceder aos caprichos do negro, de abandonar-se-lhe para o que ele quisesse – uma vaga distensão dos nervos, um prurido de passividade...

- Ande logo! Murmurou apressadamente, voltando-se.

E consumou-se o delito contra a natureza.”

Não há nenhum trecho mais *forte* do que este em todo o livro. Há, isso sim, quadros espantosos da miséria proletária daquele Rio de Janeiro em que Oswaldo Cruz ainda não debelara a febre-amarela, enquanto o Imperador Pedro II subia Petrópolis, para fugir do verão carioca: “Era justamente em dezembro, mês de epidemia e de insuportável calor”.

Dir-se-ia que aqueles homens, operários e marinheiros, não tinham aparelho respiratório, não tinham pulmões, ou estavam saturados de miasmas.

Trabalhavam cantando e martelavam assoviando, com uma indiferença heroica, sem pensar no grande perigo que os ameaçava.

Pela noite, desde o escurecer, o odor pestilento aumentava e então não havia remédio: a marinhagem toda se precipitava para fora, como um formigueiro alvoroçado, tapando o nariz: - Foge! foge! Olha a febre amarela!”

Republicano atrevido, que aproveitou uma festa colegial em homenagem a Victor Hugo par elogiar a República e a Abolição diante do Imperador aturdido, Adolfo Caminha não traça apenas um retrato social terrível das hierarquias sociais do Brasil de fins do século passado. Obtém impressionantes retratos de indivíduos, como a finóia D. Carolina, rameira, como se dizia naquele tempo, aposentada, mas sequiosa da beleza e da juventude de Aleixo. A fotografia que tira dela é inesquecível e reminiscente de leituras de Eça de Queiroz:

“Há dias metera-se-lhe na cabeça uma extravagância: conquistar Aleixo, o bonitinho, tomá-lo para si, tê-lo como amantezinho do seu coração avelhentado e gasto, amigar-se com ele secretamente, dando-lhe tudo quanto fosse preciso: roupa, calçados, almoço e jantar nos dias de folga – dando-lhe tudo enfim.

Era uma esquisitice como outra qualquer: estava cansada de aturar marmanjos. Queria agora experimentar um menino, um criança, sem barba, que lhe fizesse todas as vontades. Nenhum melhor que Aleixo, cuja beleza impressionara-a desde a primeira vez que se tinham visto. Aleixo estava mesmo a calhar: bonito, forte, virgem talvez...

Arranjava-se perfeitamente, sem que Bom-Crioulo soubesse. Mas como falar ao grumete, como propor-lhe negócio? Ele talvez ficasse ofendido, e podia haver escândalo...

7. Resenha de LGR vetada e não publicada no JT sobre Adolfo Caminha

... Viu-se ao espelho e notou que realmente “ainda prestava serviço”: - Qual velha! Nem um pé-de-galinha sequer, nem uma ruga – pois isso era ser velha? Certo que não. Lá quanto à idade, ninguém queria saber. A questão era de cara e corpo... Ora, adeus!...

Começou a fazer-se muito meiga para o rapazinho, guardando-lhe doces, guloseimas, passando a ferro, ela própria, seus lenços, gabando-os na presença de estranho, fingindo-se distraída, quando queria mostrar-lhe a exuberância de suas carnes – perna, braço ou seios... Uma ocasião Aleixo vira-a em camisa curta, deitada, com as pernas de fora; porque os aposentos da portuguesa davam para o corredor e, nesse dia, ela esquecera de fechar a porta. O grumete voltou o rosto depressa, todo cheio de respeito, com se aquilo fosse uma profanação; mas, depois, ao lembrar-se do caso, tinha sempre uns arrepios voluptuosos, não podia evitar certa quebreira, certo desfalecimento acompanhado de ereção nervosa.

Nunca mais lhe saíra da lembrança aquela cena de alcova: uma mulher deitada com as pernas à mostra, muito gordas e penugentas – num desalinho irresistível, braços nus, cabelo solto –, devia de ser esplêndido a gente dormir nos braços de uma mulher: A portuguesa até que não era mazinha...

Aleixo, porém, estava longe de supor que D. Carolina, aquela D. Carolina, que o tratava como filho, bondosa e meiga, pretendesse fazê-lo seu amante,”

Se a obra de Adolfo Caminha já era coerente e audaciosamente anterior de quase um século ao espírito de nosso tempo, também sua vida se regeu sempre por uma insubordinação inata: apaixonando-se, na provinciana Fortaleza de então, por uma moça noiva, “raptou-a” ao noivo e com ela teve dois filhos. (Segundo outros autores, sua esposa, Isabel Jataí de Paula Barros, já era casada quando ela e o escritor se encontraram). Afastou-se (segundo outros “foi afastado”) da Marinha e tornou-se amanuense da Tesouraria da Fazenda. Ruem por terra, portanto, quaisquer críticas que se lhe queiram fazer, acusando-o de “combater em causa própria” ao enfocar o homossexualismo e a discriminação racial: branco e heterossexual, Adolfo Caminha rebelou-se também contra a Sociedade Literária que ajudara a fundar no Ceará, aquela curiosa “Padaria Espiritual” que deveria trazer novo alento à modorrenta capital, com suas reuniões denominadas “fornos” e seu jornal batizado de *O Pão*.

Morreu, muito jovem, de uma doença característica do movimento romântico: a tísica, como era chamada a tuberculose. Sem dúvida, trechos de seus romances – principalmente *A Normalista* – têm trechos inteiros de um romantismo nativista que Alencar assinaria sem hesitar. Nem a sua impassível atitude de “não julgar” tinha nada do exibicionismo pseudo-clínico e farsesco de Júlio Ribeiro e sua hoje natimorta *A Carne*. Adolfo Caminha – sobre quem é urgente que se faça um alentado estudo crítico, impossível no espaço de um breve artigo de jornal –, porém, não pôde coitado!, escapar aos críticos que lhe são póstumos.

Em futuras edições dessa pequena obra-prima, a Editora Ática deveria proceder, por assepsia, à eliminação do prefácio (de Saira Youssef Campedelli, da Faculdade Ibero-Americana) e sobretudo de suas hilariantes notas de pé de página. Ela rotula, por exemplo, a expressão italiana *dolce far*

niente de italianismo. Mais adiante, talvez levada pelo pudor, consigna o termo “calipígio” como equivalente de a “eu tem belas formas”, quando evidentemente esse adjetivo significa “que tem formosas nádegas”, do grego *kalos*, belo e *puge*, nádegas. Quem sabe, se a prefaciadora tivesse redigido tais notas depois de ter visto o excesso de nádegas e outras particularidades da anatomia humana esmiuçadas como numa aula de vivissecção pelos *cameramen* que insistiram apenas nessas imagens, obsessivamente, durante a filmagem calipigicamente fanática do nosso Carnaval na televisão, quem sabe ela corrigiria sua etimologia? Da mesma forma erra nossa professora ibero-americana ao traduzir *clownerie* como “termo francês usado para significar acrobacia de palhaço”. *Clownerie* quer dizer facécia, gracejo, piada de palhaço, palhaçada... *O Bom-Crioulo*, apesar da incompetência dos trechos pseudo-didáticos desta prefaciadora, conserva, no seu texto original aqui reproduzido integralmente pela Editora, todo o viço dos clássicos, tão contundente e polêmico quando foi publicado, 88 anos atrás.

As questões complexíssimas que *O Bom-Crioulo* suscita fazem deste livro uma ruptura, na literatura brasileira, entre o antigo e o moderno. Caminha não faz preleções, não “moraliza” no sentido estreito que as digníssimas e zelosas Senhoras da Lapa dão a esse termo. Quer dizer: não permanece indiferente ao tradicionalismo das ideias feitas e nunca questionadas. O autor cearense está fundamentalmente empenhado com a Ética, cético à “moral” imposta segundo os ditames variáveis de uma época ou de um período histórico e social. À saia baião não se sucederam o biquini, o *topless* e a pílula anticoncepcional? Ao processo e encarceramento de Oscar Wilde não sobrevieram a adoção de leis liberais e a conscientização do *Gay Movement* em vários países? A Lei Afonso Arinos não penaliza, pelo menos juridicamente, a discriminação racial?

É singular, por último, como mero fecho destas anotações sucintas sobre uma de nossas obras-primas, destacar: o autor *não se exime* de formular uma pergunta muito mais importante do que as indagações sobre a libido, a sexualidade permitida ou não e até mesmo capaz de ultrapassar a injustiça que circunda a crueldade e a estupidez do racismo. Qual deve ser o procedimento ético, humano, de um ser humano para com o outro?

8. A revolta de um precursor

Veja, n.41, 1969/06. Aguardando revisão.

No dia 13 de maio de 1888, o mulatinho Afonso Henriques de Lima Barreto comemora sete anos de idade na Rua do Riachuelo, no Rio de Janeiro, em meio a foguetes e danças dos negros libertos, que lhe dão a primeira noção confusa do preconceito racial e da escravidão que se abolia naquela data. Em 1922, o romancista social de *O Triste Fim de Policarpo Quaresma*, o jornalista cáustico de *Bagatelas*, morria – no mesmo ano da Semana de Arte Moderna em São Paulo, cujas reformas mais importantes ele antecipara de décadas. Esta semana, a Editora Brasiliense comemora os sessenta anos do seu primeiro romance lançado pela primeira vez em Portugal, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (numa época em que Machado de Assis e Euclides da Cunha não tinham editores brasileiros para suas obras).

Os dezessete volumes de Lima Barreto que a Brasiliense agora reedita permitem definir a modernidade quase profética do autor que via no romancista “alguma coisa do descobridor”. Contemporâneo de Machado de Assis, por quem sentia antipatia, Lima Barreto precederia a tendência abasileirante do movimento modernista: “Eu tenho notado nas rodas que hei frequentado... uma nefasta influência dos portugueses. Ajeita-se o modo de escrever deles, copiam-se-lhes os cacoetes, a estrutura da frase, não há dentre ele um que conscienciosamente procure escrever como seu meio pede e requer..”

Rebelando-se contra uma literatura meramente sonora, cheia de retórica e sutilezas verbais inúteis, como a de Coelho Neto, seu contemporâneo. Lima Barreto é um seguidor do filósofo e crítico de literatura francês Taine, que vê na literatura o retrato social de um ambiente, de uma época e de uma raça. A raça seria uma de suas preocupações maiores. “É triste não ser branco”, anota Lima Barreto em seu diário, estruturando desde seu primeiro romance a defesa do negro espoliado que Richard Wright e James Baldwin fariam explodir mais tarde na literatura moderna americana: “Não sei que estranha tenacidade leva (a raça negra) a viver e por que essa tenacidade é tanto mais forte quanto mais humilde e miserável”. Como a adesão ao que ele chama de “negrismo” seguiria de perto as tendências atuais da *Négritude* de Léopold Senghor e Aimé Césaire: “Pretendo fazer um romance em que se descrevam a vida e o trabalho dos negros numa fazenda. Será uma espécie de *Germinal* negro, com mais psicologia especial... Essas ideias que me perseguem de pintar e fazer a vida escrava com os processos modernos do romance, e o grande amor que me inspira – puderá! – a gente negra... Dirão que é o negrismo, que é um bom indianismo... mas e a glória e o imenso serviço à raça a que pertencço?” Ao lado de repostas às teorias racistas do Conde de Gobineau (que serviram de base para o nazismo e para o regime de *apartheid* da África do Sul, ele alinha as fases da

8. *A revolta de um precursor*

sua batalha solitária contra a estreiteza do meio, o preconceito e o álcool, que o levaria ao hospício duas vezes. Ao contrário de Machado de Assis, que via no funcionalismo público uma forma de ascensão social, Lima Barreto, ao deixar o Liceu Nichteroy (com os estudos custeados por seu padrinho, o Visconde de Ouro Preto), fracassa na tentativa de ingressar na Escola Politécnica para ser engenheiro e consegue um emprego de amanuense obscuro a Secretaria da Guerra, onde seu talento é hostilizado. “As repartições”, exclama Lima Barreto, como um Kafka carioca e mulato, “são como a vida em geral: amam os medíocres.”

Fugindo ao desfile das elegantes na Rua do Ouvidor e a inauguração do cinema, Lima Barreto estuda filosofia sozinho, em enciclopédias francesas, anota palavras para formar um vocabulário e é, acima de tudo, uma personalidade cheia de contrastes. Apaixona-se pelo positivismo – mas, ao mesmo tempo, paga promessas à sua Madrinha, Nossa Senhora da Glória; exalta o marxismo e a Revolução Russa – mas tem o ceticismo de um Voltaire, que não acredita em reformas de fora sem uma revolução interior; é anarquista, mas candidata-se quatro vezes à Academia Brasileira de Letras, sem sucesso. Sensível, polêmico, Lima Barreto incorporaria o povo brasileiro – nas suas camadas mais humildes – à literatura romanesca do Brasil, precedendo toda a literatura social nordestina de Graciliano Ramos e José Lins do Rêgo, assim como anteciparia Guimarães Rosa na pesquisa do folclore brasileiro para utilização como matéria-prima literária. Além de trágico e inconformista, Lima Barreto seria um autor satírico mais cáustico e mais substancial na críticas dos costumes de seu tempo que qualquer outro autor brasileiro, com suas história dos Bruzundangas, República que simboliza o país das trapalhadas e da mixórdia, o Reino de Jambon, o Brasil-Presunto “que até aqui tem sido muito roído: roem-no os de fora, roem os de dentro, mas o diabo dessa perna de porco resiste à voracidade externa e interna de uma maneira perfeitamente milagrosa”.

9. Lima Barreto - altamente inovador. E quase desconhecido

Jornal da Tarde, 1981/5/9. Aguardando revisão.

“Nasci sem dinheiro, mulato e livre”

Lima Barreto

Apesar da excelente biografia de Lima Barreto que lhe dedicou o finíssimo crítico paulista Francisco Assis Barbosa (*A Vida de Lima Barreto*, Livraria José Olympio/MEC Editora, coleção Documentos Brasileiros), o destino trágico e a literatura profundamente inovadora do escritor carioca continuam quase desconhecidos no Brasil.

Ofuscado por Machado de Assis, morto precocemente aos 41 anos de idade, no ano da Semana de Arte Moderna de São Paulo, 1922, Afonso Henriques de Lima Barreto desafia desde a sua geração a todos que queiram ter uma noção melhor do avanço da literatura brasileira, sem os “ismos” importados tardiamente para cá pelos revolucionários pândegos de 22 e sem a idolatria cega votada à Machado de Assis. Mulato como o autor de *Quincas Borba*, Lima Barreto não cultivou o pessimismo do seu contemporâneo nem se afastou da luta pelas liberdades civis e conquistas do operariado moderno. Sua vida, porém, nada tinha que o levasse a acreditar nos seres humanos, na sua bondade, na sua coragem. Talvez as artes no Brasil, desde Aleijadinho, não encerrem uma existência tão monstruosamente trágica a par de uma criação filosófica e estética superior e perpétua.

Lima Barreto foi vítima de inúmeros torpes inimigos simultâneos: o hipócrita, dissimulado preconceito racial que disfarça nossas castas étnicas sob o manto mentiroso de uma autêntica “democracia racial”; a pobreza aviltante da “carreira” de funcionalismo público a que esteve sempre precariamente atrelado; a mediocridade insuperável da inércia intelectual e cultural brasileira que tolhe, até em nossos dias, qualquer iniciativa tendente a alterar o *status quo* de incultíssima sonolência.

Como Monteiro Lobato, com quem manteve uma correspondência vivaz, Lima Barreto não se amoldou à pasmaceira *de rigueur* no campo do pensamento, da erudição, da pesquisa intelectual, das realizações artísticas, da audácia criativa cultural. Alcoólatra prematuro dos trinta anos de idade em diante, com o pai louco a seu cargo, um posto medíocre de amanuense como profissão, irrealizado no plano sentimental, tímido com as mulheres e saindo enojado de bordeis,

Lima Barreto esboçou, porém, uma das mais geniais incursões no aprendizado solitário de um estilo literário entre nós. *O Triste Fim de Policarpo Quaresma* – possivelmente sua obra-prima –, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* e *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* trazem a marca do seu inconformismo múltiplo: contra o isolamento que o condenava o preconceito de cor, contra a miséria do deserto intelectual brasileira, contra os acadêmicos, ditadores, uma Igreja ladina e pusilânime, mestra em acrobacias de uma flexibilidade inacreditável da qual abusa sempre que passa de um “partido” político a outro, em defesa sempre de seus interesses: se eles penderem para a salvaguarda dos “humildes e ofendidos”, lépida, ela passará a ser seu “anjo protetor”, com a mesma agilidade com que antes se aliava peremptoriamente aos poderosos de cada um dos momentos da História.

Com tantos inimigos ao mesmo tempo e sem contemporizar com a boçalidade das suas manifestações – da imprensa estúpida e venal aos aduladores palacianos do momento –, não estranha que Lima Barreto tenha sucumbido, só e incompreendido até o fim. No entanto, nunca a literatura brasileira uniria espíritos tão díspares e singulares num só romancista: o autor de *Policarpo Quaresma* tem de Gogol a noção arraigadamente trágica da existência; de Sterne a ironia alegre; de Dickens o traço vigoroso que desenha uma caricatura humana sucinta e exemplar. A essas afinidades ele acrescentou uma brejeirice e uma doçura brasileiras que estabelecem o mais inesperado contraste com a sua vida e seus dissabores quase nunca mitigados por momentos de calma. Que calma poderia haver para quem tivera com única herança o apego à cultura e como encargo pesado o cuidado do pai, alienado mental mantido em casa? O único consolo era o da Arte, principalmente da Literatura que lhe permitia ombrear-se com os brancos ricos e ultrapassar o marasmo brasílico da cretinice endêmica neste país, e sem sintomas de melhora até hoje. Gentilíssimo de trato, ensimesmado, avesso a intimidades e obscenidades, Lima Barreto deixa um retrato verídico e sulfúrico dos balangandãs pseudocultos do brasileiro médio, que do alto de seus anéis de “doutores” com rubis falsos ria daquele passageiro mulato, mal vestido, solitário, que viajava no trem da Central do Brasil, rumo à repartição bocejante ou de volta à casa, filial do hospício:

“A presunção, o pedantismo, a arrogância e o desdém com que olhavam as minhas roupas desfiadas e verdoengas sacudiam-me os nervos e davam-me ânimos à revolta.

O brasileiro é vaidoso e guloso de títulos ociosos e honrarias chochas. O seu ideal é ter distinções de anéis, de veneras, de condecorações, andar cheio de dourados, com o peito *chamarré d’or*, seja da Guarda Civil ou da atual segunda linha. Observem. Quanto mais modesta for a categoria do empregado – no subúrbio pelo menos – mais enfatuado ele se mostra. Um velho contínuo tem-se na conta de grande e imensa coisa, só pelo fato de ser funcionário do Estado, para carregar papéis de um lado para outro; e um simples terceiro oficial, que a isso chegou, por trapaças de transferências e artigos capciosos nas reformas, partindo de ‘servente adido à escrita’, limpa que nem um diretor notável, quando compra, se o faz, a passagem no guichê da estação. Empurra brutalmente os outros, olha com desdém os mal vestidos, bate nervosamente com os níqueis..”

Quase sem amigos, arredio, aquele moço sério, educado, passava o tempo disponível, depois do trabalho maçante de amanuense de uma Secretaria governamental, a frequentar a Biblioteca Nacional, naquele Rio de Janeiro que ainda era uma cidade provinciana, antes das reformas

urbanas, da ação saneadora e heroica de Oswaldo Cruz. E para si próprio ele redige um “Curso de filosofia feito por Afonso Henriques de Lima Barreto, segundo artigos da *Grande Encyclopédie Française du XXème Siècle*, outros dicionários e livros fáceis de se obter”. A par da filosofia, que lhe permitiria, fora dos limites da raça, da classe social, da nacionalidade, interpretar a vida e suas ilusões, descabros e raras alegrias, ele se realizava inteiramente apenas na literatura:

“Mais do que qualquer outra atividade espiritual da nossa espécie, a Arte, especialmente a Literatura, a que me dediquei e com quem me casei, mais do que ela nenhum outro meio de comunicação entre os homens em virtude mesmo do seu poder de contágio, teve, tem e terá um grande destino em nossa triste Humanidade... Quer dizer: que o homem, por intermédio da Arte, não fica adstrito aos preceitos e preconceitos de seu tempo, de seu nascimento, de sua pátria, de sua raça: ele vai além disso, mais longe que pode, para alcançar a vida total do Universo e incorporar a sua vida na do Mundo.”

A literatura – antes dos modernistas de 22 -, ele afirmava, não era a gramatiquice lusitana emperrada e artificial, mas a oralidade inculta e saborosa do falar brasileiro, mais do que uma forma vazia e altissonante à la Coelho Neto, “mestre” das lantejoulas de literatice da época em seus romances natimortos. A literatura era a “a exteriorização de um certo e determinado pensamento de interesse humano, que fale do problema angustioso que nos cerca, e aluda às questões de nossa conduta na vida”.

Nossa conduta na vida: essa raiz ética o prende a uma consciência incapaz de aceitar, conciliações com tudo que é chucro, chulo, vil, menor e o degreda para uma solidão, uma incompreensão nunca sanada, a par do fardo melancólico do pai delirante a bradar que tranquem as portas pois a polícia cercou a casa e vem buscá-lo, nas noites de insônia e alucinações tétricas de pavor. Lima Barreto não tinha “pistolões”, não recorria a contrerêneos bairristas que pudessem ajudá-lo, não aceitava a petulância fátua dos acadêmicos nem teve o bálsamo de um amor feminino que pudesse servir-lhe de apoio na vida adversa. Os seus inimigos, ferozes e poderosos, vingaram-se da maneira mais solerte possível: ignorando-o, impedindo-o de ganhar uma vida melhor, de ter o renome que seu engenho extraordinário lhe permitiria. Um de seus alvos preferidos foi a Igreja mimética, camaleão a adaptar-se às cores predominantes nas mutáveis cortes do poder:

“A tática seguida pelo Vaticano consiste em sustentar a classe poderosa no momento, com unhas e dentes, desculpar os seus erros e crimes, para poder viver; e quando ela, a classe poderosa, é derrubada e abatida, alia-se à poderosa que lhe sucede...

... Não creio, portanto, que a Igreja possa resolver a questão social que os nossos dias põem para ser solucionada urgentemente.

Se os socialistas, anarquistas, sindicalistas, positivistas etc, não a podem resolver, estou muito disposto a crer que o catolicismo não a resolverá também, tanto mais que nunca foram tão íntimas as relações do clero com o capital, e é contra este que se dirige toda a guerra dos revolucionários.”

Os revolucionários, em sentido estrito do termo, seriam os que traziam reformas, principalmente para o operariado: redução da jornada diária de trabalho, aumento salarial: nunca Lima Barreto aderiu totalmente à ideologia alguma, a nenhum credo, a nenhum dogma político. Há tentativas

várias de querer incorporá-lo ao positivismo, que abraçou por pouco tempo, ao anarquismo, ao comunismo, mas ele mesmo, de forma categórica, confessa sempre sua independência individual: a favor da liberdade, a favor dos Jecas Tatus entregues à miséria, à maleita e ao analfabetismo que Monteiro Lobato denunciara de forma tão veemente e irrepetível em *Urupês*, mas sem rótulos nem diretrizes partidárias.

Deixa documentado nitidamente:

“Não obedeco a teorias de higiene mental, social, moral, estética de espécie alguma. O que tenho são implicâncias parvas: e é só isso. Implico com três ou quatro sujeitos das letras, com a Câmara, com os diplomatas, com Botafogo e Petrópolis: e não é em nome de teoria alguma, porque não sou republicano, não sou socialista, não sou anarquista, não sou nada; tenho implicâncias. É uma razão muito fraca e subalterna; mas como é a única, não fica bem à minha honestidade de escriba escondê-la”

O próprio escritor, porém, que bradava não amar nem a pátria; nem a família, nem a Humanidade, na realidade buscava a compreensão do próximo e seus romances são dos mais impregnados de ternura humana comovente já escritos no Brasil. Não erraram alguns críticos da época em, percucientemente, apontarem o personagem de Policarpo Quaresma como uma espécie de dom Quixote brasileiro em miniatura. Em que outras páginas da literatura brasileira haverá tanta graça leve, tanta caricatura mordaz mas não sádica, tanta doçura humana a definir personagens que Sterne e Dickens aprovariam com entusiasmo? Quaresma, o brasileiro extremado, que escreve em tupi-guarani uma carta a um ministério e que dedica seu tempo e escasso dinheiro a ler sobre os rios do Brasil, as riquezas do Brasil, a flora e a fauna do Brasil, terminaria vítima da ditadura, do hospício, do esmagamento execrável pelos poderosos do momento e pela indiferença dos circunstantes. Nem mesmo uma figura feminina – à mulher Lima Barreto reserva sempre um quinhão maior de bondade altruísta e ativa – consegue interceder por ele, os amigos evitando envolver-se com quem não fosse do partido governista... Mas o final, da impotência contra a prepotência do arbítrio, não consegue transmitir uma anulação total da atmosfera paradoxalmente risonha que Lima Barreto incute a seus personagens, vítimas de obsessões hilariantes.

Aquele marginal, Lima Barreto, não era um misantropo: amava a Humanidade a seu modo rude, áspero, e não há justificativa para sua própria descrição como a de um homem “de coração árido”. Fugazmente boêmio nas rodas literárias do Rio do seu tempo, cidade então de poucas e parvas distrações, cioso de sua descendência lusitana e africana, Lima Barreto escrevia para comunicar-se, não para traduzir o Belo e o Perfeito em estilo literário. Frequentemente se jactava de sua incorreção gramatical e sua “implicância” com Machado de Assis é célebre. Ao mestre criador de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, ele reservava apenas frases de sarcasmo: “Machado escrevia com medo do Castilho e escondendo o que sentia, para não se rebaixar”. Seu magnífico biógrafo, Francisco Assis Barbosa, cita depoimentos tanto de Austregésilo de Ataíde quanto de Sérgio Buarque de Holanda, segundo os quais o mero nome de Machado de Assis enfurecia Lima Barreto a ponto de imprecisar para quem quisesse ouvir: “Machado é um falso em tudo. Não tem naturalidade. Inventava tipos sem nenhuma vida”. Considerava Aluísio de Azevedo superior a Machado de Assis como romancista. Pior ainda: Machado de Assis seria um omissor, meramente aludindo a subentendidos que de tão abstratos se tornavam ocultos: “Machado era um homem de

sala, amoroso das coisas delicadas, sem uma grande, larga e ativa visão da Humanidade e da Arte. Ele gostava das coisas decentes e bem postas, da conversa da menina prendada, da garridice das moças.”

Nesse julgamento impiedoso e sectário, o autor de *Policarpo Quaresma* embutia talvez sua revolta contra um mulato que não aludia a essa condição, ao contrário dele, Lima Barreto, que já então denominava (“impertinentemente”, como queriam muitos de seus inimigos brancos) de “Vila Quilombo” sua casa e queria, muito antes da *Négritude* de Senghor e Aimé Césaire, criar uma literatura sobre os negros, um “negrismo”, como chegou a denominá-la, que tirasse essa componente decisiva da população brasileira do esquecimento a que estava entregue pelos escritores brancos ou mulatos que se tinham por brancos ou pretos “de alma branca”, como queria o preconceito da época.

Era compreensível que o desespero o levasse muitas vezes – antes do alcoolismo e das entradas no hospício, à semelhança do pai incuravelmente louco – a pensar no suicídio como uma forma de escapar da masmorra em que o tinham enterrado vivo. É a seu personagem em grande parte autobiográfico, Isaías Caminha, que ele confia seus pensamentos íntimos:

“Eu tinha uma imensa lassidão e uma grande fraqueza de energia mental. Quis descansar, debrucei-me na muralha do cais e olhei o mar. Estava calmo; a limpidez do céu e a luz macia da manhã faziam-no aveludado. Os últimos sinais da tempestade da véspera tinham desaparecido. Havia satisfação e felicidade no ar, uma grande meiguice, em tudo respirava; e isso pareceu-me hostil. Continuei a olhar o mar fixamente, de costas para os bondes que passavam. Aos poucos ele hipnotizou-me, atraiu-me, parecia que me convidava a ir viver nele, a dissolver-me nas suas águas infinitas, sem vontade nem pensamento; a ir nas suas ondas experimentar os climas da terra, a gozar todas as paisagens, fora do domínio dos homens, completamente livre, completamente a coberto de suas regras e dos seus caprichos... Tive ímpetos de descer a escada, de entrar corajosamente pelas águas adentro, seguro de que já ia passar a uma outra vida melhor, afagado e beijado constantemente por aquele monstro que era triste como eu.”

Da escrivaninha à mesa dos cafés literários da época e daí à cama de um bordel, do desvelo ao pai incurável à rebelião retesada anos a fio sob o tacho da discriminação, Lima Barreto morreria sem ter terminado sua obra, aos 41 anos de idade, o organismo corroído pelo álcool, as mãos agarradas aflitas a um tomo da revista francesa, *Revue des Deux Mondes*, 48 horas antes do triste fim de seu próprio pai. Talvez na literatura brasileira não haja documentos mais patéticos do que os transcritos por ocasião de seu internamento nas clínicas do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil, refúgio que alternava com a sarjeta em seus momentos de dor incontida: “Comemorativos pessoais e de moléstia: Cópia da guia policial: -”Nada informa dos antecedentes de hereditariedade. Acusa outros no rapto de manuscritos. Acusa insônias, com alucinações visuais e auditivas. Estado geral bom. Boa memória. Já teve sarampo e catapora, blenorragia, que ainda sofre, e cancro venéreos. Confessa-se alcoolista imoderado, não fazendo questão de qualidade. Está bem orientado no tempo e no meio. Memória íntegra: conhece e cita com bastante desembaraço fatos da História antiga, média, moderna e contemporânea, respondendo as perguntas que lhe

9. Lima Barreto - altamente inovador. E quase desconhecido

são feitas, prontamente. Tem noções de álgebra, geometria, geografia. Nega alucinações auditivas, confirmando alucinações visuais. Associação de ideias e de imagens perfeitas; assim como perfeitas são a atenção e a percepção. Cita seus autores prediletos que são: Bossuet, Chateaubriand, “católico elegante” (sic), Balzac, Taine, Daudet; diz que conhece um pouco de francês e inglês. Com relação a esses escritores faz comentários mais ou menos acertados; em suma, é um indivíduo que tem algum conhecimento, e inteligente para o meio em que vive. Interrogado sobre o motivo de sua internação, refere que indo à casa de um seu tio em Guaratiba, prepararam-lhe uma assombração, com aparecimentos de fantasmas, que aliás lhe causam muito pavor. Nessa ocasião, chegou o tenente Serra Pulquério, que, embora seu amigo de “pândegas”, invectivou-o por saber que preparava panfletos contra seus trabalhos na vila proletária Marechal Hermes. Tendo ele negado, foi conduzido à polícia, tendo antes cometido desatinos em casa quebrando vidraças, virando cadeiras e mesas. A sua condução para a polícia só se fez mediante o convite do comissário, que lhe deu aposentos na delegacia até que o transferiram para a nossa clínica. Protesta contra o seu “sequestro”, pois vai de encontro à lei, uma vez que nada fez que o justifique. Nota de certo tempo para cá animosidade contra si, entre os seus companheiros de trabalho, assim como entre os próprios oficiais do Ministério da Guerra de onde é funcionário. Julga que o tenente Serra Pulquério teme a sua fama “ferina e virulenta”, pois, apesar de não ser grande escritor nem ótimo pensador, adota as ideias anarquistas e quando escreve deixa transparecer debaixo de linguagem enérgica e virulenta os seus ideais. Apresenta-se relativamente calmo, exaltando-se, contudo, quando narra os motivos que justificaram a sua internação. Tem duas obras publicadas: *Triste Fim de Policarpo Quaresma* e *Memórias* (sic) *do Escrivão Isaías Caminha*. Marcha da moléstia e tratamento: Purgativo-Ópio. Saída: Transferido em 27 de agosto de 1914.

2ª Entrada

Nome: Afonso H. de Lima Barreto

Cor: parda - Idade: 38 anos - Nacionalidade: brasileira. Estado civil: solteiro - Profissão: Jornalista. Entrada : em 25 de dezembro de 1919. Diagnóstico: Alcoolismo.”

Vendo a existência humana com um estoicismo valente, incapaz de ater-se a uma fé mística, não crendo que fosse possível ao ser humano devassar o Mistério que circunda o nascimento e a morte, Lima Barreto, no entanto, não deixa como mensagem final o desalento. Confirma, é verdade, o estado calamitoso em que se encontram todos os seus conterrâneos e contemporâneos. Mas, como sucede frequentemente na prosa lírica arrebatada desse Mestre que não pôde perfazer a sua Perfeição, há lugar para uma remota esperança no futuro. O passado foi canibalesco, hediondo, apavorante e sem remédio, mas quem sabe uma Humanidade futura aprenderá o amor, a comoção, a solidariedade, a grandeza generosa da alma? É o que subentende claramente o trecho final de seu belo, comovente, miniaresco *O Triste Fim de Policarpo Quaresma* com seu ritmo de *adagio* melódico e solene:

“Saiu e andou. Olhou o céu, os ares, as árvores de Santa Teresa, e se lembrou que, por estas terras, já tinham errado tribos selvagens, das quais um dos chefes se orgulhava de ter no sangue o sangue de dez mil inimigos. Fora há quatro séculos. Olhou de novo o céu, os ares, as árvores de Santa Teresa, as casas, as igrejas: viu os bondes passarem; uma locomotiva apitou; um carro, puxado por uma linda parelha, atravessou-lhe na

9. *Lima Barreto - altamente inovador. E quase desconhecido*

frente, quando já a entrar no campo... Tinha havido grandes e inúmeras modificações. Que fora aquele parque? Talvez um charco. Tinha havido grande modificações nos aspectos, na fisionomia da terra, talvez no clima... Esperemos mais, pensou ela; e seguiu serenamente ao encontro de Ricardo Coração dos Outros.”

10. Lima Barreto - doce, feroz, iluminado. E esquecido

Jornal da Tarde, 1984/04/14. Aguardando revisão.

“Além de mulato, talentoso!”

Não era o cúmulo do desaforo?!

Abanando-se com leques para refrescar sua fúria, não editando seus livros, os bem-pensantes donos da opinião deste país têm conseguido a contento sufocar quae inteiramente a figura e a obra de Lima Barreto até hoje.

Para suprimi-las, não faltam pretextos. Em primeiro lugar, o racismo cruel e ignorante que indaga atônito: “Mas, afinal, o que queria aquele negro metido a escritor?” E respondem em coro: “O pai dele morrera num hospício, incurável. Mais tarde ele também. Logo, geneticamente, quem sai aos seus..” Dessa visão nazista da Raça Superior, *Herrenrasse*, ao moralismo mais hipócrita, é um pulo fácil: “Ele próprio não era um bêbado contumaz, recolhido pelas autoridades de Limpeza Urbana?, na rua do Ouvidor das duas primeiras décadas desde século, no Rio de Janeiro?”. Subversivo, elemento perigoso para outros, pregava o Anarquismo, radiografava uma sociedade baseada na empulhação, no roubo, na agiotagem, no esmagamento de imensa maioria por uma minoria de ricos, a plutocracia inteiramente colonizada pelo capital e pelas ideias estrangeiras.

Nem como material de propaganda para os devotos que se arrastam de joelhos até a múmia embalsamada de Lenin no Palácio do Kremlin, em Moscou, as farpas agudas de Lima Barreto servem. Sua gargalhada e seu espanto ele reservava para qualquer “ismos” elevados como hóstia diante do altar da Santíssima Trindade Marx-Engels-Lenin.

Vários trechos das dinâmicas discussões políticas de seu livro de estreia, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (Editora Ática) publicado integralmente em Portugal, em 1909 (tendo o autor, paupérrimo, aberto mão de seus direitos autorais para que seu romance saísse em Lisboa), reforçam a visão precocemente anárquica de Lima Barreto. Entrelaçam-se com trechos significativos de seus diários e artigos contidos em *Bagatelas* (Lima Barreto, obras completas, Editora Brasiliense, 1961). Não terá sido o autor carioca o primeiro, na nossa literatura, a citar Kropotkin, o teórico do Anarquismo russo? Na obra de ficção, na realidade uma autobiografia tenuemente disfarçada, as tendências anarquistas ficam claras:

“Não há na Natureza nada que se pareça com a nossa sociedade governada pelo Estado... Observe o senhor que todas as sociedades animais se governam por leis para as quais elas não colaboraram, são como preexistentes a elas, independentes da sua vontade; e só nós inventamos esse absurdo de fazer leis para nós mesmos – leis que, em última análise, não são mais que a expressão da vontade, dos caprichos, dos interesses de uma minoria insignificante... No nosso corpo há uma multidão de organismos, todos eles interdependentes, mas vivem autonomamente sem serem propriamente governados por nenhum, e o equilíbrio se faz por isso mesmo... O sistema solar... Na Natureza, todo equilíbrio se obtém pela ação livre de cada uma das forças particulares.”

Um eco evidente de seu contato com Kropotkin que leu traduzido em francês:

“As partes componentes de um ser vivo ajudam-se umas às outras. Assim, em todas as relações dos entes animados, a luta pela existência tende a tornar-se a luta pela coexistência”

A noção de “luta de classes” lhe soa tão ineficaz quanto as fórmulas pretensamente mágicas do Positivismo e, por extensão, do totalitarismo nazifascista ou comuno-soviético.

“Eu ouvi-o sem coragem de contestar, embora não compartilhasse as suas crenças. Não era a primeira vez que ia ao Apostolado, mas quando vi o vice-diretor sair rapidamente por detrás de um retábulo, na absida da capela, ao som de um tímpano rouco, arrebatando a batina, com aquele laço verde no braço, dava-me vontade de rir às gargalhadas. Demais, ficava assombrado com a firmeza com que ele anunciava a felicidade contida no Positivismo e a simplicidade dos meios necessários para a sua vitória: bastava tal medida, bastava essa outra – e todo aquele rígido sistema de regras, abrangendo todas as manifestações da vida coletiva e individual, passaria a governar, a modificar costumes, hábitos e tradições. Explicava o catecismo. Abria o livro, lia um trecho e procurava o caminho para alusões a questões atuais, repetindo fórmulas para se obter um bom governo que tendesse a preparar a era normal – o advento final da Religião da Humanidade..”

Franco-atirador murado em sua fortaleza elevada, Lima Barreto já precocemente previra a manipulação do futebol como uma fonte de distração rendosa, a fim de desviar a atenção do povo de seus reais problemas. Denunciara os prefeitos que derrubavam morros e florestas, alterando o que hoje se chama de equilíbrio ecológico de um ambiente. Antecedera-se a Léopold Senghor, recém-eleito para a cômica Academia Francesa dos “imortais”, na criação de uma literatura voltada para o negro, a sua cultura, não uma *négritude* comparável à de Aimé Césaire mas um “negrismo” que ressaltasse o elemento negro como a argamassa de união nacional, a construtora de toa da estrutura econômica e, em parte determinante, também da cultura do Brasil.

“Estas ‘Recordações’I” não têm, porém, outro propósito senão o de fazer a biópsia desse organismo vivo mas em grande parte apodrecido que é a imprensa, na qual colaborou, no *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro. Sem dúvida, não alude quase

às exceções: aos jornalistas competentes, inteligentes, honestos, que não vivem de adulação e ignorância arrogante. Por isso as redações que descreve não são mitigadas por figuras humanas, parecem um museu de monstros auto-ungidos em deuses pelo engodo que impingem à massa de leitores amorfos, moldáveis, estúpidos:

“Nada há tão parecido com o pirata antigo e o jornalista moderno; a mesma fraqueza de meios, servida por uma coragem de salteador; conhecimentos elementares do instrumento de que lançam mão e um olhar seguro, uma adivinhação, um faro para achar a presa e uma insensibilidade, uma ausência de senso moral a toda prova... E assim dominam tudo, aterram, fazem que todas as manifestações de nossa vida coletiva dependam do seu assentimento e da sua aprovação... Todos nós temos que nos submeter a eles, adulá-los, chamá-los gênios, embora intimamente os sintamos ignorantes, parvos, imorais e bestas. Só se é geômetra com o seu *placet* (beneplácito), só se é calista com sua confirmação e se o sol nasce é porque afirmam tal coisa... E como eles aproveitam esse poder que lhes dá a fatal estupidez das multidões! Fazem de imbecis gênios, de gênios imbecis; trabalham pra a seleção da mediocridade..”

E sucedem-se, ferozes, as cenas e retratos da redação: um diretor enfurece-se e se preocupa com o que dele dirão os grandes gramáticos do idioma, a ele que estava entregue a salvaguarda da língua pátria, conspurcada por erros de português? E responde à pergunta se está certo dizer “um copo d’água” ou “um copo com água”:

“- Conforme: se se tratar de um copo cheio, é um copo d’água; se não estiver cheio, um copo com água.”

Outro se enraivece quando se usa o adjetivo “eminente” para outra pessoa que não for José Bonifácio e não atina com quem seja Ruskin, o admirável esteta inglês estudioso das catedrais gótica francesas, traduzido por seu grande admirador, Marcel Proust, possivelmente o escritor de prosa francesa mais importante deste século. Ainda outro “paquiderme plúmítico” exerce uma tirania de árbitro do bom gosto no jornal: “O seu estágio diplomático em Quito dava-lhe também um infalível julgamento inenarrável nas maneiras de tratar duquesas e princesas.”

Como há os que se arvoram em “sábios” mandam proceder à análise antropométrica de um casal assassinado, aos quais tinham tirado as cabeças. Citando doutamente autoridades em medicina legal, chegam à conclusão de que o morto era... um mulato. É inútil descobrir-se que o declarado “mulato” não passava de um italiano com carteira de identidade e ficha dactiloscópica: “Um dia antes dessa elucidação, o doutor Franco de Andrade (autor dessas esdrúxulas mensurações antropológicas) era nomeado diretor do Serviço Médico-Legal da Polícia da cidade do Rio de Janeiro”.

Haveria inúmeros outros exemplos da imbecilidade que sufoca a esmagadora maioria da imprensa até os nossos dias, de mãos dadas com a mais cínica e impune distorção das informações dirigidas ao leitor. Nos EUA já se esboça um movimento de grandes proporções gravíssimas para aqueles jornalistas que se julgam consagrados, auto ungidos senhores da verdade, mestres em manipular, conforme seus caprichos, inclinações ideológicas ou preguiça recheada de ignorância e burrice agressivamente arrogante, as notícias em seu poder.

10. Lima Barreto - doce, feroz, iluminado. E esquecido

Romance inicial de um dos poucos gênios da Literatura Brasileira que o descaso brasileiro pela cultura e pela informação relegou quase ao anonimato, Lima Barreto surpreende pela doçura que se esconde por trás de tanta e tão justificada amargura. Para quem, de forma devastadora, concluíra que o preconceito levava os brancos racistas (a imensa maioria) a enxergá-lo *menos* do que se enxerga uma árvore, as meditações estoicas no seu desespero diante do ódio *a priori* que lhe dedicavam continuam dolorosamente atuais no Brasil, que, desde a sua morte (ou assassinato por omissão dos demais), não mudou:

“... Mas, não é a ambição literária que me move a procurar esse dom misterioso para animar e fazer viver estas pálidas *Recordações*. Com elas, queria modificar a opinião de meus concidadãos, obrigá-los a pensar de outro modo, a não se encherem de hostilidade e má vontade quando encontrarem na vida um rapaz como eu e com desejos que tinha há dez anos passados. Tento mostrar que são legítimos e, senão merecedores de apoio, pelo menos dignos de indiferença”.

11. Policarpo Quaresma, uma obra-prima envolta em doce amargura

Jornal da Tarde, 1983/4/9. Aguardando revisão.

A compreensão do espírito que animou o romancista carioca Lima Barreto a compor o personagem título de suas páginas espantosas, *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, pode ficar em parte impedida pela tradução imperfeita da frase de Renan que lhe serve de epígrafe. No original francês de seu *Mar Aurèle*, está claramente exposta a noção de ruptura entre o idealista e a realidade que o circunda:

“Le grand inconvénient de la vie réelle et ce qui la rend insupportable à l’homme supérieur, c’est que, si l’on y transpose les principes de l’idéal, les qualités deviennent des défauts, si bien que fort souvent l’homme accompli y réussit moins bien que celui qui a pour mobiles l’égoïsme ou la routine vulgaire »

Como qualquer aluno médio da Aliança Francesa sabe, a tradução em português que vem logo abaixo está incorreta:

“O grande inconveniente da vida real e o que a torna insuportável ao homem superior é que, se para ela transportamos os princípios do ideal, as qualidades se tornam defeitos, se bem que frequentemente o homem íntegro aí se sai menos bem que aquele que tem por causas o egoísmo e a rotina”

Si bien que significa a tal ponto que, de tal modo que, correção que, convenhamos, modifica todo o sentido da frase.

Tivesse tal erro primário sido cometido por um principiante no estudo do francês e não teria sido tão grave. Mas numa edição cuidada, que se quer erudita, com frondosas citações de Luckács e outros críticos, fica lesada a inteligência do leitor que não puder discernir na infeliz tradução uma das linhas-mestras que delineiam todo o romance de Lima Barreto: *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, Editora Ática.

É óbvio o parentesco do major, patriota e funcionário Policarpo Quaresma com Dom Quixote ou com o príncipe Mishkin de *O Idiota* de Dostoiévsky ou com qualquer personagem que queira sobrepor seu idealismo à rudeza destruidora e diluidora da realidade que o circunda. Não há maior lugar-comum do que o afirmar que os “inconformados” e “animados por um ideal elevado”

11. Policarpo Quaresma, uma obra-prima envolta em doce amargura

são os mártires da história política (Ghandi, Tiradentes, Martin Luther King), cultural (Baudelaire, Bach, Mozart), social (Wilhelm Reich, Rosa Luxemburgo) ou qualquer outra esfera do penoso progresso humano. De certa forma, *Triste Fim de Policarpo Quaresma* é o típico *Erziehungsroman* em sua forma trágica: é um romance em que o herói ou anti-herói aprende, por sua própria e dolorosa experiência, a reconhecer os limites da sua esfera ideal de ação e os obstáculos, intransponíveis, que os interesses dominantes erigem contra seu inconformismo ou ingenuidade.

Os fatos patéticos que marcaram a vida de Lima Barreto são notórios: mulato, pobre, escorraçado pelo preconceito racial das “rodas” literárias do Rio de Janeiro da sua época (1881-1922), pela futilidade dos prosadores e poetas brasileiros que, na sua esmagadora maioria, estavam tão distantes do Brasil quanto possível, tentando aclimatar-se a uma “selva” oposta em tudo ao refinamento de Paris e suas escolas de parnasianismo, simbolismo e outras flores exóticas mal importadas por nossas alfândegas intelectuais. Lima Barreto passou do alcoolismo à loucura, depois de lutar asperamente para manter o pai que enlouquecera, dedicando-se ao jornalismo, a empregos públicos, e vindo a morrer depois de propor profeticamente o lançamento da “negrice”, uma corrente literária que desse ao negro o relevo que tem na sociedade brasileira e, comovedoramente, depois de ter focalizado os males que corroem o Brasil com um misto inusitado, original, de esperança, de amargura, de pessimismo e de ironia.

Inimigo acérrimo de Machado de Assis, Lima Barreto isolou-se de seu meio ambiente: jamais quis pertencer a nenhuma academia literária, abominava a descaracterização cultural do Brasil, já predominante em seu tempo. Embriagava-se de literatura francesa exatamente para não copiá-la servilmente, mas, ao contrário, enraizar a literatura brasileira fora da estufa onde se cultivavam tendências europeias e retratar as diferentes camadas de nossa população em romances, cujo realismo é tocado sempre de um comovente elo de calor humano e de poesia. Excelente, a biografia que fez dele Francisco de Assis Barbosa (Editora José Olympio, *A Vida de Lima Barreto*), aviva e aclara os traços fundamentais desse grande precursor dos conceitos principais da Semana de Arte Moderna de 1922.

Não que fosse possível reduzi-lo a mero “precursor”, pois com Lima Barreto as correntes que prendiam o romance brasileiro às matrizes do Velho Mundo já se rompem, concreta e comprovadamente. Policarpo Quaresma é, em grande parte, o próprio autor, com pinceladas caricaturais que, porém, não lhe tiram a aura de doçura e perspicácia intelectual que distinguem o romancista carioca. Farto de verificar, diariamente, quanto o Brasil, estrangeirado até a medula, se avilta, se apequena e se nega a si próprio, esse humilde funcionário público idolatra um conceito que os internacionalismos hoje em modo tornaram risível e ao qual o senador Teotônio Vilela se refere desassombradamente: a Pátria. Quaresma envia ao Congresso um ofício, pedindo que se adote o tupi-guarani como nossa língua oficial. Quaresma saúda quem vai visitá-lo com os prantos típicos de uma tribo tupinambá em vez do distante aperto de mão, o importado *handshake* britânico. Considerado louco, passa no hospício uma temporada que, se não arrefece o seu patriotismo, o amargura profundamente. Seu contato com a roça é igualmente desolador; a roça, o interior são lugares abandonados pelo governo, entregues às saúvas que devoram as colheitas, às doenças dos Jecas-Tatus que uma espécie de maleita mental impede de defender seus direitos, quando não o quintal das arengas da baixa politicagem. Quaresma, por não apoiar um partido político ou mesmo se definir em termos políticos, é injustamente multado, de forma dolosa e

11. Policarpo Quaresma, uma obra-prima envolta em doce amargura

impune. Escreve ao Marechal Floriano Peixoto presidente da República e ingenuamente se enreda em facções militares e termina condenado ao pelotão de fuzilamento. Um romance picaresco? Uma história divertida como é engraçado o Tartarin de Tarascon, de Daudet? Uma confissão apavorante de impotência diante do acomodamento e do servilismo das oligarquias brasileiras que o esmagam ao mesmo tempo ao mesmo tempo que obliteram a sua memória?

Triste Fim de Policarpo Quaresma roça, frequentemente, a estatura de uma obra-prima: “E desse modo ele ia levando a vida, sem ser compreendido, e a outra metade na repartição, também sem ser compreendido. No dia em que o chamaram de Ubirajara, Quaresma ficou reservado, taciturno, mudo, e só veio a falar porque, quando lavavam as mãos num aposento próximo à secretaria e se preparavam para sair, alguém, suspirando, disse: ‘Ah! Meu Deus! Quando poderei ir à Europa!’ O major não se conteve: levantou o olhar, consertou o *pince-nez* e falou fraternal e persuasivo: ‘Ingrato! Tens uma terra tão bela, tão rica, e queres visitar a dos outros! Eu, se algum dia puder, hei de percorrer a minha de princípio ao fim!’”

Num país em que a memória nacional é carunchada em igrejas, bibliotecas, velhos casarões ainda de pé, ele se espanta: “Como é que o povo não guardava as tradições de 30 anos passados?” Os que fazem da adulação ignóbil seu modo de “subir” na vida povoam estas páginas ao lado de Quaresma: “Empregado do Tesouro, já no meio da carreira, moço de menos de 30 anos, ameaçava ter um grande futuro. Não havia ninguém mais bajulador e submisso do que ele. Nenhum pudor, nenhuma vergonha! Enchia os chefes e os superiores de todo incenso que podia. Quando saía, remancheava, lavava três ou quatro vezes as mãos, até poder apanhar o diretor na porta. Acompanhava-o, conversava com ele sobre o serviço, dava pareceres e opiniões, criticava este ou aquele colega e deixava-o no bonde, se o homem ia para casa... Na bajulação e nas manobras para subir, tinha verdadeiramente gênio”. A falsa erudição que até hoje o brasileiro médio pensa “tirar de letra” é uma escada para os altos cargos e para a admiração da patuléia ignara, entontecida por aquela oca retórica plagiada de tomos vetustos e compreendidos pela metade. Os movidos pelo egoísmo ou pela rotina corriqueira sobressaem-se, como na reflexão ética de Renan, mal traduzida como epígrafe deste livro: os loucos, os miseráveis, os idealistas é que estão à margem do “triunfo”, do “sucesso”, nessa pluralidade de “infernos sociais” que a vida apresenta:

“Casas que mal dariam para uma pequena família são divididas, subdivididas, e os minúsculos aposentos assim obtidos alugados à população miserável da cidade. Aí nesses caixotins humanos, é que se encontra a fauna menos observada da nossa vida, sobre a qual a miséria paira com um rigor londrino. Não se podem imaginar profissões mais tristes inopinadas da gente que habita tais caixinhas..”

Mas mais “democrática” e universal é a loucura. “Quem uma vez esteve diante deste enigma indecifrável da nossa própria natureza, fica amedrontado, sentido que o gérmen daquilo está depositado em nós e que por qualquer coisa ele nos invade, nos toma, nos esmaga e nos sepulta, numa desesperadora compreensão inversa e absurda de nós mesmos e dos outros e do mundo... Não é só a morte que nivela: a loucura, o crime, a moléstia passam também a sua vassoura pelas distinções que inventamos... Saiu o major mais triste ainda do que vivera toda a vida. De todas as cousas tristes de ver, no mundo, a mais triste é a loucura; é a mais depressora e pungente”.

11. Policarpo Quaresma, uma obra-prima envolta em doce amargura

Como Adolfo Caminha, Lima Barreto antecipou-se excessivamente a seu tempo: de temperamento anárquico, revoltado com sua condição, mas saudoso da monarquia, horrorizado com a República imposta pelos militares positivistas, ele ironiza o “progresso” material que não modifica minimamente a ética do comportamento humano. É um trecho que adquire imediata atualidade se se substituir o termo “positivismo” pelo de “materialismo científico”:

“Eram os adeptos desse nefasto e hipócrita positivismo, um pedantismo tirânico, limitado e estreito, que justificava todas as violências, todos os assassinios, todas as ferocidades em nome da manutenção da ordem, condição necessária, lá diz ele, ao progresso e também ao advento do regime normal, a religião da Humanidade, a adoração do grão-fetichismo, com fanhosas músicas de cornetins e versos detestáveis, o paraíso enfim, com inscrições em escritura fonética e eleitos calçados com sapatos de solas de borracha!... Os positivistas discutiam e citavam teoremas e mecânica para justificar as suas ideias de governo, em tudo semelhante aos cantos e emirados orientais”.

A carta em que Quaresma se dirige à irmã e reexamina a sua vida é o momento culminante deste romance melancólico, trágico, pungente:

“Esta vida é absurda e ilógica; eu já tenho medo de viver, Adelaide. Tenho medo, porque não sabemos para onde vamos, o que faremos amanhã, de que maneira havemos de nos contradizer de sol a sol...”

O melhor é não agir, Adelaide; e, desde que o meu dever me livre destes encargos, irei viver na quietude, na quietude mais absoluta possível, para que do fundo de mim mesmo ou do mistério das cousas não provoque a minha ação o aparecimento de energias estranhas à minha vontade, que mais me façam sofrer e tirem o doce sabor de viver...

Além do que, penso que todo este meu sacrifício tem sido inútil. Tudo o que nele pus de pensamento não foi atingido, e o sangue que derramei e o sofrimento que vou sofrer toda a vida foram empregados, foram gastos, foram estragados, foram vilipendiados e desmoralizados em prol de uma tolice política qualquer...

Ninguém compreende o que quero, ninguém deseja penetrar e sentir; passo por doido, tolo e maníaco e a vida vai-se fazendo inexoravelmente com a sua brutalidade e fealdade.”

Não só a loucura, a miséria, a guerra esgotam esta saga urbana: sensível à condição da mulher, Lima Barreto já denuncia a “casa de bonecas” ibseniana em que a mulher brasileira é obrigada a viver, sem participar das ações, reflexões e decisões nacionais: seu único “destino” é casar-se e, uma vez casada, “conhecer o seu lugar”. Nem mesmo a Olga que, superando os preconceitos que lhe querem tolher os movimentos, tenta, inutilmente, salvar aquele “pândego” e só depara com homens pusilânimes e medíocres consegue superar essa crosta de imobilidade.

11. Policarpo *Quaresma*, uma obra-prima envolta em doce amargura

Há quem queira ver nas frases finais do livro uma esperança: “Tinha havido grandes modificações nos aspectos, na fisionomia da terra, talvez no clima... Esperamos mais, pensou ela; e seguiu serenamente ao encontro de Ricardo Coração dos Outros”.

Será justa essa aferição da conclusão de Lima Barreto? É impossível determinar, a não ser por um *parti pris* ideológico, que sim ou que não. De qualquer maneira, o que o leitor constata é uma mecânica da imobilidade do Brasil: de 1911, quando foi publicado esse livro, até hoje, o que mudou senão a aparência? Que modificações houve senão de alcance estatístico? De forma confusa, no entanto, sem rótulos precisos de “esperança” ou “desânimo”, Lima Barreto incute em quem o lê a noção dual de que o prisma das coisas tristes é sem dúvida mais amplo e mais abrangente do que o da alegria, mas viver, como um inexplicável paradoxo, imbui as derrotas de uma atmosfera que só o enigma da doçura define e delimita.

12. A Mãe Coragem negra de Canindé. Sobre os diários de Carolina Maria de Jesus

Christ und Welt, n.28, ano XV, 1962/07/13. Aguardando revisão.

Através do mapa de São Paulo corre uma linha sombria que representa simbolicamente a estrutura social e a rígida hierarquia da metrópole industrial da América Latina de quatro milhões de habitantes. Dos terrenos ondulados dos quarteirões aristocráticos – Jardim Europa, Morumbi – com suas mansões milionárias essa linha desce para o centro comercial e para os quarteirões proletários, Brás e Vila Maria, até que ela desemboca na escuridão putrefata da favela Canindé, localizada entre as águas negras do rio Tietê e a reluzente autoestrada que leva ao Rio de Janeiro.

Não há nenhum elo entre esses mundos separados hermeticamente um do outro. No apartamento de luxo do Conde Matarazzo, o mecenas brasileiro ao estilo de Rockefeller, estão dependurados nas paredes quadros de Miró, Cézanne e Rouault que foram pleiteados ciumentamente por alguns museus e leiloeiros da América do Norte e da Europa, quando eles estiveram à venda. Nos quarteirões proletários, na floresta de fábricas do Conde Matarazzo e do *playboy* Baby Pignatari, para mencionar apenas esses dois, trabalham assiduamente italianos, japoneses, poloneses e alemães que sonham o sonho capitalista de enriquecer rapidamente, enquanto em Canindé os vencidos pela vida – a maioria negros e retirantes do Nordeste ressequido – vegetam em barracões de metal e madeira assediados pela fome e promiscuidade, alcoolismo e desesperança. Um dia, contudo, os finos fios que conectam fragmentariamente entre si as células sadias e doentes desse organismo gigante, provocaram, por um instante, uma reação em cadeia que embaralhou todos esses valores hierárquicos.

Audálio Dantas, um jovem repórter, que devia estar fazendo uma reportagem rotineira na favela sobre os arruaceiros que roubavam com violência as crianças do bairro na sua praça de brinquedos, ouviu próximo a ele os gritos indignados de uma negra alta e elegante. “Inacreditável, esta embalagem!”, vociferou ela majestosamente. “Elas vêm todas em meu livro para que não sejam esquecidas”.

O faro do repórter deixou-o entrever uma história que poderia emergir do pântano de tantas esperanças humanas. Ele ganhou a confiança da pretendida autora e no primitivo barraco de madeira construído por ela leu o diário dela. Escrito penosamente à mão; notas gramaticalmente inábeis desvelam a terrível descrição de um submundo, de um mundo de subhomens, o mundo da favela – um mundo como o Ocidente, desde o livro *Recordação da Casa dos Mortos* de Dostoiévski,

não mais havia vivenciado. “Canindé é a filial do Inferno na Terra” proclama Carolina Maria de Jesus. Como outrora das poesias de Stadler e Heym, emerge as visões horripilantes de uma grande cidade, em meio à qual “o fedor de carne e peixes putrefatos... crianças esfarrapadas berrando sobre pobres brinquedos... enquanto ao longe a cidade ecoa no estrondo da autoestrada”.

Depois de três anos de uma persistente batalha o repórter conseguiu encontrar uma editora para a sua “descoberta proveniente da selva humana”: uma editora conservadora que até aquele momento tinha publicado apenas livros escolares e que então queria arriscar uma “nova linha (editorial)”. A elite brasileira – intelectuais, jornais e redes de televisão, professores e estudantes, ministros e deputados – recebeu com uma reação relâmpago a descarga elétrica deste desmascaramento de um mundo que nas capitais significa um problema social de dimensões catastróficas; somente no Rio há duzentas favelas; apesar disso se trata de um mundo escondido, fechado e omitido que na vida cotidiana é banido de nossa consciência.

“Assim vivem as pessoas na favela?” perguntaram muitos Cândidos que de tal miséria não tinham “noção alguma”. E o desmascaramento desta realidade desconhecida – Sartre disse no Rio de modo lapidar: “Copacabana é apenas a janela, a realidade por trás dela é a favela” – segue rapidamente uma tragicomédia sul-americana que emparelha em uma confusão barroca o grotesco com o comovente.

Em uma semana venderam-se de uma só vez dez mil exemplares - um recorde no Brasil -, e logo esse diário desalojou Graham Greene, Bertrand Russel e o mais popular escritor nativo, Jorge Amado, da lista dos mais vendidos para os lugares abaixo. O importante jornal conservador *O Estado de São Paulo* fala de um dos melhores livros brasileiros deste século, o liberal *Diário de Notícias* o denomina “uma bofetada estrondosa no rosto da administração brasileira”. Ao mesmo tempo os comunistas agarram avidamente o material de propaganda excelente e inesperado contra a “decadência do sistema capitalista no Brasil”.

Durante toda a semana a autora negra diariamente teve de dar entrevistas na televisão, falar sobre problemas sociais nos encontros e aparecer como estrela em inúmeros coquetês em livrarias de luxo, onde ela amigável e sorridentemente escrevia dedicatórias pessoais em seus livros para senadores e até mesmo para o Ministro do Trabalho. Na escolha da *Miss São Paulo*, ela recebeu, como convidada de honra, a coroa da rainha da beleza. Na visita de uma elegante casa noturna ela teve de subir ao pódio a fim de deixar-se aplaudir. Os alunos da prestigiada Faculdade de Direito da USP em São Paulo nomearam essa mulher, que frequentou por apenas dois anos a escola primária em uma aldeia afastada do interior, membro de honra da Faculdade – um título que deveria ser concedido a Sartre; Carolina de Jesus, contudo, foi preferida pelos futuros advogados, porque ela seria “incomensuravelmente mais valiosa na luta pela liberdade” do que o filósofo do existencialismo.

O estrangeiro se interessou por este – visto historicamente – talvez atrasado protesto de um proletariado oprimido, que trouxe junto à literatura o exótico colorido local dos trópicos e do meio negro. Do Japão e da França, Alemanha e América do Norte chegaram com velocidade de entrega postal ofertas em dólares: todas dirigidas à mulher, cujo manuscrito havia sido recusado por treze editoras, dentre as quais a norte-americana *Reader's Digest*, com a lacônica observação “sem interesse para nós”. Revistas ilustradas com milhares de exemplares, *Life*, *Paris-Match* e outras

solicitaram entrevistas exclusivas. A outrora coletora de sucata e papel velho viajou então com seus três filhos através de todo o Brasil; o sonho de sua vida, o de possuir uma casa, realizou-se com os seus crescentes direitos autorais. No Rio, como atração da Feira do Livro, ela hospedou-se no mesmo hotel, que havia sido atacado alguns anos atrás com pedradas, porque este hotel havia recusado abrigar a cantora negra norte-americana Marian Anderson.

A segunda parte da comédia teve lugar no napolitanamente despreocupado e ensolarado Rio, que está em forte contraste com a cidade industrial de São Paulo milanesamente firme e obstinada. Consciente de seu propósito, a mulher, que literalmente apanhava sua comida cotidiana da lixeira dos ricos, caminha em direção a sua “nova vida”. “Eu gostaria de imitar os ricos a fim de que eu possa inseri-los em meu próximo livro”, afirmou a obcecada escritora pouco antes do jantar em sua homenagem junto ao governador do Estado. Ela começou a “imitar” em seu segundo livro o seu novo meio circundante, no momento em que a sua conta bancária aumentou até aproximadamente dez mil dólares.

Como atua o mundo da burguesia culta e especialmente da *High society* brasileira na enérgica, simples, mas perspicaz mulher, que no sentido mais verdadeiro da palavra alcançou um lugar ao sol? Maria Carolina de Jesus reagiu sobretudo com a mesma sinceridade desarmada com a qual ela lidava com pessoas influentes e companheiros de pobreza: “Tirem as mãos do dinheiro do povo, bons homens. Deem-no antes aos pobres. Vocês já são tão gordos, como vejo, deixem os favelados engordarem um pouquinho”. No restaurante mais chique do Rio, *Au Bom Gourmet*, reúne-se toda a multidão ao redor dela: ricos industriais, mulheres que comprem seus vestidos de dois mil dólares na Dior ou na Givenchy, frívolos críticos sociais, partidários dos príncipes Orleans e Bragança, todos a queriam tocar, admirar, falar com ela, estar ao redor dela, de modo semelhante a como, no século XVI, se comportavam os nobres da corte francesa ao avistarem os primeiros índios brasileiros. Carolina Maria de Jesus ceticamente balança a cabeça ao deixar o local. “Nenhuma dessas pessoas refinadas daria um único centavo aos negros esfarrapados que mendigam aqui nas ruas. Elas falaram comigo sobre caridade e injustiça social simplesmente porque elas gostam de se deixarem fotografar junto a uma personalidade importante quando isso sairá nos jornais. Isso é apenas palavrório vazio. Quando elas finalmente se tornarão humanas? O dinheiro estrangulou nelas a compaixão pela dor alheia?”

Significativo é também como ela caracterizou os círculos intelectuais, que em Paris ou no Rio aprendem insidiosamente a caluniar pelas costas: “A maldade de nossos intelectuais é como a nuvem: infinitamente refinada, mas penetra em alguém através dos ossos”. Frequentemente ela reflete sobre as causas sociais e culturais da favela, frequentemente ela sente um profundo sentimento de solidariedade com os “irmãos que eu deixei na favela”. Isso, muito embora os vizinhos dela, furiosos acerca dos retratos desprovidos de beleza que ela fez deles, à sua partida atiravam pedras nela. De vez em quando ocorrem a ela observações filosóficas, cuja essência poderia ter ocorrido a Marco Aurélio ou a Bertolt Brecht, conforme elas possuam uma tonalidade elegíaca ou revolucionária: “Preconceito de raça...? O ser humano é tão efêmero sobre a Terra... ele devia durante a sua viagem mundana viver em paz e não odiar nenhum dos seus próximos...” Ou: “Os pobres são tratados tão mal, que eles obrigatoriamente devem renunciar a seus bens...” E: “Se o sol pertencesse à Terra, ele seria destinado ao privilégio de poucos seres humanos...”

Sente-se ela de fato mais feliz agora “na outra margem, a margem rica da vida?” Há pouco uma peça foi encenada inspirada em seu livro; um assistente de De Sica acena com uma oferta para a filmagem de sua saga de miséria. Agora seus filhos pela primeira vez podem comer bem e com regularidade, podem ir para a escola calçados, podem dormir em colchões. O novo esplendor descoberto custa um banho quente. Como um ser humano religiosamente determinado ela sente profunda gratidão a Deus; dado que agora ela “vive no Paraíso”; ela se alegra com o fato de que ela poderia fazer o bem a milhares de pessoas: “Como o sol que é um só e apesar disso envia o seu calor a todos igualmente.”

Logo, contudo, ela teve de reconhecer sobriamente que sua nova vida era um simples Purgatório, e que por trás das máscaras dos “protetores”, “salvadores”, “conselheiros” e “amigos” ela descobre os interesseiros, os parasitas, os inventores necessitados de capital. Se ela já ficava horrorizada no bairro miserável com a depravação dos seres humanos – agora a impressiona a depravação ética de uma sociedade irresponsável que finalmente, como ela percebeu, é corresponsável pela pobreza de milhões de pessoas.

“Às vezes eu reflito sobre isso: na favela há seres humanos toscos que são ignorantes. Aqui há rivalidades, cobiça. Nenhuma sinceridade... Eu me sinto como se eu vivesse em um mundo de joias e ornamentos falsos.” Ao redor do nome deles, cujo “bem é valioso”, disputam políticos, publicitários, imprensa, associações de negros; com uma imagem ela ilustra a sua nova posição: “Eu tenho a impressão que eu sou um cadáver e que os abutres aguardam ao meu redor. Os carniceiros humanos têm fome de dinheiro.”

E assim se encerra como em uma balada o círculo de sua vida: os mundos extremos se tocam por um instante: Carolina, a mulher andrajosa, janta com um membro da família Matarazzo. Nisso deveria residir o valor de seu livro? No contato entre as camadas distintas que compõem a sociedade brasileira? Ou, sobretudo - como especialmente alguns estrangeiros a partir de uma falsa perspectiva afirmam -, talvez o seu livro sirva para a dissolução institucional da favela Canindé? Desconhecendo os traços demagógicos dessas medidas atrasadas e insuficientes, eles esquecem as incontáveis favelas da América Latina nas quais milhões ainda vegetam e nas quais continuamente se devoram como um câncer ulceroso.

Igualmente falsa é a afirmação otimista de que o diário dela seria uma espécie de “Cabana do Pai Tomás” brasileira. Qualquer um que conheça as condições brasileiras e que leia esse importante testemunho, diria antes que ele tem o valor social de um ardente protesto contra a administração e a oligarquia brasileiras. Mais ainda: Provavelmente ele é a chave para o entendimento da explosiva realidade latino-americana – que facilmente pode conduzir para soluções ao estilo de Castro.

Carolina Maria de Jesus é uma autêntica representante do povo brasileiro: o amor dela pela justiça e pelos pobres, a religiosidade dela e o estoicismo de sua vida o testemunham – mas também o profundo ceticismo dela em relação à intenção dos políticos brasileiros. Todavia, ela se diferencia da massa por meio de sua capacidade de discernimento, que permite que ela tome partido de modo coerente em relação a esta ou aquela personalidade, graças a sua recusa da superstição e graças ao seu amor pela instrução.

Talvez nós encontremos o sentido profundo de seu documento à miséria humana, modesto e quase analfabeto, em uma surpreendente analogia com a obra de Kafka - naturalmente em outro

nível do dizer literário. Não apenas na célebre citação de Kafka: “Eu escrevi assim, porque eu vi a vida assim!” se fundamenta essa inesperada afinidade. Também na semelhança da temática por eles tratada se baseia a aproximação entre ambos habitantes solitários de guetos sociais e culturais: é a descrição do medo e da angústia. Sem dúvida, a cronista da favela se ocupa de um medo físico por sua sobrevivência biológica, enquanto o criador do inalcançável “castelo” sentia angústia metafísica. Nas suas confissões Carolina escreve: “Há pessoas que desesperam da vida e somente pensam na morte como solução. Eu me defendo sempre contra isso na medida em que eu escrevo o meu diário.” Como um eco distante soam as palavras de Kafka: “No ato de escrever há uma consolação especial, enigmática, talvez perigosa, talvez salvadora... Talvez a literatura leve à oração..”

O livro da brasileira testemunha similarmente uma crença absoluta na transcendência da palavra, na sua força de mudar o mundo circundante, como ela muito concretamente deveria vivenciar. Como um *negro spiritual* esse livro amargo contém ao lado de tanta tristeza uma faísca de consolação quando Carolina afirma que: “O ser humano não nasce despido - veste-o a esperança.”

13. O negro nos livros, poemas e teses

Jornal da Tarde, 1982/12/25. Aguardando revisão.

“África! África da reconquista das liberdades/ África do Negro,/ Não há ninguém na África” (Bernard Dadie, poeta da Costa do Marfim)

Livros com enfoques diversos tornam este ano que termina talvez aquele que, na última década, mais refletiu sobre o negro e mais revelou sobre a Negritude. O luxuoso, informativo e rico primeiro tomo de uma *História Geral da África*, nas suas quase 800 páginas e redigido por cientistas das mais diversas nacionalidades, remonta às origens das diversas culturas e civilizações africanas (publicação da Editora Ática com a cooperação da Unesco).

A Abolição de Emília Viotti da Costa (Editora Global, 101 páginas) é um estudo interessante do processo abolicionista do Brasil, embora mutilado por sua visão *a priori* e dogmática de que a abolição da escravatura representou no Brasil a já surradíssima e obsoleta teoria marxista de uma “luta de classes”...

África, o Povo de Carlos Contini (Editora Achiamé, 114 páginas) pareceu-me uma tediosa enumeração das etnias africanas, precedidas do documento míope e mecanicista da UNESCO que acredita “cientificamente” na desigualdade econômica e social como *única* origem do racismo, teoria que, convenhamos, também vem indiretamente do legado empoeirado de Marx & Co., hoje fundamentalmente corrigido em 180 graus pela psicologia, pela antropologia cultural e outras, estas, sim, ciências humanas que não pretendem ser a demonstração forçada de um teorema em si redutivo e pobre.

Mais importante, porque tem uma visão mais plural e mais abrangente das relações entre as raças no Brasil, é um livro-chave: *Fala, Crioulo*, de Haroldo Costa (261 páginas, Editora Record). São depoimentos colhidos pelo jornalista carioca Haroldo Costa junto às personalidades mais diversas do segmento negro que compõem, marcadamente, a etnia brasileira. Já lucidamente, no seu prefácio, o escritor Jorge Amado destacara o elemento afetivo como impulso vital para a miscigenação, abandonando todos os “ismos” de um cientificismo pedante e ideologicamente desfigurador.

Assim, um professor de Direito Civil e Romano, de 65 anos, José Pompílio da Hora, alude a uma das alavancas que poderia, realmente, contribuir para a emancipação e a elevação do negro, depois do primeiro passo que foi a Abolição, em 1888. É lógico que a educação, nos países das Américas, é fruto de classes dominantes, de origem europeia, branca. É lógico também que o

eurocentrismo sempre erigiu *a sua* cultura e suas premissas como o *único critério* pelo qual se pode avaliar a inteligência e o avanço de um povo. Portanto, a educação, no Brasil, teria como tarefa primordial *liberar-se da obsessão tecnológica* (grifo meu) que classifica povos e civilizações inteiras segundo apenas a óptica de seu possuem ou não siderúrgicas, estaleiros navais, armas mortíferas, enfim, se ultrapassaram a primeira revolução industrial, iniciada na Inglaterra há cerca de 200 anos. Mais ainda: os livros escolares deveriam ser revistos profundamente para não acolher mais a História distorcida que nos é ensinada e da qual o negro é o grande ausente. Embora reconhecendo que por enquanto a educação é feita *por brancos para brancos*, ou os negros e todos os outros grupos (japoneses, chineses, coreanos etc.) se submetem a esse processo uniformizante ou colocam ao lado das premissas brancas ocidentais alguns de seus valores próprios, que se chocam com o utilitarismo materialista da sociedade de consumo que nos é imposta a todos (brancos, asiáticos, negros e mestiços) pelas agências de publicidade, manipuladoras da psique de milhões de passivos espectadores.

Além destas considerações que faço em torno da meta da educação do negro, proposta pelo professor Pompílio da Hora, o deputado federal Adalberto Camargo, 58 anos, vê na ascensão política um dos instrumentos de conscientização e defesa dos grupos brasileiros negros. Ele argumenta que assim como a vinda de um presidente da Itália ou de um soberano japonês ao Brasil mobiliza multidões de brasileiros descendentes de italianos ou de japoneses, por que multidões igualmente numerosas de brasileiros descendentes de africanos não acorrem ao aeroporto para saudar o presidente do Senegal, o magnífico poeta da *négritude*, Léopold Senghor?

Dom José Maria Pires, arcebispo de João Pessoa, 62 anos, enfatiza o total descaso com que a Igreja sempre encarou a questão da escravidão no Brasil: “Fazendo causa comum com os dominadores, a Igreja nunca esteve ao lado dos negros em suas lutas de libertação”. Enquanto, comentário meu, hipocritamente a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) se coloca, depois de quase dois mil anos de existência da Igreja (diríamos um tanto tardiamente?) “ao lado” dos que hoje chama de “pobres e oprimidos” e lança até um Conselho Indígena Missionário, por que nunca houve uma Pastoral do Negro? Além da omissão, setores importantes da Igreja como a Companhia de Jesus achavam que “não é escandaloso pagar as nossas dívidas em escravos, pois eles são a moeda corrente do país (página 236), como as próprias Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia incluíam, como impedimento para o sacerdócio:”Se tem parte de nação hebreia, ou de qualquer outra *infecta* (grifo meu) ou de negro ou mulato” (página 237).

Enquanto a advogada e orientadora educacional, 56 anos, Gracierre Ferreira da Costa pergunta: por que as luxuosas Escolas de Samba cariocas não abrigam, ao lado das fantasias de carnaval para quatro dias de deslumbramento, verdadeiras *escolas* que durante o ano letivo inteiro alfabetizassem os negros e lhes ensinassem algum ofício útil na vida? E faz uma referência dolorosa ao desamparo, que considera duplamente terrível, “da mulher negra, sem instrução, sem marido, sacrificada, enganada por brancos e negros, essas mães solteiras que não têm amanhã nem para si nem para os seus filhos”.

Pelé, Édson Arantes do Nascimento, que aos 17 anos de idade já era a suprema glória do futebol brasileiro na Suécia, hoje com 40 anos de idade, repetiu sempre a adesão a partidos públicos e tem sido sistematicamente agredido e manipulado por uma parte da imprensa rígida que queria a sua adesão cega a ideologias do Partido Único. Pelé é o que melhor harmonizou toda a temática

negro e branco. Ele a engloba de forma duplamente fecunda: tem noção de, com o esporte, ter feito alguma coisa pela sua raça (modéstia de quem recebeu em Paris, em 1981, o prêmio inédito de *O Esportista do Século*). Por outro lado, ele não tem nenhum resquício de racismo às avessas, vingativo, e, sim, a grandeza e nobreza de visão de dizer: “Eu não tenho problema dentro de mim, dentro do meu coração, contra o branco apenas por ser branco. Aprendi sempre a valorizar o homem através do seu pensamento e das suas ações”.

A *Antologia Contemporânea da Poesia Negra Brasileira* (Editora Global, 103 páginas), subintitulada Axé e organizada por Paulo Colina, é um contraponto às palavras de Guerreiro Ramos, que servem de epígrafe o livro anterior, de Haroldo Costa (*Fala, Crioulo*):

“É preciso não carregar a pele como um fardo”.

Conselho fácil de ser dado teoricamente, mas e na prática diárias?

Na *práxis* da sua poesia, grande número dos poetas aqui reunidos tem como inspiração constante o choque plural de ser negro num país que, felizmente, está distante da África do Sul com seu anti-humano e criminoso *apartheid* e até mesmo da selvageria da discriminação instituída, por exemplo, nos Estados do Sul dos Estados Unidos, mas, ao mesmo tempo, saber que a alforria não significou uma ascensão social. De ignorar as suas origens, perdidas na diáspora africana. De sonhar com quilombos hoje inexistentes. De cantar impelido por uma melancolia talvez incurável na sua desesperança existencial.

Pelo menos nesta amostragem, que às vezes inclui poemas esplêndidos, os poetas dissentem dos depoimentos em prosa, que estoicamente aceitam a luta contra a discriminação e apontam saídas para a emancipação democrática dos brasileiros de cor negra. Seriam os poetas os profetas de uma vingança futura ou retardatários de evocações doloridas, mas hoje atropeladas pelas reivindicações diárias de toda uma comunidade – branca, negra, asiática, mestiça, índia – heroicamente em luta pelo seu quinhão justo na sociedade brasileira?

Ninguém poderia emitir *um juízo de valor*, sociológico ou político, abusivo, se aplicado à criação artística. O fato é que poetas mineiros como Adão Ventura, gaúchos como Oliveira Silveira ou paulistas como Abelardo Rodrigues e Cuti representam, concretamente, uma poesia nova, inédita no Brasil. Vistos sob um prisma internacional, esses criadores de admiráveis obras-primas da poesia estão cronologicamente (ou fora do tempo?) afinados com a poesia reivindicatória de um antilhano, Aimé Césaire, de um senegalês, David Diop; dos norte-americanos Countee Cullen ou Sterling Brown. Opondo-se ao fraterno perdão de Senghor, eles mascam a sua fúria na esperança de um amanhã sangrento e mais tarde igualitário ou abandonam-se introspectivamente a uma visão da vida que equivale à impotência, à resignação, à lembrança do passado dos quilombos ou da paisagem africana que lhes foi arrebatada. Invariavelmente são versos pungentes, fortes, concisos, admiráveis:

“Tratocracia”

Ele Semog (poeta carioca)

Quebraram-lhe todos os dentes

13. *O negro nos livros, poemas e teses*

E suas costelas
Furtaram-lhe a alma
E a dignidade também
Mas lhe deixaram a loteria
Pois sabiam que a miséria
Não se toma de ninguém.
Ou, de Oliveira Silveira, do Rio Grande do Sul:
“Casas de Negros”
“... laranjeiras, currais e algumas casas de negros”
Saint-Hilaire
casas de negros
queixa e resmungo
casas de negros
cantigas do Congo
casas de negros
feijoadada e charque
casas de negros
santo e orixá
casas de negros
reza e batuque
casas de negros
palavras em choque
Nas casas de negros
coisas escravas
passando livres
para a casa-grande.

Com o poema “Charqueada” a noção irônica, estoica, épica, só sofrimento atinge um alto nível emotivo com um destacamento, um distanciamento de si mesmo similar ao de atores que sigam esse alheamento proposital ensinado por Bertold Brecht:

13. O negro nos livros, poemas e teses

- Os negros estão despídos

senhora pelotense
trabalhando no sol.

- Os negros estão desnudos

senhora pelotense
trabalhando no sal.
Eles vieram de longe
de campos tão distantes
repointados pela estrad
com seus mugidos fundos
brancos homens de preto a tocá-los
e um ponteiro a chamar: Venha, venha!
Eles vieram
poleangos assim
e foram embretados
e passaram por todas as facas
pelo sal
pelo sol
senhora pelotense
e chegaram a pretos velhos
com as marcas na pele
Na carne
na alma
senhora pelotense
charqueados.

Essa originalidade coesa em poucos e simples versos sem atavios grandiloquentes e inúteis transforma-se em tristeza niilista em Éle Semog:

PANO DE BOCA

De repente, assim, assim,
Num passe de mágica
Com uma fome atávica
Comeram todas as palavras!

Ou:

IMPASSE

às vezes a vida
me passa de reluz
como um imenso
e inevitável funeral.

ÀS MINHAS CUSTAS

Tudo que sei do número treze
É que é o grupo do galo
E que é o dia de azar.
Tudo que sei de liberdade
é continuar escapando
Da penitenciária
Pois não existem quilombos
Para me guardar

Abelardo Rodrigues ousa mesclar a uma imagem que normalmente despertaria piedade um tom grotesco de títeres que caem pelo chão, torpes, conduzidos por mãos inábeis, misturando o Carnaval e o ritmo de submissão que é uma forma de autonegação para um macabro ritual sádico e masoquista da subjugação e do engodo, ao lado do escárnio e da perda da dignidade humana: “Agora choraremos/ em compassos e apitos/ nossos passos/ de caranguejos./ Pesadamente como o tanque/ miraremos o canhão para nosso espelho/ até sermos felizes/ como viúva saciada”.

É lógico que os demais poetas dessa antologia variam na qualidade da forma e conteúdo de seus versos. Inegavelmente, há participantes, outros, dessa coletânea que nada têm de poetas, mas, sim, de oradores empolados de uma retórica babosa, ou pessoas, que confundem poesia com a letra inconsequente de um sambão tradicional. É inevitável que, ao lado de grande e legítimos talentos, que crescerão com o tempo, haja vocações fracassadas e que deveriam abandonar o cultivo da poesia por um cultivo mais rendoso, das rosas que abundam em seus pseudopoemas, às bactérias que infirmam a banalidade dos que têm ou bisonhamente julgam que têm o que dizer. É o caso

palpável, por exemplo, do, digamos, poeta paraibano Arnaldo Xavier. Usando de artimanhas gráficas que já tinham cabelos brancos quando E. E. Cummings, o poeta menor norte-americano que se recusa a usar maiúsculas e confundia *layout* gráfico com experiência poética. De que adianta, realmente, colocar entre parênteses invertidos as palavras)Agonia(,)Grito(,)Medo(,)Tristeza(, se o final é um cretino:

Ei-la aqui.

Ei-la aqui!

Ei-la aqui!?

Ei-la AQUI.

- Não há mais como camuflar a Dor.

Em sua, como diremos, poesia intitulada “Até o Mais Herético dos hereges reza quando ama”, o candidato de Musas esclerosadas começa declarando:

Quando falo

:)Amor(

Soa falso como uma Árvore

Se esboço um gesto de Luz

)redijo(

Escuridão

Em todos os movimentos

Na Certezabsurdônika: DE QUE,

ESTAMOS MORRENDO A CADA MOMENTO

Com tanta imbecilidade disposta como o diagrama da própria estultice, o rapaz/homem/senhor depois de admitir com maiúsculas que “não vomito, Eu sou o próprio vômito”, reconhecimento cínico impecável pela certeza da diagnose ele se põe a inventar uma “Niicanção” (que será), “Estrelas Quadrúpedes”, “Sóis Bípedes” para, linhas penosas, adiante, relatar que “Dor foi expulso/ por cuspir no rosto do Goleiro Amor/ e troca de pontapés com Paixão”, resultado de uma partida nefasta *contra* a inteligência, a renovação poética autêntica, a sensibilidade e a cultura do leitor e, quem sabe?, soberbo “deleithe” (à moda do autor) por sua superioridade intrínseca? Afinal, em outro, que termo se pode usar? Criação de sua larva ele “inova” com termos como “O Pássaro Homem/Só/Queria Voar no gerúndio” e por medo de contágio de tanta perda atônita de neurônios linha após linha o leitor, com um suspiro de alívio, passa a outro bardo.

Esta antologia não teria desculpas que pedir por incluir alguns nomes que ombreiam com os maiores criadores de *kitsch*, pois no Brasil, afinal, o *kitsch* serve até para eleger à Câmara dos Deputados, em Brasília, o “poeta” J. G. de Araújo Jorge, fora outras manifestações

13. O negro nos livros, poemas e teses

Certezaabsurdônika que galgaram, através do voto, o Planalto ou até mesmo a Assembleia diante do Parque Ibirapuera, nas últimas eleições.

Como a literatura é por essência democrática, não caberia ao crítico mostrar-se didático, complacente nem intolerante para com esses poetas desiguais no talento e na obtenção de suas metas poéticas. No entanto, o que se constata, visivelmente, é que uma parte decisiva da população brasileira, a que tem uma origem étnica africana, dia a dia desfaz os chavões que, como esparadrapos amorfos, são colocados no negro como futebolista, carnavaalista, garanhão erótico, temperamento infantil, quando não malandro, assaltante e quimbandista. Essa antologia comprova que, se há, certamente, uma temática negra no vasto repertório da poesia brasileira – e em alguns casos, parece-me, da melhor qualidade –, ela, inexoravelmente, se funde com a população de outras etnias, na luta por um avanço efetivo da Massa de todo o povo brasileiro, na qual está fundida, inevitavelmente, seu segmento negro. Não esmorecer diante do muro dos preconceitos, da prepotência, da injustiça e da ignorância, insuflar à fisionomia do Brasil o traço que mais caracteriza a raça negra: a dignidade. Atualizar os livros que omitem sua participação decisiva na construção deste país, atingir níveis altos de educação e manter os valores ancestrais de sua cultura. Haverá ideal que mais se coadune com os brasileiros de origem africana?

14. Poesia. Uma obra reunindo poetas negros de várias épocas

Jornal da Tarde, 1986. Aguardando revisão.

A Razão da Chama (Edições GRD), apesar de cuidadosamente organizada pela competência do poeta Oswaldo de Camargo, deixa uma impressão estranha de já lida, já percorrida. São vários poetas negros brasileiros, de Caldas Domingos Barbosa a Luís Gonzaga Pinto da Gama, de Cruz e Souza e Lino Pinto Guedes a Solano Trindade, até chegar aos novos poetas contemporâneos: Cuti, Paulo Colina, Abelardo Rodrigues, Éle Semog e outros mais. A impressão que se tem é a de uma releitura, ampliada, da coletânea *Axé*: a temática é estreita e se reduz à constelação de que a epiderme escura é discriminada monstruosamente no Brasil. Dessa verificação inicial se passa à gama inteira de sentimentos que ela causa: revolta pela discriminação, ódio e vingança, orgulho e autenticidade étnica e reconciliação e perdão pela invenção e exercício do racismo pelos brancos e pelos que se consideram brancos no Brasil etc.

É pouco.

Evidentemente que a humilhação causada por um preconceito, a revolta contra a injustiça e o *parti pris* de atitudes baseadas nos mais vis instintos do ser humano são elementos que bloqueiam a expressão de outros temas. Mas, se nos detivermos, como criadores artísticos, apenas nessa barreira, como poderemos focalizar os mil aspectos da vida de que participam todos os seres humanos de qualquer cor? A celebração da natureza, a discussão de ideologias políticas mas com isenção de posturas dogmáticas, o erotismo e o lirismo, a dificuldade das inter-relações humanas, a discussão de assuntos ecológicos, de perigos inerentes à instalação de usinas nucleares, os temas sociais, a meditação filosófica sobre o efêmero da vida humana, a angústia implícita nesta condição, os combates contra regimes políticos e econômicos iníquos – há literalmente um sem-número de motivos a serem tratados pelos nossos poetas negros, fora desse esboço aqui traçado.

James Baldwin, Lima Barreto, Aimé Césaire, Senghor, Soyinka e tantos mais romperam a prisão da discriminação e criticaram as suas respectivas sociedades, às vezes de forma áspera e eficaz e essa ampliação temática me parece ser o próximo passo do poeta negro no Brasil, demonstrada já fartamente no genuíno talento de que são dotados. E fica ainda no ar a pergunta: Mário de Andrade e Cassiano Ricardo, ambos mulatos, não são incluídos na antologia justamente por não terem falado apenas desse fato em suas poesias? A minha é apenas uma opinião e como tal pode estar profundamente errada, mas julgo que o artista negro – e não só no Brasil – em

14. Poesia. Uma obra reunindo poetas negros de várias épocas

uma tarefa infinitamente mais ampla: a de reumanizar o campo das expressões estéticas como comprava a sua atuação vital, decisiva, no campo da música e da dança: a experimentação que faz um Ishmael Reed com a linguagem, nos Estados Unidos, não é sumamente interessante e renovadora, recordando a de Raymond Queneau, na literatura francesa?

Por último, sempre estive convencido de que é através dos textos escolares e dos meios de comunicação de massa que se pode combater pelo menos com alguma eficiência a discriminação. Quando se fizer justiça histórica ao negro e à sua contribuição a todos os campos da atividade humana, não será mais difícil a inoculação de racismos torpes por parte de adultos ignorantes e acometidos de lepra moral?

Nesta antologia, o tom galhofeiro da sátira corrosiva se inicia, com graça e vigor, com a epopeia cômica de Luiz Gonzaga Pinto da Gama: “Lá Vai Verso”. À maneira de Camões e outros vates renascentistas, ele anuncia:

“Quero a glória abater de antigos vates,
Do tempo dos herois armipotentes;
Os Homeros, Camões – aurifugentes
Decantando os Barões da minha Pátria!”

A lista que se segue se assemelha muito à idiotice da campanha pública destes dias que antecedem as eleições de 15 de novembro, com candidatos disputando o título de Cretino Máximo, sem deixar de lembrar os escândalos de fraudes de ex-ministros da Justiça, de deputados que votam dolosamente por companheiros ausentes da Câmara em Brasília, a corrupção vertiginosa – e impune – que corrói o Brasil como cupins ou saúvas famintas:

“Com sabença profusa irei cantando
Altos feitos da gente luminosa,
Que trapaça movendo portentosa
A mente assombra, e pasma à natureza!
Espertos eleitores de encomenda,
Deputados, Ministros, Senadores,
Galfarros Diplomatas-chupadores,
De quem reza a cartilha da esperteza”.

A repulsa pelos que traficam no infame comércio negreiro, a comicidade dos pedantes e posições “doutores” de sabença empolada e divertidas variações em torno do termo de intenções pejorativas – bode – para designar os que não são brancos temperam os versos de “Quem sou eu?” já dentro de um clima quase surrealista e estonteante.

14. Poesia. Uma obra reunindo poetas negros de várias épocas

Cruz e Souza exige de seus admiradores uma sintonia com seu vocabulário luxuriante (revel, mucilaginoso, lutulentos), até mesmo em seu famoso poema de revolta contra os que não podiam associar as palavras artista e negro, “Emperedado”, mas uma leitura mais atenta descobrirá um surpreendente clima baudelaireano de contrastar o substantivo e o adjetivo, criando uma sensação original no leitor, como no trecho em que ele se refere às crianças negras abandonadas como “tenebrosas flores” em “Crianças Negras” e sua veemência de uma eloquência por vezes retórica, discursiva e hiperbólica. Já Lino Guedes, um poeta menor, se distingue pelo seu tom emocional, por certo generoso: “Assim esqueço o castigo/ que recebi de sua mão”, estendendo a mão fraternal de paz para quem foi seu carrasco; mas impressiona que ele consinta em aderir a ideias recebidas sem questionamento, que o levam a aconselhar o negro a ser “um homem direito”, de cujo “proceder” apenas surgirá uma modificação de seu *status*. Que exemplos, que modelos tinha o negro – e ainda tem – em profusão para “ser direito”? Imitando as trapaças e a iniquidade dos brancos? Fechando-se no gueto da superioridade racial, mito que alimenta, desde tempos imemoriais, um povo como o japonês, por exemplo? E qual é o “proceder” que deve ser seguido? O estoico? O servil? O cordato com a injustiça?

Carlos Assumpção introduz um estilo certamente mais requintado e eloquente quando se alça à altura dos versos:

“O alicerce da nação
Tem a pedra dos meus braços
Tem a cal das minhas lágrimas
Por isso a nação é triste
É muito grande mas triste”

Uma dor que se espalha pelos poemas de Oswald de Camargo – “Estou no meio de vós/ como a peste no ombro da desgraça, / como o laço da garganta do cativo/ ou a tristeza que amansa vossa mão..” e atinge, com o gaúcho Oliveira Silveira, um *pathos* comovedor:

“Treze de maio traição
liberdade sem asas
e fome sem pão
Treze de maio – já dia 14
a resposta gritante:
pedir
servir
calar”

14. Poesia. Uma obra reunindo poetas negros de várias épocas

Paulo Colina, um poeta a meu ver já se afirma em plena maturidade do seu canto, diz, porém, as palavras que ecoam as considerações iniciais feitas acima, com uma concisão e propriedade filosófica certeiras:

“ser marginal todavia
bastaria ao poema apenas
a cor da minha pele?”

Com exceção de Abelardo Rodrigues e de Éle Semog, os demais poetas não apresentam, nesta antologia (nem o incisivo Cuti), nada de extraordinário e é com a expectativa de futuras coletâneas, melhores, que fechamos esta agora, magra e insatisfatória no seu todo.

15. Nossa poesia negra, tentando falar alemão

Jornal da Tarde, 1990/03/17. Aguardando revisão.

Na Alemanha e na Suíça, um volume pequeno com o título bilíngue *Schwarze Poesie, Poesia Negra* divulga, nos países de língua alemã, a poesia brasileira feita por poetas negros. E, francamente, aí reside seu único mérito, pois a introdução (de Moema Parente Augel) está eivada de todos os chavões possíveis e, aí de nós, com as mais prosaicas, menos poéticas traduções para o alemão de Johannes Augel.

Quem procurar este pequeno livro terá de importá-lo da Edition Diá (com endereços na Suíça e na Alemanha). Vale a pena, reitero, quase que unicamente pelas páginas da esquerda, em que são otimamente selecionados alguns dos supremos poetas afro-brasileiros contemporâneos.

Em artigo da revista trimestral norte-americana *The Black Scholar* já fiz referência, na seção *Biblioteca* que redijo às sextas-feiras neste jornal, à importância e relevância da abrangente coletânea de versos em suahili, em português, em inglês, do Haiti, da área de todo o Caribe, da África - enfim em todos os locais, quase, da Diáspora negra imposta brutalmente pela escravidão.

No original e não nas capengas traduções, reitero, estão os versos refinados e sutilmente inteligentes, para começar, de Cuti. Com requinte verbal e sem ser pedante jamais, Cuti pede:

“Leva
a lava leve do meu vulcão
pra casa
e coloca na boca do teu
se dentro do peito
afogado estiver de mágoa
O fogo de outrora
do centro da terra
virá sem demora
Porque não há

15. *Nossa poesia negra, tentando falar alemão*

por completo

vulcão extinto no peito” (“Oferenda”)

Eloquente, vibrante, ele alterna o desafio a ferro e fogo e a doçura sonhada de um mundo justo em “Esperança”:

“Há uma esperança decisiva na ponta do fuzil:

a morte ou a vida enriquecida

aquecida de amor e comida.

Há uma esperança levantada nos punhos fechados:

a morte ou a vida cheia de vida

plena de igualdade e verdade.

“Há uma esperança na faca da sombra:

a morte ou a vida dos meninos

meninas homens mulheres e os sinos.

Há uma esperança de tocaia na fúria:

a vida crivada de sonhos

de balas de mel na boca do mundo”

Se a poesia vigorosa de Cuti enlaça-se com a prosa imorredoura de Martin Luther King em sua mensagem esplêndida *I Have a Dream* (“Eu tenho um sonho”) e com a ameaça de vingança de *Da Próxima Vez, Fogo!*, de James Baldwin, nem por isso ele deixa de falar dos “modelos” brancos impostos à raça negra depois da libertação da escravidão do preconceito nesta nossa inexistente “democracia racial” mas “hipocrisia racial”. É verdade que não temos o nazismo do *apartheid* monstruoso da África do Sul nem o ódio racial que talvez a maioria dos cidadãos brancos assume perante seus contrerrâneos negros, notadamente nos Estados do sul dos Estados Unidos.

Evidentemente, neste artigo delimitado fortemente pelo pouco espaço, no entanto a violência dos versos de Oliveira Silveira não pode ser esquecida:

“Um charque esta alma retalhada

um charque esta alma ressentida

um charque esta alma aqui

um charque

charque sal

charque sol

15. *Nossa poesia negra, tentando falar alemão*

charque sul
esta carne rasgando-se sem lâmina
este sangue ancestral ferindo ardendo
esta alma negra sal e sol nos lanhos
um charque
charque sal
charque sol
charque sul
você sabe uma faca abrindo fendas
na carne um raio um terremoto um mar
de sangue pelo meio uma alma repartida
um charque
charque sal
charque sol
charque sul”

A veemência já intolerante de medidas e mentiras explode igualmente nos versos incendiários, drásticos de Adão Ventura como

ALGUMAS INSTRUÇÕES DE COMO LEVAR UM NEGRO AO TRONCO

“Levar um negro ao tronco
e cuspir-lhe na cara.
levar um negro ao tronco
e fazê-lo comer bosta.
levar um negro ao tronco
e sarrafiar-lhe a mulher.
levar um negro ao tronco
e arrebentar-lhe os culhões.
levar um negro ao tronco
e currá-lo no lixo.”

15. *Nossa poesia negra, tentando falar alemão*

Houvesse mais vagar, não cometeríamos a injustiça de não focalizar outros poetas importantes, de linha mais urbana como Oswald de Camargo; Éle Semog; a angústia existencial de Paulo Colina, provavelmente mais liberto dos temas de escravidão e abolição da escravidão; o sarcasmo cortante de Abelardo Rodrigues. Nesta antologia sumamente feliz na escolha dos versos e poetas, não poderia deixar de ser mencionada, ainda que por último, a voz impressionante, decisiva de Lourdes Teodoro, que vê a perspectiva urbana e a contrasta com o passado de Quilombos e Palmares de forma indelével:

BALADA DEL QUE NUNCA FUÉ A PALMARES

“Somos pivetes,
balconistas,
assaltantes,
e quantos mais
que de Palmares nem
ares
que de Palmares
só os ais
helicópteros,
Eerrepês,
patrulhas,
volks-w,
sobre favelas, baixadas,
vilas e areais,
metralhadoras,
trinta e oitos
pistolas e pontapés,
socos e beliscões.
Salve 20 de Novembro
eu, de Palmares
nem os ares,
eu de Palmares,
só os ais.”

16. O Evangelho da Solidão de Eduardo de Oliveira

O Estado de São Paulo, 1970/7/23. Aguardando revisão.

Na parte final desta sua coletânea de poemas, Eduardo de Oliveira transcreve a opinião hiperbólica de Tristão de Ataíde, que o considera “o novo Cruz e Souza” brasileiro, a par de outra que o define como “um triste sonhando coisas lindas... (seu livro) é um porto de miragens, gemendo a insatisfação milenária dos poetas.” A mesma indecisão caracteriza sua utilização dos versos:

A parte numericamente maior de seus poemas prende-se à forma parnasiana e à expressão de sentimentos melancólicos (“de tristeza em tristeza me transporta/ esse pesar de que não me liberto/ e cuja dor meu peito não suporta”) ou de sofrimento virtuoso como *laissez passer* para o céu (“É preciso sofrer. Sem sofrimento/ a humanidade não se purifica/ A dor se esvai um dia e o bem que fica/ nos há de dar conformidade e alento.”) ou de confissão amorosa igualmente soturna (“Penso em você, quando a tardinha desce/ triste e chorando, como estou agora./ Penso em você, quando desperta a aurora/ que vem da noite que desaparece).

Mas a parte nitidamente melhor de sua poesia encontra-se, sem dúvida, nos acentos de revolta pessoal em que o poeta de cor evoca a África de sua origem com “Tumbeiros do Além” que se inicia:

“Eu sou um pedaço d’África
jogado no chão do mundo.
Tumbeiros malditos
Tumbeiros do Nilo
Tumbeiros-Saara
Tumbeiros do Caos
Tumbeiros-Tumbeiros
Tumbeiros do Além.”

Essa sinceridade emotiva é porém desvirtuada por influência de Gonçalves Dias na métrica:

“Nas plagas distantes
a que me atiraram
tristezas chegaram
cravando-se em mim.
nas terras do norte o negro é fantasma
terrível miasma
de angústias sem fim.”

Essa adesão a métricas cerceadoras do ímpeto expressivo está aliada a um tom em certos pontos condoreiro, que recorda as “Vozes d’África” de Castro Alves, com sua retórica declamatória hoje caída em desuso. São esses enganos, frutos talvez de leituras voltadas para o passado, de valores já consagrados mas cristalizados em sua época específica, que prendem seu voo poético.

Estas observações não querem dizer que o poeta deva se limitar, forçosamente, aos temas raciais. Significam somente que é na temática brotada da *négritude* de Aimé Césaire e de Léopold Senghor que Eduardo de Oliveira encontra sua maior força. Uma força incerta, que descamba para o lugar-comum de efeito:

“Se o negro levanta
seu porte de ébano
é eletrocutado
é decapitado
a bem do país
a bem da nação
que um dia com sangue
ajudou a construir.”

Mas uma força que adquiri um ritmo e uma expressão próprias, quando o poeta não interfere *intelectualmente* na sua confecção, mas, como queria Rimbaud, deixa que seu canto flua instintivamente:

“Bocas negras
negras vozes
que têm fome de justiça e de música.
Almas negras
negras preces

16. *O Evangelho da Solidão de Eduardo de Oliveira*

que se prolongam num mistério de sombras de infinito.

Cantos negros,

negros hinos

- todos feitos de banzo e de atabaques.

Luzes negras,

negras luas

caídas numa bola de paz e de dor que vem das Áfricas.

Olhos negros

negros prismas

projetando futuros e mocambos.

Belas negras,

negras prenhes

de castas fecundações que os sóis não trazem.

Corpos negros,

negras fronteiras

que dão manhãs escuras de alegrias.

Sonhos negros,

belos sonhos

com soluços de noites e pedaços do meu povo.”

O contacto com esta raiz expressiva e com os exemplos vigorosos da poesia negra – de Langston Hughes aos poetas contemporâneos do Congo – poderá trazer uma diretriz certa às suas hesitações poéticas, tornando-o uma expressão inédita da nossa poesia virgem – a da negritude brasileira original.

17. Prefácio ao livro de Paulo Colina

In COLINA, Paulo. A noite não pede licença, Roswitha Kempf Editores, 1987. Aguardando revisão.

Dramaturgo, tradutor, animador de encontros culturais na União Brasileira de Escritores, em São Paulo, o poeta Paulo Colina tem uma personalidade artística nítida, forte, a destacá-lo do conjunto de importantes poetas negros contemporâneos no Brasil de hoje.

A poesia de Paulo Colina já ultrapassou, há muito, o tom de queixume derivado do angustiante preconceito racial: a sua poesia não é um muro de lamentações sobre o passado da ignomínia – a chibata, a senzala, o navio de escravos, o estigma, a orfandade da Abolição de 1888. Contemplativa, cheia de meditações filosóficas em forma de metáfora poética, a poesia de Paulo Colina me parece, sobretudo, a, de uma sensibilidade plural, moderna, que se depara com o contexto urbano, repetição da crueldade do Brasil rural transformada na pobre geometria de nosso *sky line* urbano, a buscar o lucro e o logro nos céus.

Habitante da sua época e da sua cidade escolhida, Paulo Colina tem a inventividade como passo seguro para não cair na banalidade tumular do lugar-comum, do sentimentalóide:

Infinda gravidez de ausência
no ventre da cidade

ele decifra na desolação cinzenta da cidade-acampamento à beira do dividendo, da Bolsa de Valores em alta ou em baixa, do mercado de empregos, essa forma “moderna” de pelourinho em mim, e não se examinam os dentes do escravo, lhe impõem porém o acorrentamento do seu tempo, pés e mãos atados a escritórios onde a fraude, dia a dia, goteja e faz fortunas.

O som arrastado dum carro de bois
nos ombros largos da noite

ecoa como volta obsessiva do passado retido em gravuras de Rugendas e Debret, até que o corte lancinante de um avião que possa “fabrica” as manchetes dos jornais:

o jato leva e traz o dia seguinte
rompendo a barreira do nosso sonho

17. Prefácio ao livro de Paulo Colina

o poeta, como desterrado de toda as repúblicas, desde a Cidade concebida por Platão, impregna estes versos (que têm a rara dádiva de uma abstração que não se prende ao piegas, ao kitsch do palavreiro oco que no Brasil muitas vezes passa por “poesia”...) de uma originalidade expressiva característica.

Seria possível destacar linhas soltas que inauguram uma novidade de ver, sentir e exprimir:

o limo do tempo apenas conserva

o fogo campeia a memória

ou imagens sugestivas, de feitura aparentemente simples, espontâneas, como:

Abrir as mãos

e soprar a pena

sentimento do mundo

Lúcido, o poeta se vê, recolhendo o que resta de seus anseios, esperanças desfeitas, limitações impostas externamente:

Sou todo cacos de vidro

E nós todos, buscando no bar, no álcool, no esquecimento, estarmos refletidos estoicamente nos “espelhos do Nada”. Esse naufrágio coletivo da “Nave dos Tolos” medieval que somos nós, os seres humanos, captados em nossa insignificância, não escapa ao poeta invadido pela melancolia, em meio ao modismo de letreiros luminosos em inglês na noite. Seu cosmopolitismo, que o leva a conhecer, em inglês, poetas e prosadores decisivos do nosso tempo como a traduzir, com ajuda de outrem poesias de um outro artista desgarrado da vida, japonês, pobre, possivelmente ignorante do orgulho étnico de seu povo que se considera uma *Herrenrasse* (uma raça de dominadores) pois descende, só ela, de deuses, aquele infeliz Takuboku Ishikawa – tudo isso não faz perder a seiva paulistana, contemporânea, desse poeta que livro a livro, poema a poema, amadurece. Os grilhões de um passado histórico que lhe foi roubado permanecem: Paulo Colina não é um “alienado” como entoariam em coro as vozes que seguem mais o “materialismo histórico” do que “histórico”. Consciente de que a Princesa, quem sabe, esqueceu-se de assinar a carteira de trabalho que completaria a Abolição, ele sutilmente ironiza o carnaval como epopeia da raça, da mesma maneira que não veria no futebol, creio, a glorificação do artilheiro negro.

Mais elevada e menos efêmera é esta poesia que começa da constatação da quarta-feira e cinzas cotidiana, longe das passarelas, do ópio da cor, das luzes, do som e dos aplausos da multidão. Quero crer que Paulo Colina forja um canto muito mais abrangente e que desafia um período de tempo tão escasso e tão artificialmente celebrado. As suas conquistas de estilo, a concisão e o impacto de seus versos nos asseguram que ele depura, cada vez mais, o seu ritmo contemporaneamente sincopado, traspassado de *blues* – uma voz autêntica da ebulição do Brasil deste final da década de 80 e que todos os prognósticos tranquilamente indicam que será uma das vozes decisivas da poesia brasileira a fincar a sua inspiração de talento, inteligência e vigor neste solo nem sempre mãe gentil. Mas não é o destino dos poetas autênticos da modernidade, de Baudelaire a Fernando

17. Prefácio ao livro de Paulo Colina

Pessoa, tecerem seu canto como quem se sobrepõe às correntes adversas de um tempo sombrio, o mais ferozmente armado de códigos e látigos para “disciplinar” o poeta?

18. Paulo Colina - o poeta das cinzas

Revista Goodyear, n.47, 1988. Aguardando revisão.

“Que Abolição temos que comemorar? A Princesa Isabel, talvez por ingenuidade, cedeu à pressão dos grandes latifundiários. Daí por diante, enquanto milhões de europeus chegavam para substituir o trabalho escravo no negro, o Brasil ‘branqueava’ sua população. O negro da senzala foi atirado à favela, à marginalidade, à fome, ao biscate, à ignorância.”

Incisivo, o poeta paulista Paulo Colina, 38 anos, é um dos artistas brasileiros que mais se destacou na célebre *Antologia dos Poetas Negros Contemporâneos* organizada por Oswaldo de Camargo, o incansável animador e memória dos movimentos culturais negros do Brasil. A poesia de Paulo Colina (*A Noite não Pede Licença, Entre Dentes, Plano de Voo e Fogo Cruzado*) não é um muro de lamentações que abandona o presente e vai se colocar no passado da chibata, do navio negreiro, do pelourinho. Melancólica meditação sobre a perversão do mundo e do nosso pobre *sky line* urbano, a cultivar o lucro e o logro à custa do próximo, ela é cosmopolita e não banal ou sentimentalóide:

“infinda gravidez de ausência
no ventre da cidade”

Decifra na desolação das massas penduradas do dividendo, atadas a empregos reles onde a fraude incha e faz fortunas, um tom de *blues* resignado a meditar sobre o infortúnio da condição humana e capta:

“o som arrastado dum carro de bois
nos ombros largos da noite”

Não é um artista preso ao passado da senzala, a modernidade rasga seus versos como nota dominante:

“E o jato que leva e traz o dia seguinte
rompendo a barreira do nosso sonho”

e soa uma originalidade austera, concisa na decifração da realidade:

“o limo do tempo apenas
conserva;
o fogo campeia a memória”

até uma dubiedade de dor e voo (“pena”) a unir a tristeza e a saudade da liberdade:

“Abrir as mãos
e soprar a pena
sentimento do mundo.”

Lúcido o poeta resume em si as nuances de uma sensibilidade de seus anseios e esperanças:

“Sou todo cacos de vidro.”

O centenário que este ano se comemora não é propriamente o da Abolição, pois o negro não teria como festejar a abolição do preconceito nem dar vivas à sua habitual orfandade neste país de um mentiroso clima de “democracia racial”. A discriminação é sutil, artilosa, diária, enrosca-se em pretextos fúteis, absurdos mas está sempre presente. A recusa polida de uma moça em querer dançar “com uma pessoa de cor”, os empregos que milagrosamente “já foram preenchidos” assim que um negro se candidata a eles, o passageiro de metrô ou de ônibus que pede licença e se levanta quando vem sentar-se ao seu lado uma pessoa “diferente”. Quando ainda era rapaz em Pirituba, zona noroeste de São Paulo, Paulo Oliveira – depois Colina, em homenagem à cidade onde nasceu – jogava partidas de futebol, “peladas, num time misto de brancos, negros, mulatos e até um nissei”.

Hoje sorri: “Foi aos poucos que comecei a compreender certos silêncios, certos afastamentos mudos e me dei conta de que a pobre e solidária Pirituba da minha infância não era o “mundo, vasto mundo” de que fala Carlos Drummond de Andrade. Mas o que tinha de vergonhosa a minha cor de pele? Fazia diferença se meu cabelo e minhas feições eram diferentes daqueles meninos filhos de italianos, de húngaros, de portugueses, que todo dia brincavam comigo de bola de gude, de mocinho e bandido, de guerra?”

Começou para ele um difícil aprendizado: o do ABC do racismo. Um preconceito velado, disfarçado. “Hipócrita, usemos logo a palavra certa”, Colina acrescenta. “Eu nunca tinha notado que era de repente um marginal contra a minha vontade e contra o meu conhecimento. Da noite para o dia eu passara a ser um negro jovem ‘atrevido’, metido a falar certo, rodeado de livros. Eu só podia, para muitas pessoas, ser malandro, quem sabe ladrão ou preguiçoso ou, com a fama que os negros têm, um garanhão perigoso, em busca de moças brancas. Minha mãe, a vida inteira cozinheira de patrões brancos, que moravam em mansões dos bairros nobres como Morumbi ou os Jardins, me dizia sempre que diante de Deus todos têm a mesma cor. E rezava muito. Meu pai, motorista particular, não era homem de muitas palavras. Mesmo assim, atribuía o preconceito à ‘ignorância das pessoas’. Mas nem minha mãe nem meu pai sabiam explicar aquela atitude contra mim: o que eu fizera de mal? Eu me achava ‘normal’ como os outros mas me ensinaram que não, eu não era não. Nós tínhamos vindo de Colina, uma cidadezinha do interior do Estado, para

São Paulo, metrópole, atraídos pelo sonho de uma vida melhor, de empregos bem pagos. Nossa vida tinha altos e baixos. Mais baixos, aliás. Sempre que possível, mandávamos buscar avós, tios, primos, a parentada toda. Mas a situação estava piorando, o dinheiro cada vez mais curto. Eu ficava deslumbrado com os anúncios luminosos do centro da cidade, com as livrarias de vitrinas atulhadas de livros coloridos. A realidade era que eu tinha que poupar ao máximo meu único par de sapatos; havia sempre tantas contas pra pagar! Com tudo aumentando de preço na feira e no armazém, lápis, papel e livro viraram luxo para mim.”

Mesmo depois que Paulo Colina começou a trabalhar, primeiro como *office-boy*, depois na firma de produção de alimentos onde sua mãe se empregara como cozinheira e lhe arranjava uma colocação, as coisas não melhoraram. Havia um filho de portugueses que o detestava e fazia tudo para tornar sua vida no escritório um inferno. “Ele não gostava de pretos”, era a explicação que não explicava nada. “Colegas da minha raça procuravam me animar, me aconselhando a ‘não ligar para isso’ ou dizendo que ‘a gente se acostuma, depois nem liga mais’. Quando chegava o domingo, havia trégua naquela guerra sem pé nem cabeça, eu pegava um livro de Lima Barreto que comprara num sebo – sempre fui rato de livraria de segunda mão, fuçava tudo que podia – e saía para olhar o tio Tietê. Ia ler ou reler aquele negro que para mim fora um deslumbramento. Antes do Lima Barreto eu não imaginava que existiam escritores negros a não ser o Cruz e Souza. E logo tratei de aprender inglês, quem sabia inglês conseguia empregos bem remunerados e podia ler tantos autores também..”

Poetas, romancistas, ensaístas começaram, em edições de bolso, a enfileirar-se em sua estante no quarto. “Muitas vezes eu preferia passar o almoço com um copo de leite e um sanduíche que levava de casa pra poder comprar livros de Leroy Jones, Richard Wright e hoje Toni Morrison, essa analista profunda e sutil do mundo negro em *Song of Solomon*, por exemplo. Então, eu raciocinava triunfante, os negros não eram só bestas de carga, a se curvar e dizer servilmente ‘sim, sinhô’ para os brancos, nem eram apenas craques de futebol ou sambistas. Consciente da minha falta de preparo, dos meus erros e tropeções, comeci a garatujar uns versos. Hoje reconheço que eram horríveis! Mas eu queria escrever, expressar o que sentia. Além de poeta eu queria ser dramaturgo, criar peças para o Teatro do Negro, escrever romances sobre o que o Lima Barreto chamava de ‘negrice’, muito, muito tempo antes de se falar da ‘*Négritude*’ com os poetas africanos e antilhanos.”

Atualmente, ele acha, o negro continua explorado, depois da fase em que o samba, o jongo, eram coisas de morro, dava polícia em cima, samba era o folclore da favela pendurada sobre a paisagem do Rio de Janeiro, barracão de zinco “cantado” como “beleza comovedora”, implorando clemência à cidade a seus pés. Lorotas! Paulo comenta: “Agora, o Carnaval virou indústria. Indústria que rende para os bicheiros, pelo menos em termos de prestígio, mas rende para o Estado também, trazendo divisas estrangeiras para o tesouro nacional. São desfiles milionários, com cinco mil pessoas, muito luxo do tipo Hollywood. A negrada fica na bateria, que é coisa de negro mesmo, ou então empurra os carros alegóricos no muque e dança e dança quando pode: negro não é forte, negro não é só músculos e sexo? O Carnaval serviu também para dar emprego a milhares de artesãos que o ano inteiro confeccionam fantasias”.

Pára para repetir a frase de sentido duplo: “Confeccionar fantasias... é, essa é a função do negro carnavalesco hoje. Forjar a fantasia de que a vida é mansa. Vamos ser Maria Antonieta e o Rei

da França durante três, quatro dias de apoteose? Vamos comemorar a Abolição, essa ficção que não houve? Da 'liberdade' de não saber ler, de não ter formação profissional, nem de um plano financeiro monarquista ou republicano para apoiar o negro e formá-lo para o mercado de trabalho ninguém cogitou. Resultado: o negro 'sobrou' na nova sociedade 'livre' como 'sobrou' antes. Foi ser capinador na roça, abrir valas para esgotos na cidade, viver de 'bicos' ou, como ladrão, arrancar ela força aquilo que era seu por direito e lhe negavam. Sempre um marginal, sempre o último a ser contratado e o primeiro a ser despedido. É o jogo das classes dominantes, ou tem sido até agora, não é? E por que nenhuma escola de samba milionária pensa em fundar uma *escola* de verdade onde se dê instrução para os negros? Já dizia Noel Rosa que "samba não se aprende no colégio", mas toda a situação do negro no Brasil mudaria por meio da educação, essa alavanca que iria destruir até as favelas."

Tornado insuportável dia-a-dia na firma onde a mãe se curvava horas e horas sobre painéis e caldeirões, Paulo Colina entrou numa grande companhia importadora e exportadora japonesa e ainda hoje, em outra empresa, trabalha neste ramo. Era a única pessoa de cor entre nisseis, em sua maioria, e um ou outro brasileiro de outra origem étnica. Traduziu com um colega Masuo Yamaki, os versos do gênero *tanka* – mais popular que os refinados *hai-kais* de Bashô – do poeta Takobuko Ishiawa. "Eu senti logo uma afinidade surpreendente com ele. Era um poeta contemporâneo, que se defronta com a modernidade, um poeta urbano, angustiado, sozinho, que bebia muito, frequentava prostíbulos e morreu jovem. Eu sentia muitas das tristezas e incompreensões que ele sofreu. Traduzir seus versos era quase uma tarefa fácil para mim, embora muito dolorosa."

Apolítico, o poeta brasileiro desmente a frase de Khuane Nkrumah, "a não-violência é anacrônica" e acredita, ao contrário, que a violência só aumenta os problemas. Seguidor de Martin Luther King, o grande líder religioso e social dos Estados Unidos, que inspirado na doutrina da não-violência, de Ghandi, libertou as massas negras oprimidas, ele exemplifica a espiral de violência com a década de 60 no Brasil, "quando as guerrilhas causaram mais mortes inúteis em porões de torturas e no campo. Está provado que a violência, definitivamente, não é a solução". O radicalismo de Malcom X ou dos Panteras Negras não é a resposta, assim como lamenta quem queira emigrar para um país da África Negra: "O brasileiro negro que for para a Nigéria ou para o Quênia, por exemplo, vai se deparar com choques tribais, com hostilidade, com uma falta quase total de possibilidades de se realizar profissionalmente, em países onde a luta pelo pão ainda precede a luta pelo lápis e o papel, a reconstrução dos países devastados pelo colonialismo ainda é muito recente e árdua. A nossa luta é aqui. Somos brasileiros há 400 anos, aqui é que demos nosso suor, nosso sangue, por que escapar? É uma ilusão."

Sem se deixar rotular de pessimista, ele vê o ser humano ainda em um estado muito primário, cheio de brigas, de preconceitos. "O homem, em geral, ainda é um bicho nocivo. Nocivo para seus semelhantes e para a natureza, que destrói. Pra ser sincero não vejo, rigorosamente, um único país civilizado na face da terra onde os homens vivam fraternalmente. É uma busca frenética do poder, ainda que para obtê-lo seja preciso pisar na jugular do outro. Claro, quanto ao racismo, o Brasil não é a África do Sul, onde reina o pavor, mas estamos muito longe, mesmo hoje em dia, de uma verdadeira democracia. Nossa democracia, e não só do ponto de vista racial, não passa de uma balela, um engodo. Francamente, eu preferiria que o racismo brasileiro não fosse disfarçado. Que fosse como nos Estados Unidos onde o preconceito é às claras, mas onde a lei está a favor

do negro, há recursos legais para combater a discriminação. Os negros norte-americanos já têm uma classe média com alto poder aquisitivo, acesso à educação universitária e cargos eletivos de prefeito, governador ou, na economia de mercado, a postos de executivos de firmas importantes. E aqui? A Lei Afonso Arinas? É mais uma prova de que existe o racismo, senão a lei não precisava existir. E ela é inócua: quem a viola é denunciado, vai à delegacia mais próxima, paga uma multa insignificante e fica tudo por isso mesmo... Agora, na nova Constituição, parece que a discriminação é definida como crime inafiançável. Só que no capítulo das chamadas minorias os evangelistas se colocaram contra a proteção a proteção dos homossexuais. Por que eles estão excluídos? Será que não são filhos de Deus lá na Bíblia deles?”

As vocações de Paulo Colina e James Baldwin coincidem em sua relutância em limitar seus escritos a ensaios anti-racistas como *Da Próxima Vez, Fogo!* ou a fazer uma poesia panfletária, obcecada apenas por um tema: “A visão que se tem de dentro do gueto negro, eu digo sempre, é uma visão menor da realidade, que é múltipla e muda rapidissimamente. Não posso bater só nessa tecla: sou negro. Gosto de ser negro. Amo minhas raízes africanas. Não sou um disco quebrado. Quem for escrever, negro ou branco, tem que ter uma única coisa indispensável: talento. No ‘movimento negro’ temos de tudo. Há negros bajuladores de Maluf, do Jânio e, antigamente, do Adhemar de Barros. Dedicam livros babosos aos poderosos e querem usar sua subliteratura rastejante para subir socialmente. Basta de o negro eternamente ‘morder o granito’ das estátuas que povoam as praças das cidades brasileiras.” Seu é o sonho de Martin Luther King transportado para o Brasil: o de um dia haver uma efetiva democracia brasileira, quando a cor da pele do indivíduo não pesar mais na avaliação do seu valor, do seu caráter, da sua dignidade: “Será que estou sonhando alto demais?”

Recusa-se a banalizar palavras como solidariedade ou povo, despejadas de qualquer palanque político e toda a propaganda governamental. Afinal, sua poesia e sua ação social estão longe dos desfiles do “reinado de Momo”. Estão fincadas firmemente na realidade da Quarta-Feira de Cinzas, “de olhos bem abertos e sentidos alerta”.

Parte II.

Literatura Norte-Americana

19. Literatura negra nos Estados Unidos - James Baldwin

Correio da Manhã, 1965/3/27. Aguardando revisão.

O cartão entregue a cada um dos milhões de refugiados da Europa Central acampados em barracas à espera do visto de imigração é simbólico da nossa era atômica – a era das *displaced persons*. A expressão inglesa é cruel na sua especificação de que uma pessoa está “fora do seu lugar”, no desajuste, no desenraizamento que são a forma século XX da angústia mais desesperada que o *mal du siècle* dos românticos e o *Weltschmerz* dos melancólicos poetas alemães. Kafka foi o arauto dessa multidão em busca de uma Canaã mítica – perdida, inacessível ou inexistente? –, dos judeus que *displaced* na Alemanha de Hitler, terminaram cremados nos infernos de Dachau e de Auschwitz. Mas são também desambientados os jovens irados ingleses e os *beatniks* que procuram no orgasmo e no Zen budismo, na maconha e no *jazz* uma expressão para o seu inconformismo e finalmente são *displaced* em seu sexo os travestis mimetizados com um ideal feminino.

Nos Estados Unidos, um décimo da sua população simboliza, de forma candente, esse *status* moderno, fruto amargo do desenraizamento violento do seu *habitat* africano: os negros. Libertados da escravidão ao preço de uma Guerra Civil e emancipados pelo sinistro resgate de seu mais luminoso defensor – Lincoln –, os negros americanos assumiriam uma posição *sui generis* entre os negros de todo o mundo.

Não lutavam, como seus irmãos africanos, pela libertação política, nem afirmavam, através da *Négritude*, a sua fisionomia cultural autônoma. Constituindo educacionalmente a “elite” dos negros em qualquer país, compartilhando em grande parte a prosperidade econômica americana nada tinham em comum com os *Simbas* canibais do Congo belga ou com os bantus, de nível pré-histórico, vítimas da fanática *apartheid* sul-africana. Os negros dos Estados Unidos encontram-se na situação paradoxal de serem os que mais assimilaram da civilização ocidental, nela se integrando inteiramente, e ao mesmo tempo os elementos menos acatados, em geral, por essa parte da sociedade ocidental que é o povo norte-americano, sobretudo nos Estados do Sul. Os negros que forjaram o destino da América viam-se agora despojados, como “cidadãos de segunda classe”, dos direitos elementares aceitos pelas comunidades em que moravam, de poderem decidir dos rumos políticos e econômicos da nação que era sua também e, em última instância, das leis que regeriam as suas próprias vidas. Dentro da gama de saídas para esse impasse e para esse absurdo, surgiram movimentos cívicos que vão desde os que exercem uma ação persuasiva na defesa dos direitos do negro, até os que, como os *black Muslims* (muçulmanos negros) preconizam a destruição violenta da raça branca. Dentre todos, destaca-se o reverendo Martin Luther King, Prêmio Nobel da Paz do ano passado, pela sua grandeza moral, pela sua lucidez, pela sua fé inquebrantável na doutrina

da não-violência inspirada em Gandhi. O extraordinário líder protestante opõe à doutrina do ódio e do terror as suas marchas da liberdade, a pressão sobre as cúpulas governamentais, a prece aliada à ação.

James Baldwin encarna nessa autêntica “guerra fria” nacional o papel do intelectual autêntico, do novelista de grande sucesso, do ensaísta brilhante. Muito superior à Richard Wright, ele supera também a influência dos artistas de *jazz* e até dos atores negros porque, ao contrário destes, não apela para a sensibilidade artística dos brancos apenas mas também para o seu raciocínio, para a sua introspecção. Talvez mais importante como ensaísta e pensador do que como ficcionista, suas argutas considerações sobre a situação do negro nos Estados Unidos publicadas na prestigiosa revista *The New Yorker* e logo depois enfeitadas em livro permanecerem 29 semanas consecutivas à frente da lista de *best-sellers* do seu país, *The Fire Next Time*, título desse abalador testemunho, foi aclamado na Inglaterra, na França, na Itália, na Alemanha, enquanto as mais importantes universidades norte-americanas convidavam seu autor a pronunciar conferências perante seus milhares de alunos e os editores europeus duelavam com cifras e telegramas par obter os direitos de tradução de suas obras.

The Fire Next Time (Da Próxima Vez, Fogo!) não granjeou ao escritor de 39 anos apenas fama mundial – uma capa da revista *Time*, um número especial da publicação liberal inglesa *Encounter* – revelou a fundo uma situação humana contundente para o homem branco pela acusação veemente que encerrava, o *De Profundis* de um pária que falava com a linguagem compreensível aos opressores. Amaríssimo na sua diagnose e na sua rebelião, este volume violento não preconiza, porém, uma solução violenta. Seu apelo final e sóbrio, ativo, digno, em prol da cooperação das duas raças na tarefa que lhes é comum de banir a barbárie da intolerância, da ignorância cifrada no preconceito, da desumanidade expressa pela discriminação. É para impedir um *Palmares* de proporções imprevisíveis entre os fanáticos dos “muçulmanos negros” e os sequazes da Ku Klux Klan sulista que ele adverte contra os Hitlers em potencial, os Lee Oswalds sempre prontos a assumir um soturno papel nas catástrofes da História. Ainda há esperança no seu brado final, que encerra seu anátema contra a humilhação imposta pelos brancos: “Tudo agora, devemos supor, está em nossas mãos, não temos o direito de supor outra coisa. Se nós – quero dizer, nós, os brancos e os negros relativamente conscientes, que temos de insistir junto à consciência dos outros – se nós não esmorecermos agora no cumprimento do nosso dever, poderemos, embora sejamos poucos, por termo ao pesadelo racial e concretizar o destino do nosso País e mudar a História da humanidade. Se não ousarmos tudo agora, o cumprimento daquela profecia, recriada da Bíblia numa canção composta por escravos, recairá sobre nós: “Deus deu a Noé o sinal do arco-íris – Basta de água, da próxima vez: fogo!”

Embora repelindo as teorias violentas e apelando para a cooperação entre as raças, Baldwin reconhece não só a sua solidão como intelectual negro dentro da massa negra como também a inadequação, a insuficiência das palavras diante dos fatos, numa conclusão semelhante à de Sartre quanto à impotência do escritor, como escritor, diante da injustiça social. De fato, a História registra as modificações trazidas às vidas dos povos pelos Césares, pelos Napoleões e pelos Hitlers; mas a modificação aportada pelos Shakespeares e pelos Prousts não se traduz nunca em vitórias militares, em conquistas territoriais, em fatos que podem ser medidos estatisticamente. A mais inflamada peça de Brecht, mais inspirado poema de Lorca ou o mais inteligente ensaio de Sartre

jamais conduziu um público à tomada de Bastilha alguma. Ao reconhecer que não tem “poderio político nem econômico”, Baldwin intrinsecamente especifica quais são as alavancas suscetíveis de causar qualquer modificação concreta. Como *A Cabana do Pai Tomás*, como os discursos de Joaquim Nabuco e José do Patrocínio, os seus livros podem “acelerar” a conscientização de um problema, formulá-lo, expô-lo, denunciá-lo, nunca solucioná-lo. (O trágico fim da nossa Inconfidência política urdida por poetas comprova a disparidade de meios para a alteração de uma situação de fato.)

Lucidamente, porém, ele lança mão da sua forma de participação, sem jamais transformar as suas observações penetrantes em matéria panfletária, primariamente didática e ineficaz. Volta do exílio voluntário em Paris, depois de nove anos, para enfrentar as “condições normais” de vida do negro americano no seu país de origem.

Essas “condições normais” foram vividamente descritas por um homem branco, John Howard Griffin, que após intensa radiação com iodo e raspagem do cabelo conseguiu adquirir uma aparência de negro, dirigindo-se ao Sul dos Estados Unidos. Nos Estados ultra-racistas do chamado *Deep South*, ou sejam o Mississippi, o Alabama e a Louisiana, ele experimentou durante semanas o estigma candente. Além das humilhações constantes e diabólicas das salas de espera só para brancos, dos bebedouros e bancos de jardim só para brancos, dos restaurantes em que lhe era recusada comida, dos postos de gasolina onde lhe era negada a venda de gasolina devido à pigmentação de sua pele – além de todas essas humilhações sórdidas e mesquinhas que marcam a fogo a sensibilidade dos negros, havia sempre presente o medo de ser linchado, a expectativa acuada das palavras ofensivas, dos olhares de desprezo e dos risos de chacota coletiva.

James Baldwin ultrapassa essa incursão que terminou quando cessou o efeito das radiações, pois para ele é válida não a experiência, mas a vivência determinada biologicamente, por fatores genéticos imutáveis. O seu libelo não deve atingir só os brancos racistas norte-americanos, mas a totalidade da raça branca, herdeira involuntária do delito da escravidão, participe, contra a sua vontade dessa injustiça, já que integra com os americanos brancos a coletividade de raça branca:

“A brutalidade com que os negros são tratados na América simplesmente não pode ser exagerada. A princípio, o negro *não acredita* que os brancos o tratem dessa forma... Ainda não existe uma linguagem sequer para descrever o sofrimento pessoal do negro neste país..”

Agora, James Baldwin forjou admiravelmente esta linguagem, que utiliza como uma catapulta de ideias e reflexões. A nossa época, que já conta com o *Diário de Anna Frank* e o de Maria Carolina de Jesus, além do *Journal du Voleur* de Jean Genet, tem agora completo o triângulo dos párias de vários regimes e várias épocas: o judeu, o negro e o homossexual. São misteriosas e muitas vezes ilógicas as trajetórias das palavras de um reformador que se exprime através da literatura. Não se exclui assim a possibilidade de que, apelando para a razão do americano branco consciente das suas responsabilidades, o autor nascido no Harlem atinja o ponto central do qual unicamente poderá partir a modificação que ele propõe e todos ambicionamos. Exemplarmente, a língua inglesa fala de *a change of heart* quando uma pessoa muda de opinião ou de ideia. É nesta “transformação de corações” e de cérebros cegados pelo racismo que reside a nossa esperança.

20. James Baldwin e o negro nos EUA

Correio da Manhã (Caminhos da cultura), 1965. Aguardando revisão.

Nessa esplêndida alegoria moderna que é *Les Nègres*, Genet faz o personagem Archibald exclamar, dirigindo-se a seus irmãos de cor: “Eu vos ordeno serem negros até a profundidade de vossas veias e de nelas arrastar sangue negro. Que a África nele circule. Que os negros se anegrem. Que eles se obstinem até à loucura naquilo que os condena a ser, em seu ébano, sem seu cheiro, em seus olhos amarelados, em seus gostos de canibais... Que se (os brancos) mudarem a nosso respeito, não seja por indulgência, mas por terror... Inventai, não o amor, mas o ódio... O trágico estará na cor negra! Será ela que vós amareis, reunireis, merecereis. É ela que é preciso conquistar!”

A busca de uma identidade para o negro contemporâneo tem assumido as formas que cada país, cada civilização, cada escola de valores culturais apresenta no local onde o negro vive. É claro que, nas regiões de vida tribal e de prática do canibalismo como partes do Congo e da chamada África Negra, a reivindicação de uma fisionomia própria que caracteriza os movimentos negros nos Estados Unidos, na África do Sul, no Senegal e na Martinica. A par da *négritude* de Léopold Senghor e dos poetas africanos de expressão francesas reunidos pela publicação *Présence Africaine* em Paris, existe toda uma gama de nuances nos Estados Unidos dessa tentativa de forjar uma personalidade do negro distinta da personalidade do branco, com valores de ritmo, de emoção, de espontaneidade diametralmente opostos a muitos dos cânones da cultura e da arte do Ocidente. A conclamação guerreira do personagem de Genet ecoa desafiadoramente na doutrina violenta e fanática de Elijha Muhamda, o chefe da seita negra dos chamados *black muslims*. Contando com mais de 300.000 adeptos espalhados por todos os Estados Unidos, esse grupo semirreligioso tem 30 “templos” em vários Estados e como doutrina implacável a de exterminar todos os brancos, para triunfo final dos negros sobre os “demônios” de pele clara. Allah, em sua concepção, é um sanguinário Deus negro, de vingança e inclemência. Repudiam o Cristianismo – religião inventada pelos brancos – e não querem ter nem mesmo os sobrenomes em comum com seus antigos senhores brancos. Passam a usar só um nome seguido de um X. Ao exigirem para os negros norte-americanos uma pátria separada, a ser retirada do território estadunidense, eles de certa maneira confirmam o *apartheid* sul-africano dentro de um racismo puramente negro.

Por outro lado, o movimento negro reivindicatório de melhorias sociais urgentes dentro da sociedade americana abrange líderes de extraordinária envergadura moral, cultural e intelectual. Um deles, Lester Granger da *Urban League*, presidiu em Petrópolis, em 1962, a reunião internacional de assistentes sociais ali congregada. Outro, Martin Luther King, foi agraciado no ano passado

com o Prêmio Nobel da Paz pela sua defesa dos direitos da minoria negra por meios pacíficos delineados por Gandhi na sua doutrina do *ahimsa* (não-violência).

Uma única figura, porém, se destaca como arguto e lúcido intelectual negro, escritor, ensaísta e novelista de renome nos países de língua inglesa. Trata-se de um autor que tem dedicado uma série brilhante e palestras, em universidades americanas, ao tema das relações inter-raciais em seu país e que em seu último e brilhante livro, *The Fire Next Time*, analisa agudamente os problemas que surgem com o empecilho para a ascensão sócio-cultural do negro norte-americano.

James Baldwin é quase totalmente desconhecido no Brasil, exceto pelas minorias que leem inglês. No entanto, cremos que sua ação como crítico da situação das pessoas de cor supere de muito duas atividades de novelista e dramaturgo. O jovem intelectual no seu ácido libelo – publicado em livro depois de reunido em capítulos na famosa revista *The New Yorker* – condena igualmente as soluções violentas como a que houve recentemente em Harlem, bairro negro de Nova York, imensa favela de cimento armado que se ergue em plena metrópole cosmopolita. No entanto, Baldwin argumenta lucidamente ao afirmar que teme não haver outra alternativa, fora a violência, se a maioria branca norte-americana não tomar medidas urgentes tendentes a dar ao negro seu compatriota um lugar ao sol, subtraindo-o à posição de inferioridade a que tem sido relegado há séculos.

A análise que Baldwin faz das relações raciais nos Estados Unidos é não só de brutal franqueza como também de amarga, amaríssima, revolta. Referindo-se à decisão do Supremo Tribunal *yankee* que em 1954 declarou ilegal a segregação nas escolas, ele atribui esta resolução histórica aos interesses da política externa norte-americana, “que cortejava a África recém-emersa do colonialismo e rica em minerais e em petróleo”. As críticas vitriólicas que faz aos *mores* e aos valores materialistas americanos – é sabido que Baldwin viveu longos anos em Paris – causaram impacto e parecem aumentar a corrente de autores americanos rebelados contra “a maneira de viver americana”. Essa corrente, recordemos, provém de John dos Passos, Gertrude Stein e Hemingway até Henry Miller, em nossos dias, que definiu a civilização americana como “um pesadelo dotado de ar condicionado”.

A veemência de James Baldwin não é menor absolutamente com relação ao ressentimento negro:

“O negro norte-americano tem a grande vantagem de nunca ter acreditado naquela coleção de mitos a que estão presos os americanos brancos: o de que seus antepassados eram todos heróis amantes da liberdade, o de que nasceram no país mais extraordinário que o mundo já viu, o de que os americanos são invencíveis na guerra e sábios na paz, o de que os americanos sempre agiram honradamente com os mexicanos, os índios e outros vizinhos inferiores, o de que os americanos são os homens mais direitos e viris do mundo e de que as mulheres americanas são puras”.

“Como pode alguém respeitar, muito menos adotar, os valores de um povo que não vive, em nenhuma forma imaginável, de maneira que diz ou da maneira que afirma deveria viver? Não posso aceitar a declaração de que o labor intenso do negro americano durante quatrocentos anos deve resultar meramente na sua integração no nível atual da civilização americana. Estou longe de deixar-me persuadir de que valeu

20. *James Baldwin e o negro nos EUA*

a pena terem-me liberado do curandeiro africano se agora – a fim de apoiar minhas contradições morais e a aridez espiritual da minha vida – eu tenho que me tornar dependente do psiquiatra americano. É uma troca que recuso absolutamente”.

Seu impressionante documento pessoal e humano termina com um apelo aos negros e aos brancos “relativamente conscientes”. É tarefa desses elementos lúcidos da sociedade americana despertar a consciência dos demais e cumprirem juntos o dever inadiável de por a termo ao “pesadelo racial”, como o denomina Baldwin, e mudar o curso dos acontecimentos nos Estados Unidos e no mundo. Se não ousarmos tudo para atingir esse objetivo de inspiração bíblica contida na canção do escravo que cantava: “Deus deu a Noé o sinal do arco-íris: Chega de água, da próxima vez: fogo!”

21. O negro Baldwin luta pelos seus

Jornal da Tarde, 1966/10/29. Aguardando revisão.

O aguilhão, cravado desde o nascimento na pele luzidia e negra, não pára de doer nunca quando você é negro em certas regiões do mundo. A princípio atônito, quando ainda criança, James Baldwin não compreende porque seu pai, pastor protestante, o proíbe de brincar com crianças brancas na calçada, de entrar no parque onde estão as palavras incompreensíveis “só para brancos” e porque ele abraçou a religião que fala do amor ao próximo, com seus hinos religiosos de força e poesia.

Confusamente, o pai e a mãe explicam que brancos afastados do amor pregado por Nosso Senhor Jesus Cristo é que puseram a tabuleta no parque, onde há o escorrega e o balanço e onde ele gostaria de pular e brincar com os outros meninos da sua idade. Mas as explicações não explicam, falam sempre de paciência, de um Reino Futuro de Justiça e de Bondade e o jovem James está interessado no presente, no agora.

Na escola, continuam as humilhações incompreensíveis. E seus primos do Sul lhe dizem que na cidade é melhor, “lá em casa”, na terra de onde sua família veio, os pretos são perseguidos por ferozes cachorros policiais, por policiais armados de gás lacrimogêneo e de mangueiras d’água de enorme violência. Mas lá longe pouco importa, ele dá de ombros: estou vivendo aqui mesmo. E não é que se possa dizer que estou morando como eu quero! De fato, o Harlem é um círculo do inferno, o inferno de que falam os sermões do pai na Igreja Batista aos domingos: o fogo é o calor infernal, os suplícios são os mesmos: as misérias, os ratos, o amontoado de famílias juntas, a falta de perspectiva para os jovens que se tornam criminosos ou aceitam tornar-se “cidadãos de segunda classe”. O que quer dizer: sem os privilégios do país mais privilegiado em riqueza e em progresso na terra. Mas não em humanidade. E James Baldwin parte. Escreve. Vive intensamente: o amor, a fome, o desespero, raramente a esperança e a fé. Parte para a Europa, dando-se por vencido. O preconceito, o ódio, a indiferença que o circundam são mais fortes do que a sua insistência em lutar, em afirmar-se contra a hostilidade generalizada. Na Europa, passa 9 anos, a maioria dos quais em Paris. Como milhares de outros americanos, às margens do Sena, isolados da maneira de viver americana que um compatriota irreverente, Henry Miller, chamara de “um pesadelo dotado de ar condicionado”.

Na França, Baldwin escreve:

21. O negro Baldwin luta pelos seus

“Nos Estados Unidos, a cor da minha pele se erguera sempre entre mim e a minha personalidade; na Europa, aquela barreira caíra... Revelou-se então que a indagação: “quem sou eu?” não fôra solucionada porque eu me afastara das pressões sociais que me ameaçavam... A pergunta sobre quem eu era tornou-se finalmente uma questão pessoal cuja resposta teria que ser encontrada em mim mesmo”.

Mas os quadros de Rembrandt, as cantatas de Bach, as peças de Shakespeare e a Catedral de Chartres permanecem tão distantes dele, quanto na América nativa, o Empire State, o mais alto edifício do mundo, como que a encarnação maciça de uma indiferença monumental para com a sua sorte:

“Nada disto tudo representava criações minhas, não continha a história da minha raça; eu podia procurar em todas essas manifestações, em vão, eternamente, um pálido reflexo de mim mesmo sem nunca encontrá-lo. Eu era sempre um intruso, um pária”.

Na Suíça as crianças, os adultos de vilas serenas espelhando a majestade de suas montanhas nos lagos azuis aproximam-se dele como de um animal manso e perdido perto dos Alpes. Tocam-lhe a pele como se acaricia um filhote de lobo e passam as mãos pela sua carapinha, riem, escondem-se com medo.

Baldwin assiste à conferência sobre a *Négritude*, quem sabe viria da África original, ventre de que brotou a sua raça, a reposta que o investiria de uma identidade finalmente perdida entre aqueles estranhos ídolos que não eram os seus? Aimé Césaire, Senghor, o poeta que se tornou presidente de uma República Africana, depois da libertação do colonialismo, Léon Damas da Guiné Francesa, mais os representantes de novas e orgulhosas nações negras o Ghana, a Nigéria, estão todos reunidos em Paris. Discutem, debatem, desentendem-se dias a fio sobre o papel do negro na civilização moderna, ventilam problemas políticos incandescentes, marxistas, liberais e reacionários acusando-se com furor mutuamente. Não, não será daquela discórdia que lhe virá a paz tão ambicionada.

James Baldwin parte novamente para o Norte, para a Suécia. Entrevista Ingmar Bergman, o mago dos filmes de extraordinária densidade lírica, de pregnância de pensamento e requinte de imagem e palavra. O grande diretor lhe fala de amor, de erotismo, de morte e de misticismo, como que refletindo em sua voz pausada e nos seus olhos azulados os temas que inspiram seus poemas cinematográficos: *Morangos Silvestres*, *A Fonte da Donzela*, *O Silêncio*.

Pela última vez, James Baldwin parte. Desta vez de volta. O seu lugar é a América. É na própria arena em que os gladiadores travam o combate desigual com a ferocidade humana que ele deve estar, que ele forçosamente, pela força da sua cor tem que estar. Em 1955 sua primeira coleção de ensaios sobre a discriminação racial irrompe como a explosão de uma bomba-relógio: a mesma que já explodira cem anos antes na Guerra de Secessão sangrenta e que quase desmembrara o país em duas Repúblicas antagônicas.

Notes of a Native Son revela perante uma América estarecida o “filho bastardo da civilização ocidental”, o negro, *displaced person* de todo um Continente, arrancadas suas raízes, pela violência dos negreiros de outros séculos, da sua própria terra natal. Depois do degredo físico, a masmorra

21. O negro Baldwin luta pelos seus

espiritual agora naquela terra que ele próprio ajudara a construir com seu sangue e seus músculos – e como comprovavam milhões de mulatos – com o ventre de sua mãe violada na senzala. Poderia *não ser* amargo, monstruoso, incendiário, um livro que como um vulcão faz estremecer a superfície aparentemente plácida de toda uma sociedade.

No entanto, a inteligência, o brilho, o ressentimento justo perante a iníqua crueldade, nenhum desses elementos fundamentais dos ensaios de Baldwin lhe permite escrever um libelo unilateral, vingativo e cego pelo ódio. Ele vislumbra a solidariedade – arduamente conquistável – entre as duas raças se, dentro do espírito cristão, agirem com boa vontade ou, dentro do espírito prático, reconhecerem que o bom senso imporá a integração fatalmente. Até mesmo *The Fire Next Time* que contém por certo algumas das mais candentes e irrespondíveis acusações à civilização criada pelo homem branco, nem mesmo esse longo e sombrio lamento termina com uma nota de desalento, mas sim com um apelo a brancos e negros para que deponham as armas do fanatismo e da ignorância em prol de uma América, como vaticinam suas moedas cunhadas com a efígie e Lincoln, feita uma através da diversidade de seu cadinho de raças, de religiões, de nacionalidades e culturas. A América futura.

Contudo, é feita de várias facetas, de várias camadas, a tragédia de James Baldwin. *Giovanni's Room* revela francamente sua segunda marginalização, ao documentar sua paixão erótica pelo mesmo sexo. *Nobody Knows my Name* volta a insistir na impossibilidade de um intelectual negro ser absorvido pelos movimentos religiosos que pregam a destruição da raça branca, a sua extirpação da parte da América – vastas regiões do Sul – que integrarão uma República Negra da América do Norte:

“A única coisa que todos os americanos têm em comum é a de que a sua identidade como povo é única e está sendo forjada exclusivamente aqui, neste Continente”

E será neste Continente que juntos perecerão ou criarão uma nova América.

A última faceta da angústia de Baldwin desvenda-se então, nas palavras dos críticos e no espanto do grande romancista inglês E. M. Forster: “Este livro foi escrito por um negro? *Wonderful! Wonderful!*” James Baldwin sacrificou a sua vocação de romancista, de ficcionista, em prol dos seus libelos veementes a favor da paz racial. O ensaísta arguto, brilhante, sagaz, matou o romancista com a pujança de um talento dramático e pungente.

São apressados porém os seus críticos, embora honestos no reconhecimento unânime dos seus dons verbais inigualáveis entre os autores de cor de língua inglesa.

Porque, em seu último livro, Baldwin *assumiu* plenamente a sua identidade americana, com tudo de esplêndido e de terrível, de promissor e de responsável que isso acarreta:

“In short, I had become na American”. Em poucas palavras: eu me tornei um americano. Eu ingressara, tropeçara, inevitavelmente, na confusão sem fim que é tão individual e tão pública da República Americana”.

21. O negro Baldwin luta pelos seus

É legítimo esperar do seu destemor que se adentrou na raiz de todo o seu crucial problema a floração, agora, da sua imaginação. Agora que sua mente lúcida produziu já, em abundância, os seus frutos de agridoce sabor, que seu coração nos falou de tão perto, será a vez de sua fantasia criadora trazer a uma humanidade faminta da sua voz as novas perspectivas e a nova esperança que o negro traz para uma Civilização exausta e necessitada da sua redenção.

22. James Baldwin (necrológico)

Jornal da Tarde, 1987/12/2. Aguardando revisão.

James Arthur Baldwin, o escritor e ensaísta norte-americano que morreu de câncer no estômago ontem na cidadezinha de Saint-Paul de Vence, no Sul da França, aos 63 anos de idade, foi cronologicamente o último artista negro destruído pelo racismo. O peso do preconceito duplo – contra a cor da sua pele e contra seu homossexualismo – desvirtuou seu grande talento literário, transformando-o predominantemente em um porta-voz involuntário e candente da igualdade racial. A vida pendular que escolhera morando na França desde 1945, e nos Estados Unidos, onde nascera no gueto do Harlem, contrasta com sua deliberada intenção de fixar-se nos Estados Unidos, como membro e como membro de uma minoria, portanto, duplamente escorraçado pela sociedade majoritária numericamente branca e heterossexual, no início de sua carreira. Numa das passagens autobiográficas mais comoventes de seus livros ele se interroga sobre a majestade da civilização europeia, em seus momentos supremos: que podia significar para ele a imponência das catedrais góticas, a genialidade de Shakespeare ou de Dante, um quadro de Rembrandt ou de Vermeer? Nada daquilo tinha alguma coisa a ver com a sua formação, com o seu sofrimento cotidiano, com o racismo da Klu Klux Klan e seus homens encapuzados no Sul dos Estados Unidos, a castrar e enforcar negros pelo simples fato de serem negros. Ele assume, pelo menos temporariamente, a sua condição, uma vez aprendida a lição da Europa:

“Em resumo: eu me tornara americano. Eu ingressara, tropeçara, inevitavelmente, na confusão sem fim que é tão individual e tão pública da República Americana”.

A volta, porém, fora decepcionante. Ninguém se importava que ele fosse um *escritor*. Ele tinha que se tornar era o arauto da discriminação sofrida pelos negros. Alguns grupos mais radicais o acusavam de “ter sido cevado pela ração branca”, referindo-se às bolsas de estudos que ele recebera de empresas como a Ford Foundation. Que outra empresa negra poderia lhe dar o mesmo apoio? James Baldwin continua tão deslocado quanto Kafka, pertencente a uma minoria judaica que fala alemão em Praga: círculos concêntricos do exílio do artista. Ele, característica de um sem número de homossexuais, identificava-se com os ensinamentos da mãe, que pregara sempre, apesar de todas as advertências cotidianas, abster-se do ódio, reconhecer no outro um irmão, fosse ele branco, amarelo, negro, índio ou mestiço. Malcolm X, em parte seguindo os ensinamentos apocalípticos de Fritz Fannon, propunha a destruição implacável dos “demônios de olhos azuis”, os brancos. Os grupos das *Black Panthers* (Panteras Negras) iam mais longe: a enorme fatia do Sul dos Estados

22. James Baldwin (necrológio)

Unidos pertenceria, “de direito”, a uma futura República Negra Norte-Americana, da qual seriam expulsos todos os brancos.

James Baldwin afastou-se de tais protestos que pregavam a violência: embora visse iminente, não queria participar dela. Afinal, entre seus empregos para sobreviver como garçom, operário, lavador de pratos e outros, ele conseguira aliar-se ao movimento pelos direitos civis dos negros, na década de '60 de Martin Luther King, o esplêndido profeta de um novo sonho americano: o da igualdade racial entre todos os componentes das diversas etnias que constituem os Estados Unidos.

E na África, onde estavam suas raízes – estaria lá a resposta que ele buscava tão ansiosamente? Participar de uma Conferência Sobre Problemas Africanos aterrorizou-o. Muitas das nações africanas recém-libertadas do jugo colonialista tinham se transformado em ditaduras sangrentas de um tirano corrupto. A violência tribal dilacerava a Nigéria numa guerra civil ferozmente fratricida. E a África do Sul era uma vasta prisão para sua população negra, segregada nas praias, nos trens, nos bebedouros, nos guichês dos bancos, nos restaurantes, nos bairros. O que esperar dos árabes? Indiferença. Historicamente tinham sido eles os primeiros a reavivar a prática da escravidão dos negros, avidamente seguidos pelos portugueses, ingleses, espanhóis, todos sequiosos do lucro que a diáspora africana lhes rendia.

Havia a *Négritude*, com o poeta-presidente do Senegal, Léopold Senghor, o antilhano Aimé Césaire. E havia os sábios brancos como Leo Frobenius que revelavam as antigas civilizações do Benin, de Daomé, da Nigéria, à época em que a Europa ainda era um miserável amontoado de choças. Baldwin se ajustava perfeitamente à visão raramente profundo de Sartre, que distinguia o negro, como Gilberto Freire discernira no Brasil, a predominância dos valores *afetivos*. Quem sabe seria essa a redenção do mundo futuro, devastado pela brutalidade do homem branco?

Essa desesperada e fraterna emotividade de Baldwin, ele próprio reconheceu antes de morrer, fracassou. Talvez as futuras gerações terminem a tarefa interrompida de civilizar o ser humano em seu sentido profundo do termo. No entanto, Baldwin não se restringe a essa camisa-de-força, o binômio negro e homossexual. Em seus livros ele se refere constantemente às minorias esquecidas, os índios, os drogados, os veteranos da guerra do Vietnã. Sua preocupação com o sofrimento e a injustiça já o tinha levado precocemente, aos doze anos de idade, a focalizar o massacre dos republicanos espanhóis pelo terror franquista e o holocausto dos judeus sob a monstruosidade nazista em seus escritos adolescentes, mas já cheios de fogo e paixão.

Durante algum tempo ele equaciona como equivalentes, o racismo e o poder. Mas logo percebe que mesmo os que são pisados pelo poder carregam a mesma dose de racismo e preconceitos que as camadas dominantes. Mesmo com tantas amargas decepções, eletriza-se ao recordar o passado de seus ancestrais escravos nos Estados Unidos:

“Esse passado de cordas, de fogo, de tortura, de castração, de infanticídio, de estupro, de morte e humilhação, de medo noite e dia, de párias, de ódio e crimes”.

As frases um tanto retumbantes de que os negros não se estarreceram com as atrocidades dos campos de concentração alemães em Dachau, Auschwitz e outros, pois achavam os brancos capazes de qualquer sordidez – como se os negros fossem incapazes de sentir compaixão pelas vítimas do nazismo –, cedem, pouco a pouco, a um discernimento mais sutil. Seu contato com a França,

22. James Baldwin (necrológio)

que não tinha tido escravos em seu território, esclarece a existência de outros racismos: a França tinha suas derrotas na Indochina e na Argélia, com os “sub-humanos” vietnamitas e árabes. Não era, literalmente, os “negros” que a maioria dos franceses desprezava ostensivamente e que hoje constituem a base para o ódio racial contra os imigrantes da África do Norte de um político fascista como Le Pen na França dos dias que correm?

Panoramas que antes ele via de forma demasiado genérica adquirem nichos, nuances que ele não pensara existir anteriormente. Por exemplo: André Gide, o corajoso novelista francês que admite publicamente em seus livros escandalosos para a época seu homossexualismo, já representara os marginais da Europa bem-pensante, como Oscar Wilde, imolado pela hipocrisia da era vitoriana na Inglaterra, Baudelaire condenado pelo Ministério da Justiça por seus poemas ousados e magníficos de *As Flores do Mal*. Havia várias formas de ser negro na Europa também...

Encontraria refúgio na religião? Esta pergunta lhe despertava uma resposta fulminante de amargura e desencanto: “Como se os autoproclamados cristãos abandonaram o cristianismo e se a Igreja é o pior lugar para se aprender o cristianismo?”

A mutilação do talento criativo de James Baldwin fica talvez cristalinamente documentada em seu romance *Giovanni's Room*, uma tentativa, que redundou em fiasco, de unir os temas do racismo e do homossexualismo. Talvez ele seja mais lembrado por seus ensaios publicados na revista *New Yorker* e depois reunidos em livro: *Da Próxima Vez, Fogo!* Não, é óbvio, que esse talento tenha sido canalizado para a frase de efeito, para o panfletarismo: nunca. É que a ferida da discriminação racial arde mais intensamente quando ele reflete sobre a “obscenidade” do preconceito de cor e se vê acossado como um animal, um tarado, sempre um estranho e um suspeito, o primeiro a ser algemado pela polícia apenas por ser negro, exatamente como no Brasil de hoje e de ontem.

É forçoso reconhecer que James Baldwin, afinal, ficou numa posição intermediária entre Richard Wright, que a princípio o protegeu e ajudou, até se desentenderem “por uma questão de choques de ponto de vista de gerações diferentes”, e Ralph Ellison, o trágico e farsesco autor de *O Homem Invisível*: o negro que todos os brancos fingem não existir, não ver, não reconhecer como *pessoa*.

A sua solidão foi a de um eterno marginal que, ao contrário de Jean Genet, a querer destroçar à sociedade que o oprime, quer uma *integração* de todos os seres humanos, sejam quais forem suas origens raciais e suas preferências sexuais. Como ele próprio confessou, francamente, a um entrevistador, não faz muito tempo:

“A celebridade é uma nova solidão”.

A celebridade, ele parece dizer, é a miséria presente que será festejada pela geração vindoura, como os quadros de Van Gogh disputados hoje a milhões de dólares, depois que seu atormentado e magnífico autor morreu, anônimo, paupérrimo, um suicida a mais em um remoto asilo de loucos.

Ou, exprimindo seu pensamento de outra maneira: as leis não *mudam* o coração dos homens. Será que a biogenética conseguirá dotar o homem moderno de um coração sem ódio?

23. Resenha do livro *O Mensageiro* de Charles Wright (Editora Nova Crítica, 1969)

Jornal da Tarde, 1969. Aguardando revisão.

Quando surgem nos jornais manchetes sobre conflitos raciais ou marchas de protesto dos negros nos Estados Unidos, lutando pela defesa de seus direitos civis, faltam sempre exemplos claros daquilo que a população de cor reivindica.

O Mensageiro é um romance lírico, cômico, trágico na denúncia da falta de perspectivas de um jovem negro sensível, sufocado pela favela de cimento armado em que mora em Nova York, com um emprego que não o satisfaz – e o que é pior: sem as perspectivas de melhoras no futuro que estão reservadas aos colegas brancos de sua idade;

Charles Wright não tem a veemência de James Baldwin ao ameaçar em seus excelentes ensaios *Da Próxima Vez, Fogo!* Ele não escreve um libelo colérico e político. Seu romance transcende os limites da revolta contra o racismo em si para formular uma pergunta jovem, inquietante, sobre o sentido da própria vida individual, cercada pelos preconceitos e pela agonia de uma geração fossilizada que não quer enterrar seus mitos materialistas, intolerantes e hipócritas.

Charles Wright é um dos melhores escritores negros ou de qualquer cor atuais. Ele ambienta seu romance poético, intenso, sofrido, numa grande metrópole como Nova York mas documenta também o passado rural dos negros vindos do Sul. Tudo com mão de mestre: uma obra-prima de sofisticação, de estilo e de solidão humana.

24. A influência decisiva de Richard Wright

Jornal da Tarde, 1992. Aguardando revisão.

Richard Wright (1908-1960) consegue desagradar quase que de maneira unânime. Extraordinário escritor negro do Sul dos Estados Unidos, momentaneamente cativado pelo Partido Comunista e logo expulso dessa associação que lhe pareceu limitá-lo como uma camisa-de-força, seu talento passional e franco até as últimas consequências o levou a abandonar o país em que nasceu e cresceu para abrigar-se junto aos existencialistas franceses, Sartre e Simone de Beauvoir, em Paris.

Este resumo da sua meteórica carreira sintetiza também os ferozes inimigos que foi fazendo à medida que seus livros atingiam leitores e metas, um público e uma ambição literária cada vez mais inesperados. Ter sido selecionado e censurado em parte pelo Clube Mensal do Livro que mutilou livros fundamentais como *Native Son* e *Black Boy*, mas os editores brancos eram de opinião que sabiam mais que ninguém o que seus associados brancos estavam dispostos suportar, partindo de um talento negro, vulcânico como Dostoiévsky, em sua análise dos crimes e castigos reservados aos discriminados na sociedade norte-americana. Sua franqueza e mordacidade com relação aos escritores negros nos Estados Unidos alienaram os que hesitavam em aceitar juízos categóricos como, por exemplo, o de que os autores negros de seu país até então tinham se limitado a escrever literatura sem valor, buscando a esmola do reconhecimento da maioria branca: “Na maioria dos casos, esses embaixadores artísticos foram recebidos como se fossem cachorrinhos poodles capazes de mil acrobacias mirabolantes e engraçadinhas”. E que desleixado era Richard Wright!, reclamavam os que celeremente se dispunham a “corrigir” sua pontuação, sua “verbosidade”, sem compreender que ele usava técnicas de Joyce ao escrever sua literatura incandescente.

Agora, dois volumes que, juntos, ultrapassam mais de 1.500 páginas, englobam desde *Lawd Today!*, *Uncle Tom’s Children* até *Black Boy* e *Outsider*, numa publicação monumental da *The Library of America* (New York; edited by Arnold Rampersad). O lúcido crítico Alfred Kazin no *The New York Times Book Review* agita as páginas tantas vezes sonolentas desse suplemento literário colocando a revolução que esse escritor sulista trouxe para a literatura norte-americana, ou seja, um romancista que provém justamente daquela que é a mais rica região literária dos Estados Unidos, com gigantes como Faulkner e Mark Twain, entre outros. Kazin demonstra até que ponto foi fatal para Wright o exílio europeu. Por mais paradoxal que pareça, uma vez afastado do centro de sua inspiração incendiária o racismo que denunciou com um vigor e um sarcasmo talvez sem igual, Richard Wright cairia de qualidade artística, como sucedeu tragicamente com James Baldwin. Richard Wright ateou fogo a toda uma geração, inflamado pela crença de H. L. Mencken, o crítico que atribuía um poder cataclísmico “às palavras (usadas) como armas”.

24. *A influência decisiva de Richard Wright*

Seus livros não trouxeram a revolução que ele esperava? O racismo continua vivíssimo nos Estados Unidos? Richard Wright não fez diferença alguma, então? A distância do tempo decorrido comprova que, até o limite imposto à literatura que não for meramente panfletária, seus livros possivelmente estão por detrás de Martin Luther King e da revolta estudantil de Little Rock. Ao contrário de Alfred Kazin, numa perspectiva mais abrangente, ser a ignição de todos os movimentos reivindicatórios nos Estados Unidos e logo na *Négritude* do antilhano Aimé Césaire ao senegalês Senghor. Sem dúvida, há falhas em determinados trechos grandiloquentes do estilo de Wright, mas hoje é mais fácil compreender como James Baldwin errou ao julgá-lo o autor de um livro “tão simplório” quanto *A Cabana do Pai Tomás*. Nem *Native Son* é ingênuo nem *Uncle Tom’s Cabin* pode ser considerado “simplório”. Se *Invisible Man* de Ralph Ellison, é mais perfeito, *Native Son* é uma primeira semente fecunda, lançada na década de 30, numa literatura que a partir daí não é, realmente, a mesma de antes.

25. Entrevista - Toni Morrison e os negros da América

Jornal da Tarde, 1990/11/08. Aguardando revisão.

Na realidade, o amor que eu sentia pela extraordinária escritora de cor, a norte-americana Toni Morrison, já vinha entre cada linha e cada fala de seus personagens em livros líricos, nada ortodoxos, vibrantes como *Tar Baby*, *Song of Solomon* e *Beloved*. A incendiária e controvertida entrevista que dera em duas páginas à revista *Time* em 1989 dividira os EUA entre os que a defendiam e os que a achavam exagerada. 300 anos de escravidão a incitavam a escrever sobre seu povo, menos do que com a pesquisa, mais com a imaginação poética e uma sutilíssima sensibilidade. Há trechos da revolucionária prosa de Toni Morrison que têm o mesmo impacto das canções plangentes de Billy Holliday, em sua voz toda tristeza e abandono.

Pergunto-lhe se o sonho idealista de Martin Luther King, o supremo líder negro, de ver uma América de brancos e negros irmanados e livres de preconceitos ruiu como um prédio ou uma ideia condenados. “Seu ideal sofreu muito desde que foi formulado até hoje”, ela explica, paciente. Para ela, desde então surgiram áreas de indiferença por parte dos brancos e de desespero dos negros. Mas continuam a existir os que estão horrorizados com a situação atual e outros que dariam a vida para modificá-la, acrescenta. Várias práticas legais, vários hábitos sociais daqueles 30 anos até hoje diluíram-se, tornaram-se símbolos esvaziados de qualquer conteúdo. Secaram muitos ramos da assistência social aos negros mais pobres, com o corte das verbas do *Welfare*; outras fontes de ajuda financeira desapareceram também nas duas últimas décadas. De modo que “os supostos beneficiários jamais produziram uma segunda geração”, pela evaporação das verbas. A situação que daí se deriva é igual a de uma ponte semiconstruída sobre um rio caudaloso. Todos dirão vendo-a: “Mas não se pode passar por ela de uma a outra margem, ela ficou fragmentada!” Sim, ela concorda, essa parada se deve em grande parte aos problemas econômicos agudos da sociedade norte-americana: o meio milhão de brancos sem teto, espalhados, maltrapilhos, pelas ruas de Nova York e outras metrópoles foram os recipientes da ajuda governamental, não há dúvida.

E Miss Morrison dá números monstruosos para apoiá-la: depois da administração Carter, aquele tradicional 1,5 % da população total que controlava 26% da riqueza do país, quando terminou a presidência de Ronald Reagan, de 8 anos, passou a deter 6% a mais do que já tinha em mãos. Daí a falta de verbas para cursos especiais para os negros, de moradias, o que se transforma numa acusação pessoal contra os negros por serem pobres. Os que discordam dela acham que as medidas tomadas de cima eventualmente beneficiarão os negros desfavorecidos na escala social. Ela, ao contrário, acha que é preciso *aumentar* o dinheiro para combater o analfabetismo, a “indústria” das drogas, as doenças que dizimam os guetos negros e os impedem de se desenvolver plenamente.

“Como enfatizou Buckminster Fuller, a dívida para acabar com esses problemas é infinitamente menor do que a dívida para se criar e se manter uma sociedade onde predominam a violência, a falta de opções, a insegurança geral”. Mesmo as camadas de cor que ascenderam em termos de dinheiro, de poder aquisitivo, nada contribuem para melhorar esses males, identificam-se com os valores da sociedade branca majoritária, perdendo sua própria identidade, identificando-se como outra classe social.

Ela não vê a diáspora africana escravizada como um holocausto comparável ao dos judeus e outros grupos nos campos de concentração alemães durante o período nazista. Sim, foi um genocídio, é claro, com um total de 60 a 200 milhões de negros que morreram nos navios negreiros, nas plantações ou não resistiram à vida cruelíssima que lhes era imposta por seus “donos”. Mas nota diferenças: no caso da escravidão, os “proprietários” estavam comprando capital produtivo, de graça praticamente, e sem ter que arcar com os filhos dele, ou a esposa, a não ser no caso de ganhões mantidos apenas para reprodução de mais escravos.

O direito do comprador era ilimitado: podia-se violar e até matar quem bem se quisesse: não havia ninguém que se opusesse às práticas mais hediondas.

Quando lhe conto que uma sensível amiga norte-americana me disse, desalentada, que cada vez que vai aos EUA adquire a certeza já quase inabalável de que o racismo nos Estados Unidos é insolúvel. “A sua amiga tem razão em grande parte” – Toni Morrison responde – “Aumentou o número de linchamentos causados apenas por motivos raciais e a Ku Klux Klan que tem contactos mundiais, realizou há pouco uma enorme conferência internacional em Londres”. Sem nos esquecermos de que a sede mundial do Nazismo é em Chicago e ela nunca esteve inerte. Sim, e a Klan já tem até um Senador no Congresso, um legislador, mas já tivemos até Presidentes da Nação que pertenceram à Ku Klux Klan, como Truman, que depois abandonou a organização, mas há outros, defensores às ocultas da “intrínseca superioridade branca”, apesar dos esforços dos Republicanos de se distanciarem oficialmente deles...

Para eles, “todos os imigrantes que entraram nos EUA procedentes da Europa se uniram na discriminação contra o *Outro*, o diferente, o negro. Estabeleceu-se uma hierarquia e ninguém – nem os católicos, nem os irlandeses, nem os judeus etc. – queriam ficar por baixo, portanto os negros, obviamente, tinham que ser o fim da linha. E, por força, o negro tornou-se “o inimigo”, como o índio, já que ambos destoavam do único padrão nacional que era a brancura da pele.

Os índios só obtiveram a cidadania europeia em 1912! Apesar de tudo, sou otimista com relação ao racismo. No mundo de hoje não só se revelou a falácia do racismo como sobretudo o racismo *não funciona mais!* O racismo, estou certa, é uma tarefa para educadores, as pessoas têm que *desaprender* o que a tradição do preconceito lhes transmitiu de ideias pré-concebidas a respeito dos negros.

Para a magnífica escritora norte-americana, escritores brancos sensíveis como Mark Twain, Faulkner, Styron e outros já refletiram profundamente sobre os conceitos de liberdade, de ética, de humanidade com relação ao negro. O Huck de *Huckleberry Finn*, por exemplo, considera o escravo fugitivo que protege um ser humano e não apenas um *nigger*.

E que método ela preconiza para acabar com o racismo ou diminuir consideravelmente as limitações que ele impõe? “Em primeiro lugar quero reconquistar todo um território que nos foi roubado”. E o primeiro passo seria mudar os livros escolares, que omitem o negro de suas páginas? Seria um dos passos imediatos, opina. Mas, contradigo, os alemães eram um povo culto e foi entre eles que brotou o nazismo, não? Eles não eram cultos, ela retruca, tinham frequentado escolas, o que é diferente. Temos que pôr abaixo toda a literatura de pensamento e preconceito que se deriva de uma falsa educação, acentua. A partir dos 8, 9 anos, quando eles ainda não se encrustaram na mente da criança.

Pergunto sobre a naturalidade com que as comunidades negras, em seus livros, falam de fantasmas, convivem e dialogam com eles: os fantasmas até influem na vida dos vivos. Mas é claro, ela responde: é um mundo mágico, e os fantasmas realmente existem, minha mãe a vida inteira conversou com eles, eu sei que estamos rebaixando um pouco o conhecimento factual, racional, tradicional, mas o mundo do além *completa* o nosso, é um fragmento do todo. E como são as relações entre as preocupações com o racismo, a raça, e a literatura como alvo estético? “eu deliberadamente eliminei as personagens brancas de meus livros, só para ver como seria o mundo vivido apenas pelos negros. Como músicos que, quando se juntam, tocam um para o outro, discutem peças musicais e interpretações, sem interferência de estranhos, entende? Eu não queria a intervenção de outros critérios que não fossem os dos negros em meus livros, queria um ambiente sem a *reação* negra aos juízos que porventura se façam deles.

É uma tarefa difícil, porque me proponho a escrever ficção, se possível boa, mas sem panfletarismo, sem confundir literatura com proselitismo ou com um editorial veemente – “O que é difícil de se conseguir, há que se ter muito cuidado.”

Outra característica extraordinária de Toni Morrison, como escritora, que ela compartilha com Ishmael Reed, é seu propósito de capturar todo um mundo oral, um mundo de sons emitidos por negros, um folclore negro. Mas ela gostaria de um dia escrever um livro em que não tivesse que identificar protagonistas por sua cor de epiderme. Duas vezes já, acredita, conseguiu isso em *Beloved* (*Amada*), quando há cenas, não importa se curtas, em que o leitor não pode distinguir se se trata de brancos ou pretos. Quando ela confirma minhas suspeitas de que os brancos são vistos, genericamente, como estúpidos e claramente insensíveis em seus romances, ela se apressa em corrigir: os brancos que se “protegem” do mundo usando o fato de serem brancos como escudo e como justificativa para qualquer coisa que façam, esses são os brancos que lhe parecem inferiores. “Porque, realmente, ver tudo sob um prisma racista significa aceitar um mundo mais estreito, mais pobre, menos variado. Os seres *humanos*, pessoas que são *gente* e não apenas a cor de sua pele, não são racistas. De todos os livros que já li – e são muitos, muitos mesmo – *nunca* deparei com uma cena em que uma personagem branca toca numa personagem negra a não ser por meio do estupro ou da violência, *nunca*, acredita? É um sentimento geral dos europeus, discriminar outras raças, você tem razão: mesmo na Rússia e em outros países eslavos, o horror ao negro é patente: mesmo que os negros estejam lá só para estudar em faculdades, não estão disputando empregos com os brancos, no entanto, o preconceito europeu parece estar sempre presente e onipresente.

Ah, sim, os árabes parecem que partilham esse sentimento: não decididamente, o preconceito racial não foi inventado em nossos países! “Há um livro extraordinário de Orlando Patterson chamado *Slavery and Social Death*, em que ele vai às fontes da escravidão em todas as regiões e

épocas e chega à conclusão de que não há ninguém que não descenda de escravos”. É verdade, lembro, a antropologia contemporânea fala de uma mãe universal, negra, africana, mãe dos mais louros escandinavos e até de Hitler... E mesmo a majestosa Constituição dos Estados Unidos ignorou o *status* dos negros, dos índios: eles teriam alma? Seriam seres inteiramente humanos? “É, o Iluminismo e o racismo surgiram juntos, eis outra contradição da condição humana, Toni Morrison observa, prosseguindo: temos, *é indispensável* que mudemos isso antes da possível guerra no Iraque, sei lá, nos levar de roldão a todos pelos ares”. E concorda comigo quando aos livros escolares e às leis anti-racistas acrescento o amor: “Realmente, o amor humano, embora não possamos legislar o coração. São os três elementos necessários além de eliminarmos o trauma de *todos* os preconceitos, não só o racismo. A literatura, a arte, têm poder, por isso estiveram sempre vigiadas por regimes totalitários, por puritanismos, pela censura. Mas mesmo que dure gerações e gerações, é imperativo mudarmos o mundo”.

26. Nota sobre o livro *O Olho mais Azul* de Toni Morrison

Caros Amigos, n.71, 2003/02. Aguardando revisão.

A consagrada romulista negra norte-americana Toni Morrison, a primeira a ganhar o Prêmio Nobel de Literatura, agora em *O Olho mais Azul* (Companhia das Letras), para muitos leitores brancos norte-americanos e não racistas se ressentem, realmente, de uma ótica voltada exclusivamente para a mulher negra. Vilipendiada, sem direitos diante do negro machista, ela logo adquiriu a noção (seria a humilhante certeza?) de que “por serem feias”, as mulheres negras correspondem ao estereótipo de que “os negros são inferiores” intelectualmente, produto de uma genética hierarquizada, criada e mantida pela raça branca, anterior ao *black is beautiful*. Seviciada sexualmente pelo próprio pai, esmagada em sua infância pela massacrante publicidade dos filmes de Hollywood que só propagam e exploram os cachinhos loiros de Shirley Temple, a garota de ouro (e que trouxe muito ouro para os estúdios de Hollywood), ela sucumbe a seu sonho irrealizável: ser uma criança negra, mas de olhos intensamente azuis.

Este livro, que levou 25 anos para ser publicado e foi recusado por todas as editoras, consigna a frase pungente de Toni Morrison: “Ouvindo línguas ‘civilizadas’ aviltar seres humanos, vendo exorcismos culturais aviltar a literatura, vendo a mim mesma preservada no âmbar de metáforas desqualificativas, posso dizer que meu projeto de narrativa é tão difícil hoje quanto o foi trinta anos atrás”.

Parte III.

Literatura Africana

27. A África em lendas e contos. Lembrando nossa História

Jornal da Tarde, 1982/1/30. Aguardando revisão.

Determinante na formação da cultura popular brasileira, os negros para aqui trazidos da chamada África Negra – a região situada ao sul do deserto do Saara e que exclui toda a parte Norte, arabizado, do Continente, bem como a parte sul, hoje feudo do odioso regime racista do *apartheid* sul-africano – raramente chegam até nós manifestações culturais do Congo, da Nigéria, do Quênia, da Tanzânia. Embora a sua parte antropológica seja tênue, apresentando a cultura negra com certo paternalismo e desejando orientá-la segundo critérios europeus de valor, como por exemplo ao tentar ressaltar a “antiguidade” no tempo das civilizações do Benin e outras, no entanto, *Contos de Lendas da África* (Editora Melhoramentos) de autoria de Margret Carey nos traz um apanhado genérico interessante sobre um dos aspectos – o da tradição de relatos orais de contos, que remonta a períodos autóctones, quando a África Negra ainda não estava codificada nem pela colonização dos missionários cristãos nem pela conversão de vultosos segmentos de suas populações à religião muçulmana, imposta pelo Islã conquistador.

Com o advento caótico da tecnologia ocidental e do mundo comunista, as sociedades predominantemente agropastorais dessa parte da África sofreram uma perda de sua substância autêntica, tendendo a acelerar e deturpar o ritmo de vida africano, como diz a autora, embora de modo superficial, “tentando assimilar em poucos anos aquilo que a civilização europeia levou de cinco a oito séculos para desenvolver”. O que já mostra uma angulação viciada: a de impor os critérios eurocêtricos como objetivos que a África “atrasada” deva atingir. Muito mais relevante para o leitor teria sido um rápido resumo da história ignominiosa da partilha do território e dos habitantes da África Negra, na Conferência de Berlim, quando as potências dominantes da Europa anterior a 1945 retalhavam tribos e fronteiras, impondo arbitrariamente embriões de Estados, colônias inglesas, belgas, francesas etc. que deveriam subsistir como futuras nações modernas, infensas às tradicionais rivalidades tribais. A importância da demarcação dos territórios forma a manchete de parte do nosso século, com secessionismo dos ibos contra os iorubas, por exemplo, na luta fratricida da Nigéria, na província de Biafra.

Aimé Césaire, o grande poeta antilhano negro, que concebeu a poesia da *négritude*, logo abraçada pelo senegalês, mais tarde presidente de seu país, o poeta culto, europeizado, Léopold Senghor (uma corruptela do português Senhor, tornado sobrenome naquele país de língua oficial francesa), constitui uma tentativa de retomada da consciência autóctone da África Negra. Mas é seu um dos

versos mais amargos e pungentes da poesia contemporânea, quando ele, entre um lamento e um muxoxo de desprezo, descreve os negros como “aqueles que nada inventaram”: nem a penicilina nem o avião, nem a televisão nem a bomba atômica, nem o computador nem o trem ou o navio a vapor. Estudos mais profundos, de religiões comparadas, levadas a cabo principalmente na Universidade de Cambridge, na Inglaterra, revelam a afinidade, até hoje insuspeitada mas hoje claramente documentada, entre as religiões negras da África e a mitologia da Grécia clássica. Grande parte dessa cosmogonia de deuses, em suas relações com os humanos, conservou-se no Brasil, com seu acervo de cerimônias religiosas e seu panteão umbandista baiano. Nada disto o leitor encontrará, infelizmente, nesta obra feita mais com o intuito de “justificar” os africanos do que propriamente apresentá-los sem comparações ridículas com a Europa. Para os africanos, como para nós brasileiros, pouco importante é a origem cronológica de um dado cultural: as lendas populares que contam – em termos europeus – apenas 500 anos não nos interessam por sua relativa antiguidade mas pelo que revelam da psicologia africana – cujo traço mais interessante é o da originalidade com que, ao contrário de meras “estórias”, homens, deuses e animais convivem o dia-a-dia, de forma muito semelhante às fábulas de origem índia ou africana transplantadas para o Brasil. Se aqui, devido às tradições indígenas, o jabuti e o cágado são mestres de esperteza e finórios malandros, no que restou da África pré-colonialista a tartaruga e a lebre são símbolos da argúcia dos mais fracos que vencem a força bruta do homem e de outros animais de maior porte. Infelizmente, com o advento do domínio árabe a vastas partes do território negro, ao sul do Saara, houve uma distorção mutiladora: o contador oral de histórias profissionalizou-se ao se dedicar a entreter as multidões, em sua maioria analfabeta. No entanto, a linha geral da história contada africana sofreu menos: “As histórias não são usadas como veículo para expressar o desejo de auto-realização, a injustiça é aceita, o herói nem sempre triunfa e os crimes podem passar sem castigo. Esta última característica aplica-se principalmente às histórias populares que têm por herói um malandro. Um deles, Kwaku Ananse, de Gana, homem e aranha ao mesmo tempo, é sobejamente conhecido”. Em todo o continente repete-se as aventuras que têm por protagonista a tartaruga e a lebre (cognome do Coelho Brer). “Seria privar o leitor, porém, do encanto que estes relatos só aparentemente simples mas, na realidade, profundamente filosóficos, oferecem, não transcrever alguns de seus melhores momentos”.

(História dos hotentotes que, junto com os bosquímanos, constituem os mais antigos sobreviventes da raça africana.)

“Conta-se que certa vez a Lua enviou um inseto aos homens, recomendando-lhe: Vá até eles e diga-lhes: Assim como eu morro e depois renasço, assim vocês morrerão e depois ressuscitarão!”

O inseto partiu com a mensagem, mas, na viagem, foi apanhado pela lebre, que lhe perguntou: “Quem é você?”

O inseto respondeu: “A Lua me enviou aos homens como mensageiro para dizer-lhes que, assim como ela morre e depois renasce, assim eles morrerão e não renascerão”.

Depois a lebre voltou à presença da Lua e disse-lhe o que havia dito aos homens. A Lua ficou furiosa, respondendo: “Como você ousa dizer aos homens uma coisa que eu não disse?”

E assim falando apanhou um porrete e golpeou o nariz da lebre. Desde esse dia o nariz da lebre ficou fendido, mas os homens continuam a acreditar naquilo que ela lhes disse”.

A fina ironia da credence estulta dos homens, o elemento mágico como parte “natural” da vida formam um elo unitário entre todas as regiões culturais da África Negra, mas a civilização, como nós preconcebidamente a rotulamos de tal, eclode com mais amplidão e mais fundo embasamento no tempo na região da África Ocidental, que desce pelo litoral, desde o Senegal, passando pela Guiné, Serra da Leoa, Libéria, Costa do Marfim, Ghana, Daomé, até atingir a Nigéria e Camarões. Área de intensa presença europeia – principalmente holandeses e portugueses, cujas fortificações dos séculos XV e XVI ainda existem – o comércio de grãos, de marfim, de outro estendeu-se, por iniciativa árabe logo seguida pelos colonizadores rapaces europeus, ao nefando comércio escravagista. Exilados à força, e com a conivência de chefes tribais africanos que vendiam os prisioneiros de tribos vencidas como botim de guerra aos mercadores brancos, esses africanos de compleição robusta, altos, saudáveis, despertaram a cobiça dos europeus estabelecidos nas Caraíbas em “importá-los” como força escrava. Ora, os cultos ancestrais dessas regiões ricas não tardaram a se aclimatar no solo das Américas, como *vudu* do Haiti: toda uma religião animista, que inclui o culto dos ancestrais, a visão mágica da vida, o comércio com deuses influenciáveis pelas oferendas humanas, refletiu, no entanto, algo de mais profundo e mais autenticamente inerradicável, as sociedades secretas dessa parte da África litorânea. Os rituais são a tônica dessas sociedades, como a Sociedade do Leopardo, que chegam ao assassinio, embora a maioria das sociedades se assemelhe às maçonarias, a sindicatos de mútua proteção, ou clubes de benefício recíproco em que a riqueza de poucos é compartilhada pela comunidade dos pobres numerosos. Outras seitas, como os bundos ou porôs, iniciam os jovens de ambos os sexos na vida adulta, zelam pela manutenção da lei e da ordem, regulam a pesca e a colheita. Uma das riquezas artísticas dessas culturas é constituída pelas máscaras, das mais variadas concepções e finalidades, no entanto as máscaras – que por via indireta fecundaram as artes plásticas da Europa Ocidental no quando *Les Demoiselles d'Avignon* de Picasso entre outros numerosos exemplos – são apenas a parte mais conhecida de uma estatutária abundante. As cabeças de terracota encontradas em Nok, no norte da Nigéria, datam, segundo os testes de radiocarbono, de cerca do ano 250 antes de Cristo, enquanto a tradição de uma variedade de escolas de utilização artística do bronze “foi trazida de Ife para Benin por volta do ano 1400 depois de Cristo, a pedido de Obá Oguola de Benin, em 1897, fruto em parte da estrutura de organização tribal, com os Estados-nações já avançados como Achanti, Daomé e os reinos dos iorubas Benin e Nupe. Da Serra Leoa provém a fábula poética e simbólica intitulada *Por que a Cobra muda de Pele* :

“No princípio a morte não existia. A morte vivia com Deus, e Deus não queria que a morte entrasse no mundo. Mas a morte tanto pediu, que Deus acabou concordando em deixá-la partir. Ao mesmo tempo fez Deus uma promessa ao homem: apesar de a morte ter recebido permissão para entrar no mundo, o homem não morreria. Além disso, Deus prometeu enviar a homem peles novas, que ele e sua família poderiam vestir quando seus corpos envelhecessem.

Pôs Deus as peles novas num cesto e pediu ao cachorro para levá-las ao homem e sua família. No caminho, o cachorro começou a sentir fome. Felizmente, encontrou

outros animais que estavam dando uma festa. Muito satisfeito com sua boa sorte, pôde assim matar a fome. Depois de haver comido fartamente, dirigiu-se a uma sombra e deitou-se para descansar. Então a esperta cobra aproximou-se dele e perguntou o que é que havia no cesto. O cachorro lhe disse o que havia no cesto e por que o estava levando para o homem. Minutos depois o cachorro caiu no sono. Então, a cobra, que ficara por perto a espreitá-lo, apanhou o cesto de peles novas e fugiu silenciosamente para o bosque.

Ao despertar, vendo que a cobra lhe roubara o cesto de peles, o cachorro correu até o homem e contou-lhe o que acontecera. O homem dirigiu-se a Deus e contou-lhe o ocorrido, exigindo que Ele obrigasse a cobra a devolver-lhe as peles. Deus, porém, respondeu que não tomaria as peles da cobra, e por isso o homem deveria morrer quando ficasse velho. Desde então o homem passou a ter um ódio mortal à cobra, e sempre que a vê procura matá-la. A cobra, por seu turno, sempre evitou o homem e sempre viveu sozinha. E, como ainda possui o cesto de peles fornecido por Deus, pode trocar a pele velha pela nova”.

Já a África Oriental, segundo as escavações de Leakey; berço do homem africano aborígene, revela um cadinho de raças que no Quênia de hoje se solidifica numa sociedade multi-racial, na qual entram não só elementos negros, como também brancos e orientais, um pouco à feição do Brasil, não fosse pela miscigenação extremamente tênue ainda existente naquele país do Continente Negro. Em grande parte ainda nômades, segmentos importantes de suas populações são constituídas de pastores das tribos nilo-hamitas como os massais, os suk e os karamodjos. Para algumas dessas tribos, o gado é sagrado, existindo mesmo palavras especiais para designá-lo. Os nandis chegam a tomar cuidado para não misturar carne com leite numa mesma refeição. Costuma-se considerar os massais como o grupo mais aristocrático: são elegantes, orgulhosos e conservam muita coisa do seu gênero de vida original. Os homens dessas tribos usam geralmente muito pouca roupa, enquanto as mulheres trajam longas vestes de couro, usando como adereços espirais de latão colocadas nas pernas, nos braços e no pescoço.

Os homens são circuncidados e iniciados em grupos etários e, eventualmente, tornam-se guerreiros. O guerreiro massai deve matar um leão com sua lança, utilizando apenas uma das mãos, para mostrar sua coragem. Por volta dos trinta anos eles se aposentam, casam-se e tornam-se chefes. O gado constitui a principal riqueza, requerida para a compra de uma esposa. Entre algumas tribos, o sangue, tirado de uma veia do pescoço da vaca, é o alimento favorito dos homens.

Quanto à religião, todas as tribos acreditam num ser supremo, sendo também importante o culto dos ancestrais, que atuam como mediadores. O curandeiro exerce um papel de relevo: pratica adivinhação, faz chover, proporciona fertilidade, aconselha no plantio e decide se os augúrios são favoráveis à guerra. A África Oriental, fortemente cristianizada, arabizada e hoje apresentando um mosaico de opções políticas que vão de um marxismo *sui generis* de Moçambique ao despotismo recém-deposto de Idi Amin Dada em Uganda até o “socialismo” de feições cristãs protestantes da Tanzânia e Estados extremamente carentes como o Burundi, a Ruanda e o Malawi. Para o Ocidente, reveste-se de dramaticidade, poesia e alegoria a lenda tradicional da tribo baganda, de Uganda, que relata com uma pré-ciência multi-secular, a impossibilidade que os judeus já tinham

expresso por meio do “Golem” e a tecnologia moderna por meio do robô humanizado de repetir o ser humano por meios mecânicos, como nos ensina de maneira saborosa e filosófica o relato de *Como Walukaga, o Ferreiro, Respondeu ao Rei*: “Há muito, muito tempo, havia um ferreiro chamado Walakaga, artesão habilíssimo, o mais capaz de todo o país. Chefe dos ferreiros reais, fazia ele todo tipo de trabalho – enxadas para os lavradores e mulheres, espadas para os homens e guerreiros, foices e machados para cortar as florestas; e, além de tudo, era capaz de fazer lindas figuras de ferro para o rei.

Um dia o rei mandou um mensageiro chamar Walukaga, pois tinha um trabalho muito especial a encomendar-lhe. Walukaga obedeceu de bom grado e, após vestir sua melhor roupa, foi ao palácio do rei, sendo recebido no pátio interno, onde o rei estava sentado para a audiência. Walukaga aproximou-se do rei e fez-lhe uma mesura, tocando o chão com a cabeça. O rei disse então: ” – Walukaga, você é o chefe dos meus ferreiros, o mais hábil de todos. Nenhum deles consegue fazer figuras de ferro tão bonitas como as suas. Mas agora tenho um grande trabalho para você, pois ninguém mais é capaz de executá-lo”.

Dito isto, bateu palmas e alguns criados apareceram com uma grande quantidade de ferro, pronto para ser forjado. O rei continuou:

” – Walukaga, quero que você pegue este ferro e, com o seu martelo, forje um homem para mim. Não quero uma estátua pequena, nem uma estátua de ancestral. Desejo um homem de verdade, que possa falar e andar, com sangue as veias, conhecimentos na cabeça e sentimentos no coração”.

Walukaga escutou o rei com assombro e desespero, mas tornou a inclinar-se e levou o ferro para casa sem esboçar o menor protesto. Sabia muito bem quão absolutos eram o poder e a vontade do rei. Se não conseguisse fazer o que o rei mandava, ele e toda a sua família seriam obrigados a tomar veneno do pote e morrer. A partir desse momento, não teve paz. Por mais que se esforçasse, não sabia nem por onde começar. Visitou todos os seus colegas de profissão, e todos os seus amigos, contou-lhes o seu problema, implorando-lhes para ajudá-lo. Infelizmente, ninguém estava à altura de dar-lhe algum conselho.

Houve, naturalmente, sugestões impraticáveis. Ele poderia tentar fazer uma estátua de ferro oca e colocar alguém lá dentro para fazê-la falar e andar. Mas isso não seria honesto e o rei poderia desconfiar. Ou então, poderia sair do país e ir para outro lugar que ficasse a muitos dias de viagem, fora do alcance do rei, onde ninguém tivesse ouvido falar nele, e ali começar a vida nova, pois a um bom ferreiro nunca falta trabalho. Mas isso significaria deixar seus amigos e parentes a mercê da cólera real.

Um dia Walukaga estava voltando para casa, após ter visitado uns amigos em busca de conselho. No caminho, encontrou um velho conhecido que ficara louco e agora vivia no mato, sozinho. Walukaga não sabia que ele tinha enlouquecido, mas quando o cumprimentou o louco o reconheceu e respondeu-lhe de maneira bastante racional.

Sentaram-se, falaram de cousas e lousas e finalmente o louco perguntou a Walukaga o que o estava atormentando. A isto Walukaga, suspirando profundamente, respondeu que estava a braços com um problema desesperador de cuja solução dependia sua própria vida. O louco mostrou-se interessado e pediu-lhe para contar sua história. Walukaga, refletindo que o amigo parecia bastante lúcido e que, afinal, contar sua história não faria nenhum mal, explicou-lhe a ordem que recebera do rei e sua dificuldade para cumpri-la. O louco ouviu-o em silêncio e quando Walukaga, meio sério, lhe perguntou o que fazer, explodiu em gostosa gargalhada.

Disse então ao amigo: “- Se o rei lhe está pedindo algo impossível, você não deve fazer por menos. Vá até o rei e diga-lhe que, se ele realmente deseja que você faça esse homem prodigioso a partir de ferro frio, capaz de andar e conversar, com sangue nas veias, conhecimentos na cabeça e sentimentos no coração, é essencial que você disponha, além do ferro, de um carvão especial para o fogo e de uma água especial para apagar o fogo e evitar que ele arda em excesso. Diga-lhe então para ele mandar todas as pessoas do reino raspar a cabeça e queimar o cabelo até completar mil cargas de carvão, e para elas chorarem até que a água de seus olhos encha cem potes”.

Walukaga ficou muito grato pelo conselho, que era de longe o melhor que recebera, e não perdeu tempo: foi à casa do rei e pediu uma audiência.

Quando foi admitido à presença do rei, Walukaga inclinou-se respeitosamente e disse: “- Senhor, se deseja realmente que eu construa esse homem fabuloso da maneira como me descreveu, preciso de combustível especial e de água também especial para apagar o fogo”. O rei estava tão ansioso pelo homem de ferro, que prontamente concordou em dar a Walukaga tudo o que lhe fosse necessário. Portanto, Walukaga continuou: “- Senhor, mande todas as pessoas do reino raspar a cabeça e queimar os cabelos, até perfazer mil cargas de carvão, para eu poder aquecer o ferro. Depois, mande-as juntar cem vasos de lágrimas, para com elas eu apagar o fogo e evitar que ele arda em excesso. O carvão comum de madeira e a água comum dos poços não se prestam para forjar um homem de ferro”.

O rei enviou mensageiros a todas as partes do reino, exigindo que todos os seus súditos raspassem a cabeça para o carvão e derramassem lágrimas para a água.

Ninguém deixou de atender a essa ordem, pois todos temiam o poder do rei. Mas, depois que todos haviam dado o melhor de si, e todas as cabeças estavam raspadas e todos os olhos secos, o resultado foi de apenas uma carga de carvão e menos de dois vasos de lágrimas.

Os chefes do reino foram até o rei e o informaram desse fato. O rei ponderou por alguns momentos e então mandou chamar Walukaga. Adivinhando o que estava por vir, Walukaga dirigiu-se ao palácio do rei, tremendo. No entanto, quando olhou para cima após a reverência, o rei disse-lhe: “- Walukaga, não precisa mais fazer o homem de ferro para mim. Não posso dar-lhe o carvão e a água que me pediu.

Walukaga tornou a inclinar-se até o chão e agradeceu ao rei. Então, olhando para cima disse: “- Senhor, foi por saber que não seria capaz de obter cabelo suficiente para o carvão nem lágrimas suficientes para a água que eu os pedi; o senhor pediu-me para fazer o impossível, ao mandar-me forjar um homem de verdade, capaz de falar e andar, com sangue nas veias, conhecimento na cabeça e sentimentos no coração.

Ouvindo isso, todos os cortesões se puseram a rir e disseram: “-Walukaga diz a verdade”.

O livro, farto em ilustrações, relata mais algumas lendas tradicionais, belas e interessantes, justificando sua leitura até o capítulo final, dedicado aos povos Suailis: neste trecho cessa realmente o interesse por que a cultura africana se desfigura, mera copiadora dos preceitos árabes, impostos pela conversão religiosa forçada aos Islamismos e meramente repetem, sem nenhuma originalidade, preceitos e preconceitos do Corão, sufocando a autenticidade autóctone e tornando supérflua essa parte do livro, como seria inútil um relato bíblico “africanizado” por mentes colonizadas por premissas e metas inteiramente estranhas à mentalidade aborígine da África Negra.

Mas no Brasil de hoje em que, nunca é demais repisar no assunto, como que uma muralha de silêncio se ergue entre a informação existente no mundo e que não chega, por meio de traduções, até nós, em qualquer campo, da ecologia à ideologia e à memória histórica, esse livrinho abre uma fresta minúscula sobre a herança africana e nos deixa entrever quanto de fecundante, para o Brasil que os trouxe, além-oceano, e deve grande parte de sua especificidade como nação, reconhecidamente, ao elemento africano que aqui se aclimatou e com outros segmentos étnicos criou uma cultura que, dia a dia, delineia-se como inconfundivelmente brasileira, fruto de miscigenação como talvez o exemplo único em todo o mundo contemporâneo.

28. A Negritude - Transfiguração Poética do Rosto Africano

Correio da Manhã, 1964/12/20. Aguardando revisão.

Em sua obra-prima sobre os anos que viveu na África, a escritora dinamarquesa Karen Blixen (que usa o pseudônimo de Isak Dinesen) referiu-se à diversidade dos povos negros e à sua integração plena na paisagem indígena:

“Os indígenas eram a África em corpo e sangue... Eram expressões diversas de uma ideia única, variações sobre o mesmo tema. Não uma amálgama sintética de átomos heterogêneos, mas uma amálgama heterogênea... em que os negros estão sempre em eterna harmonia com os elementos da sua terra natal..”

Dispersos pela História forjada pelo homem branco, em vários continentes, guardam porém uma origem comum, um passado de ritos, de ritmos, de danças e mitos ancestrais, herança que perdura confusamente em sua memória e em seu sangue. Durante séculos, a humilhação do cativo, a destruição violenta de culturas, de hierarquias de nobreza e de seitas religiosas os segrega, na “casa grande” das Américas. Em contato com uma civilização estruturada, sua erradicação forçada de seu *habitat* original explode em complexo de inferioridade, em impossibilidade de integração num novo mundo ao qual lhe era negado o acesso por meio da pressão econômica, da relegação a um estágio primitivo em que o analfabetismo constituía o primeiro obstáculo à ascensão social e cultural. Durante séculos, das plantações de cana de açúcar se erguem cantos melancólicos, de resignação, de fé no Deus crucificado dos brancos e cantos nostálgicos que exprimem o desespero silente desses seres murados entre o trabalho, a promiscuidade e a tristeza – são os *blues* e os *spirituals*. O *jazz* é a primeira manifestação híbrida de uma alegria reconquistada, de uma fé no futuro, de uma exaltação dos sentidos: forma africana com instrumentos da Europa.

Mas se a abolição da escravatura nos Estados Unidos custara uma guerra e a morte de Lincoln, constituía ao mesmo tempo a primeira conquista do negro que teria consequências artísticas além de sociais – da sua raiz brota a flor do ritmo sincopado de Chicago, Nova Orleans, Manhattan. A libertação do jugo colonial na África criaria as condições indispensáveis à nova expressão da alma e da consciência negras, mas em circunstâncias diferentes. Em contato com a cultura eminentemente literária da França, fascinados ele também como os americanos da “geração perdida” pela Cidade em que germinaram os pensamentos de liberdade, de igualdade e fraternidade, pela aceitação da arte negra por Picasso e pelos pintores cubistas, os intelectuais negros – expoentes de sua raça –

tomam consciência de sua “negreza”, nas palavras de Heidegger: identificam-se “como negros no mundo”. É a *Négritude*.

Léopold Senghor a defende claramente:

“Quando nós, poetas negros, cunhamos o conceito de *négritude*, criamos com isso o recipiente para o qual confluíram todas as correntes da África... O homem africano tem que compenetrar-se do seu passado, das suas origens e aceitá-los conscientemente, isto é a *négritude* – uma inter-relação total de todos os valores da cultura neo-africana e ao mesmo tempo uma defesa da nossa dignidade”:

“E eu me erguei, ó África, para te anunciar com o olhar imóvel como o escultor de máscaras”. É a própria máscara que passa a simbolizar o misticismo e a magia negras, a natureza de uma beleza violenta, o amor e a dança, o sofrimento e a liberação:

“Tu, semblante de máscara, imaterial e sem olhos, voltado para o passado,

Tu és perfeita, cabeça de bronze. A pátina do tempo não é maculada pela *maquillage*, pelo *rouge*, pelas rugas, nem por vestígios de lágrimas e beijos.

Oh, semblante que Deus criou antes da memória dos tempos,

Semblante da madrugada radiosa, não assumas o encanto,

De um pescoço macio, para excitar minha carne.

Eu te adoro, oh Beleza de olhos mortos e monótonos!”

Mas não é só na África que a *négritude* encontra sua expressão poética: Léon Damas, da Guiana Francesa, celebra em seus versos a mesma paixão por um mundo perdido e canta a inocência da África violada pelos capitães de negreiros:

“Dá-me de volta minhas bonecas pretas;

Quero brincar com elas

Os brinquedos sem peias de meus instintos,

Quero ficar à sombra das minhas leis, reencontrar minha coragem, minha ousadia, sentir-me eu mesmo de novo, sentir o eu que eu era ontem,

Ontem,

Sem complicações,

Ontem,

Antes da hora de arrancarem minhas raízes”

28. *A Negritude - Transfiguração Poética do Rosto Africano*

Para o movimento da *négritude*, que se alçava justamente quando as nações africanas emergiam para a independência e para o século XX, não existe o *ressentiment* cego e fanático contra o colonizador de ontem. Movimento “evangélico” na sua essência, como o definiu Sartre, constitui politicamente uma expressão de um humanismo pan-africano, uma reconciliação com o homem branco, senhor de ontem, irmão de agora no soerguimento material das populações africanas com a sua técnica – ao invés do racismo, é uma solidariedade humana superior às diferenças da pele:

“Mas protege-me, meu coração, de todo ódio,
Não faças de mim um servo do ódio,
Pois só odeio o próprio ódio,
Integra-me, funde-me numa única raça,
Pois conheces meu amor que abrange todo o mundo”

Pela miscigenação, pelo contato direto de raças que convivem através dos séculos, a *négritude* pode também significar simbiose, harmonia, encontro pacífico, como a reminiscência de uma remota origem parcialmente portuguesa de Senghor, cujo nome é uma corruptela de “Senhor”, nome trazido pelos portugueses a Joal, aldeia natal do poeta, num oásis do sul de Dacar:

“Escuto dentro de mim o canto de voz sombria da saudade.
Será a voz antiga, a gota de sangue português,
Que ressurge do fundo das idades?
Meu sangue português perdeu-se no mar de minha *Négritude*”

Sobretudo, porém, essa consciência africana é fruto da reflexão do negro sobre a as suas características raciais: para o êxtase dessa descoberta de uma identidade própria não há lugar para recriminações coléricas contra o usurpador de ontem nem contra a discriminação que perdura ainda hoje, na África do Sul, nos Estados sulistas dos Estados Unidos. À *Négritude* falta, por escolha, a revolta amarga de seus contemporâneos norte-americanos cifrada na criação de um Richard Wright, de um Langston Hughes como também não possui o lúcido poder de análise de uma inteligência ativa como a que permeia os ensaios de um James Baldwin. Pois a *négritude* antes de reivindicar novos territórios, explode em celebração quase mística do seu próprio rosto que contempla agora no espelho, pela primeira vez, assumindo consciência e responsabilidade pela sua condição de negro:

“Mulher nua, mulher negra,
Vestida com tua cor que é vida, com tua forma que é beleza!
Cresci à tua sombra, a doçura de tuas mãos vedava meus olhos.
E eis que no cerne do verão e do meio-dia eu te descubro.
Terra prometida, do alto de um desfiladeiro calcinado

28. *A Negritude - Transfiguração Poética do Rosto Africano*

E tua beleza me fulmina em pleno coração,
Como o relâmpago de uma águia.
Mulher nua, mulher obscura,
Fruto maduro de carne firme, êxtase sombrio de vinho negro,
Boca que faz lírica minha boca,
Savana de horizontes puros, savana que vibra
Às carícias ardentes do vento do Leste
Tantã esculpido, tantã tenso que ribomba sob os dedos do Vencedor:
Tua grave voz de contralto é o canto espiritual do Amado.
Mulher nua, mulher obscura,
Óleo que nenhum sopro enruga, óleo calmo no flanco do atleta,
Nos flancos dos príncipes do Olali,
Gazela de vínculos celestes, as pérolas são estrelas
Na noite da tua pele;
Delícias espirituais, os reflexos de ouro rubro e tua pele que se ondeia.
À sombra de tua cabeleira, os sóis próximos dos teus olhos iluminam minha angústia.
Mulher nua, mulher obscura,
Eu canto tua beleza que passa, forma que fixo no Eterno
Antes que o Destino ciumento te reduza a cinzas
Para nutrir as raízes da vida.”

29. Angola escreve. Uma arte mágica e sofrida vinda de onde não se sabe

Jornal da Tarde, 1981/07/04. Aguardando revisão.

África Negra. A mera enunciação das duas palavras desperta interpretações e fantasias conflitantes. Para alguns, o adjetivo será considerado insultuoso, típico do racista que mantém o preconceito inflexível contra tudo o que for “coisa de negro”, portanto, nesta acepção **a priori** os termos significam tudo que for desprezível, pejorativo, “inferior. Há depois as nuances de” piedade” dos “coitadinhos”, matizes que vão do missionário em catequese sincera, querendo salvar aquelas almas pagãs para a única Fé, a de Jesus Cristo, como a devoção dos bem-intencionados que querem transmitir às populações negras o alfabeto, a roda, a escrita, a indústria, a medicina em vez dos feiticeiros da tribo, a favela em vez das choças tribais.

Mas a África Negra evoca também escravidão, repulsa ética pela violência que árabes, portugueses, ingleses, franceses, holandeses, belgas e outros praticaram, arrancando à força de seu continente de origem famílias inteiras, desmembradas e levadas do Brasil às Antilhas e à Virgínia integrando o cativo trazido em navios negreiros até a Nação que reconhecia em sua Constituição separatista da colonizadora Inglaterra **“como fato evidente por si mesmo que todos os homens nascem iguais perante Deus”**. Nos Estados Unidos da América entendia-se que os homens têm até o direito constitucional de “procurar sua felicidade”. E que felicidade poderia haver nos campos de trabalho forçado no cultivo do algodão, nas fazendas do Sul, a não ser a alegria dominical do coro negro nas igrejas protestantes do Senhor branco? Aí se esqueciam as dores, cantavam-se os salmos que falavam do cativo dos judeus na Bíblia. Eram lamentos que no estrangeiro se adaptavam perfeitamente aos negros cativos em terras da América. A melancolia resignada, temperada pela Fé dos *spirituals*, aquela melodia plangente adaptada aos versos severos do Velho Testamento é a parte sacra da arte do desterro negro. Os *blues* serão a sua saudade e tristeza profanas, em contraste com a Fé rural, os olhos voltados para vida plena depois da morte, no Céu sem epidermes de Jesus e seus Apóstolos, regido por um Deus justo, amoroso e sem etnias de almas. Os *blues* falando de amor frustrado, de miséria, de marginalização social urbana dos discriminados entregues à bebida, à pobreza, ao trabalho mal pago, à promiscuidade – eram **“coisas de negro”**.

Depois, com a figura excelsa do reverendo Martin Luther King, que se inspirou na nobreza ética e religiosa de Gandhi, na Índia, de não apelar para a violência a fim de obter a defesa de direito dos oprimidos, surgem as marchas em favor do voto negro, do acesso dos negros às Universidades, aos *drugstores*, aos motéis, aos hospitais, aos bebedouros e bancos de jardim “só para brancos”. A

revolução do *black pride* – o orgulho de ser negro – explode nas cidades, pinta murais de negros ilustres nas paredes de Chicago, impõe o estudo de línguas como o suahili, do Quênia, muda o nome do boxeador negro Cassius Clay para Mohamad Ali, convertido à fé islâmica dos *black muslims*. Esquecido, é verdade, em seu fervor muçulmano impulsivo de que os árabes foram, historicamente, dos primeiros “inventores” da escravidão de negros, um “comércio” rendoso nas “partidas”, para as Américas, de “cargas” humanas.

Não importa: James Owens, atleta negro, vencerá as Olimpíadas em Berlim, no ano de 1936, quando a “superioridade intrínseca e imbatível da raça branca” tinha já sido proclamada absurdamente pela doutrina nazista. Hitler, no estádio repleto, se recusara a apertar a mão daquele “macaco corredor”, e daí? A vitória do negro nos esportes só iria se acentuar nas décadas seguintes. No futebol, Pelé, no boxe Joe Louis; na música, o *jazz*; no canto erudito, Marian Anderson; na música popular do Brasil, da Jamaica, dos Estados Unidos, a liderança e a criatividade negra sempre determinantes. De repente, é bonita a carapinha, o denegrado “cabelo ruim” desprezado pelos brancos ou pelos mulatos claros passa a ser moda e autenticidade. Nada de alisamentos a ferro: como campânulas, os cabelos aureolam rostos que não se mostram mais submissos e que criam uma cultura negra dentro do *Establishment* dominante branco.

Numa euforia até hoje insuperável, descobre-se a celebração literária: grandes poetas como Aimé Césaire e Léopold Senghor (ex-presidente do Senegal) elevam a *Négritude* a seus píncaros: exalta-se a beleza da mulher africana, como Picasso se influenciava pelas máscaras da África Negra; reconhecem-se os valores negros como incomparavelmente superiores, eticamente, à crueldade do egoísmo e à injustiça do branco: em vez da luta individual consumista e sem nexo, a ternura, a doçura, a solidariedade comunitária, o desapego às conquistas meramente materiais: o emprego bem pago, mas que escraviza o ser humano à linha de montagem repetitiva e alienante, ao automóvel, ao álcool, ao ter muitas posses e ser apenas um dente de uma engrenagem que tritura todos seus componentes.

Os argumentos dos racistas se tornam, pelo avesso, motivo de orgulho: os pretos nunca inventaram nada, nem a roda, nem a crise econômica, nem o clorofórmio, nem a penicilina, nem a pólvora, nem a escola, nem as letras, nem o trem, o vapor, a fábrica, a poluição, a perda da identidade de cada um na massificação anônima das violentas metrópoles modernas. Paralelamente, uma a uma, dezenas de ex-colônias na África Negra se emancipam, depois de séculos de dominação europeia, na década de 60. Se, de meados de 1800 até meados deste século a África foi uma torta repartida ao sabor dos comensais do banquete africano nas conferências europeias da alegre partilha do Continente Negro, agora no pós-guerra, depois de desmoronado o nazifascismo, com Hitler, Mussolini e logo Franco e Salazar, as nações africanas surgem, miseráveis mas com um potencial plural inimaginável: petróleo, minério, terras férteis, mentes abertas e alertas, reerguendo tradições seculares pisadas pela arrogância do homem branco missionário do Partido Único da Fé Verdadeira. A minúscula e sórdida administração do Congo, composta por funcionários belgas, por exemplo, ao debandar de sua imensa colônia africana deixa... por mais inacreditável que pareça... deixa apenas 14, exatamente dez mais quatro, formados por universidades: quem assume o poder no novo país, o Zaire, é obviamente, o caos.

Mesmo Portugal, que com mão férrea estrangulava o Brasil até 1822, é forçado a abrir mão de suas remotas “províncias ultramarinas”: os níveis médios da hierarquia militar portuguesa

reconhecem e demonstram a inutilidade, o desperdício, a injustiça estéril de querer se manter uma ilusão alimentada séculos a fio. A independência política, porém, não passa de uma etapa formal, propensa a retóricas fáceis e retumbantes nos discursos nem populistas de tão demagógicos: populeiros na sua exaltação de uma soberania *pro forma*, que só seria real quando tivesse o sustentáculo dos adjetivos substanciais: econômica, cultural, ideológica, efetiva. Pobre Angola! Mal passado o longo pesadelo do colonialismo do fascismo de direita, é vítima do fascismo de esquerda, das tropas de Fidel Castro a recolonizar, como prepostos da Mamãe Rússia, as terras ricas, as mentes fecundáveis, a economia, como dantes, espoliável. Novamente um poeta sobe, na África Negra, ao poder: Agostinho Neto. Mas sobe sobre armas, apoiado na facção que venceu a dilaceração fratricida, o MPLA, até hoje em escaramuças mais ou menos sérias com o grupo do Unitas. Aliás, cada vitória, ou derrota depende do *parti pris* de cada agência noticiosa ou de cada jornalista e sua interpretação abusivamente subjetiva dos fatos que nos chegam deturpados, longínquos, praticamente inverificáveis... A criação artística, essa brotava mesmo entre as grades da prisão como já se tornara comum na literatura desde Dostoiévsky preso pelo Czar, até Ho Chi Minh e Solzhenitsin e Graciliano Ramos, se tomarmos em seu sentido mais lato a criação literária, depoimento e volição. Agostinho Neto, antes de morrer, assinala em seus versos candentes, vigorosos, seu desprezo pela civilização branca, ocidental, *grosso modo*, que jogou o negro de Angola no Rio de Janeiro, na Bahia, no Harlem, nos mesmos “alagados”, nas mesmas favelas, nos mesmos *slums* fétidos, e infra-humanos. A exploração do operário preto a cavar nas minas dos brancos na África do Sul do *apartheid*, a abrir os esgotos das castas claras dominantes é uma elegia densa, trágica que ele traça candentemente em seus poemas. São os momentos em que o caderno de versos repousa ao lado das armas, com a ajuda maciça dos Volódias (apelido carinhoso que se dá em russo para os homens de nome Wladimir), sua ajuda em seus apetrechos bélicos vários: Kalinishkovs, tanques, aviões Illyushin e uma chusma imensa de “irmãos cubanos” e “conselheiros” soviéticos que vivem segregados em guetos longe dos habitantes aborígenes de Luanda. Como são numerosos os “conselheiros”! Angola precisa, urgente, de milhares de “adidos da Embaixada”, depois, sim, de agrônomos, professores, engenheiros, peritos em balística e estratégia militar, enfermeiros, operadores de rádio, operários graduados da indústria siderúrgica, mineira ou de extração de petróleo ou diamantes, pois não?

Já o Brasil, que sempre fizera ouvidos moucos à libertação das colônias ultramarinas portuguesas, para não desfazer o elo sentimental do triângulo de rebuçados de Lisboa a se desenhar sobre o Atlântico: lá em cima a Terrinha-Metrópole insaciavelmente ávida de bens materiais – terras, pedritas preciosas, impostos, escravozitos, minérios, ai, qualquer coisa que pudesse ser abocanhada sem escrúpulos e com farsas de cristianíssima vergonha. Este era o vértice principal do triângulo cabalístico-mítico que desaguava, em suas partes inferiores (geograficamente, bem entendido) nas terras do Brasil e da África, onde se tentava falar, com certa graça e até com açúcar (de cana) o “**pretoquês**”, ora, pois!

Hoje, a avidez pelos mercados africanos da defunta África Lusitana (ai, o rio Luando, não leva mais riquezas par o rio Mondego!) mudou os vértices do triângulo: sôfrego, o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo marxista-leninista da Angola do MPLA: também, tudo pesado, quem ajudará remotamente a Unitas a reconquistar Angola amanhã? E é hoje que o Brasil precisa do petróleo abundante de Angola e de colocar no mercado africano seus manufaturados, suas exportações de alimentos, tudo envolto no manto retórico-hipócrita sentimental das “afinidades

étnicas”. É pena que não tenhamos elefantes, mas em compensação os africanos não têm índios, nem falam tupi-guarani; fora disso, o lema é sagrado, perdão, sagrada e a Revolução. Como, qual Revolução? A da libertação de Angola, é lógico. E vivam tanto Angola livre como os mercados livres de Angola e suas jazidas minerais! Não insistamos nas leves incongruências de um País que defende a civilização democrática e cristã abraçar afoito um irmão que nega Deus pela Bíblia leiga escrita por Marx e Engels (que muitos nativos acham serem a mesma e uma pessoa, nova encarnação daquele estranho filho de Deus, Jesus Cristo, que morreu em nome da redenção de **todos** os homens). Isso são detalhes.

Nessa tragi-comédia político-econômica, sobre a literatura. Tirando meia dúzia de profundos conhecedores brasileiros do que já havia de literatura importante no mundo de expressão portuguesa, como se diz pedantemente na eufemística Avenida da Liberdade de Lisboa, desde os tempos de Salazar & Cia. Ltda., a Editora Ática, paulista, está trazendo para cá raridades nunca sonhadas pelo leitor brasileiro. Como sempre acontece, porém, quando intervém o colonialismo (português ou russo, belga ou francês, não importa) junto com a separação das tribos milenarmente assentadas em determinadas regiões devido ao recorte ditado pela cobiça europeia na Conferência oitocentesca de Berlim, também os livros e autores nos chegam desamparados, órfãos de qualquer ancestralidade. Teria a literatura angolana brotado do nada? *Ex nullo magnificat*? Porque os vários autores que nos chegam, quase vinte, nos são apresentados, tanto em prefácios como em notas da Editora, como criadores de uma literatura contemporânea, vivaz. De acordo, mas surgidos não se sabe de que origens. É infantil querer dar como única matriz literária a fogueira do patriotismo da emancipação política: mais de 400 anos decorreram também em Angola antes da independência de Portugal. Em Angola, não há os nossos equivalentes a Gregório Matos Guerra? Um piedoso sacerdote português, êmulo do Padre Vieira? Um poeta que sonhasse, em versos, com a independência africana como entre nós o mineiro Claudio Manoel da Costa? Se não houve acesso por parte dos escritores angolanos a um arcadismo português, por que não a um romantismo, um realismo, um simbolismo, embora todos ainda de importação europeia?

Se os diversos autores que a Editora Ática nos apresenta não têm antecessores mencionados, logo se destacam tendências na prosa de Angola, uma prosa, é preciso reiterar, recentíssima, como nos é apresentada, pois são todos autores das últimas duas décadas. Sem nenhum maniqueísmo, mas como constatação apenas, são duas as correntes principais de Angola.

Há os autores políticos, que escrevem profundamente engajados com a ideologia da Libertação, com os traumas e ferimentos da Revolução, sobre a longa violência da dominação branca e discriminatória de forma sutil, vale dizer: hipócrita.

E há os escritores – na maioria pretos, mas não exclusivamente – que se dedicam recapturar o lirismo nativo, o mundo de magia, de ironia cheia de graça, de pilhéria, de ternura e hierarquia etária típica das sociedades comunitárias africanas, que não votam o velho ao exílio social, em que os nossos idosos apodrecem nos “asilos” ou a perambular, esmolando, pelas ruas.

Em ambas as vertentes, há uma acentuada mescla de idiomas – diálogos inteiros são reproduzidos em quimbundo, um dos idiomas aborígenes angolanos, ao lado da narrativa, que transcorre predominantemente em um português de gramática incorreta quase sempre. Um português que para um leitor brasileiro soa castiçamente lisboeta no léxico, com termos que caíram em desuso

no Brasil, se é que aqui tiveram guarida durante algum tempo: *miúdo* em vez de menino, *bichas* em vez de filas, *rebuçados* em lugar de balas de confeitaria, além de muitos outros vocábulos. As falas de transcrição fonética do quimbundo (vez ou outra se menciona um dialeto ou outra língua nativa) se, por um lado, dão todo o interesse que o desconhecido e a magia da estrutura de sons trazem a um texto novo, por outro lado interrompem o fluxo narrativo, pois o leitor tem de recorrer, forçosamente, às notas de pé de página ou, mais laborioso ainda, aos glossários do final do livro, onde os diálogos e as palavras estão classificados alternadamente por ordem alfabética ou pelo número de página em que aparecem: maçante depois de alguns minutos de prazer interrompido pela incompreensão.

Devido à fartura de títulos e nomes, a escolha sabidamente arbitrária de uma análise genérica baseada em gêneros – romance, conto, poesia – visa a evitar o caos d mera enunciação de obras e autores. Assim, neste primeiro segmento, o da literatura em prosa, destacam-se, nitidamente, de um lote de seis escritores, os dois primeiros: Uanhenga Xitu (que também usa o pseudônimo aportuguesado de Agostinho Mendes de Carvalho) e José Luandino Vieira, criadores de livros encantadores ou aterradores, conforme o tom de graça colorida de fantasia e lirismo, de Uanhenga Xitu, ou o relato político de tortura e da repressão da litografia veemente de José Luandino Vieira. Desbotados os restantes: Pepetela (nome de guerra de Artur Pestana), Manuel Pedro Pecavira. Um caso à parte – e de extraordinário impacto dentro de uma visão ortodoxamente marxista, mas literariamente válida e, por vezes, fascinante de inteligência e sátira – é o de Mauel Rui, contista absolutamente excepcional.

Os livros que mais inegavelmente se destacam, tão objetivamente quanto for possível uma avaliação que quer ultrapassar o subjetivismo de uma avaliação crítica, honesta, isenta de *parti pris*, são, sem dúvida: *A vida verdadeira de Domingos Xavier*, de José Luandino Vieira, e os dois tomos de Uanhenga Xitu: *Maka na senzala* (com o subtítulo de *Mafuta*) e *Manana* – sobretudo este, deliciosamente remanescente de um Lima Barreto *naïf*, ambas edições cuidadíssimas portuguesas, das Edições 70, com distribuição no Brasil entregue à Livraria Martins Fontes, de São Paulo.

José Luandino Vieira vem precedido de resenhas tão laudatórias quanto arrevezadas de críticos e professores portugueses – fado amargo a que não escapam os livros maravilhosamente singelos de Uanhenga Xitu... Mas José Luandino Vieira tem uma lição espantosa a recordar aos brasileiros de hoje, fora de qualquer perspectiva ideológica ou de participação ativa na Revolução de libertação de Angola e sem a menção, literariamente secundária, dos empregos que teve ou de sua idade (46 anos par aos curiosos de cronologias precoces ou tardias). José Luandino Vieira vê a tragédia do colonialismo do racismo, da opressão diária, mesquinha e múltipla, com os olhos voltados para o fraco, o pisoteado, o que em Angola quer dizer, em 90% dos casos, o negro, *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier*, no entanto, restabelece aquela noção que o dramaturgo Vianinha (Oduvaldo Viana Filho) já, antes de morrer, aos 38 anos de idade, considerava basilamente normativa para a literatura que retratasse o real sem deturpações nem sem “rebaixar-se até o povo” por meio de maniqueísmos idiotizantes ou de uma pobreza de conceitos e de vocabulário que, na realidade, consistiam, na realidade, numa afronta ao povo. *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier* é uma narrativa que deslumbra o leitor pela sua veracidade: há seres humanos, com matizes de qualidade e defeitos, não há heróis sem mácula nem tiranos monolíticos.

É claro que José Luandino Vieira nunca esconde os pormenores horripilantes do preconceito racial, mesmo entre os portugueses, que de todos os povos europeus é, talvez, o único a se destacar por uma quase (quase, acentue-se) total cegueira étnica. Como as senhoras portuguesas que reclamam da entrada de um passageiro preto em farrapos numa condução, pois isso feria suas narinas ociosas do lar.

“O motorista até já tinha espreitado, resmungando qualquer coisa. O operário, pedreiro ou caiador, trazia o fato coberto de nódoas de cal e os seus pés se escondiam nuns velhos quedes. Assim como estava, o cobrador achava que ele não podia viajar. Duas senhoras brancas concordaram, acrescentando que, qualquer dia, nenhuma pessoa decente podia andar nos maximbonbos (ônibus) por causa do cheiro dos negros (sic)”

O autor não pinta bonecos de cera do Museu de Mme. Tussaud: ao contrário, os cipaiois (tropas africanas a serviço dos antigos colonizadores portugueses) e os pretos empregados nas empresas comerciais ou estatais dos dominadores são indivíduos: uns servís, sem dignidade diante de tudo o que o branco afirma ou inventa, outros se rebelam surdamente; outros se envaidecem com os cargos de brilharecos com os quais o regime colonialista lhes adoça a alienação e a escravidão disfarçada; outros ainda ignoram os brancos, fiéis à sua tradição aborígene, mas sem delatar os que tramam a derrubada do regime fascista português daquela época anterior à libertação formal de Angola. Domingos Xavier adquire, sem exageros, a grandeza histórica de um Jean Moulin, o inacreditável membro de uma *Résistance* francesa que morreu vítima da Gestapo, depois que os nazistas lhe arrancaram os testículos, as unhas, os dentes, e os olhos mas não lhe arrancaram os nomes dos companheiros da luta contra o ocupante alemão. São inesquecíveis as páginas secas, carregadíssimas de horror e altivez, que descrevem, com uma secura que não desagradaria a Graciliano Ramos, as torturas e a resistência sobre-humana que um humilde tratorista negro lhes opõe com seu silêncio destemido e teimoso: “Não digo!” tornando-se o trissílabo do seu vigor incoercível. O leitor merece ler este livro terrível, que fala de um problema que se coloca no Brasil, no Uruguai, na Argentina, em Cuba, na União Soviética, no Cambodge, onde quer que haja torturados e mártires voluntária ou involuntariamente silentes.

Para um país como o Brasil, que se apresentou praticamente de gavetas abertas, iniciada a abertura política, este livro é um soberbo exemplo de literatura política válida, sem reduções ridículas a chavões e sem ceder ao pieguismo ou ao doutrinário político: um Hemingway radicado em Angola e em certos pontos mais certo do que o autor de *Por quem os Sinos Dobram*”, é esse José Luandino Vieira, cujas obras restantes serão aguardadas com ansiedade justificada pelo público no Brasil que se interessa por literatura político-social de tão alta e rara categoria. Sem ser um Goytisolo nem um Jorge Semprum, José Luandino Vieira, incomparavelmente menos culto o que estes, mais direto e mais voluntariamente testemunha simples de seu tempo, é talvez o único – haverá outros – que no campo da língua portuguesa nos recorda que a arte engajada tem o seu primeiro e inevitável engajamento com a arte como depoimento, não como sectarismo panfletário e artisticamente famélico.

Uanhenga Xitu é muito mais difícil para quem não conhece o quimbundo, de que se serve com uma fatura talvez exagerada em suas evocações de uma África brincalhona, galhofeira, , impregnada

de feiticeiros, de sortes tiradas quando surgem pássaros portadores de decifrações do futuro, de uma população em transição entre os doutores do hospital (europeu, ocidental) e os feiticeiros curandeiros da milenarmente ancestral tradição tribal. É, porém, retrato contagiantemente delicioso da mulher africana que Senghor já cantara em seus esplêndidos versos da *négritude*, que Uanhenga Xitu desenha com mil ardis, mil trapaças ao lado do homem casado que esconde da linda moça de um bairro distante do seu, em Angola, seu casamento para pedir-lhe a mão e fazer toda uma patusca encenação de namora, noivado e casamento, até o desenlace trágico e a destruição do precário triângulo amoroso. As figuras femininas destacam-se na composição de Uanhenga Xitu: é a sogra obediente ao machismo prevalente, aos valores impostos pelos brancos à revelia dos valores africanos; é a esposa traída, sofrida e compreensiva no seu desespero e sua suspeição do marido Malazartes e Don Juan estroina e simpaticíssimo *made in Africa*.

Por último, Manuel Pedro Pacavira com *Nzinga Mbandi* (também Edições 70), parece-nos dispensável, pois adere com demasiado ardor à linha – piorada – de *Raízes*, o fantasioso *best-seller* norte-americano levado à televisão. Revela verdades tão monstruosas quanto inegáveis a respeito da escravidão dos negros pelos europeus e árabes. Mas sua *Nzinga Mbandi* não é nenhuma Xica da Silva, nenhuma versão feminina do Zumbi dos Palmares; é uma composição oca, falsa, com alguns trechos convincentes porque meramente documentais do desaparecimento de pessoas, tribos inteiras acorrentadas rumo aos navios negreiros e os despejavam no litoral brasileiro. Contudo, não há impacto que o autor consiga transmitir à comoção do leitor, por raquitismo de talento? Por desleixo? Nas cenas de aprisionamento, de queimada de lavouras, de choque das intenções espirituais dos jesuítas com a cupidez dos colonos e da Coroa de Portugal a se apoderar de terras, gentes e riquezas dos “gentios”, Manuel Pedro Pacavira escreve com vigor, mas infelizmente com arremedos de erudição histórica, enfileirando descrições tediosas e enumerações inúteis. Ele será, com otimismo, um autor do qual se possa esperar – passe o chavão – um aperfeiçoamento do seu frágil talento.

Desta primeira leva de angolanos, permanecem o desenho e o colorido. O colorido ingênuo, adorável de Uanhenga Xitu. O desenho trágico, goyesco, de José Luandino Vieira, em qualquer cena colhida a esmo entre suas poucas e magníficas páginas:

“O corpo do tractorista caíra em cima dos presos já adormecidos àquela hora da noite. Era princípio da madrugada, com o silêncio vencendo todos os ruídos, e o ranger da grande porta acordou nos presos, que ficaram de olhos abertos, querendo adivinhar no escuro quem tinha sido trazido para ali. Ouviram o cipaio dar voltas à grande fechadura, correr a tranca, afastar-se em seguida, conversando em voz baixa com alguém.

Uma lua grande brilhava no céu sem nuvens, cheio de estrelas, e a luz branca entrava a jorros pela janela banhando os corpos estendidos no chão. Eram muitos, sem cama, dormindo aos montes no cimento, ou embrulhados em trapos e velhos cobertores. Criados trazidos nos patrões, homens desempregados apanhados sem cartão assinado, bêbados agarrados na porta de tabernas sempre abertas, pequenos larápios, desordeiros, unidos no mesmo destino, de porrada e trabalho na estrada. A entrada de mais um preso era sempre acolhida com indiferença, alguém resmungava qualquer coisa, mas ninguém se preocupava. Só de manhã se ia ver quem era o infeliz, antes da hora de sair nos trabalhos forçados.

Mas logo que os passos dos cipaíes deixaram de se ouvir e o silêncio caiu novamente, os presos, acordados pelo cair do corpo em cima deles, se levantaram admirados daquele patrício que nem se mexia!

Um homem virou Domingos Xavier de costas e, na pálida luz do luar, a cara inchada do tractorista apareceu entre os farrapos da camisa suja de sangue. Um vento de frio correu no meio dos homens. Era terrível aquela cara, quase sem feições, sangrenta, mas um sorriso teimoso nos lábios. O mais miúdo se abaixou e, tirando um lenço, começou a limpar com todo o cuidado o sangue na cara de Domingos Xavier. O homem alto e forte deitou-lhe, depois, com muito jeito no chão, enquanto um velho, ainda cheirando a vinho, começava a choramingar. Alguém que tinha um cobertor abriu-lhe em cima do tractorista e cobriu com ele o corpo magro e torturado. O miúdo baixo e forte continuou a limpar a cara sangrenta com cuspo que punha nas pontas do lenço. Uma expressão de muita tranquilidade se sentou na cara endurecida e inchada do tractorista. A respiração era muito fraca, mal mexia a camisa, e o miúdo, cada vez que ele respirava, limpava o pequeno fio de sangue que estava a sair no canto da boca. Domingos Xavier, olhos fechados, nem se mexia, não gemia sequer. Só sentia a vida esvaziar naquele corpo martirizado”

Até o coro que se ergue na prisão, paralelo ao sangue que se esvai:

“Uexile kamba diami

Una uolobita

Uafu

Mukonda kajimbuidiê”:

Era meu amigo

Aquele que vai a passar

Morreu

Porque não quis falar”

30. Angola Escreve. Alguns grandes autores do romance ao conto

Jornal da Tarde, 1981/08/04. Aguardando revisão.

Se já no plano puramente temático o romance constitui um gênero no qual sobressai, alta, a figura de José Luandino Vieira, o conto angolano também nos reserva surpresas compensadoras. O próprio José Luandino Vieira atribui essa designação de “estórias” a várias coletâneas suas: *Luuanda*, *No Antigamente*, *na Vida*, *A Cidade e a Infância* e *Macanduba*. Nesses contos longos, porém, a temática político-social cede à evocação de uma vida com episódios bucólicos, nostálgica e poeticamente evocados pelo autor. Há cenas dignas de comédia, com os mais velhos assumindo uma postura de incredulidade e depois de indignação diante dos acontecimentos que os livros transmitem nas escolas aos filhos:

“- Não adianta! Aldabrõe! Cambada de aldabrões! A terra anda? Queimem os livros, queimem os livros!

Berrava. Os monandengues à volta assomavam de mão na boca. Se virava, então, professoral:

- Meus filhos, não aceitem! Não acreditem! São uns aldabrões. Se a terra anda, eu dou saltos, a minha casa vem me dar encontro..”

Com um raro talento narrativo, José Luandino Vieira faz desfilar uma Angola lânguida como a Bahia, ao lado de cenas de entrechoque racial latente e dificilmente oculto. O escritor parece ter uma afinidade à primeira vista insuspeitada com Guimarães Rosa, o Guimarães Rosa que unia neologismos a termos locais e arcaicos, principalmente em *Grande Sertão: Veredas*. A semelhança é evidente após a leitura deste texto, trecho de “Lá em Tetembuatubia”, incluído em *No Antigamente, na Vida*:

“Apontou, branca pomba voando para o todo azulídeo ar, alarando a mão dele. E vimos as sete partidas do céu, girarem olhos nossos, misturar belezas.

Que era tudo o macio fogo sem chama em pós azulados do vento, cada vez polvilho de luz filtrada depois da meia tarde e as todas passaradas avoejantes, regresso no lar – os brancos jindeles silenciosos nas rotas corriqueiras do sul; os compactos guanguastros, nuvens de mentira, reviegas súbitas exactas, de virar cores de bando; e uma que é

outra – a viuvinha-catembo com seu sozinho rabo enorme, flecha de escuridão, os todos os mais que até pico-rei, mania de única, se passaram duas a duas. Tudo em luminoso fundo de nuvens velhas, asas em campo de areia ardente – que, de lá, do ocaso dele, só berridava altas sombras das esferas da noite mais camuêla de belezas”

Até daí a duas páginas, a interrogação de cunho filosófico que recorda as meditações do solilóquio de Riobaldo:

” – Ah – a gente que somos é de maior desconfusão, aula dele, Turito, “Que cada qual é dono de muitas almas – em simple bufo de nova vida usada, usada fica nos capinhos dos caminhos de antigamente... – Nave hexacolor, só arco-íris de Deus é superior dela... Só ouvia o fruído do aroxigêneo, nos motores-alhetas, impacientes. Que era de multiplicados, nada de construção apressada, tudo motores ronronantes, sotavento e barlavento”,

Anteriormente:

” – Eles são nossos altarêgos. Zeca amigo! E se sorria, límpido. Porque a verdade do Turito era essa, futura: pessoa que vai vir um dia ocupar lugar de nosso toco corpo materialesco, falam. Nós? Porcos lenços, só de guardar lugar no cego cinema do mundo. Ele que quem via via verdadeiras criaturas luminosas, a gente só as iluminadas figuras de mentira”

A adesão do autor a Angola levou-o a mudar de nome: José Vieira Mateus da Graça transformou-se em José Luandino Vieira. Encarregado pelos ocupantes portugueses de servir como primeiro-cabo “para tomar conta de livros (na Biblioteca do Quartel-General de Luanda). O Exército colonial não tinha realmente a vocação da leitura e eu passava os meus dias do seguinte modo: de manhã, com qualquer desculpa, ia para a praia (depois de içar a bandeira portuguesa, que era o trabalho do cabo da Biblioteca); sétimo ano do Liceu que nessa altura, estudava”por fora” com o Antônio Cardoso e o Hélder Neto. Estudávamos todas as disciplinas do 7º ano de Letras: Todas: Latim, Grego e Alemão e Inglês e Francês e não sei mais o quê, parece que OPAN – Organização Política e Administrativa da Nação”...

A política cultural ou apenas educacional do regime colonial português com relação a Angola era ambígua. Se por um lado havia a já em seu próprio título arcaica “Casa dos Estudantes do Império”, onde se procurava peneirar os “valores novos” de uma assim chamada “aristocracia africana” (?), por outro a Pide, polícia secreta salazarista, impunha uma censura férrea e lançava mão de delatores, informantes que denunciavam a suposta tendenciosidade de poemas, artigos, ensaios, contos, conferências, romances, leituras importadas de Neruda, de editoriais hispano-americanos, de textos de marxismo. Só com a sonolenta prosa de Manoel Ferreira, relatando um pouco da biografia de José Luandino Vieira, no prefácio alambicado e longo que escreveu para *A Cidade e a Infância* é que se vem a saber, inopinadamente, que José Luandino Vieira, com seu tomo *Luuanda* recebera, em 1965, o Grande Prêmio de Novelística, conferido pelo júri da Sociedade Portuguesa de Escritores. Para que se possa aquilatar não só o acerto da comissão julgadora como igualmente a sua coragem, basta acrescentar que dos cinco componentes da banca examinadora, quatro foram presos e o quinto, por não atribuir o Prêmio a *Luuanda*, foi absolvido. O regime português

colonialista declarou imediatamente extinta tal Sociedade que ousara outorgar tal honraria a um escritor angolano “internado nessa época no Campo de Concentração do Tarrafal de Cabo Verde, acusado de terrorista, cumprindo a pena de 14 anos”. Os escritores Alexandre Pinheiro Torres, Augusto Abelaira; Fernanda Botelho e Manuel da Fonseca foram conduzidos à delegacia policial, o quinto votante, o excelente ensaísta João Gaspar Simões, que discordara do voto da maioria, foi posto em liberdade.

José Luandino Vieira traz para os leitores brasileiros uma dificuldade de difícil superação: seus textos são predominantemente bilíngues, misturando o português e o quimbundo, um dos 7 idiomas africanos falados correntemente em Angola. Sem um glossário, o autor fica semi-compreendido apenas pelo leitor brasileiro. Faltam notas explicativas sobre centenas de palavras e frases sem tradução como *jinguba*, *maboque*, *gajajas*, *quinqueras*, *mufetes*, até frases inteiras, para nós enigmas indecifráveis como:

” – “eie, ngana kimitudi kia nganga ia’ngu, eme muene ngi-di-kolo: Um ngongo ioso ki muene munzangala ngasoko nê mu kuiiba o muxima; hanji nê mukuetu Kandidi dia Sabalu dia Nvula letu, nê hanji Xana dia Inana ia jingondo, eme ki ngasoko nã..”???

Se tradução toda a dramaticidade, graça ou lirismo da narrativa se perde para quem não dominar os dois idiomas. Além de se praticar uma sintaxe da língua portuguesa diferente da que usamos no Brasil e em português de Portugal, o que às vezes dificulta para nós a leitura, principalmente pela regência dos verbos, sem as preposições que pedem ou permutadas por outras preposições (exemplos: empregados entregues NOS patrões, em vez de empregados entregues PELOS patrões como no trecho citado de *Domingos Xavier*.

Mas José Luandino Vieira no texto mais antigo, *A Cidade e a Infância*, se mostrava ainda muito tateante e amadorístico no seu maniqueísmo político, racial, só nos demais livros é que ele se vai aprimorando e ousando experiências de estilo que deixam entrever um autor de possibilidades luminosas ainda não totalmente tocadas com vigor literário plural e extraordinário.

O que a seleta de contistas angolanos revela mais ainda, porém, é uma figura inclassificável, em certos pontos remanescente da irreverência de uma *Serafim Ponte Grande* de Oswald de Andrade e de outros autores que, na África, ironizaram ferinamente o conformismo dos colonizados em assimilar toda uma estrutura de valores postíça, europeia, já pré-digerida e nunca questionada, mas na realidade inadaptável novos meios – africanos, asiáticos, ou latino-americanos, como nos versos satíricos ácidos do poeta malgache Flavien Rainavo. Manuel Rui é, como contista, a mais fulgurante presença angolana que essa coleção nos apresenta. Dele é a filosofia fecundamente lúcida de um Alioune Diop que já na década de 20 definia o projeto da *Présence Africaine* com uma amplitude e uma eficácia certa e ainda plenamente atual.

Ao apelar a todos os intelectuais africanos ara que usem os recursos que a Europa coloca à sua disposição, ele se bate pela livre expressão de cada ser humano em sua singularidade individual e irrepetível. Só através de sua unicidade cada pessoa contribuirá para a formação de uma opinião pública e para humanizar uma civilização que apenas se mostrou tecnologicamente superior às demais, ao emergir da Europa branca e que como um Ptolomeu teimoso insistia que a Europa

continuava a ser o centro único do mundo, apesar de todas as demonstrações em contrário. Ele retoma os versos amargos de Aimé Césaire, que assumia integral e altivamente a versão racista de que “o negro não contribuiu em nada para a civilização” e não procura desmenti-la: rebate-a pelo avesso. Não mostra as civilizações requintadas do Gabão, do Benin, não insiste na estética deslumbrante das danças, das roupagens, da escultura, das máscaras, das pinturas, da música tribal, das rapsódias orais, do espírito de solidariedade comunitária, de toda a complexa estrutura espiritual do mundo negro africano. Alioune Diop prefere falar do presente voltado para o futuro, afirmando:

“O negro que brilha por sua ausência na elaboração da cidade moderna poderá, gradualmente, marcar a sua presença contribuindo para a recriação de um humanismo talhado realmente segundo as dimensões do ser humano.

Pois é certo que não poderíamos legitimamente esperar que surgisse um universalismo autêntico se, na sua formação, só intervissem subjetividades europeias. O mundo de amanhã será construído por todos os homens (de todas as raças)

Nós, da África, devemos abordar as questões que aparecem no plano mundial e meditar sobre elas como os demais, a fim de nos encontrarmos, amanhã, entre os criadores de uma ordem nova”

Manuel Rui tem o atrevimento de não aceitar uma “ordem nova” que sai, já pronta e perfeita, da Revolução e da Independência meramente política de Angola. É surpreendente que ele se refira com sátira e clareza às divisões tribais que perduram mesmo depois que os regimes coloniais que as aguçavam desapareceram. Manuel Rui tem – terá ainda hoje? – a temeridade de introduzir diálogos que ironizam tudo: a inépcia do governo, o vazio dos slogans, a panacéia da aliança operário-camponesa como sara-tudo dos males angolanos. É no conto de abertura da sua coletânea *Sim Camarada!* (Edições 70) que mais se evidencia essa sua vigilância inteligente e zombeteira: o tom é característico desde as primeiras linhas do conto intitulado “O Conselho”:

“Lá fora estava tudo na mesma. Pior ainda que antes porque agora o povo olhava sempre o Palácio com grande confusão. É que naquele primeiro dia do tal governo angolano, maior que qualquer outro no mundo porquanto usava nada mais nada menos que três primeiros-ministros, um ministro, desses novos, apareceu na varanda a bocar que o Palácio agora era do povo. E falava mais: que o Palácio que fôra dos colonos passava para os legítimos donos. E o povo aplaudiu a afirmação que o ministro fez com os olhos esbugalhados de independência, braços agitados em maneira de alguns pensarem que a página da história estava virada. Era só pôr cuspido no dedo, agarrar aí a página e pronto! – Meu! Este governo não liga. Veja só: os nossos com umas fatiotas”poder popular”, os outros, de Mobutu uns e o resto de fato e gravata! Quer dizer: se nisto já começa a diferença este governo não vai chegar ao fim. Corto-os rentes! – Sentenciava de dia para si um camarada encostado em uma árvore ao que um recém-chegado de Lisboa não perdeu a oportunidade de acrescentar:

- O que é preciso é que as contradições se agudizem e a aliança operário-camponesa tome de assalto este Palácio o mais depressa possível para o salto qualitativo.

- Chiça! Com salto e tudo? O camarada almoçou dicionário e se não é doutor herdou biblioteca. Vamos com calma!

E o outro escapava-se no meio da multidão”

Mais adiante, sempre cortante, Manuel Rui alude ao contraste, notável também no Brasil entre a carestia da vida devida à inflação que devora os salários dos trabalhadores e a fartura indecente das mordomias governamentais, como o ministro que “mastigava-se pela manhã em dez pães, cinco quilos de presunto e seus queijos vindos do Huambo, tribalismo à parte.”

Para descarregar o retrato que Manuel Rui faz dos pedantes que exalam fumaças de conhecimentos de francês, colocando em português galicismos pernósticos e inúteis:

“Tempo de grandes neologismos a enriquecer o léxico nacional muito para além do ‘luso-tropicalismo’. Suas celências então que ministros ressortisantes do Zaire, Suíça ou Alemanha , entregavam-se a grandes aumentações, propiciadas pelos afluchos das proceduras legislativas autenticamente importadas, sentindo-se a cada passo catastrofados sempre que viesse à baila o poder popular”

O desenho de uma “excelência asnática” que está a votar uma lei merece ser transcrito quase na íntegra, pela sua graça absurda saída de um *Ubu-rei* africano:

“Após vários oradores terem pedido a palavra para apoiarem as normas propostas, incluindo os próceres da linha de Tavares, sua celência pediu também a sua:

- Em que concerne o artigo primeiro discordo. Não obstante, o artigo segundo também discordo; não é? E o terceiro voto contra; não é? E relevo para o quarto que também discordo. E rejeito o quinto. Não é? E o sexto idem.

E nesta sapientíssima oração o supra-sumo Tavares foi reprovando tudo até que chegou ao último artigo já com o Alto-Comissário a dormir um sono profundo com um sonho de levar Cabinda num barco para uma aldeia do Minho, no fim da transição.

- Concordo com o artigo cinquenta e seis. Aliás, nem percebo por que é cinquenta e seis quando podia ser o artigo final.

O artigo rezava assim: este decreto entra imediatamente em vigor.

E até o Alto-Comissário, ainda com o desencanto de há pouco ter sido sócio de americanos nos sonhos dos poços de petróleo, ficou a pensar franzindo o sobrolho.

- Desculpe. Mas se desaprovou todo o decreto como é que concorda com o último artigo que é apenas uma formalidade? Uma praxe. Uma regra – comentou um ministro da parte portuguesa. O leitor que não sabe fica a saber que este governo era internacional. Tinha partes: a angolana, a portuguesa, a americana, a zairota, a alemã e a etecétera. Mas como a portuguesa andava com a as calças na mão por vias da indigestão spinolar, quer dizer que a imperial mandava na portuguesa e eis que podíamos falar de duas partes: a angolana e a imperial.

Tavares ripostou sem que arregalasse os olhos:

- Mas então entra imediatamente em vigor?
- Claro – disse o ministro português.
- Então concordo! Porque entra imediatamente em vigor. Não é?
- Então qual a sua dúvida? – Interferiu um ministro angolano, baralhado.
- *Mon frère*, é que eu pensava que entrava imediatamente em vigor.
- Mas está de acordo? – voltou à carga o ministro português enquanto os angolanos riam e trocavam bilhetinhos.
- Estou e não estou. Ser ou não ser eis a questão da procedura. Por isso é que não deve entrar imediatamente em vigor. Não é?
- Embora eu não devesse intervir nos debates, acho que o Secretário de Estado do Comércio deu uma achega muito positiva e importante – falou o Alto-Comissário, levando a mão à testa pelo esforço daquela conclusão.
- Muito obrigado – disse o Tavares de sua desgraça.
- Se é assim – explicou o presidente em exercício – o irmão Tavares está de acordo.
- Evidentemente – reafirmou o tribuno com um sorriso de vitória.”

Essa enriquecedora importação cultural angolana que chega ao Brasil traz, qualitativamente, os nomes de José Luandino Vieira, Uanhenga Xitu e Manuel Rui. Quantitativamente, há um inútil desfile de outros nomes: Jofre Rocha, Antônio Abreu, Manuel Ferreira, Manuel Lopes, Fernando Monteiro, Arnaldo Santos, Jorge Macedo, Antônio Jacinto. Mas adentrar-se e seus livros de prosa ou poesia é pura perda de tempo. Como também soa artificial e sem convicção o livrelho do vice-ministro atual da Educação em Angola, Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, que usa como pseudônimo a palavra *Pepetela*, que significa pestana em um dos idiomas africanos, provavelmente o quimbundo. *As Aventuras de Ngunga* de sua lavra, digamos, é irmão xifópago das rosinhas minhas canoas e dos pés de laranjas limas ácidas que José Mauro Vasconcelos teima em querer nos infligir como literatura deste lado do Atlântico. Esse menino pioneiro nada tem a ver com a vibração de outro menino pioneiro, crianças que ajudavam ativamente e precocemente na libertação de Angola, escrito por Manuel Rui no mesmo livro e denominado “Cinco Dias Depois da Independência”.

Em visita a São Paulo, Pepetela-Pestana declarou ao *Estado de São Paulo* ou fez tal afirmação durante uma palestra na USP (Universidade de São Paulo) que

“O escritor está muito empenhado na criação de seu país e sobra pouco tempo para escrever, a não ser que ele se supere”.

Frase que coloca a literatura como uma argamassa nada urgente, na construção penosa de um país com problemas típicos dos países subdesenvolvidos como o Brasil e Angola.

Não: ao contrário. Como já demonstra fartamente a literatura recente de Angola, mesmo antes da Independência, em 1975, existem autores que paralelamente à sua participação política ativa nunca relegaram a literatura a um segundo plano como se fosse uma etapa sucessiva, quase utópica, de um Plano Quinquenal que se reduzisse a construir barragens dominar a tecnologia da extração do petróleo e minérios, a alfabetizar, construir estradas, hospitais, casas.

Enfaticamente: não. Angola se faz TAMBÉM com a inteligência, a sensibilidade, o arrojo de seus melhores escritores, tão decisivos na construção ética e estética de seu país quanto os cientistas, os engenheiros, os operários e até alguns ministros que não sejam do tipo do Tavares maravilhosamente ironizado por Manuel Rui. Se a população negra, mestiça ou branca de Angola quiser ser protagonista e não títere de seu tempo, ela por certo compreenderá que a literatura é o exercício supremo da Liberdade e da Democracia que nenhum regime de partido único, de imprensa amordaçada pelo Estado monolítico, pode jamais sufocar. É um testemunho dessa profundidade que os grandes autores angolanos nos trazem, fazendo-nos crer, com novo alento, no futuro dessa literatura tão forte e importante que nos vem de Angola, uma expressão original, bela, autônoma, de um povo hoje liberto dos grilhões do colonialismo e prestes a dar sua importante contribuição para a formação daquele autêntico humanismo a que referia lúcida e lapidarmente Alioune Diop linhas atrás.

Sem a contribuição original, livre de tutelas estrangeiras adiposas, a África Negra insuflará, na civilização maquinal que nos massacra, aquela alma que dela se alijou à força dentro do maniqueísmo asfixiante do capitalismo selvagem e do marxismo arcaizante. Afinal, a literatura permanece como testemunho da imaginação e como documento de uma época: são os tiranos que perecem e mal deixam rastros de sua passagem no efêmero quebradiço da História.

31. A África e a liberdade. Entrevista com Luandino Vieira

Jornal da Tarde, 1987/01/03. Aguardando revisão.

À primeira vista, bronzeado, com seu ar franco, ele parece um fazendeiro do Centro-Oeste brasileiro. Depois, o sotaque angolano, uma harmoniosa mistura de português lisboeta com a doçura da pronúncia vagarosa das sílabas, à moda africana ou brasileira, revela a sua verdadeira nacionalidade.

José Luandino Vieira, já muito conhecido no Brasil como possivelmente o mais extraordinário talento literário de Angola é presidente da União (Sindicato) de Escritores Angolanos e autor de obras-primas como *Luuanda*, *A Cidade e a Infância*, *A Vida Verdadeira de Domingos Xavier*, *Macandumba* etc.

Durante sua recente estada no Brasil, esse escritor realmente excepcional no panorama da literatura contemporânea mundial concedeu esta entrevista ao *Jornal da Tarde*.

Luandino Vieira, você parece não fugir à regra de que a prisão forja grandes escritores. Afinal, você passou doze anos no cárcere e prisioneiros estiveram Graciliano Ramos, Solzhenitsyn, Dostoievski, Tchekhov, Oscar Wilde e tantos mais. O que o encarceramento representou para você, tão longo que foi?

“Eu penso que essa capacidade de o escritor escrever na prisão está talvez intimamente ligada à condição do escritor que é sempre, em última instância, uma condição de solitário. Escrever é sempre, em última instância, um ato de muita solidão. Quando o escritor está escrevendo, penso que ele está absolutamente só com ele próprio e está só acompanhado de toda a Humanidade, que é o que ele tem dentro de si. A sua experiência, a sua vivência, suor, leituras que cimentam a realidade. Para certos tipos de personalidade, digamos de organizações psíquicas, a prisão pode ser um momento propício a essa solidão necessária à criação”.

Você se refere aos mais introspectivos?

“Pois, os mais introspectivos, os mais contemplativos. Agora a dureza da situação da cadeia pode sempre sobrepor-se a essa necessidade de solidão e pode também aniquilar qualquer capacidade de criação”.

Não foi a sua experiência...

“Eu tive de certo modo a felicidade de estar continuamente, a partir do 3º, 4º ano de prisão, com muita gente. Não eram prisões solitárias: eram casernas, compartilhadas por muitos companheiros. Isso nos dava a sociabilidade fundamental para ir recarregando as baterias de humanidade. E depois no recreio, no pátio, no momento de apanhar sol eu teria, se quisesse, o meu momento de solidão, que eu aproveitava para escrever”.

Que papel você usava para escrever, que papel lhe davam?

“Nós vivíamos no campo de concentração, a 7 km de uma vila, e toda semana saía um guarda com uma lista para fazer compras e invariavelmente eu era comprador de 4 u 5 cadernos do tipo escolar”.

Os cadernos eram permitidos?

“Sim, porque como nós tínhamos uma escola de instrução primária dentro de nossa caserna, com os companheiros analfabetos, todo esse material era tido como material para ensinar as primeiras letras”.

E você é que lecionava?

“Eu era o professor de adultos analfabetos e assim sempre e pensou que esses cadernos me serviam não para escrever, mas corrigir as redações dos alunos”.

E, como você ressaltou, você ficou fascinado com o vocabulário dessas pessoas?

“Claro, encontrei aí camponeses, pequenos funcionários, e tinham vocabulários derivados de suas línguas maternas, corrompidas pelo português originalíssimo que, de fato, me fascinava. Estavam todos esses falares reunidos ali e eu só tinha que ser sensível ao valor estético, literário, dessas linguagens”.

As cadeias mantinham um *apartheid* no seu interior?

“Não, as forças colonialistas nos colocavam todos juntos. Aliás, diziam: ‘Bom, vocês não estão todos juntos na luta de libertação? Então estão também todos juntos nas consequências das lutas de libertação!’ O que nós achávamos correto, pois entre nós nunca houve esse tipo de divisões, não é?”

Mas que tipo de contato você mantinha com a Literatura, por exemplo?

“Bom, isso é um caso muito difícil, porque enquanto estivemos presos em Luanda, a presença das famílias, a pressão das famílias faziam com que sempre tivéssemos visitas. E nos traziam livros, jornais, embora censurados, mas o princípio da leitura mantinha-se. Agora, quando passamos para Cabo Verde, perdidos no Atlântico, esse princípio acabou. Nesse arquipélago, estávamos na Ilha de Santiago e, ali, na prisão de Tarrafal. Então, ali não era permitida leitura de nenhuma espécie, durante muitos anos. Depois, pouco a pouco, foi abrindo, com o *Jornal Desportivo*, um que

outro livro. Mas o objetivo daquele campo era o de destruir psicologicamente as pessoas. Materialmente não podíamos trabalhar, nem trabalhos forçados nos eram permitidos”.

Por quê?

“Porque o arquipélago era tão pobre, tão miserável que se utilizassem presos nas obras públicas a população ia reclamar, pois íamos tirar-lhes o emprego”.

No entanto, não foram 12 anos estéreis para você.

“Nem para mim nem para muitos de meus companheiros. A grande maioria aproveitou. Quando mais não fosse, os analfabetos aprenderam a ler, a escrever; os que tinham o 1º ciclo do liceu passaram ao segundo ciclo, outros estudaram até contabilidade e outras matérias que lhes foram úteis quando conquistaram a liberdade”.

Ali, a prisão era um microuniverso.

“É isso, era um microuniverso, mas um microuniverso que prefigurava o país que íamos ter”.

E de onde se originou a sua vontade de escrever livros? Em prol de uma ação política? A favor da justiça social?

“Minha infância explica muita coisa. Eu tive uma infância de menino pobre nas favelas de Luanda chamadas *mussegues*, com todos os meninos de minha idade, branco, preto, mestiço, português, angolano. Isso deu o caldo cultural que me fez uma criança irrequieta, com um determinado tônus cultural diferente do dos filhos da burguesia colonial. Aí havia um companheiro, Antônio Jacinto, que tinha uma biblioteca muito boa e ele, quando nós tínhamos dez, onze anos, nos meteu um vírus que era o de fazermos jornais manuscritos. Então, todos começamos como jornalistas-mirins. Quando eu me convenci mesmo que tinha jeito para escrever e tinha escrito, como dizem os brasileiros, uma série de bobagens, aí ele começou a me dar livros de Steinbeck, Machado de Assis, Jorge Amado, Graciliano Ramos, Zé Lins, Rachel de Queiróz... Porque nesse tempo os mais velhos recebiam muitos livros brasileiros..”

Que não eram censurados?

“Iam assim de forma semiclandestina, eram marinheiros que os levavam... Então, a partir daí ele me dizia: em vez de escrever bobagens é melhor você escrever sobre o que está à sua volta, sua cidade, sua infância. Então a literatura foi servindo para meu conhecimento da realidade social e a realidade social valendo à minha literatura. Portanto, a consciência política foi acompanhando a consciência literária e vice-versa. Até se dar uma fusão das duas que é hoje difícil para eu separar”.

Mas você nunca permitiu que a parte política interferisse na parte estética?

“Não, ela interfere só na medida em que o modo como eu vejo o mundo e os problemas do mundo enfoca o modo como eu vejo literariamente os problemas, quer dizer: é interior. Agora, no momento de escrever, quando eu escrevo, eu não tenho nenhuma preocupação política de maneira expressa”.

Você não faz panfletarismo ideológico?

“Não, não! A mim o que me interessa é o homem total, a complexidade do homem. E, no caso concreto, o homem angolano, e este homem angolano não pode ser compreendido sem a dimensão política, porque a política é um dos fatores fundamentais em nosso país, que é a destruição de uma imposição colonial e a criação de um país novo. Uma pátria nova, feita dos bocados das nações antigas que ficaram pelo caminho em cinco séculos de História”.

Além do retalhamento, pelas nações europeias, de território africano... Agora, se você permite a pergunta: você é marxista?

“A minha formação é marxista. Quer dizer: li tudo, li muita coisa e sou ainda hoje um leitor assíduo da Bíblia. Agora, a minha visão é uma visão do mundo que assenta fundamentalmente no pressuposto de que a vida material, portanto transformação radical material, o aspecto material de uma sociedade é que pode criar condições para uma nova vida espiritual. Isto, de uma maneira muito esquemática, porque sabemos que a vida espiritual reage sobre a base material e também atua sobre ela”.

O próprio Marx reconhecia a existência do espírito.

“Exatamente! Não, nunca negar a essência do espírito! O espírito é o que o homem tem de mais elevado e desenvolvido na sua materialidade”.

Nós sabemos que Angola se defronta com as forças da Unita, de Jonas Savimbi, e não temos nenhuma bola de cristal para prever o futuro de Angola. Mas como é o presente de Angola e da sua literatura? Além de você e Manuel Rui – e evidentemente o presidente morto, Agostinho Neto – pouco se conhece aqui dos autores angolanos. Quais são os outros ou os mais importantes, a seu ver?

“Nossa União de Escritores tem inscritos 63 escritores, muitos são ainda muito jovens para podermos falar, outros não podem ter para o público brasileiro um grande significado. Mas dezenas de escritores, pelo menos, teriam muita ressonância junto ao público brasileiro, se seus livros pudessem chegar ao público brasileiro. Uma das características da nossa literatura é um profundo compromisso com a realidade; é uma literatura que para além do valor ou desvalor estético tem uma grande carga de informação”.

Incluindo depoimentos de recuperação histórica?

“Sim, informação e depoimentos históricos de um passado recente e do presente. O presente angolano é um presente muito difícil por causa da guerra de agressão da África do Sul. Bom, fundamentalmente é a questão da Namíbia, nós sabemos que é ela que determina todo esse posicionamento da África do Sul em relação a Angola. Incluindo a invasão, a ocupação do território e o armamento, o financiamento do grupo de Jonas Savimbi para desestabilizar totalmente a nossa vida. Basta dizer que o nosso Estado, que não é um Estado rico..”

Potencialmente, sim.

“Ah, sim, mas falta desenvolver as potencialidades. E é isso que não nos permitem. Angola é um Estado que saiu de uma situação colonial, portanto não podia ter muita riqueza, gastara a quase totalidade dos recursos na defesa e na segurança do país. O que resta para a saúde pública, a educação, cultura, é muito pouco. Então, nessa situação, a literatura se desenvolve mais devagar do que poderia. Porque veja: um livro de poemas em Angola tem que ser publicado com uma tiragem de pelo menos dez mil exemplares, senão não chega para fazer a primeira distribuição. Nós só podemos publicar 2, 3, 4 livros por ano. Quando, na realidade, há muitos mais livros e muitos leitores ávidos de leitura. Esses recursos que vão para a guerra condicionam também o desenvolvimento de nossa literatura.

Depois há outros fatores: os autores estão muito empenhados no trabalho da vida social, não podem dedicar-se à literatura, têm pouco tempo de ócio, que é necessário para a criação da literatura. Não há possibilidade de edição de gazetas literárias, jornais literários. O nosso próprio jornal diário, de circulação nacional, só tem uma página para as artes e as letras, aos domingos. Só agora começa a aparecer uma coluna cultural dia sim, dia não, no jornal”.

Trata-se de um jornal único? Isso não elimina uma pluralidade de visões?

“Não, esse é o jornal nacional, que se publica em Luanda, mas há vários jornais em várias províncias”.

Com várias tendências?

“Várias tendências, não, várias correntes de opinião dentro da nossa unidade, que têm sido fundamentais para enfrentar a situação de guerra. Porque, se não houver uma unidade nacional muito grande e uma unidade de princípios e uma unidade de pontos de vista, nós como país recente e que desde 1961 não deixa de estar em guerra será muito difícil sobreviver. E o primeiro direito e o primeiro dever que a República de Angola tem para com o seu povo é este: o de sobreviver”.

Mas os escritores angolanos teriam total liberdade de expressão nessas circunstâncias?

“Os escritores angolanos têm total liberdade de expressão e representam várias correntes de desenvolvimento de uma literatura. E até hoje não há memória, desde 1975, de qualquer livro que tenha sido ou rejeitado, a não ser por motivos literários, ou mesmo, se asperamente criticado, retirado do acesso público. Isso não existe entre nós. E somente o Conselho Editorial da União de Escritores Angolanos é o único órgão que aprecia os originais antes de publicar, constituído exclusivamente por escritores membros da União”.

Não há, por assim dizer, um *imprimatur*?

“Não há *imprimatur* nenhum. A União, funcionando como editora, tem as suas limitações nas verbas e na sua política editorial. Quer dizer: se houver possibilidade de editar apenas um livro, a escolher entre um livro de prosa, um de poesia e um ensaio, dá-se preferência ao ensaio, porque consideramos que esse estudo vai contribuir para o alargamento do conhecimento ou, se um romance, um livro de ficção for de muito alta qualidade, joga em primeiro lugar qualidade literária e em segundo a estratégia do desenvolvimento da nossa literatura”.

No entanto, o Manuel Rui, não me lembro em qual livro, talvez *Regresso Adiado*, deixa claro que faz críticas à presença cubana, à presença soviética em Angola.

“Sim, bem, eu não diria isso. O livro dele mais polêmico é *Quem me dera ser Onda*. Este é um livro que critica, faz uma crítica social a uma série de tendências pequeno-burguesas de oportunismo, de covardia social, aproveitamento de recursos sociais em favor do indivíduo e esse livro já tem duas, três edições neste momento. E foi premiado. Outro livro também controverso saiu há pouco tempo, do Pepetela, *O Cão e os Calouros*, é a reprodução linguística de comportamentos anti-sociais, comportamentos pequeno-burgueses, de reminiscências de erros do passado que estão na nossa sociedade e a emergência de erros presentes. E tudo isso está em letra de fôrma, o livro vendeu quinze mil exemplares, está esgotado, estamos preparando a reedição. Portanto, nesse aspecto, os escritores angolanos não têm do que se queixar”.

Eles leem a imprensa ocidental, por exemplo?

“O problema da imprensa que entra em Angola é que nossas divisas para compra de coisas exteriores são muito poucas. Então nós temos carência de bibliografia. Isso é verdade. Muitas revistas chegam em um, dois exemplares, que um amigo manda a outro amigo, que este por sua vez faz circular. Não é porque não possa circular massivamente, é porque não pode ser comprada massivamente. Porque a prioridade é para o livro técnico, escolar didático”.

E com relação ao Brasil, vocês têm contato?

“O contato com o Brasil, que no tempo do colonialismo já foi muito forte, está agora a ser reaberto em novos moldes. O contato econômico com o Brasil é que aumenta dia a dia, a olhos vistos: Braspetro, Petrobrás, Odebrecht etc. Isso tira proveito do

capital cultural brasileiro acumulado durante séculos, mas ao mesmo tempo leva atrás de si o novo, a nova dimensão cultural do Brasil, que está chegando a todos nós. A relação entre a literatura brasileira e a literatura angolana vai ampliar-se muito rapidamente e penso eu que com muita vantagem para ambas as partes. Pelo menos eu, como escritor, sinto que sempre aprendo alguma coisa com a experiência literária de meus colegas brasileiros”.

E no tocante ao idioma, na sua opinião, a língua portuguesa predominará em Angola diante das outras línguas nacionais?

“Na minha opinião Angola continuará a usar a língua portuguesa como língua oficial, porque eu não vejo outra língua que se possa desenvolver com rapidez para se comunicar internacionalmente”.

As demais línguas autóctones são orais?

“Já fixamos, com o alfabeto, seis línguas, com gramática, léxico e com manuais de alfabetização escritos nessas línguas”.

Começando com o quimbundo?

“O quimbundo, umbundo, quicongo, xoquê, bunda e pahá. Falo mal o quimbundo, eu o escrevo melhor”.

O português tem mais ou menos o mesmo papel que o inglês na Índia para intercomunicação de povos de línguas diferentes entre si?

“Sim, desempenha esse papel. O português é a língua oficial, é a língua da escolaridade e é a língua materna de uma grande quantidade de angolanos, embora não tenhamos inquéritos (pesquisas) a esse respeito. O propósito é que cada angolano preserve sua herança cultural; o português viverá em plano de igualdade com as línguas nacionais”.

Há ainda muitas rivalidades tribais? Há racismo?

“Racismo não existe, existe preconceito racial: a mentalidade das pessoas, mesmo que desapareçam as condições objetivas (propícias ao racismo), mudança de mentalidade se dá de forma mais devagar. O aspecto de tribalismo foi muito reavivado durante o colonialismo, pois como o colonialismo português se baseava no trabalho forçado ele propositalmente misturou todas as populações e profissões: havia plantadores de café tentando ser pescadores e pescadores a colher café. Na realidade, o colonialismo destribalizou o país, desenraizou as pessoas de suas próprias culturas, de suas terras. Em certo sentido foi bom porque hoje o tribalismo só existe secundariamente: as pessoas são em primeiro lugar angolanas, depois é que são de origem quimbundo etc. O Exército joga um papel muito importante nisso porque ali se vão verificando as diferenças e as semelhanças. Além do Exército, o futebol também é um fator importante: equipes do Norte e do Sul se defrontam e populações que se desconheciam mutuamente se dão conta de que ‘afinal, somos todos iguais’”.

E as culturas autóctones estão sendo, então, preservadas?

“Ah, sim: a música, a dança, as artes plásticas fundamentalmente, além da culinária, certas formas de vestir, de decorar a casa, que se vão mantendo enquanto a industrialização e a urbanização não chegarem, não é? Eu mesmo sou um exemplo dessa pluralidade de culturas que existe em Angola. Há a influências europeia sobre populações africanas e vice-versa. Eu, filho de portugueses, educado em escola de feição nitidamente portuguesa, tinha porém a rua, os meninos do bairro, e a influência do quimbundo se fez sentir fortemente em mim. Angola, variam os casos de aculturação, é estranhamente isto. A convivência fecunda de etnias e culturas diversas, sem eurocentrismos nem predominâncias culturais obsoletas”.

32. Angola, num momento de reflexões e mudanças - Entrevista com o escritor angolano Agostinho Mendes

Jornal da Tarde, Sem data. Aguardando revisão.

Como na antiga – e vastíssima – colônia da minúscula Bélgica, o ex-Congo belga, as odiosas forças coloniais só tinham “permitido” que catorze “nativos” se formassem pela Universidade. Em Angola, igualmente, embora o número da *intelligentsia* fosse bem maior, a libertação nacional chamou a si, após a independência, todas as forças mais aptas a liderar a nação emergente. O escritor angolano de passagem pelo Brasil, Uanhenga Xitu (ou Agostinho Mendes de Carvalho, se usarmos o seu nome português), também foi ministro da Saúde e governador de uma província (o que corresponde a um Estado brasileiro), o de Luana. Fecundo autor de livros como *Maka na Sanzala*, *Manana* e *Mestre Tamoda*, além de outro que preparou em pouco tempo, durante suas férias na Alemanha Oriental, a ser publicado brevemente também no Brasil, é um autor “ingênuo” para as mentalidades complexas europeias, mas que fixa em seus relatos uma África ancestral em célere desaparecimento. Vai buscar suas fontes nos rapsodos das regiões rurais, os anciões que guardam a memória das tribos antes da chegada dos brancos. Antes dos navios negreiros e seus padres a abençoar as naus rumo ao Brasil com as palavras de Jesus em seus sermões à beira da praia e impressas em seus missais: “Amai-vos uns aos outros”.

Junto aos que carinhosamente chama de “velhotes”, Uanhenga Xitu, recolhe a recordação dos rituais animistas, das leis, dos feitiços, das proibições, do vestuário, das bebidas, dos usos dos antepassados, sem, no entanto, a imparcialidade de um Chinua Achebe, evocador nigeriano da barbárie e das humanas imperfeições dos abusos tribais com em seu livro marcante, *O Mundo se Despedaça*. Não que Uanhenga Xitu não saiba do lado sinistro da África Negra mesmo antes do advento dos brancos e seu séquito de estupros culturais, sociais e humanos: ele tem da África, ou melhor, de Angola, uma visão ao mesmo tempo idealizada e ingênua. Mas sempre infinitamente mais autêntica do que a de um piegas farsante como o português Pepetela, irmão siamês – aí de nós! – de José Mauro de Vasconcelos e suas infantilidades presunçosas do lado de lá do oceano Atlântico.

A experiência administrativa, confessa Uanhenga Xitu, foi-lhe nociva para a criação literária.

“É muito difícil conciliar ao mesmo tempo a política e a literatura. Como outros escritores, fui chamado à tarefa prioritária de reconstrução do país pelo governo e pelo partido, e, embora não me tenha furtado a cumpri-la, durante todo o meu

período administrativo parei de escrever. Escrever exige estar atualizado, ler muito para ganhar experiência com os outros: não sobra tempo nem sossego para isso..”

Além desse conflito de esferas de interesse como é o problema da língua em Angola? Quantas línguas há lá, pelo menos as principais?

“Devem ser mais de vinte, as há quatro principais: temos o kimbundu, que é da minha área, o umbundu, do Sul, o kikongo, da região Norte e depois o kioo, que já está perto do Zaire. A minha preocupação é captar as tradições do passado da boca dos ‘velhotes’, porque cada um deles que morre é uma biblioteca que se perde. Escrevo voltado para essas massas rurais”

Enquanto Angola sofre um processo crescente de urbanização?

“Exatamente, que cria o problema do êxodo rural rumo às cidades: favelas, despreparo de muitos para o emprego, a adoção de metas do tipo ter uma boa casa, um bom emprego, a delinquência e as “casas de vadias”, sim, a prostituição. O governo quer fixar as populações às duas regiões de origem, no campo, no interior, mas encontra obstáculo na crise econômica, no bombardeamento de Angola pela aviação sul-africana. Muitos desses projetos de interiorização estão parados, à espera de melhor oportunidade. Nosso plano era criar campos de desportos, hospitais, escolas, num país onde 90% da população é analfabeta, note-se, de criar enfim um mínimo de dignidade mas isso é sustado, como o sr. pergunta, também pelas incursões de Savimbi e seus guerrilheiros da *Unita* com apoio da África do Sul e dos americanos”

A obra literária de Agostinho Neto, de Luandino Vieira, de Manuel Rui, principalmente, se destacam aqui no Brasil na literatura angolana: que outros nomes deveríamos conhecer?

“Sabe? A literatura angolana, o jornalismo angolano, a atividade intelectual existem desde 1800, com correntes surgidas em 1820, outras em 1850, com obras dramáticas etc. escritas nos idiomas originais. Não que seja uma literatura estruturada: não, são esporádicos gritos de que nós também queremos nosso lugar ao sol. Foi o fascismo português colonial que não deixou medrar essas vozes, muitas delas, porém, fizeram medo aos donos do poder em Portugal. O nome do Brasil, é claro, sempre esteve nos lábios angolanos: afinal, temos uma herança colonial comum: foi de Angola que partiram correntes de escravos para cá; isso nem que se queira, não se pode esquecer. Há vocábulos em dicionários portugueses que o brasileiro diz que é brasileiro: não é, é angolano. Assim como nos reconhecemos no canto, no ritmo, na dança, nos discos, nos ritos religiosos de certas seitas, na capoeira. Ora, parece que o governo brasileiro sempre andou esquecido de nós, não marcou a presença brasileira em Angola: por que será?!”

Além da tarefa de alfabetizar o povo, com as mulheres que se apresentam como professoras voluntárias para isso, o governo incentiva a criação de editoras, o aparecimento de talentos novos na literatura?

“Temos um instituto de Línguas que esta mapeando o país e estamos corrigindo a escrita fonética dos idiomas nativos, pois os símbolos de que dispúnhamos não correspondiam à pronúncia exata, técnicos britânicos e brasileiros estão a nos ajudar nisto. O Sindicato ou melhor a União de Escritores Angolanos incentiva jovens a escrever para que possamos escolher os melhores, chegando mesmo a editá-los.”

Mas editá-los sem censura?

“Nós não temos censura, cada escritor escreve seu livro como crê e cria. Só não admitimos é uma literatura imoral, pornográfica, porque isso de nada serve para uma sociedade nova: isso, sim, é proibido, só se alguns indivíduos quiserem trazer material desse tipo em livros e videocassetes, não impedimos. Veja: Portugal, ou melhor, seu regime, durante muito tempo proibiu que falássemos em manifestações públicas ou nas escolas os nossos idiomas nativos; os batuques, por exemplo, deles temos notícias apenas pelas anotações feitas pelos missionários católicos protestantes, quando esses grupos eram apresentados aos turistas como coisa exótica: em resumo, Angola está-se fazendo dia a dia.

33. A última denúncia de Soromenho

Jornal da Tarde, 1971/02/24. Aguardando revisão.

A Chaga, o último e excelente livro de Soromenho

Na literatura, Angola é um círculo do inferno nos trópicos, complementar o círculo de campos de concentração soviéticos na Rússia de Soljinitsin. Uma literatura clandestina, proibida em seu país de origem, ecoa, em português, as denúncias candentes de uma situação que espezinha o homem e lhe nega qualquer dignidade essencial. Não é uma literatura da *négritude*. Nem se insere na literatura portuguesa, a não ser na categoria de protesto. Mas é um veio secreto, explosivo, de extraordinária força de linguagem que completa o quadro de discórdia liberal diante do colonialismo e do racismo que Doris Lessing na África do Sul, com seus contos reunidos em *The Habit of Loving*, e de Alan Paton com *Cry, the Beloved Country* iniciavam na literatura africana em inglês.

Entretanto, seus expoentes mais expressivos são quase totalmente desconhecidos entre nós: afinal, de que valem os direitos de alguns milhões de negros diante do peso esmagador do outro e dos diamantes da África do Sul? Mas como na literatura os pesos são diferentes, para o leitor vale infinitamente mais um Castro Soromenho do que um Primeiro-Ministro Verwoerd.

Quem é Castro Soromenho?

Co-fundador do Movimento de Libertação de Angola, esclareceu à imprensa de Paris – onde seus romances têm tiragem de 100 a 200 mil exemplares cada um – que “nasci em Angola, sou angolano de raiz mas sou sobretudo um escritor português”. Incluído como expoente branco numa antologia dedicada à *Négritude*, irritou-se:

- “Faço parte da”presença africana”, sou uma voz integrante dela, mas preferia que me citassem como membro do câro muito mais amplo de uma “presença humana” na África”.

Herético dentro do pensamento socialista, em seus livros era imparcial o suficiente para reconhecer o lado “criador, viril e positivo do colonialismo branco na África, que para lá levou a tecnologia do século XX”. Perseguido pelo regime de Salazar, passou no Brasil os últimos três anos de seus 58 anos de vida, lecionando na Universidade de São Paulo sociologia africana, embora não tivesse curso superior.

Como recorda um seu ex-discípulo da USP:

- Era uma figura estranha, quase disforme. Falava tão baixo que nós, alunos, tínhamos dificuldade em acompanhá-lo. Baixo de estatura, os olhos claros e sempre inquietos, a cabeleira toda branca, era um rebelde que detestava os sectarismos, a limitação rígida dos *slogans* do partido, de movimentos organizados, “todos destinados a aprisionar a liberdade original do homem”.

Quatro anos após sua morte em São Paulo, em 1968, é publicado no Brasil *A Chaga*, o romance amargo, intenso, que o escritor português, nascido em Luanda, trouxera como manuscrito alinhavado da Europa e terminara nos intervalos dos trabalhos na redação do jornal *O Estado de São Paulo* que o acolhera como comentarista político anti-salazarista.

Integrante de uma literatura subterrânea, eruptiva, vital, Castro Soromenho é conhecido em alemão, inglês, francês, italiano, russo e espanhol. É o vértice de um triângulo angolano liberal que se completa com Luandino Vieira, autor de contos enfeixados em *Luuanda* e Alexandre Cabral, contista. Mas sua leitura é mais engajada, inteligentemente, com o ser humano ultrajado em seus direitos, do que com os métodos externos coercitivos que se proponham a modificar o comportamento hostil do homem para com seu semelhante por mudanças meramente político-econômicas.

Acima de tudo, seu compromisso é com a denúncia dos horrores de um colonialismo que, nutrindo-se literalmente da África, viola seus mais elementares direitos. Não há perigo, por isso, de se deparar com uma tendenciosa literatura de propaganda política panfletarista, em que o talento é substituído pelos *slogans* veementes e ociosos.

Opondo-se às pesquisas de estilo de um Aquilino Ribeiro e ao romance psicológico de Miguel Torga, sua denúncia social nada tem do tom emotivo de um Ferreira de Castro. Considerado pelo sociólogo e profundo conhecedor do Brasil e da África Roger Bastide “o maior ficcionista do mundo africano”, Castro Soromenho reproduz, com admirável fidelidade, as duas Áfricas bipartidas pelo colonialismo extorsivo. De um lado, há os negros, tangidos pela ignorância, pela violência, pela fome. De outro, a minoria branca, com seus inumeráveis matizes sociais.

Para o Se. Administrador-Geral da Província Ultra-Marina de Angola – personagem que representa a filosofia do colonialismo do século XIX ainda sobrevivente nas colônias portuguesas – “os negros admitem a autoridade, a violência justa”. Os negros, desde cedo, aprendem pela cartilha ensinada pelos jesuítas e que tão bons efeitos surtiu no Brasil até 1822: a cartilha dos três Ps: pau, pão e pano. Pau para os rebeldes, “os atrevidotes das cidades influenciadas por ideias estrangeiras”; pão para manter a vida escrava e dar lucro contínuo ao branco; pano para “cobrir as vergonhas”, mas não a ponto de impedir a violação de “meras negrinhas” de 12 anos, cobiçadas por soldados solitários peões anônimos nesse sinistro jogo de xadrez desenhado por Soromenho no tabuleiro africano. Os brancos são, na maioria, os aldeões como o João porqueiro, evocado por um soldado:

“Estava fora da terra havia muitos anos, mas o meu pai lembrava-se dele. Ninguém sabia ao certo, or onde andara o João porqueiro. Lá pelas Áfricas, diziam. Depois, deixou-se de falar dele. Um dia o homem chega cheio de notas e com um automóvel que nem um ministro! O João porqueiro descobriu uma mina nos matos da África, disse o meu pai. Uma mina de quê? Quis saber o meu padrinho. O pai não sabia

33. *A última denúncia de Soromenho*

de que era a mina. Mas à noite, quando estávamos a jantar, o padrinho veio com a novidade: o Dr. Anacleto, que também andou pelas Áfricas, diz que a mina não é mina nenhuma, ou melhor, é uma mina, sim, mas é uma mina de pretos. “Os pretos nascem nas minas”, perguntou a Mariquinhas, minha irmã mais nova. Nós largamos todos a rir.”

Ou representantes do pequeno comércio, da incipiente indústria, até o topo limitadíssimo da pirâmide: a Administração de Além-Mar, uma Administração obviamente branca, patriótica, civilizadora. Como esclarece um personagem, funcionário adúlador dos poderosos: - “Somos nós os portugueses mestres em matéria de colonização, até os ingleses reconhecem nossa superioridade”.

Entre esse verniz tênue, branco, e o oceano negro estão os *sipaíos*, na maioria mulatos da guarda indígena nacional, que aspira aos privilégios da minoria europeia. A maioria silenciosa, negra, os cinco milhões que constituem a base são o motor da economia que supre a metrópole. Analfabetos, mascando drogas que diminuem o embrutecimento do trabalho duríssimo nas minas, nas usinas hidrelétricas, nas fazendas, nas fábricas, os negros refugiam-se nas tradições tribais, invocam os primitivos e surgem com imagens poderosas no romance:

“Vinte homens, com tangas de pele de leopardo, dorsos nus reluzentes de barro vermelho de antílope ou de penas de papagaio cinzento, deram um passo avante e apresentaram armas”

Os negros são os personagens trágicos deste romance que fotografa, com sensibilidade extraordinária, a Natureza verdejante e com secura de relato doloroso, pessoal, a humilhação diária de não-ser num mundo fantoche. Como reconhece um personagem lúcido, autobiográfico, que retrata em palavras candentes esta clamorosa opressão humana:

“É esse negro que por aí anda com ar de medo é como a raiz de uma terra queimada. Sob a humildade, a resignação, o medo, ele vive com desespero e ódio. Para a sua vida o colonialismo é uma queimada, uma chaga, mas eles são as raízes vivas dentro desta terra queimada”.

Para o leitor deste terrível mural, sóbrio e de paixão contida por um estilo de magistral disciplina, Angola nunca mais será um ponto verde, amplo, no mapa da África.

Como para Castro Soromenho, será, como para a consciência do próprio homem, a chaga na pele de um Continente, admiravelmente captada por uma sensibilidade compassiva e que não compactua com sua gangrena.

34. Senghor, o Orfeu negro

Veja, 1969/12/31. Aguardando revisão.

Pelo menos no Senegal, a poesia está no poder. Amigos desde os bancos do ginásio Louis-le-Grand, em Paris, Georges Pompidou e Léopold Senghor desde cedo sentiram-se unidos pelas paixões comuns da poesia e da política. No caso do atual presidente da França, a poesia passou a um *hobby* cultivado nos intervalos da administração governamental. No de seu amigo africano, a política não eclipsou a criação poética desde sua eleição unânime, em 1960, para a presidência da antiga colônia francesa. Pouco depois de assumir a suprema magistratura senegalesa, Senghor conquistava fama mundial em outro campo: o da literatura, com seus *Poèmes*, publicados em 1964. Seus poemas formulavam de forma concreta a teoria da *négritude* que ele cimentara, expandindo o pensamento inicial de Aimé Césaire, estruturado filosoficamente por Jean-Paul Sartre. A *négritude* é porém só um dos aspectos da grandeza deste Orfeu negro. É o que compravam seus *Poemas* traduzidos agora no Brasil (Edições Grifo, 1969). A África Negra, como é natural, inspira a maior parte de seus versos, mas sua versatilidade estende-se à participação política, à exaltação poética de jardins da França e da neve caindo sobre Paris. Ou às elegias que catam a doce saudade portuguesa na voz de Amália Rodrigues.

Sua definição da *négritude* dada durante uma entrevista ao jornal *Le Monde* aplica-se predominantemente à sua própria poesia: “Uma força emotiva que leva à assimilação intuitiva do mundo exterior (e não racional) aliada ao dom do símbolo, da imagem e do ritmo e uma noção de excepcional de comunhão, de solidariedade coletiva”. O painel deslumbrante da sua inventividade poética abre-se com a evocação da África, uma evocação em que a aldeia natal ressurgue docemente: “Eu não sei em que tempo se deu, confundo sempre a infância com o Éden”. Uma infância passada em Joal-la-Portugaise: “Joal/ Eu me lembro/ Lembro-me das signares à sombra verde das varandas./ Das signares de olhos surreais como um luar na praia”. Nesta África com vestígios do Brasil (signare é uma corruptela de senhora, a sinhá brasileira, que no Senegal designa as mulheres de cor casadas com homens brancos), a natureza funde-se com os dialetos e a celebração da missa em latim, palmeiras e trombetas tribais. A exaltação da pele negra antecede de vários anos o movimento atual *black is beautiful* (a cor negra é linda) dos artistas negros americanos. No admirável poema intitulado “Mulher Negra”, ele celebra dois de seus temas constantes: a beleza africana e o amor. Em “Mensagem” são os ancestrais dos negros africanos modernos, diplomados na Europa (como o próprio Senghor), que falam, exortando-os a não se iludirem pelos diplomas (“amontoais folhas de papel”) e a voltarem aos ritos de sua raça e de suas civilizações antigas: “Ide a Mbissel à Fa’ou; rezai o terço de santuário que balizaram

34. Senghor, o Orfeu negro

a Grande Via./ Segui de novo a Estrada Real e meditei esse caminho de cruz e glória./ Vossos Grandes Sacerdotes responder-vos-ão: Voz do Sangue!”

Mas a poesia de Senghor não se restringe ao exótico. Suas “Elegias” ultrapassam qualquer referência local para adquirir uma grandeza solene e majestosa. Particularmente na “Elegia da Meia-Noite”, que celebra o “Verão, esplêndido Verão, que nutres o Poeta como leite da tua luz/ A mim, que brotava como trigo primaveril, que me inebriava/ com a verdura da água, com o verde escorrer no ouro do tempo”. Na “Elegia das Saudades” é a “gota de sangue português que se perdeu no mar da minha *Négritude*”, é a origem do nome Senghor (do português Senhor) e onde “reencontrei meu sangue, descobri meu nome outro ano em Coimbra/ sob a misturada dos livros/ Mundo selado de caracteres estritos e misteriosos, ó noite das verdes florestas, aurora de plagas inauditas..” Nos seus cânticos para mulatas, com acompanhamento de instrumentos indígenas como “Congo (*Woi* para três *korás* e um *balafong*)”, ou ouvindo num “calmo e grave jardim da França” o apelo “do tam-tam retumbante, veemente, lancinante”, Senghor – como documentam mesmo essas traduções literais e sem sopro poético – é um dos grandes poetas do mundo atual. Delicado e pujante Orfeu negro, em sua lira se alinham as paisagens paradisíacas da África, o requinte estilístico do francês com seus recursos de ritmo, cor e melodia, e uma contribuição inédita de força e sensibilidade à grande poesia deste século.

35. Resenha sobre Poemas de Senghor

Jornal da Tarde, 1970/1/29. Aguardando revisão.

Poucas vozes poéticas surgem com tanta pujança neste final de século. Senghor, presidente do Senegal, um dos formuladores da teoria da *Négritude*, alinha-se ao lado de um Saint-John Perse, de um T. S. Eliot, de um Gottfried Benn, de um Carlos Drummond de Andrade.

Sua poesia ultrapassa o exotismo pitoresco de uma “poesia negra”. As palmeiras, as tribos, os desertos não entram gratuitamente como cor local em sua poesia. Brotando da união de inspiração africana e forma francesa, sua poesia é universal pela qualidade altíssima de seu conteúdo e pela beleza de seu estilo. Requentados, polidos, seus destilam uma África interior desvendada em toda a sua beleza: cantam a beleza da mulher negra “sazonado fruto de carne firme, êxtase de negro vinho, boca que liriza os meus lábios”; cantam a lembrança na aldeia natal: “Joal!/ Lembro-me das pompas do Poente/ Donde Kumba N'Dofene queria tirar o seu manto régio. / Lembro-me dos banquetes fúnebres, recendendo sangue dos rebanhos imolados, / Rumor de querelas, rapsódias de menestréis”; cantam os deuses antigos das civilizações destruídas pela violência do homem branco: “Enviaram-se um correio veloz,/ E ele atravessou a violência dos rios; nos arrozais baixos, mergulhava até a cintura./ Porque sua mensagem era urgente, /Deixei a refeição fumegando e o cuidado de muitos litígios. / Uma tanga, nada mais levei para as manhas orvalhadas./ Por viático, palavras de paz, brancas, abrindo-me caminho..”

Versátil, porém, Senghor não limita seus temas às imagens vigorosas da paisagem africana. Seus poemas agradecem a uma enfermeira branca que cuida de indígenas doentes do hospital: “Ema Payeville:/ Teu nome apagará as poeirentas figuras dos governadores/ Tu, donzela tão frágil e delicada/ Derrubas as muralhas decretadas entre ti e nós, humildes indígenas”. Ou de Verlaine, descreve a neve que cai sobre Paris com sutileza: “Meu coração, Senhor, derreteu-se como a neve sobre os telhados de Paris./ Ao sol da tua doçura..”

O tom majestoso e solene de suas elegias não exclui uma referência aos fados de Amália Rodrigues, por exemplo, na sua magnífica exortação da Saudade e da gota de sangue português que se perdeu em meio à sua *négritude* e que persiste na origem portuguesa de seu sobrenome, uma corruptela africana de Senhor.

Poeta lírico do amor, poeta religioso que mescla o latim ritual da missa com os dialetos e instrumentos musicais africanos, poeta social que transforma o ódio dos negros contra os racistas numa profunda meditação filosófica sobre a condição humana ou no espírito de paz e boa vontade do Natal, Senghor não perde sua vitalidade nem mesmo nesta tradução um pouco prosaica e sem

voo poético feita agora no Brasil. Afinal, seria preciso ser poeta para traduzir bem um grande poeta. O leitor porém apreciaria ter explicações ao pé da página de termos africanos abundantes e que são citados sem qualquer esclarecimento: *Kor-Sanou! Paragnessês. Bayeté Babá! Bayeté ó Zoulou! KhalamI. Balafong* – o que significam exatamente? São lugares? Invocações? Instrumentos?

Estes senões são menores. O importante é o encontro do leitor brasileiro com um dos grandes poetas do século. Senghor, como em sua própria “Oração às Máscaras”, sem saber, definiu exemplarmente a majestosa contribuição que sua poesia trouxe à renovação poética mundial: “Que respondemos ‘presente’ ao renascer do Mundo/ Qual fermento necessário à farinha branca./ Pois quem ensinaria o ritmo ao falecido mundo das máquinas e dos canhões? Quem daria o grito de alegria para despertar mortos e órfãos à aurora?/ Dizei, quem poderia restituir a memória da vida ao homem desesperançado?... Somos os homens da dança, cujos pés se revigoram ferindo o rude chão”.

36. A poesia não deve morrer. Senão, que esperança restaria ao mundo?

Jornal da Tarde, 1977/11/5. Aguardando revisão.

“Não sei em que tempo foi, confundo sempre a infância e o Éden”

L. Senghor

Ao visitar Coimbra, o poeta do Senegal Léopold Senghor evoca a gota perdida de sangue português que deu origem a seu nome – Senghor é uma corruptela de Senhor – quando no século XV os portugueses e árabes começaram o comércio de escravos para as Américas. Hoje presidente de seu país, Léopold Sedar (da tribo dos *serere*) Senghor é a ponta de lança mais universal do movimento iniciado na década de 30 em Paris. Em 1932, um ano antes da ascensão de Hitler ao poder na Alemanha e do seu *Reich* da “raça superior”, um antilhano negro, Aimé Césaire, fundava o movimento *Légitime Défense*. Era o estopim da rebelião negra contra a canga da cultura branca. Revolução de Copérnico: a Europa não era o centro do planeta, assim como a Terra não era o centro do universo. O sol se deslocava para a zona de sombra da raça cativa, da raça vendida para os algodoados do Sul dos Estados Unidos e para os canaviais do Nordeste brasileiro, a raça tripudiada e que nunca inventara nenhum dos instrumentos de servidão do homem branco: nem as armas de fogo nem a dinamite, nem o campo de concentração nem a contabilidade, nem o lucro nem o juro e a linha de montagem industrial.

Aimé Césaire, amigo fraternal de Senghor, era a vertente revolucionária, de uma revolta que escarnecia da assimilação do negro à gramática do branco, que esticava os cabelos e evitava o sol, as mulheres espalhando pó de arroz no rosto para se aproximar do “branqueamento desejado”. O essencial era ser “os macacos da civilização branca”, misturar-se com os brancos para ter filhos mulatos, abandonar gradualmente a situação de seres “há pouco descidos das árvores” e que se distinguiam por sua “robustez em resistir às chicotadas” de ingleses, portugueses, espanhóis, holandeses, franceses. Desiludido de um Cristianismo que terminava quando o missal se fechava depois da bênção do padre aos fiéis, desiludido com o marxismo que “procura amoldar os negros à sua doutrina em vez de fazer o contrário, que seria o justo”, ele inicia a centelha de um movimento a que Senghor emprestará logo sua sabedoria profunda e seus horizontes mais amplos: a *négritude*. O que era a *négritude*? A repulsa dos padrões brancos, o reconhecimento de que os homens e mulheres de cor não podiam escrever como Camões, Cervantes, Shakespeare e Racine, não podiam sentir o que uma cultura estranha lhes impunha como norma. A *négritude*

era saber-se negro, sentir-se consciente e orgulhosamente preso às características da alegria negra, do colorido negro, da espontaneidade negra, da cordialidade e meiguice negras. Aprofundando essa redescoberta que os negros norte-americanos como Richard Wright tinham feito através do ódio e da amargura, Senghor trazia a esse soerguimento de uma raça a altivez do pertencer a uma pátria de riquíssimas tradições artísticas, culturais, humanas: a África ancestral, a raiz das civilizações do Benin, do Mali e os laços familiares, tribais que a escravidão viera violentar. As pesquisas dos antropólogos franceses na África Negra e sobretudo do sábio alemão Frobenius não deixavam razões para qualquer dúvida: A Europa desenvolvera somente uma *técnica* superior. Em todos os outros domínios da presença humana o africano tinha um passado soberbo, com seus vestígios potentes nas máscaras que agora influenciavam a pintura cubista de Picasso no quadro famoso *Les Femmes d'Alger*, nas religiões que em vez de assimilarem o africano criavam uma síntese entre o vodu e o Cristianismo, São Jorge ao lado de Xangô, Iansã irmanada com Santa Bárbara da Bahia ao Haiti. Revelava-se a beleza do jazz, do samba, do espiritual, do *blues*. O que o Tiradentes haitiano, Toussaint L'Ouverture, tentara fazer pela sua pátria negra da América, pisada pelo colonialismo francês, a *négritude* fazia agora em termo intelectuais: liberava o negro do seu complexo de inferioridade, só deu “exotismo” de criança grande, de adulto retardado e que só era aplaudido quando se comportava “como um branco tal e qual”: agora *black is beautiful*, o negro é lindo.

Senghor cantava a raiz da religião de curandeiros, de soberanos negros do passado, cantava a natureza do Kilimandjaro coroado de neve, os rios coleantes as pirogas, as árvores como o baobá, as girafas e os elefantes, a poesia oral e sobretudo a doçura da mulher negra: “mulher nua, mulher negra/ vestida de tua cor que é vida, de tua forma que é beleza!.../ Fruto maduro de carnes firmes, sombrios êxtases do vinho escuro/ boca que torna lírica a minha boca/ Savana de horizontes límpidos/ e que freme sob as carícias/ ardentes do Vento Leste”.

Senghor, católico, companheiro de ginásio na França do ex-presidente francês Georges Pompidou, membro da Resistência francesa na França ocupada pelos alemães em 1940, engloba *todas* as raças num retorno espiritual e etimológico à palavra *católico*, que significa universal: de nada adiantava lançar os negros contra os brancos como no passado os brancos tinham lançado tribo contra tribo ou como agora, na Europa dilacerada pelo nazismo, indivíduos da mesma pigmentação se bombardeavam, se exterminavam em campos de concentração e na defesa, palmo a palmo, de Stalingrado. Não era a guerra que ele pregava, mas o amor e a congregação da humanidade numa ampla família que abrangia diversos tipos de viver: o modelo europeu não era o único mas apenas um a mais a somar-se às propostas da Ásia, dos indígenas das Américas, da sabedoria ancestral das tribos africanas.

Nos soldados negros norte-americanos que vêm combater pela democracia no solo europeu ele sente pulsar sob o uniforme o tam-tam da África-mãe inicial, na infantaria senegalesa que colabora com os aliados para arrasar catedrais góticas ele se sente cindido entre seu amor pela igualdade dos homens e a luta bárbara que se trava destruindo os monumentos que não são herança nacional de nenhum país mas patrimônio cultural da humanidade inteira.

Professor de gramática, *agregé* negro aceito segundo os padrões europeus na metrópole, ele é acolhido de volta a seu país natal com honras de Estado e eleito presidente com um filho pródigo que trazia de Paris a semente da libertação política também para o Senegal. Foi Paris que lhe

36. *A poesia não deve morrer. Senão, que esperança restaria ao mundo?*

devolveu seu rosto africano: Senghor quer que a África, livre da colonização europeia, se torne um irmão ativo na construção de um mundo de paz, de reconciliação, segundo a doutrina do Cristo, de “amar o próximo como a ti mesmo”. É a raça negra, com seu instinto espontâneo para a música, para a dança, para o gesto fraternal, para a generosidade, parece-lhe a mensageira ideal dessa nova proposição contra o seco racionalismo do “Eu penso, portanto eu sou”, de Descartes.

Não: eu danço, portanto eu me irmano com o próximo, retruca a África alegre. E mesmo entre guerras, durante a carnificina que hoje dilacera o continente com tropas cubanas em Angola, grupos etíopes contra soldados somalis, ambos armados pela União Soviética, com a ameaça do regime racista da monstruosa África do Sul do *apartheid* de apossar-se da bomba atômica, Senghor, continua crendo na fraternidade do homem e na perenidade da poesia:

“Já é tempo de sustar o processo de desagregação do mundo moderno e em primeiro lugar o da poesia. É preciso restituí-la às suas origens, aos tempos em que ela era cantada e dançada. Como na Grécia, em Israel sobretudo no Egito dos faraós. Como hoje em dia na África Negra. ‘Toda casa dividida por lutas internas’, toda arte voltada contra si mesma não pode deixar de perecer. A poesia não deve morrer. Senão, que esperança restaria ao mundo?”

37. Sebène Ousmane do Senegal. Um importante momento da literatura africana. Mas a tradução

Jornal da Tarde, 1984. Aguardando revisão.

Literatura negra africana: pró ou contra?

Essa escolha absurda se impôs durante muito tempo: um escritor (ou uma escritora) dos países da África Negra deve só glorificar os heróis e grandes feitos da raça e da cultura negras? Ou deve mostrar os homens e mulheres negros como seres humanos iguais a todos os outros, com suas qualidades e defeitos idênticos aos de todo mundo?

Sembène Ousmane corta esse nó com uma argumentação sumamente inteligente e convincente:

“Durante anos mantive contato com alguns de vocês: AFRICANOS. (Nota: maiúsculas do autor). As razões, razões dadas por vocês, não me convenceram. Estavam, claro, de acordo sobre um ponto: ‘Você não deve escrever esta história’. Argumentavam que seria lançar opróbrio sobre NÓS, A RAÇA NEGRA. Ainda mais, acrescentavam vocês, os detratores da CIVILIZAÇÃO NEGRO-AFRICANA (sempre maiúsculas do autor) iriam aproveitar-se dela para... para... para lançar-nos o opróbrio.

Para não parecer pedante, recuso-me a analisar a reação de vocês diante deste caso. Mas quando é que vamos deixar de aceitar, de aprovar nossa conduta em função da cor dos outros e não da do nosso EU HUMANO?”

Seria demasiado longo citar toda a apresentação que precede um de seus sóbrios mas eloquentes relatos, “Branca Gênese”, a respeito de um incesto. A Editora Ática com o lançamento, no Brasil, desta história e de outra que a precede, “A Ordem de Pagamento”, resgata para o leitor brasileiro um romance que é famoso na Europa há quase 20 anos. Infelizmente, a Editora confiou esse fino prosador a um tradutor, Jayme Villa-Lobos, que precisa voltar urgentemente à Aliança Francesa ou tomar aulas de português para não reduzir livros importantes com este a um dialeto frantuguês irreconhecível tanto em francês quanto em português.

A grandeza e a força narrativa de Sembène Ousmane resistem à tradução e às dezenas de galicismos incompreensíveis para quem não souber francês: “clientes de marca como você”, “o que eu tive de ‘molhar’ a mão das pessoas para conseguir esse arroz”, “assim que Mbarka está ao corrente”, “ela falou sem ênfase, com seu acento contrastado” etc.

A Ordem do Pagamento desenha uma África humaníssima, perdida nos labirintos da burocracia da Administração legada pelos franceses. A solidariedade dos africanos como grupo desaparece na luta já sem escrúpulos pela sobrevivência do mais sórdido. Todos se entredorram em busca de dinheiro, de alimentos, de gorjetas e subornos: o ingênuo personagem principal, Ibrahim Dieng, é açoitado de todos os lados logo que ele espalha a notícia de que seu sobrinho Abdou, que trabalha em Paris, lhe mandou uma ordem de pagamento. Sem saber francês (isto é: um pouco na situação em que ficará o leitor brasileiro que ler esta tradução sem auxílio de um dicionário *français-portuguais*), Dieng tem de pagar a alguém para que lhe leia a carta do sobrinho, pois é analfabeto até mesmo numa das línguas locais, o wolof, bem como em todas as outras (seis ou sete) faladas no Senegal. Muçulmano devoto, Ibrahim Dieng, invoca os versículos protetores do Corão quando se vê assediado pela chusma de pedintes, de “colaboradores” e parentes improvisados, próximos ou distantes, que souberam da informação transmitida logo em mexerico empolgante: “Ibrahim recebeu dinheiro grosso da França!”

O leitor tem acesso a visões ora humorísticas ora trágicas da desumanidade do homem para com o homem, independentemente de sua raça. Com seu estilo conciso, com curtas frases de funda comoção humana, ele é testemunha de uma metamorfose kafkiana dos seus semelhantes, transformados em animais em animais pela ganância, pela empáfia, pela adulação, pela miséria, pelo desemprego, pela fome. Seu itinerário, aparentemente simples, é o mais tortuoso possível: conseguir uma carteira de identidade, sem a qual não pode retirar a “ordem de pagamento” enviada pelo sobrinho para manter a mãe, indigente, que vive à míngua na zona rural.

Em certos momentos, a mestria de Sembène Ousmane nos faz esquecer o nível de dublagem da televisão a que seu romance lamentavelmente foi exposto na tradução brasileira. Aí nos alçamos acima dos termos não traduzidos, prece de *Tacousane* (?), *veudieu* (?), *nidiyea* e vários outros. Nestes instantes, percebe-se o talento admirável do autor africano para retratar aquele exército de famintos, de maltrapilhos, sem manchar-lhes o retrato de nenhum traço piegas nem ideológico:

“O ar tórrido misturado ao cheiro sufocante dos canos de descarga tornava a atmosfera viciada, o cruzamento formigava de gente mal vestida, em andrajos, aleijados, leprosos, crianças em farrapos, perdidas naquele oceano” e em outro trecho: “Diante do correio estendia-se a fila de mendigos, dispostos como vasos de flores murchas, uns estendendo a mão, outros o prato, todos emitindo suas queixas”.

Ressalta imediatamente também a acuidade psicológica do romancista: capta com poucas frases as intenções velhas do dono do armazém, a patética declamação de elogios do adulator que vive disso, ganância inicial das duas esposas de Ibrahim, logo transformada em desprendimento e fatalismo. Sembène Ousmane lamenta a África perdida, em que a solidariedade humana entre as famílias, os conhecidos, servia de muro contra a adversidade, mas revela uma objetividade que esse espírito comunitário foi insuficiente, porém, para “impedir os assassinatos, as prisões ilegais, as detenções políticas das dinastias que reinam hoje na África Negra”.

Não há um juízo final, terminante, emitido pelo autor. Demasiado sutil, ele deixa ele deixa em suspenso qualquer conclusão: despojado da ordem de pagamento por um parente ladrão e untuoso, Ibrahim Dieng, hesita entre “tornar-se uma hiena” igual aos outros e conformar-se com a vontade

de Alá: Alá determinara que aquele dinheiro nunca chegaria às suas mãos. Parece-me haver um equilíbrio entre a crença religiosa e a possibilidade de um retorno à honestidade pré-colonial, desvirtuada pela presença europeia, pelos seus critérios de usura, de mentira, de egoísmo instituído, de adoração materialista. Possivelmente será esta a diagnose final que o autor faz desta aflitiva e tocante tragédia humana. Imbuída a vítima de uma fé e uma esperança no absoluto poder de Alá, o único Justo, Sábio e Misericordioso, muito além das limitações humanas, ele não descarta a aparição de uma nova justiça, como que “dando a César o que é de César”, segundo o ensinamento do Cristo:

“Há que compreender Ibrahim Dieng. Condiçãoado por anos de surda submissão inconsciente, ele evitava qualquer ato que pudesse trazer-lhe prejuízo, tanto físico quanto moral. O soco recebido no nariz era um *atte Yalla*: a vontade de Deus. O dinheiro perdido também. Estava escrito que não era ele quem o gastaria, pensou. Se, segundo todas as aparências, a desonestidade parecia ter levado a melhor, era obra da época e não de Alá. Aquela época que recusava conformar-se à antiga tradição. Dieng, para minorar a sua humilhação, invocava o poder absoluto de Alá: era também um refúgio, aquele Alá. No mais profundo de seu desespero pela afronta sofrida, sustentava-o a firme convicção que tinha de sua Fé, que descongelava ma torrente subterrânea de esperança; mas essa torrente também trazia à tona vastas zonas de dúvida. A certeza de que amanhã seria melhor do que hoje era ponto pacífico para ele. Lástima, entretanto! Ibrahim Dieng não sabia quem seria o artífice daquele melhor amanhã, aquele amanhã que era ponto pacífico para ele.”

Sembène Ousmane deixa mais claro ainda essa distinção entre o religioso e o leigo na dedicatória que faz ao velho companheiro de luta de quem se separou depois que o amigo “acreditou no Deus do Lucro, na felicidade com Dinheiro”. (Será confiável esta tradução?).

O autor que a Editora Ática – a par de sua monumental *História Geral da África* cujo 2º volume já publicou – revela ao público leitor brasileiro é um combatente ativo em prol da democracia: lutou na libertação da Europa do nazismo durante a Segunda Guerra Mundial, foi estivador nas docas de Marselha durante toda a vida autoditada. É preciso que suas obras anteriores, *Le Docker noir* (Paris, 1956), *O pays, Mon Beau Peuple!* (Paris, 1959), *Les Bouts de Bois de Dieu* (Paris, 1960) e *Voltaïque* (Paris, 1962) venham complementar a sua incisiva presença na literatura africana contemporânea. E quando será traduzido o senegalês Cheikh Hamidou Kane? Afinal já começa a haver um justificado cansaço causado aqui por parte da literatura hispano-americana que abusa do “realismo fantástico” como pano de fundo para marionetes sem vida do “socialismo soviético”: o militar despótico, os camponeses revoltados, os juizes corruptos, os índios boníssimos e perfeitos, os brancos todos vendidos e sanguinários, do tipo que a Sra. Isabel Allende comete, centenas de páginas a fio. E Gabriel Garcia Márquez é um só, as cópias xerox que dele se fazem do Peru ao México, são enfadonhas e ilegais.

Da literatura africana de hoje é que se pode esperar aquele renascimento que a Europa literariamente agonizante com um espinho de nomes de rosa atravessado inutilmente na garganta não pode mais oferecer ao mundo, apenas alimentar a lista de *best-sellers* e bobagens pseudo-eruditas que faz tilintar as máquinas registradoras e faz a gente pensar que está “consumindo literatura”...

37. *Sembène Ousmane do Senegal. Um importante momento da literatura africana. Mas a tradução*

Da literatura africana é que nos virão temas novos, a libertação do jugo do materialismo politizado, dela virá o despertar de um humanismo contagiante, desvinculado tanto do relógio de ponto da linha de montagem quanto de utopias de ditaduras de classes ou de partidos únicos.

Sembène Ousmane é o outro lado da África: sem fanatismos, sem despotismos, sem terrorismos, sem obsessão pela epiderme. Ele lança um olhar penetrante, convincente sobre os seus semelhantes e não duvida da criação consciente de um mundo melhor. Um mundo sem usurpadores, mesmo quando estes empunham as bandeiras mais falsamente “democráticas” e “igualitárias” que podem desfraldar. A literatura africana claramente comprova, se for necessário comprovar o óbvio, que a literatura é o território mais livre, mais democrático, menos maleável pela propaganda – comercial ou política – de todas as atividades criativas do ser humano. Desta liberdade ela deriva a sua perenidade e a sua solidariedade com todos os seres humanos da Terra: ela é que acena com o verdadeiro e abrangente humanismo redescoberto.

38. A África, hoje. Em dois bons livros - LGR comenta as obras de Chinua Achebe e Cyprian Ekwensi

Jornal da Tarde, 1983/05/28. Aguardando revisão.

Com a preponderância avassaladora da economia e da política como únicos critérios da nossa época, ficam relegados a segundo plano os aspectos culturais de tal modo que a Nigéria, para o brasileiro medianamente bem informado, se reduz a um esqueleto: petróleo, população imensa e guerra do Biafra. Ignora-se que, desde a sua libertação do domínio inglês, há mais de duas décadas, e até mesmo antes de sua independência política, a Nigéria já se distinguia de todos os outros países da África Negra pela sua rica efervescência cultural. Com cinco universidades, entre elas a mais importante ao sul do Saara, a de Ibadan, com a revista *Black Orpheus* (Orfeu Negro), que já antes da libertação divulgava os temas e conquistas da poesia da *négritude* de um Léopold Senghor ou de um Aimé Césaire, a Nigéria celebra o passado faustoso das esculturas de bronze de Benin e se afirma no presente com a poesia de nível internacional, de John Pepper Clark, na sua pesquisa de música popular, desde o *high life* de Gana até o *dixieland* e o jazz dos Estados Unidos e os sons do Caribe.

Se, através de editoras portuguesas e uma ou outra brasileira, o Brasil trava conhecimento, assombrado, com o vigor criativo e expressivo de romancistas, como José Luandino Vieira e Manuel Rui, angolanos, a surpresa não será menor ao descobrir agora os talentos nigerianos que a Editora Ática em sua oportuna *Coleção de Autores Africanos*, lança pioneiramente: Chinua Achebe, com *O Mundo se Despedaça* e Cyprian Ekwensi com *Gente da Cidade*. É pena que a Ática siga, na revelação dessa literatura, um zigue-zague estonteante. Ao lado de um romancista importante, original, como José Luandino Vieira, imprimir-se um farsante desprovido de talento – como o português grotescamente autodenominado de Pepetela e sua imitação fracassada da narrativa oral africana naquele infanticídio literário chamado *As Aventuras de Ngunga* – é dar mostras de uma versatilidade de critérios levada à esquizofrenia ou de uma ausência de critérios capazes de distinguir o essencial do que lhe é oposto, adiposo, supérfluo, prejudicial, inútil. Basta recordar outro aborto pseudoliterário, o insuportável *Portagem* do moçambicano Orlando Mendes, que não se consegue colocar na pele de um mulato e sufoca o leitor desprevenido numa atmosfera lacrimosa, evocativa das piores radionovelas brasileiras da década de 40.

O Mundo se Despedaça (no original inglês: *Things Fall Apart*) tem como epígrafe versos do grande poeta irlandês William Butler Yeats:

“O falcão, a voar num giro que se amplia,

Não pode mais ouvir o falcoeiro;

O mundo se despedaça; nada mais o sustenta;

A simples anarquia se desata no mundo” (W. B. Yeats, “O Segundo Advento”)

Simbolicamente, Chinua Achebe alude ao desmoronamento das tradições tribais autóctones com o aparecimento do homem branco – o missionário, os comerciantes, as autoridades. No entanto, a capa que a editora dedica ao livro é excessivamente teatral e dramática, sugerindo que uma África Negra pura e sem mácula foi enforcada pelo opressor europeu, o que é uma simplificação de uma situação muito mais complexa e que o próprio livro desmente. Originário dos orgulhosos e diligentes *Ibos*, Achebe tem a extraordinária qualidade de não ler o *Pravda* em sua tradução para o inglês, o *yoruba* ou qualquer outra língua africana que lhe seja acessível. *O Mundo se Despedaça* é, possivelmente, o livro mais equilibrado, mais justo e sereno de quantos já se escreveram a respeito da inserção violenta do Continente Negro nas correntes da interdependência política, econômica, cultural do nosso planeta, hoje transformado na aldeia eletrônica prevista por McLuhan. Como este romance corajoso comprova, a sociedade aborígine da Nigéria – e haverá exceção para esta regra para qualquer sociedade humana? – não vivia num paraíso, do qual o colonizador a desalojou bruscamente. Com grande equanimidade, Chinua Achebe ousa mostrar as falhas e injustiças das organizações tribais intocadas pela civilização ocidental europeia. Assim, as comunidades se baseavam numa forma monárquica de clãs oligárquicos. Quem mais rico fosse, mais títulos e poder possuiria. À semelhança das castas da Índia hindu, os *esús* eram párias, intocáveis. Sociedade marcadamente machista, nela à mulher fica reservada apenas um punhado de posições nitidamente subalternas: lides domésticas, ventres reprodutores e dóceis de pequenas poligâmias de quatro, cinco esposas legítimas para cada herói da tribo. A crueldade estendia-se também ao abandono, na Floresta Maldita, das crianças nascidas gêmeas e consideradas maléficas, dos doentes acometidos de moléstias, como o inchaço. E as lutas físicas consagravam o líder e eram a forma de aferir o “valor” de um homem naquela comunidade que punia severamente qualquer transgressão de seus mitos: os pobres, os descrentes da ética do trabalho, da riqueza e da força eram mantidos à margem dos demais e desprezados inclementemente por todos. Com grande sensibilidade, Chinua Achebe capta esses instantâneos de um passado em que a paz se conseguia através das guerras de conquista, da submissão total aos chefes do momento e a normas nunca postas em dúvida antes. Okonkwo, o grande lutador de ambição desmesurada, jamais se conforma por não ter recebido herança alguma de seu pai indolente. Sua ascensão não conhece os limites do escrúpulo nem da afeição nem da doçura. Todos que se interpuserem entre seus objetivos obsessivos e ele serão abatidos sem piedade. Buscando o apoio das divindades que tão mão o aquinhoaram, ele chafurda no sangue, na violência, na tirania:

“Mas essa noite especial estava escura e silenciosa. E em todas as nove aldeias de Umuófia, um pregoeiro com seu agogô pedia a cada um de seus habitantes que estivesse presente ao encontro, na manhã seguinte. Okonkwo, no leito de bambu, tentava imaginar qual seria a natureza da crise – guerra contra um clã vizinho? Essa parecia ser a hipótese mais provável, e ele não tinha medo da guerra. Era homem de ação, homem de guerra. Ao contrário do pai, era perfeitamente capaz de ver sangue.

Durante a última guerra de Umuófia, fora o primeiro a trazer para casa uma cabeça humana. Essa era a sua quinta cabeça; e ele ainda não era velho. Nas grandes ocasiões, como o funeral de alguma celebridade da aldeia, bebia o vinho de palma no primeiro crânio que cortara”

Antes da intrusão do mundo da opressão colonialista branca, no entanto, Chinua Achebe mescla, em dosagens esplêndidas, os mitos e provérbios africanos com sua aura de colorido e poesia impressionantes. Há o espírito pessoal (uma espécie de anjo da guarda) que pode influenciar mal ou bem o destino de cada um: *chi*. Há as deliciosas citações de ditados africanos: “*Eneke*, o pássaro, diz que desde que o homem aprendeu a atirar sem errar a pontaria, ele, o pássaro, aprendeu a voar sem pousar”. O onipresente senso de humor, o riso espontâneo e irreverente do africano pontilha também estas páginas: “Todos riram gostosamente, exceto Okonkwo, que deu um riso meio sem graça, porque, como diz o ditado, mulher velha fica sempre um pouco sem graça quando se faz menção de ossos secos num provérbio”. O Festival da Colheita do Inhame, a planta da virilidade e alimento principal da tribo, enseja evocações de grande beleza plástica por ocasião de seus preparativos:

“Faltavam apenas três dias para o Festival. As mulheres de Okonkwo tinham esfregado as paredes das choças com barro vermelho, até que rebrilhassem. Depois, tinham desenhado nelas motivos decorativos em branco, amarelo e verde-escuro. Em seguida, pintaram seus próprios corpos de vermelho e desenharam arabescos, com tinta preta, no estômago e nas costas. As crianças também foram enfeitadas, os cabelos parcialmente raspados a formarem bonitos desenhos..”

O sensível e perspicaz autor nigeriano não omite, porém, as vozes que se insurgem contra a barbárie de certos costumes irracionais: as mulheres que surdamente se rebelam contra a lei de atirar os gêmeos recém-nascidos, sem enterro, na Floresta Maldita; o ancião sábio que recrimina Okonkwo pela crueldade de matar o adolescente, cuja vida lhe tinha sido entregue e que devia considerar como seu próprio filho, deixando o sacrifício do rapaz, decidido pelos oráculos dos deuses, a outra pessoa. Uma dessas críticas é contra a proibição, absurda, de que alguém morra no decurso da celebração da Semana de Paz anual:

“- Contaram-me ontem – disse um dos visitantes mais moços – que, em certos clãs, se considera uma abominação que um homem morra durante a Semana da Paz.

- E realmente é verdade – falou Ogbuefi Ezeudu – Existe essa crença em Obodoani. Se um homem falecer nessa semana, não é enterrado. Jogam-no na Floresta Maldita. É um mau costume o que essa gente segue, um mau costume o que essa gente segue, porque lhe falta compreensão. Atiram na floresta uma grande quantidade de homens e mulheres, sem enterro. E qual é o resultado? Seu clã vive cheio de espíritos mais desses mortos, sem tumba, ávidos de causar danos aos vivos.”

Para o leitor deslumbrado com a poesia e a situação comovedora das mães, cujos filhos, crianças perversas, morrem pouco depois de nascer para voltar a surgir de seus ventres e morrer

prematuramente, são eloquentes as cenas que evocam o lamento dessa perda e os esforços, em vão, das mães a querer esconjurar a morte que lhes arrebatou os filhos ainda pequenos:

“Ekwe fi já sofrera muito na vida. Dez vezes tivera filhos e nove deles tinham morrido na primeira infância, quase todos antes dos três anos. À medida que ela ia enterrando um filho atrás do outro, sua dor foi sendo substituída pelo desespero e, mais tarde, por uma terrível resignação. O nascimento de um filho, que para qualquer mulher era a coroação de sua glória, para Ekwe fi tornara-se simplesmente motivo de agonia física, destituída por completo de promessa. A cerimônia do nome, passadas sete semanas de mercado, tornara-se um ritual vazio. Seu desespero, cada vez mais profundo, encontrava válvula de escape os nomes que dava aos filhos. Um deles fora um grito patético: Onwmbiko, isto é: ‘Morte, eu te imploro’. Mas a morte não prestou ouvidos à súplica e Onwunbiko morreu no décimo quinto mês de vida. A seguinte, uma menina – Ozoemena: ‘Que jamais isso venha acontecer de novo’ – morreu no décimo primeiro mês, e mais dois se foram depois dela. Ekwe fi, então, tornou-se desafiadora e chamou o próximo filho de Onwuma: ‘Que a morte se satisfaça’. E a morte assim o fez”

Chinua Achebe deplora, evidentemente, que a África Negra tenha trocado os males de suas comunidades tribais pelos males do mundo tecnológico, prosaico, utilitarista, do europeu e do branco norte-americano. Uma igreja que se diz cristã e abençoa a escravidão de milhões de africanos é superior eticamente às divindades africanas às vezes caprichosas, às vezes cruéis, às vezes indevassáveis, em termos de compreensão humana do passado? As fábricas e favelas substituem com vantagem a era das lutas, das colheitas, dos inhames, do infanticídio? O sangue derramado pelo Império Britânico vale mais que o sangue das lutas entre tribos em guerra?

O romancista nigeriano (apesar dos percalços da tradução brasileira, sem estilo e demasiado aderente ao original inglês) responde com sarcasmo: para os invasores brancos aquele “incidente” do suicídio do chefe Okomkwo e os tabus dos “nativos” de não tocar na corda do enforcado serão apenas um apêndice do livro que o comissário inglês já esboçou. Seu título não poderia ser mais sarcástico e arrogante: “A pacificação das tribos primitivas do Baixo Níger”.

Não, sublinhe-se bem que Chinua Achebe seja um saudosista de um Éden inexistente: ele entoa, isso sim, um lamento pela imposição de um **único** padrão social, cultural, político, econômico: o do lucro, da concorrência, da imitação servil dos códigos trazidos pela civilização branca.

Já em *Gente da Cidade*, Cyprian Ekwensi avocará para si a tarefa de retratar a Nigéria de hoje, com seu tumulto urbano, sua transição repentina de um estágio cultural para a proletarização citadina, para a burocratização e uniformização das metrópoles do século XX. A violentação das sociedades africanas é também, sem nenhuma metáfora, a destruição de suas estruturas éticas, a perda de sua identidade psíquica. É tarde, agora, porém, parece concluir Ekwensi: seus personagens são repórteres, músicos, moças que vendem sua beleza exótica a brancos milionários, favelados vindos de Gana ou do Alto Volta todos indistintos naquele caldeirão governamental de Lagos, a capital e seu burburinho cacofônico.

A África tornou-se igual aos outros continentes? A extirpação da sua personalidade foi total? Não parece ser a resposta de autores tão diferentes e, no entanto, semelhantes em sua visão da Nigéria atual: a África milenar sutilmente se insinua em meio a uma civilização que lhe é antípoda e nela reconstrói o lado positivo da herança africana – a doçura, a humanidade, o riso, o abandono do relógio de ponto em prol de uma cooperação comunitária cheia de solidariedade e reconquistada alegria. Apesar dos preconceitos e da opressão, a África vive.

39. O negro e a cultura de Moçambique não merecem romance tão ruim quanto este

Jornal da Tarde, 1982/02/27. Aguardando revisão.

A África Negra – e demograficamente nela se inclui também a racista África do Sul do ignominioso *apartheid* – era, até há pouco, objeto apenas de retratos feitos por autores brancos: Alan Paton em seu comovente *Cry, the Beloved Country* denunciando a desumanidade nazista do regime da sua África do Sul natal; Doris Lessing memorando no ambiente da antiga Rodésia, hoje Zimbábue, uma luta que lhe parecia urgente, cega porém para a luta em prol da libertação do negro: a conquista da emancipação feminina, no quadro de uma “normal” opressão imperialista dos brancos ingleses em Salisbury. Eram, com exceções, instantâneos da savana africana tirados pela esplêndida escritora dinamarquesa, baronesa e fazendeira na África, Isak Dinesen, ou incursões rápidas, superficiais como um cenário de *papier-mâché* feito em Hollywood: os romances de Ernest Hemingway no Quênia que, infantis, jamais tiveram a África e sua problemática plural e ingente como foco central.

Por outro lado, a mudez sobre a cultura negra da África atingia níveis cômicos, de tão absurdos: o silêncio só se rompia nas salas empoeiradas dos arqueólogos, das fábulas orais tradicionais das tribos mantidas secularmente e recolhidas por antropólogos ou etnólogos curiosos... Ou então uma “excêntrica”, como a estudiosa do Congo Lilyan Kasteloot (quando essa vasta região africana era ainda dominada pela minúscula Bélgica), escreve uma tese doutoral sobre uma cultura emergente, os escritores negros, dos EUA às Antilhas, passando por vários países africanos, inclusive as partes ainda não libertadas, àquela época, do colonialismo português. É sua *Anthologie Africaine* em que Castro Soromenho aparece ao lado de Noêmia de Souza e Antônio Jacinto. É pouquíssimo, embora fosse já um início quando de sua publicação em 60.

Paradoxalmente, a difusão da literatura negra deve-se à conscientização dos intelectuais e artistas negros dos EUA quanto à sua condição de párias sociais, desde o hoje longínquo Langston Hughes até a publicação de *The Invisible Man* em nossos dias. As lutas pelos direitos civis lideradas por Martin Luther King e retomadas por James Baldwin em seu ensaio *Da próxima vez, fogo!* Repercutem nas universidades, na criação de estudos africanos especiais, na modificação do nome do boxeador campeão mundial Cassius Clay para Muhammad Ali, depois de sua conversão ao islamismo (esquecido de que, historicamente, foram os árabes que primeiro escravizaram em massa os negros africanos), no uso esnobe do *suahili* e de roupas africanas por parte dos estudantes negros das universidades da costa Leste à Califórnia.

A incursão de Picasso, no setor das artes plásticas, com sua inspiração na estatuária do Benin para suas máscaras *à la façon africaine* e seu famoso quadro *Les Femmes d'Alger* não causam grande impacto. Os círculos artísticos que convergem em Paris acham que se trata de outra “extravagância” do *grand maître*, algo assim como sua homenagem à indefesa e pacífica aldeia de Guernica, bombardeada sadicamente pelos aviões alemães como “ensaio” da guerra mundial nº 2. A África era, como o nazismo para os alemães contemporâneos, um pedaço do passado que não tinha sido vivenciado nem vencido. Passado em branco, amorfo, quem sabe inexistente?

Muito antes do *black power* das minorias negras norte-americanas, no entanto, o prestígio e primeiro reconhecimento relativamente sério da arte africana, em plano internacional, surge com Aimé Césaire e Léopold Senghor e sua temática (nada nova a não ser para os brancos) da *négritude*, da celebração daquilo que precocemente Lima Barreto no Brasil já queria inaugurar, uma literatura dedicada à “negrice”. Mas Lima Barreto?, indagavam os literatos brancos no Brasil: não era um alcoólatra, um esquivo, um talento voltado para as sarjetas? Nem, por outro lado, jamais Machado de Assis, com toda a sua grandeza clássica, admitiu sua origem étnica, preferindo não militar em prol dos direitos espezinados dos negros e mulatos do Brasil, para, em vez disso, imitar a criação grotesca da já em si ridícula Academia Francesa, à qual Lima Barreto não teve acesso em vida...

A *Négritude* vinha sanar um hiato de bocejo, de falta de inspiração europeia antes da importação dos autores hispano-americanos e, de forma breve e perfunctória, lembrou aos que não são negros nem mestiços que a sensibilidade negra, a expressão negra, a criatividade negra não precisam expressamente seguir, servilmente, os padrões hegemônicos da Europa, umbigo do mundo. Mesmo nos poemas possivelmente superiores em originalidade aos do próprio Senghor, Césaire já planteava a temática básica do exílio depois da diáspora africana: desprovido da sua cultura original, de suas tradições, de suas linguagens autóctones, mesmo depois de abolida a escravidão nos países americanos, o negro sentia-se como “o homem invisível” que dá título ao livro: não existia para a maioria branca senão como mão-de-obra apta aos serviços mais duros e mais dignamente remunerados. Um pastor calvinista agitou até uma celeuma efêmera em torno da questão teológica: teriam os negros almas, como os brancos? Himmler e seus laboratórios teorizados pelo conde de Gobineau, louro de olhos intensamente azuis, foi mais longe, já que o assunto de alma estava de antemão decidido: para o paraíso germânico, o Walhala, iriam só os arianos, mas aqui na terra se tornara claro, segundo os ensinamentos da “genética” nazista, nisto precursora de “genética” stalinista de Lyssenko, que a “inferioridade” de subraças (*Untermensch*), como os ciganos, os judeus, , os negros, era “cientificamente” comprovável. Portanto, a *Endlösung* (a solução final) para os “problemas” da existência de tais detritos subumanos incluía, obviamente, uma segunda alimentação dos campos de concentração: a carne negra e mestiça, assim que os foguetes V-2 de *Herr von Braun* tivessem dizimado a Inglaterra. A História, caprichosa, trilhou outros rumos: von Braun levou o homem à Lua, participando da Nasa norte-americana, e os negros e mestiços, pelo menos formalmente, libertaram-se do jugo colonial europeu.

Em nada diminui o mérito da raça negra reconhecer que a descoberta e devida apreciação de seus valores, que contrastam com seus equivalentes brancos, se deve ao corajoso pioneirismo de um punhado de brancos não subjugados pela cretinice, congênita ou adquirida por contágio, do racismo que impedia aos demais de admitir lhanamente a validade de todo o *ethos* africano. Claro que a contribuição sentimentalóide de uma Harriet Beecher Stowe nos Estados Unidos,

com sua patética (em termos literários) *Cabana do Pai Tomás*, teve seu quinhão de conscientização da posição artificialmente inferior em que as castas de cor clara tinham colocado os escravos. Mas menos espalhafatosa e mais profunda é a mensagem de fraternidade de uma Carson McCullers, autora sulista que em seus romances e contos aponta para a injustiça dessa situação e alude ao desperdício de talentos utilíssimos à humanidade que o racismo acarreta como resultado inevitável.

Agora, o Brasil se arvora em nação racialmente democrática, apesar da lei Afonso Arinos, que demonstra a fragilidade dessa nossa “democracia” racial, ao punir quem discrimine qualquer pessoa por motivos de preconceito de cor... Ainda assim, pragmaticamente, o Brasil se voltou – já era tempo – para seus vizinhos hispano-americanos e para os do lado de lá do Atlântico, não só em busca do petróleo da Nigéria ou de Angola (com seus milhares de *gurkas* de Havana), mas, pela primeira vez, já se esboça, num país em que o IBGE na prova predominarem os “pardos”, o conhecimento tateante de uma realidade plural africana.

Um dos últimos lançamentos a chegar às nossas livrarias é da Editora Ática, com *Portagem* de Orlando Mendes. Seria um preconceito dizer, francamente, que seu autor, branco, moçambicano, tem dificuldade em se colocar na pele e desventuras do mulato que é o protagonista de seu romance? Seria *parti pris* também achar que esse romance nos chega com quase 20 anos de atraso, publicado em 1966, ou 30, se levarmos em conta que foi escrito nos hoje longínquos anos 50? Nada disso importaria se se tratasse de um talento realmente vigoroso como o dos angolanos Manuel Rui e Luandino Vieira, já mencionados.

O que perturba então na escritura de Orlando Mendes? O seu tradicionalismo literário, amarrado a “modelos” de estilo já gastos quando Balzac morria. Tem-se a impressão de uma cópia – má – de trechos antológicos dos “bons autores” adotados no ginásio, perdão liceus lusitanos. São raros os momentos em que seus personagens adquirem força e credibilidade. Orlando Mendes é um narrador, sem ironia alguma, delicado. A posse carnal, o defloramento é tratado quase que como a descrição do acasalamento de abelhar ao som de baladas longínquas de Chopin. Há o contraste não resolvido de uma legítima indignação pela discriminação racial a par de uma descrição cediça, quase vitoriana, do ambiente carregado de luxúria, insatisfação, injustiça. Sucedem-se as cenas – pudicas ao extremo – de prostituição, assassinato, desemprego, marginalização social, e opressão colonial sem que o leitor vibre minimamente com esse desfilar de acontecimentos telenovelescos, de folhetim de capa e espada.

O que se há de fazer? A férrea natureza do imperialismo lusitano e europeu em geral (hoje substituído pelo imperialismo soviético, possivelmente pior) não dava aos angolanos e moçambicanos durante 50 anos, quase, margem a estudos, reflexões, aprimoramentos – obscurantismo de que o Brasil foi vítima, ao “receber” o presente de uma Imprensa Régia tardíssimo, em 1808, e, competindo com o Haiti, só ter universidades na década de 30, pois desde os tempos de D. Maria I, a Louca, nos era proibida qualquer atividade intelectual ou industrial ou tendente ao nascimento de ideias longinquamente “francesas” de emancipação política, direitos do homem, quebra de monopólios etc.

Orlando Mendes, profissionalmente, é fitopatologista: nada demais, há escritores de todas as origens, até negreiros no sentido estrito do termo: Rimbaud no final de sua vida e Voltaire durante

sua vida toda, quase. Assim, como há grandes escritores fascistas que trabalhavam em sapatarias, como Céline, ou toxicômanos, como Baudelaire. O lamentável é que nos seja mostrado como o grande escritor moçambicano – o único? – justamente Orlando Mendes. O autor nem sequer sabe estruturar uma narração: esquece que um personagem, como o Esteves, é velho demais para se apoderar da esposa do herói João Xilim, depois resolve improvisadamente “inventar” uma tia inexistente em Portugal para onde mandar um miúdo (criança), além do estilo maçante, pré-histórico, uma prova a mais de que as boas intenções cravejam os caminhos que levam ao inferno. Efetivamente, as excelentes intenções humanitárias do autor levam o leitor ao inferno literário das frases-feitas, da involuntária inautenticidade do dramalhão postiço. Restam dois ou três motivos legítimos para que *Portagem* fosse escrito, publicado e, quem sabe?, até lido por leitores ingênuos ou que cultuam esse tipo de literatura, armados – é indispensável – de uma dose maciça de paciência. Porque Orlando Mendes é o período da pedra lascada da literatura: interessante para os darwinistas que procuram ainda o “elo perdido”, o famoso *missing link* da árvore da qual descemos todos os antropoides até o pomposo e fátuo *homo Sapiens*, assim autoproclamado. Um dos motivos que realmente ficam desse livro primário é o da revolta dupla que sentem os mulatos, desprezados igualmente por brancos e negros, numa espécie de *no man's land* apavorante pela sua dupla segregação. Depois, o desejo legítimo e hoje tornado novamente atual pela ameaça de nova servidão por intermédio do imperialismo soviético: o instinto de libertação, de nacionalismo, de expressão das forças vitais de Moçambique na busca de sua identidade racialmente plural e sua projeção cultural, social, política e econômica na África e no mundo.

Diante de um romance tão capenga quanto este, remanescente de algum original guardado em alguma gaveta de Rondônia como “o maior romance escrito por um autor do novo Estado”, só nos resta uma saudável esperança: a de que surjam novos romances moçambicanos. Não poderão ser piores. A menos que enveredem pela cartilha suicida do “realismo socialista” leninista-stalinista, do qual Deus há de preservar a nós, à literatura, à inteligência e a Moçambique. Amém.

40. Resenha do livro - Um fuzil na mão um poema no bolso de Emmanuel Dongala

Veja, 1974/09/11. Aguardando revisão.

Africano errado...

Lumumba? “Um relâmpago verbal que iluminou o continente.” Malcolm X? “Liberou o negro americano somente com a palavra.” Uma granada? “É uma granada, não um coco.”

Com definições desse tipo, um escritor da África Negra totalmente desconhecido no Brasil, o congolês Emmanuel Dongala, pretende escrever a história de um jovem revolucionário, Mayéla dia Mayéla, disposto a tarefas gigantescas. Hércules de ébano, como diria o autor, Mayéla luta, ao mesmo tempo, contra: 1) os feiticeiros tribais; 2) contra o colonialismo, a “grande besta fascista, parteira de todos os porcos enlameados do mundo branco”; 3) contra o regime monstruoso da racista África do Sul; 4) contra as lutas tribais; 5) contra os chineses e os brancos e 6) contra o negro, afinal “o inimigo do próprio negro”. É uma batalha que o escritor e o herói perdem em todas as frentes. Há temas demais. E os personagens representam tipos tão variados que estariam a exigir uma dúzia de volumes e não um simples romance. Surgem: um feiticeiro que descrê da luta revolucionária; um negro americano que não compreende o “mito África escrito com A maiúsculo”; um outro que “tenta reencontrar a alma no fundo de um copo”; e um quarto que julga Louis Armstrong um conformista que meramente se lamenta no trompete das injustiças do racismo.

É impossível focalizar o regime paranaista de Johannesburg com frases do tipo: as vozes de Bessie Smith e Billie Holiday “eram luminosas como um sol! Que rebente esse sol e nós, fortalecidos pela verdade bebida por nossas pupilas abertas, teremos andado e andaremos ainda”. Dongala, químico e poeta, confundiu o fuzil com a arte. E o tiro, pobre África, saiu pela culatra.

... e os esquecidos

Culturalmente, as editoras brasileiras – há exceções? – sempre viveram alheias à situação geográfica do Brasil. Evitaram os autores hispano-americanos como quem impede a entrada de um vírus subdesenvolvido no país. Foi preciso que a ventoinha do Prêmio Nobel, dado ao guatemalteco Miguel Angel Asturias, lhes mostrasse de onde soprava o vento da renovação literária dos últimos trinta anos. Agora, com a África Negra, mais uma vez eles descobrem tardiamente que nas entrelinhas das manchetes dos jornais existe, além de Angola, Guiné Bissau e Moçambique, algo

mais que o cenário para Tarzan, safáris e o onisciente general Idi Amin. A Nova Fronteira, de fino faro, que já pressentira o livro do general Spínola, *Portugal e o Futuro*, antecipou-se a todas, mas publicou apressadamente este romance imberbe, *Um Fuzil na Mão, um Poema no Bolso*, de Emmanuel Dongala. É uma escolha bíblica: primeiro se editem os últimos em qualidade literária. Porque, de outro modo, qual o motivo para não se lançarem algumas das dezenas de escritores negros importantes surgidos antes e depois da célebre *négritude* de Léopold Senghor? E que critério justifica imprimir um romance panfletário em vez de um grande poeta nigeriano como John Pepper Clark? Formado em literatura na Universidade de Lagos, sua peça *Song for a Goat* foi talvez a mais marcante apresentada em seu país.

Influenciado por poetas eruditos, como o americano Ezra Pound, ou rapsódicos, como o inglês Dylan Thomas, imagista, de cintilantes metáforas visuais, John Pepper Clark destila com maestria de estilo o problema da escravidão e do racismo em seu poema célebre, que compara a tragédia do negro à do gado prestes a ser abatido, sem resistência, no matadouro: “Que secreta esperança ou ciência/ Vos insuflam coragem./ Talvez os tormentos que sofrestes/ foram mis fortes que as tempestades que fazem transbordar o Níger?/ mas não me concedereis então,/ já que o facão no final predominará sobre as vossas cabeças/ Ao menos a paciência que guardais em vossa cauda?”

Haveria muitos outros nomes e títulos que, como uma barragem rompida, inundariam o mercado literário brasileiro com talentos excepcionais. A começar com Castro Soromenho, um romancista branco, mas que deu um testemunho pungente da brutalidade da colonização lusa em terras africanas com um estilo seco, sem emotividades grandiloquentes.

E por que não revelar em primeira mão o esplêndido e original poeta congolês Tchicaya U'Tamsi (que significa “Folha Pequena que Fala em Nome de seu País”), premiado no Festival Mundial de Artes Negras em Dascar, em 1966? Apaixonado pela libertação do Congo e seguidor de Lumumba, teve sua coletânea de poemas *Építome* prefaciada com entusiasmo por Senghor. Algumas linhas do seu poema *Christ* valem mais que todas as páginas de Dongala: “Cristo, eu rio de tua tristeza/ Ó meu doce Cristo/ Espinho por espinho/ Temos em comum a mesma coroa de espinhos/ Conto mais de um Judas nos dedos que tu/ Meus olhos mentem à minha alma/ Em que o mundo é carneiro pascal./ Dize-me em que Egito meu povo tem os pés acorrentados”.

Opondo às armas reais as do escritor, as palavras que denunciam, o sul-africano Alan Paton com seu dilacerante *Cry, the Beloved Country!* constituiriam ainda um roteiro seguro para quem quiser seguir as trilhas da África fora das rotas da importação do folclórico ou “exótico”.

A literatura não se faz apenas com “cor local e pitoresco”. Nem, como Emmanuel Dongala prova tão claramente, com um fuzil na mão e um poema no bolso. Principalmente se a pólvora estiver molhada de lacrimante sentimentalismo e o poema se perdeu num bolso furado.

41. Um Nobel para a África - Wole Soyinka

Jornal da Tarde, 1986/10/17. Aguardando revisão.

A roleta caprichosa do Prêmio Nobel de Literatura deste ano parou diante de um nome que talvez nem 0,0001% dos brasileiros conheça. Wole Soyinka, porém, não é apenas um emaranhado de sons, como vários agraciados pela esclerose tranquila dos acadêmicos de Estocolmo o foram. Wole Soyinka pertence em primeiro lugar a um dos países africanos mais ricos do ponto de vista literário, a Nigéria. John Pepper Clark, Okigbo Christopher, Gabriel Okara, Amor Tutuola, Chinua Achebe, Onuora Nzeku para citar apenas os mais conhecidos, representam facetas criativas diferentes do escritor da África Negra moderna. Talvez o que distingue a obra – principalmente teatral – de Wole Soyinka é a sua profunda amargura, sua visão trágica e absolutamente infensa a maniqueísmos. Esta atitude custou-lhe inúmeras polêmicas e ódios. Afirmam seus inimigos: como pode um dramaturgo e pensador africano – além disso fino poeta – investir contra imagens sacralizadas da África anterior ao colonialismo europeu? Como ele ousa duvidar da existência de uma África primordial virgem de defeitos, estuprada pela ganância de missionários e comerciantes, rumo à qual é preciso que autores africanos indiquem o caminho de volta como aconselha de forma dogmática Ngugi wa Thiongo em seus ensaios de 1972: *Homecoming: Essays in Africa and Caribbean Literature, Culture and Politics*.

Soyinka e Chinua Achebe tomam uma atitude de vigorosa oposição a isso que chamam de visão romântica, idealizada de uma África que, por ser humana, não é desprovida de defeitos, no passado, agora ou em qualquer época. “Como voltar ao ventre originário?”, os autores nigerianos indagam. E concluem: é uma tarefa impossível. O futuro não pode se transformar, pela nossa força de vontade, em um passado mítico, talvez inexistente como concebido dessa forma. A realidade para o escritor africano, de fato, é múltipla.

De um lado, como vários deles ressaltam, há a dualidade de pertencerem a uma tradição que a presença do branco destruiu: a tradição comunitária, a negação do indivíduo como entidade autônoma, a necessidade imperiosa de que todos se integrem na tribo, na aldeia e seus objetivos. De outro, há a questão particularmente dolorosa para Soyinka e seu acre pessimismo: os feiticeiros, os xamãs das tribos ancestrais não eram farsantes, não eram exploradores da credulidade do grupo? Quando sua peça *Os Habitantes do Pantanal* foi ou lida ou levada à cena, imediatamente ele foi tachado de desrespeitoso para com os mais velhos, de inimigo da religião, pois revelava como o Sacerdote da Serpente Oculta, Kadiye, explorava os habitantes da aldeia com falsas promessas, apoderando-se do dinheiro e das oferendas que lhe tinham sido entregues em troca de bençãos e proteções divinas. Igwezu, o filho do casal incapaz de duvidar dos “antigos”, Makuri e Alu, cobra

do representante religioso tudo que lhe foi negado: tendo partido para uma cidade grande (Lagos, a capital da Nigéria, neste caso), lá ele perdeu tudo para o irmão insaciável, até mesmo a esposa. Igwezu está dilacerado, não só por sua derrota pessoal, mas também por estar dividido entre o campo e a cidade. Qual é mais maléfico? O campo com suas crendices e imutabilidade social ou a cidade grande, aquele mundo de negócios, de crescentes favelas, de corrupção, de lutas e arengas políticas que nunca favorecem o povo?

Soyinka não desmente, é óbvio, a importância do passado. O passado existe, colore o presente e até mesmo o futuro com a sua influência. Mas o passado não é uma escapatória fácil para os acomodados: por mais que o passado pré-colonial tenha sido importante ou até hipoteticamente edênico, não podemos voltar a ele: esse paraíso está fechado. Precisamos construir o presente e o futuro, pois não há volta atrás.

Outro aspecto da criação artística desse rebelde nigeriano irrita camadas consideráveis dos que o leem. *The Strong Breed*, *The Lion and the Jewel* e *The Road* são peças que de modo subjacente ou explícito confirmam suas ruminções desiludidas durante o tempo que passou na prisão por motivos políticos: *The Man Died (Prison Notes of Wole Soyinka, 1972)*. A África libertada do jugo colonial encheu-se de ditadores, de partidos únicos de repressão e fraude: desde o Abi-Ackell africano das joias caríssimas, o “Imperador” Bokassa, até o massacre perpetrado por Idi Amin Dada em Uganda. Em Gana, no Quênia o terror dos negros imposto aos negros substituiu o terror dos brancos.

Ironicamente, ele parece subentender a pergunta ácida: deveríamos voltar ao passado colonial, quando os brancos não tinham estabelecido uma ditadura política? Esta sua denúncia de regimes tirânicos na África Negra recorda bastante o desalento de um escritor angolano, Manuel Rui, que vê seu país libertado de Portugal, é verdade, mas amordaçado pelas armas soviéticas e por suas sentinelas cubanas. Angola em ruínas e desmoronando sob o impacto de uma guerra civil movida pela Unita de Jonas Savimbi. Valeu a pena trocar de senhores? A África poderá afirmar-se de forma equidistante das zonas de influência norte-americana ou russa?

Soyinka – e não só ele – aborda outro tema de quase impossível solução: existe *uma* África ou o imenso continente retalhado a bel-prazer pelas potências europeias não forma um conjunto homogêneo? Os ideais do panafricanismo serão realizáveis, como o deseja Julius Nyerere, desejoso de abolir até o nome do país que governa, a Tanzânia, em prol de uma visão mítica da África?

Ele não responde propriamente a esta pergunta com receitas dogmáticas nem aceita o que considera meros *slogans* como – sacrilégio! – à *négritude*. A *négritude* nada significa mesmo, ele rebate, destruindo o que considera falsos ídolos, uma tendência muito difundida entre os escritores africanos de língua inglesa, em contraste com os de expressão francesa como Senghor ou Césaire. Ele prefere um termo mais genérico como “personalidade africana”, reencontrando uma unidade dificilmente delimitável na imensa variedade de expressões africanas.

Se não bastassem essas suas facetas iconoclastas, Wole Soyinka pouco se importa em aderir a um partido político específico, embora reconheça uma tarefa social a cargo do escritor, mas duvida que o escritor tenha uma fórmula miraculosa para os problemas socioeconômicos de qualquer regime político. Soyinka parece insistir nos valores individuais e não quer perder tempo com as teorias de racistas segundo os quais “a África nunca contribuiu em nada para a civilização

mundial”, ou “o africano é supersticioso, sujo, atrasado mentalmente, não suscetível de progredir”: para que refutá-las se há pouco tempo para se escrever sobre a África e buscar, penosamente, um papel que os africanos possam desempenhar no século XXI? As antigas civilizações do Benin, de Daomé e outras regiões africanas são um dado inegável: para que nos determos apenas no passado se o presente é tão urgente e exige toda a nossa meditação, toda a nossa participação? Parar nos reinos de outrora é tão inútil quanto lamentar-se séculos a fio sobre os horrores da escravidão e do imperialismo. Ora, evidentemente, Soyinka é, até mesmo na Nigéria, um marginalizado, um *outsider* ocupado, na Universidade de Ibadan, em criar uma dramaturgia nigeriana e em dirigir um grupo de atores itinerantes que percorre as principais cidades do país com esse propósito.

Às vezes, o Prêmio Nobel gosta de colocar suas coroas suecas e seus galardões os bolsos e nas cabeças de dissidentes: Pasternak, proibido na URSS, Thomas Mann, exilado da Alemanha pelo nazismo, André Gide, execrado por suas preferências sexuais pela classe bem-pensante francesa. Ou às vezes o grupo geriátrico de Estocolmo prefere pescar autores absolutamente desconhecidos a não ser de exóticos perseguidores do obscuro: o australiano Patrick White, quando não teima em premiar a mediocridade registrada em cartório: Gabriele Mistral, Roger Martin du Gard... Ao selecionar, este ano, o dramaturgo nigeriano, de certa maneira os acadêmicos suecos confirmaram a seleção para o prêmio da Paz atribuído a Elie Wiesel pelo menos num ponto alto: ambos são “pessimistas sorridentes”, sacudidos pelos dramas de seus povos e pela diáspora imposta aos judeus e aos negros. Na universidade sueca de Uppsala, o Instituto Sueco de Estudos Africanos publicara, já no longínquo ano de 1968, uma das raras afirmações de Wole Soyinka:

“O artista tem sempre assumido, na sociedade africana, o papel de testemunha dos hábitos e da experiência da sua sociedade e *simultaneamente* (sublinhado pelo próprio autor) o de voz lucida de uma própria época. É chegado o tempo de ele corresponder a essa essência de si mesmo”

Como ressalta com extrema clareza o africanista James Olney em *Tell me Africa, An Approach to African Literature* (Editora Princeton, 1973), não cabe ao leitor que não for originário da África Negra e tiver crescido em meio a seus hábitos compará-la com a França, a Inglaterra ou qualquer outro país. Por que exigir de um artista africano a adoção de gêneros como o romance, o soneto, a rima? Por acaso, seria legítimo esperar que um poeta chinês criasse o equivalente à *Divina Comédia* ou que um romancista como Kawabata reproduzisse em japonês a saga do *Ulisses* de Joyce? Esta parece ser a dificuldade fundamental de todos nós, cada vez que deparamos com uma cultura que não seja eurocêntrica. Que não tenha forçosamente passado pelos movimentos culturais, políticos, econômicos do Renascimento, da Reforma, da Contrarreforma, da Revolução Industrial. Se já há evidentes dificuldades em apreendermos a realidade autóctone quíchua do Peru e da Bolívia, por exemplo, que obstáculos não surgirão para que captemos a mentalidade africana ou do Extremo Oriente, inevitavelmente diferentes da nossa?

É necessário enfatizar, porém, que para Soyinka, como para a maioria dos autores africanos, cultivar a própria individualidade não é um fim em si mesmo: é um princípio visando a integrá-lo melhor na comunidade. Uma surpresa, neste artista profundo, lúcido na sua análise da trágica condição humana, é o toque de ironia e de humor, que por vezes salta de seus textos, tanto de poesia quanto de teatro. Seu poema “*Conversa Telefônica*” ilustra bem essa sátira amarga. Quem queria alugar um quarto em Londres, presume-se, acha o preço aceitável, a localização indiferente, só faltava a “confissão”. E ele a faz à sua futura, hipotética senhoria: “Sou africano”. A voz

feminina mantém-se educada e provém, de uma boca que fuma através de uma piteira, os lábios cobertos de batom. Segue-se um diálogo não se sabe se mais trágico ou cômico em que ela procura saber se ele, seu futuro, hipotético inquieto, é “muito escuro ou mais para preto claro”. Cor de chocolate amargo ou de leite? À resposta “Sou da cor sépia da África Oriental” não satisfaz: será *muito* escuro? Até o final francamente hilariante: “Madame, a Senhora devia ver não só a morenidade de meus pés e as palmas de minhas mãos de um louro água oxigenada! O atrito provocado por eu tanto me sentar, Madame, é que deixou meu traseiro negro como um corvo”. E quando ela desliga, enfurecida, a pergunta final, o pedido derradeiro: “Será que a senhora não quer dar uma espiada com seus próprios olhos, Madame?”.

Um momento de rara distensão de Wole Soyinka, pouco inclinado a brincadeiras, mas sem a solenidade fúnebre de um profissional qualquer do pessimismo. Porque a sua posição, felizmente, não é daquelas rotuláveis por uma síntese crítica comoda e apressada. Soyinka, com suas contradições e sua paradoxal descrença esperançosa no ser humano em suas interpelações dramáticas, tateia, como todo legítimo artista, os próprios instrumentos de sua busca.

Se Virgínia Woolf, assustadoramente, perguntava: “Para que viver?” o autor nigeriano perscruta o porquê da arte, se é que ela tem uma função específica. Numa época em que as liberdades de imprensa, de expressão, de dissensão estendem um arco macabro do Chile a Vladivostok, na União Soviética, na era dos Gulags, das 41 guerras contemporâneas, das ditaduras da África, na Ásia, na Europa do Leste, na América Latina, deve ter ressoado fortemente na consciência da Academia Sueca de Literatura o testemunho de um intelectual que escreve da prisão um dos relatos mais comovedores em prol de uma coerência ética que não se dobra diante de regimes despóticos.

Da prisão Wole Soyinka estabeleceu um princípio que antes dele todos os prisioneiros de consciência do mundo reafirmaram com a própria vida: não pode haver uma sociedade livre se a liberdade for extinta por um decreto governamental apoiado no poder de fogo das armas, de Manágua a Varsóvia. Deve ter sido este inabalável princípio ético de todos os tempos que levou o Prêmio Nobel a distinguir, este ano, afortunadamente, o nome íntegro e fecundo de Wole Soyinka.

42. Nota sobre o livro *A Arma da Casa* de Nadine Gordimer

Caros Amigos, n.39, 2000/06. Aguardando revisão.

Há muitos anos não leio um livro tão perfeito: *A Arma da Casa*, da magistral autora sul-africana Nadine Gordimer (Coleção Prêmio Nobel, Companhia das Letras). Depois de terminar a leitura de *Memórias de uma Sobrevivente*, da também sul-africana Doris Lessing, pelos temas que aborda, julguei apressadamente que nada mais se poderia escrever de tão profundo sobre o esfacelamento de uma sociedade. Engano. Nadine Gordimer focaliza, destemidamente, a África do Sul de hoje, com uma igualdade de raças pelo menos no papel e um multiculturalismo efervescente, afastado o monstruoso *apartheid* que separava brancos e negros numa forma de campo de concentração para todos os que não fossem brancos.

E atualmente? A mestria da autora permite-lhe visualizar todos os personagens sob vários pontos de vista: o crime cometido – inesperadamente – numa família branca, de tendência liberal, detona o romance inteiro. Os pais do jovem assassino são uma caricatura do “bom comportamento” dos brancos depois da nova bandeira, da mudança radical havida no país? O advogado negro, imbuído de idealismo, será aceito, mesmo sendo *gay*?

Nadine Gordimer, sem exagero, desenha-se como uma Dostoiévski de nossos dias, buscando as raízes do crime, do preconceito, do sofrimento, não na aparência da mudança política e cultural de uma sociedade, mas como efeito de uma origem remota, entranhada na própria alma humana desde tempos da pedra lascada. Se não fosse uma aposta precipitada, eu diria, eu afirmaria que este é o livro do ano, que comprássemos apenas este para sentir as palpitações do mundo da Bósnia, dos terremotos no Japão, das guerrilhas em Serra Leoa, do Líbano e também do Brasil, que ainda busca seu rumo, distante da política, da corrupção, do racismo, do desleixo governamental, da parte podre – mas não toda – do Brasil que caminha estonteado em meio à ruína de seus problemas e do caos mundial. Um livro eletrizante que demonstra, cabalmente, que a literatura não só está viva, como se põe à frente de todas as tecnologias que a desafiam como consciência mais funda do ser humano trilhando um novo milênio.

43. Nota sobre o livro *Desonra* de J. M. Coetzee

Caros Amigos, n.46, 2001/01. Aguardando revisão.

J. M. Coetzee é um narrador sul-africano como Nadine Gordimer e Doris Lessing radicada na Rodésia e depois em Londres. Seus romances são a visão masculina de um país que tem muitas semelhanças com o Brasil: imensos progressos ao lado de oposições radicais entre a barbárie e as áreas de civilização branca, tecnicamente avançada, riquíssima e que também vive um *apartheid* social, longe das favelas e da miséria circundantes. *Desonra*, de J. Coetzee, faz parte da raça holandesa que criou na África do Sul castas distintas para os brancos, os negros e mulatos e para os indianos. Ele também vê, como as duas escritoras, a desintegração do país, quando a parte branca holandesa ou inglesa) tira passaportes com a intenção de emigrar para a Nova Zelândia, o Canadá ou a Austrália. A violência inter-racial, a tentativa de criar uma África do Sul sem racismo e que mantenha o progresso servem como pano de fundo aos três escritores. Coetzee não é tão dramático como Gordimer nem sem esperança como Lessing. São três autores semelhantes, mas diferentes em seu *approach* dos problemas das muitas raças e tradições na parte meridional da África: choques contra os fazendeiros ingleses brancos na Rodésia, atual Zimbábue, multiculturalismo como no Brasil, ou será melhor abandonar tudo rumo a um país de língua inglesa, sem negros e já organizado?